

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2017/2018

Ana Claudia Ayres Patitucci (Representante da Comissão de Admissão), Christiana Martins Ribeiro da Cunha Freire (Eventos), Claudia Justi Monti Schonberger (Clínica e Instituições), Cristina Maria Elena Herrera (Formação Contínua), Elcio Gonçalves de Oliveira Filho (Administração e Finanças), Marcia Regina Bozon de Campos (Publicações e Comunicação), Nanci de Oliveira Lima (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Natalia Gola (Cursos), Roberta Wanderley Kehdy (Relações Externas), Tera Leopoldi (Relações Internas)

Percursos

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXX : DEZEMBRO DE 2017

Conselho Editorial

Eliana Borges Pereira Leite, Eva Wongtschowski, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Luciana Cartocci, Mania Deweik, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar, Sergio Zlotnic

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky

Grupo de Debates

Cristiane Curi Abud, Gisela Haddad, Vera Blondina Zimmermann, Thiago Majolo

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Mendes Coroa, Paula Peron, Sérgio Telles (coordenador)

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Janaina Namba, Pedro Mascarenhas, Sergio Telles, Susan Markuszwover

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores ad hoc

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luis Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Nelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percursos é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Revisão

Simone Zac • Tel.: (11) 9 9897-1362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Silvana LaCreta Ravena. *The Brides of Herculenum: Reminiscences*. Pintura-relevo, mixed media (encáustica, resina, papel reciclado e impressão fotográfica sobre de madeira), 100 cm x 100 cm x 8 cm, 2015

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • Rua Ministro Godoy, 1484 • CEP 05015-900 São Paulo SP Brasil

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percursos é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretária do Departamento:
Claudia Dametta
deptoepsicanalise@sedes.org.br

A Psicanálise
em nosso tempo

Percursos 59

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXX : DEZEMBRO DE 2017

Sumário

Table of contents

3 Sumário 3
Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 Sobre a mística bioniana
On Bionian Mysticism
Ana Helena de Staal

21 ¿Qué quiere un hombre? Hacia una clínica de varones
con perspectiva de género
*What does a man want? Towards a clinic for men in
a gender perspective*
Debora Tajer

27 Sexualidade e violência no *funk*: dominação masculina,
psicanálise e adolescência
*Sexuality and violence in funk: male domination,
psychoanalysis and adolescence*
Vinícius Moreira Lima + Heloísa Moura Bedê + Fábio Belo

- 37 HumanizaSUS e a escuta do indeterminado
HumanizaSUS and listening to the indeterminate
Alessandra Affortunati Martins Parente + Cleusa Pavan
- 47 O racismo entre a cultura e o sujeito
Racism between culture and the subject
Cristiane Curi Abud + Luiza Sigulem
- 59 Lacan, Lévi-Strauss e as estruturas do inconsciente
Lacan, Lévi-Strauss and the structures of the unconscious
Janaina Namba
- 69 O trabalho de simbolização do sensorial-perceptual no autismo: um estudo a partir da autobiografia da família Suskind
The work of symbolization of the sensory-perceptual in autism: a study based on the Suskind's autobiography
Marina Bialer + Nelson Ernesto Coelho Junior
- 79 “Ah! Tá chovendo!”: histórias de retraimento e de reclamação
“Ah, it’s raining!”: stories of withdrawal and complaint
Fatima Regina Flório Cesar de Alencastro Graça
- 91 Do Nascimento aos obituários: o legado de Rosine e Robert Lefort
From Birth to obituaries: the legacy of Rosine and Robert Lefort
Adela Judith Stoppel de Gueller
- 101 Por que estudar os clássicos em Psicanálise?
Why study the classics in Psychoanalysis?
Izabel de Madureira Marques

ENTREVISTA

INTERVIEW

109

A potência do impossível
The power of the impossible
Vladimir Safatle

DEBATE

DEBATE

125

Suicídios
Suicides
Bruno Esposito + Laís Lima + Alessandra Balaban + Roosevelt
Cassorla

DEBATE CLÍNICO

CLINICAL DEBATE

131

O caso da mulher resignada à sua triste sina
The case of a woman who accepted her sad destiny
Daniel Delouya + Ana Maria Trapé Trinca + Alejandro Luis
Viviani

5

LEITURAS

BOOK REVIEWS

143

Educação para a vida [Educação para a morte]
Education for life
Susan Markuszower

145

Subjetivação na primeira infância: instalação da
pulsão, transmissão simbólica e o sofrimento de sua
inibição [Laço mãe-bebê – Intervenções e cuidados]
*Subjectivation in early childhood: installation of the
drive, symbolic transmission and the suffering caused
by its inhibition*
Adriana Barbosa Pereira

152

Sobre nossa fundação [O racismo e o negro no
Brasil: questões para a psicanálise]
On our foundation
Thiago P. Majolo

157

Entre sexualidades e sexualismos [Psicanálise e
transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias
com Judith Butler]
Between sexualities and sexualisms
Janaina Namba

- 161 O encontro necessário [A hora e a vez do bebê]
The necessary encounter
Ana Marli Schor
- 165 Psicanálise: versos sobre vertentes [Vertentes da
Psicanálise. O hospital. A violência. A clínica. A escrita]
Psychoanalysis: verses on strands
Tânia Corghi Veríssimo
- 170 Ferenczi: polissemia e clínica [Ferenczi]
Ferenczi: polysemy and clinical
Karla Patrícia Holanda Martins
- 174 Heranças invisíveis e visibilidade da clínica
psicanalítica [Heranças invisíveis do abandono afetivo]
*Invisible inheritances and visibility of psychoanalytic
clinic*
Renato Tardivo
- 177 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 179 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 181 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 183 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Desafios para a psicanálise em nosso tempo

7

No dia 12 de novembro de 2017, perdemos Eliane Berger Mantega, amiga e colega de presença implicada e constante em nosso Departamento.

Seu sorriso, seu olhar, sua peculiar atenção e seu jeito singular de escutar e tomar em conta cada palavra e manifestação da outra pessoa, sustentados por uma integridade ética na relação com o semelhante, são lembranças vívidas de amigos, colegas, pacientes e alunos.

Este número de *Percurso* traz a marca do compromisso ético da psicanálise com os desafios colocados pelo tempo em que vivemos. Desafios teóricos, políticos e clínicos de uma escuta que se requer cada vez mais ampla. Uma psicanálise que é interpelada tanto do ponto de vista metapsicológico como clínico, exigida na direção de abarcar a incidência da complexidade de um mundo sobre os sujeitos singulares e seus destinos, sem perder de vista as determinações inconscientes e as sutilezas do encontro.

Com este espírito, de ampliar ativamente nossa escuta e compreensão dos fenômenos psíquicos que emergem na atualidade, estabelecemos recentemente, enquanto Departamento de Psicanálise, novas parcerias na América Latina através da FLAPPSIP (Federação latino-americana de associações de psicoterapia psicanalítica e psicanálise). Consoantes com tal desejo de expansão, esperando fortalecer uma troca frutífera de ideias e pesquisas, publicamos aqui, pela primeira vez, um artigo em língua espanhola, cuja autora discorre sobre uma clínica que leva em conta as questões de gênero.

PERCURSO 59 : p. 7-8 : dezembro 2017

Na mesma perspectiva de implicação com os fenômenos atuais, o leitor encontrará uma importante reflexão sobre a necessidade de amplificação da escuta a respeito das consequências do preconceito contra o negro no Brasil. Assim como um artigo que, ao discutir o sentido do termo Humanização no SUS, introduz a importância do pensamento psicanalítico para a efetivação desta proposta. E continuando a interlocução com o artigo sobre as questões de gênero, há ainda uma

pesquisa sobre as masculinidades e o fenômeno cultural da produção do *funk*.

A seção Entrevistas, neste esforço conjunto de pensar questões atuais da vida social e nos engajar no enfrentamento delas, traz Vladimir Safatle para a necessária conversa entre a psicanálise e a política.

Campo da igualdade entre os humanos, contra toda e qualquer forma de injustiça que oblitere o devir dos sujeitos.

Boa leitura!

Sobre a mística bioniana

Ana Helena de Staal

Ana Helena de Staal é psicanalista, membro da Sociedade Freudiana de Psicanálise (SPF) e especializada em psicossomática. Ex-editor-chefe da revista *Chimères*, fundada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, ela dirige atualmente as Éditions d'Ithaque em Paris. Traduziu e publicou em francês a maioria dos seminários de W. R. Bion, bem como as obras de importantes autores da psicanálise contemporânea, como Christopher Bollas, Thomas Ogden, Antonino Ferro, Franco De Masi, Martin Bergmann e André Green.

Tradução do francês Roberto Oliveira

Revisão Lilian Quintão e Renato Mezan

Resumo Evocando a interdição kantiana de acesso à coisa-em-si, o presente artigo tenta mostrar que, em vez de uma divisão ideológica ou uma recessão teórica, a introdução de Bion de sua chamada abordagem “mística” nos leva às conclusões lógicas de sua investigação epistemológica. Longe de ser uma reviravolta vertiginosa, este movimento revela o fio vermelho que atravessa toda a sua obra: a questão do conhecimento em geral, e seguindo Freud, particularmente do conhecimento inconsciente.

Palavras-chave O; o Real; coisa em si; ciência e verdade; epistemologia e inconsciente; interpretabilidade do Id.

Em vez de explicar os pensamentos do sonho na linguagem da consciência, Bion decidiu utilizar o próprio sonho para construir artificialmente esse tipo de conhecimento que só o sonho pode oferecer. Foi a partir daí que ele começou a pensar que não há teoria psicanalítica capaz de conter tudo que a experiência psicanalítica nos ensina¹.

Depois de ter ocupado vários cargos importantes nas instituições psicanalíticas, Wilfred Bion, aos 70 anos de idade, decide abandonar as obrigações e intrigas da vida institucional em Londres para ir morar nos Estados Unidos. Nessa época (estamos em 1968), ele se estabelece em Los Angeles, viajando com frequência para o Rio, Brasília, Nova York ou Buenos Aires, lugares onde trabalha incansavelmente como analista, supervisor de grupos e diretor de seminários.

Se mencionamos aqui essa mudança transcontinental, é exatamente porque ela não se deu como mera busca de um lugar mais ensolarado para se aposentar, muito pelo contrário. De um ponto de vista biográfico, mas sobretudo teórico, é como se Bion reconhecesse enfim uma evolução de seu pensamento que já há alguns anos o colocava de fato a um continente de distância de seus colegas britânicos.

Retomar rapidamente esse período nos ajudará a introduzir o tema da mística bioniana.

O que é e o que não é a psicanálise

Na época da mudança de Bion, o grupo kleiniano, antagonizado – para não dizer claramente proibido – nos Estados Unidos, despertava

¹ A. Green, *Penser la psychanalyse avec Bion, Lacan, Winnicott*, p. 44.



*em seus últimos
trabalhos, Bion teria
se tornado “menos
rigoroso”*

10

PERCURSO 59 : dezembro 2017

grande curiosidade entre os jovens analistas americanos, que, embora reconhecendo a autoridade suprema de Heinz Hartmann², não deixavam de ser permeáveis ao espírito contestador da década de 1960. Assim, convidar o famoso ex-analisando de Mrs Klein para fazer supervisões em Los Angeles era como convidar o diabo para rezar a missa, ou seja, uma travessura que só poderia irritar a cúpula da Psicologia do Ego. Mas havia também algo de terrivelmente ingênuo em tal convite: nossos aprendizes de feiticeiro logo perceberiam que o analista kleiniano que estavam esperando, além de não se alinhar com escola alguma, já vinha sendo bastante maltratado pela casta londrina dos kleinianos, a mais pura da Europa. Em Londres, dizia-se que, pelo rumo que o velho Bion estava dando às suas ideias, ou ficara psicótico, ou um acidente vascular cerebral teria definitivamente lesado suas funções cognitivas (sic), era exatamente este o boato que corria na época.

O que se criticava em Bion? O que não se podia ou queria suportar deste veterano de duas guerras, velho soldado íntegro, fundador do Instituto Tavistock, antigo presidente da Sociedade Psicanalítica Britânica, admirado por Melanie Klein e respeitado por Donald Winnicott?

Os comentadores e biógrafos de Bion respondem indiretamente a esta questão³ quando identificam fases ou momentos distintos na evolução de seu pensamento. Não entraremos em detalhes sobre essas cronologias, que são bastante variadas. Basta sublinhar que praticamente todas concordam em um certo ponto de ruptura na época da publicação de *Transformations*⁴, em

1965. Ora, o fato é que nessa época o homem que ambicionava construir um “sistema científico dedutivo”⁵ e criar uma notação universal rigorosamente neutra – matemática! – capaz de marcar enfim a psicanálise com seu mais nobre cunho positivista se pusera repentinamente a citar Leonardo da Vinci, a discursar sobre o “infinito vazio e sem forma”⁶, a falar de “Verdade absoluta sobre a Realidade última”, “Fé”, misticismo, “divindade”, “O”⁷, “coisa-em-si”... Depois do metódico Bion epistemológico ou matemático, descobria-se relutantemente um Bion, digamos, anárquico. Um *místico*? Um inesperado psicótico!

Certamente, ainda sem saber bem aonde o velho analista queria chegar com um léxico tão exuberante, os que o haviam tido em alta estima preferiram olhar essa virada com uma certa precaução.

No entanto, as conclusões mais precavidadas serão igualmente as mais desdenhosas: em seus últimos trabalhos, Bion teria se tornado “menos rigoroso”⁸, ultrapassara a proibição edipiana contra a curiosidade humana e embarcara na busca alucinada de uma suposta Verdade⁹: passara da ciência para a ficção científica¹⁰... Em poucas palavras, o ancião teria perdido os limites.

Por trás dessas tensões, bem entendido, se encontra a questão polêmica e inquietante da cientificidade da psicanálise. Ou melhor: a questão de saber o que é positivamente a psicanálise se, como Bion defendia, em virtude da própria natureza de seu objeto, ela não pode ser uma ciência, na medida em que o método científico, embora necessário, lhe é totalmente insuficiente. Bion explica:

As descobertas da psicanálise fazem com que não seja mais possível se contentar com a metodologia dos cientistas e filósofos das ciências. Afinal, a posição do psicanalista é das mais curiosas: ele estuda *um assunto que elucida a fonte menos eliminável da pesquisa científica* – a saber o espírito humano –, *usando esse mesmo espírito como um instrumento científico* e tendo que fazê-lo sem a conveniência de pensar que suas observações são feitas por uma máquina inanimada, que estando morta, só pode ser objetiva¹¹.

E é aqui – e assim – que Bion acaba jogando a toalha. No fim de um longo percurso de exploração racional, científica, consciente, lógica, geométrica, matemática, ele admite (um tanto deprimido, convenhamos) a necessidade de renunciar ao projeto de “dar uma respeitabilidade científica à psicanálise”¹², sabendo-se que é impossível “cantar batatas”¹³. Batatas se cultivam, se descascam, se comem; não se cantam nem dançam!

Em suma, havia ali um erro de categoria insanável: era ocioso querer acomodar a psicanálise à ciência ou a ciência à psicanálise, pois o objeto, os fins e os meios da psicanálise – por serem vivos (o homem), e inacessíveis (o inconsciente, o Id, a força bruta da pulsão) – não podiam e, epistemologicamente falando, *não deviam* integrar uma metodologia cuja eficácia dependia acima de tudo das noções de objetividade e reprodutibilidade, sem falar na exigência de uma distância asséptica do objeto em nome de uma impossível supressão de toda e qualquer subjetividade. Ora, dizia Bion, o homem aprende, se transforma e se humaniza, não tanto por sua aptidão para seguir protocolos e instruções – ou por seu “dom de macaquear” e “fazer truques”, como ele gostava de sublinhar –, mas por sua capacidade, aliás dolorosa, de aprender

»»

*a ciência, como as disciplinas
atreladas à consciência,
havia deixado intacto mais
do que um resto, um torrão inteiro
da vida dos homens*

com a *experiência vivida*. A psique humana lida com o *real bruto*, e é para isso que se busca uma resposta. Sem dúvida, a ciência trouxera uma forma de mediação possível entre o homem e a brutalidade das coisas, mas à custa de congelar a alma humana, de arremedar o inanimado que observa o inanimado no intuito de reproduzir um mundo inanimado feito de pura abstração, conceito e forma. Um mundo no qual a força, o conteúdo (σ), colocado entre parênteses, clivado e depois até certo ponto sublimado, prosseguia escorrendo ainda assim por todas as brechas, metamorfoseado em guerras, sofrimento psíquico, ansiedades, lutos insuportáveis, doenças do espírito. A ciência, como as disciplinas atreladas à consciência, havia deixado intacto mais do que um resto, um torrão inteiro da vida dos homens, uma vez que para realizar plenamente sua tarefa ela devia avançar ignorando o não consciente, o Id, a coisa-em-si – esses prodígios das trevas que, relegados aos bastidores dos conceitos, abanavam o rabo desvairados, exigindo consideração. Pois como bem dizia Bion:

O problema é que os fatos não se deixam domar pelo ser humano. Tome qualquer lei da ciência: nada prova que alguém ou alguma coisa a obedeça. Seria prático se a realidade se adequasse à nossa compreensão, mas não se adequa, e não há motivo nenhum para que o faça¹⁴.

Ao descobrir o inconsciente, isto é, este mundo além ou aquém do que a consciência nos apresentava, a psicanálise havia inaugurado uma maneira nova de abordar as mediações entre o homem e a Coisa (*das Ding*); decerto, ela tinha

2 Para não dizer de Anna Freud...

3 Notadamente André Green, Thomas Ogden, James Grotstein, Michel Eigen, Rafael Lopez-Corvo, Neville Symington, Elisabeth Tabak de Bianchedi, Gérard Bléandonu, Pierre-Henri Castel, etc.

4 W. R. Bion, *Transformations*; ver o capítulo XI, para todas as minhas citações deste livro.

5 Cf. W. R. Bion, “Elements of Psycho-Analysis”, in *Seven Servants*.

6 Referência aos versículos 1, 2 e 3 de *Gênesis*, via John Milton, *Paradise Lost*, III, 11-12: “The void and formless infinite”.

7 “Utilizarei o signo O para denotar o que é a Realidade última representada por termos como: realidade última, verdade absoluta, divindade, infinito, coisa-em-si”. W. R. Bion, *Attention and Interpretation*.

8 E. O’Shaughnessy, “Whose Bion?”, *International Journal of Psychoanalysis* 86, p. 1523-1528.

9 Cf. J. Grotstein, *A Beam of Intense Darkness; Un rayon d’intense obscurité. Ce que Bion a légué a psychanalyse*.

10 Segundo as palavras do próprio Bion, in *A Memoir of the Future* (1975-1979).

11 W. R. Bion, *Cogitations*, p. 244.

12 Comunicação de Bion a Grotstein, citada in Grotstein, *Un rayon...*, p. 141.

13 W. R. Bion, *Transformations*.

14 W. R. Bion, *Four Discussions*.



ao se fazer estas perguntas,
Bion coloca de um modo
absolutamente novo a questão
da aquisição da interpretabilidade do
material inconsciente

sua própria contribuição a oferecer, sua maneira muito particular de lidar com a força bruta, com os elementos beta¹⁵, o O, o Real, a coisa-em-si.

Frequentar o antro da fera

A coisa-em-si, justamente. É mais do que hora de entrar no assunto, pois é ela que encontraremos implícita na problemática mística e, em particular, na mística bioniana.

Quando, como Freud ou Bion, estudamos um pouco a filosofia de Kant, sabemos que pretender conhecer a coisa-em-si é um contrassenso. Sabemos que estamos destinados a lidar somente com os fenômenos, ou seja com a coisa tal qual ela nos aparece. Da coisa-em-si, portanto, conhecemos apenas o que ela consente nos mostrar como aparência, e que nos é dado nas formas da sensibilidade. Para o comum dos mortais como nós, mal equipados para aceder ao suprassensível ou gozar da onisciência divina, a coisa-em-si (o O, nos termos de Bion) só pode ser uma história de *ouvir dizer*, de ficção ou delírio.

Daí a famosa pergunta de Bion: quando o analisando chega ao consultório para sua sessão, com o que ou com quem exatamente você vai ter que lidar? Não sabemos. Pois, rigorosamente falando, estamos diante de um fenômeno – isto é, diante do que aparece, do que se manifesta para nós (para a nossa consciência e para os nossos sentidos), e que pode eventualmente se tornar sujeito de uma experiência ou objeto de um saber.

Mas de que saber exatamente esse analisando-fenômeno pode se tornar objeto, se o

analisando-em-si (o O do analisando, a coisa-em-si que ele é e que constitui sua personalidade, sua alma, sua psique) nos é inacessível? Se “existe um abismo entre o fenômeno e a coisa-em-si”¹⁶? Se, por definição, a realidade do fenômeno que se apresenta a nós não pode ser objeto de conhecimento?

O que você faz então, prossegue Bion, do fenômeno que acontece de estar lá, deitado no divã bem ao seu lado? Porque “assim que uma pessoa entra em seu consultório, você sente imediatamente a pressão para você ser o tal que conhece as respostas”¹⁷: É simples: o fenômeno aparece querendo consultar, e você deve “saber”: você é o sujeito-suposto-saber – pior, você é o sujeito-pago-para-saber! Mas... saber o quê, exatamente? Como? Por meio de qual instrumento, uma vez que obviamente o inconsciente, a coisa-em-si, não são dados à consciência?

Ao se fazer estas perguntas – muito familiares a Freud –, Bion coloca de um modo absolutamente novo a questão da aquisição da interpretabilidade do material inconsciente, uma problemática que irá conduzi-lo ao conjunto de elaborações reunidas mais tarde sob a noção de “função-alfa”¹⁸. Em resumo: de que maneira o material inconsciente se torna acessível para ser submetido a um tratamento psicanalítico, ou seja, à interpretação? Em virtude de quais mediações se torna um elemento ao alcance da análise (um elemento alfa, em última instância), suscetível de conhecimento e de interpretação?

Segundo Bion, o próprio modo com o qual este material é recolhido ou colocado à disposição do par analítico na sessão depende do método especificamente psicanalítico¹⁹. Já que este material só será autêntico ou válido – isto é, só será Verdadeiro – se a força bruta (pulsional) que constitui seu conteúdo não for de imediato anulada pela ação da consciência que, ansiosa para compreender (e se proteger), tentará imediatamente neutralizá-lo, devolvendo-o por assim dizer à gaveta a partir da qual ele poderá ser uma vez mais recalçado, negado, clivado, atuado ou até mesmo conceitualizado²⁰.



para Bion, é o medo
do vago, o medo da coisa,
que nos leva às racionalizações
inúteis, às “paramnésias
teóricas”

O problema da aquisição da interpretabilidade do material inconsciente, o problema da inacessibilidade do Real, do O (no caso, o O de nosso analisando-fenômeno) é assim sobretudo e indiscutivelmente um problema de *resistência*; uma resistência, afirma Bion, ativada “quando a iminência da realidade do objeto é temida”, quando se chega perto demais da coisa. Assim, segundo Bion, existiria um “conhecimento do inconsciente” que, por refletir antes de tudo a angústia causada por essa vizinhança, não passa de uma “doença da ignorância”²¹: “Se você exprimir a menor curiosidade, diz, as respostas estão lá para acabar com ela”²². Para Bion, é o medo do vago, o medo da coisa, que nos leva às racionalizações inúteis, às “paramnésias teóricas”, à criação de conceitos vazios, em suma a um discurso interno contínuo em busca de razões (o paciente-se-comporta-assim-porque-quando-ele-era-bebê-a-mãe-dele-blá-blá-blá...), e cuja falação vem no momento certo para calar de vez o assunto. (Notemos que tudo isso é muito concreto e pragmático, pois trata-se aqui do comportamento e do estado de espírito do psicanalista durante a sessão. Esta é

uma das maiores preocupações de Bion, na medida em que, para ele, o psiquismo do analista constitui a principal e a primeira ferramenta da técnica psicanalítica – entre outros motivos porque, como observava André Green, Bion exclui a *transformação espontânea* do material bruto (β) em material interpretável (α) sem a mediação do meio ambiente, ou seja, do objeto: a mãe, o analista, o outro²³...).

De que maneira então, propriamente psicanalítica, o material deve ser abordado? A resposta de Freud, que podemos ler em vários lugares de sua obra, é muito conhecida, mas vale a pena lembrar o que diz, por exemplo, em um dos seus “Dois verbetes de enciclopédia”:

(O psicanalista) se comporta aqui da maneira mais adequada se se abandona, em um estado de atenção uniformemente flutuante, à sua própria atividade mental inconsciente; evita tanto quanto possível pensar e elaborar expectativas conscientes; não quer, do que escutou, fixar particularmente nada em sua memória e, deste modo, *capta o inconsciente do paciente com seu próprio inconsciente* ²⁴.

É impossível uma resposta mais clara:

1. *O analista capta o inconsciente do paciente com o seu próprio inconsciente*: o O do paciente torna-se o O do analista, diria Bion;

2. *Ao abandonar-se à sua própria atividade mental inconsciente*: em um estado de “devaneio” (*rêverie*), diria Bion;

3. *Evitando tanto quanto possível pensar, elaborar expectativas conscientes e sem querer fixar nada em sua memória*: sem pensamento, sem memória ou desejo, diria Bion.

15 Termo utilizado por Bion para designar as impressões sensoriais brutas causadas pelos estímulos entrantes (O); os elementos beta (β) são físicos (fisiológicos) por natureza, contrariamente aos elementos alfa (α) que são mentais; v. W. R. Bion, *Learning from Experience*.

16 W. R. Bion, *Transformations*.

17 W. R. Bion, *Quatre discussions*.

18 Função de “metabolização” das impressões sensoriais brutas (elementos β), cujo protótipo é a capacidade de devaneio (*rêverie*) materna; cf. *Learning from Experience*.

19 À imagem das amostras colhidas em laboratório, a maneira de se aproximar do material na sessão obviamente influencia o que se obtém. Daí a necessidade de um “método” e de uma “técnica” suficientemente testados (a associação livre, a escuta flutuante, o funcionamento específico do enquadre, etc.), capaz de nos levar aos melhores resultados.

20 Ou seja se submetendo a transformações em L, H ou K (Love, Hate, Knowledge) e em -L, -H, -K, mas nunca em O. Bion escreve: “as transformações tratam de fenômenos e [...] os fenômenos só são tratados quando conhecidos, amados ou odiados”. Cf. *Transformations*, xi.

21 Bion gostava muito de parafrasear a sentença do escritor francês Maurice Blanchot, que André Green lhe citara um dia: “A resposta é a infelicidade da pergunta”.

22 E Bion prossegue: “Principalmente quando você acaba acreditando que a resposta é a resposta”; cf. *Quatre Discussions*, p. 42.

23 V. André Green, *Penser la psychanalyse...*, p. 33.

24 S. Freud, *Psychanalyse, Résultats, idées, problèmes*, t. II. O itálico é meu.



*é possível vencer a resistência
de nossas explicações racionais
(e conscientes) e se tornar
o O do paciente?*

Como nota o psicanalista Christopher Bollas, que propôs esta comparação entre Freud e Bion: “Isso é Bion, antes de Bion!”²⁵.

E eis que, com a bênção de Freud, acabamos todos concordando (ou assim espero) que não são os raciocínios ou a consciência do analista que conduzem a dança no consultório. Não é à luz da consciência que consideramos a coisa no paciente, uma vez que isso seria, como já dito, mais uma forma de resistência, uma fobia do O. De fato, em termos bionianos, a consciência, a nossa e a do analisando, talvez possa nos levar a *tomar conhecimento* de O, mas jamais *a se tornar* O – e entre essas duas situações há um mundo.

Quem, entre nós, nunca viu esse paciente que diz: “Claro, sei bem que meus acessos de cólera são nocivos, que eles acontecem sempre que isto ou aquilo... O que não sei é *como fazer?!?*” Ou então, esse paciente que aparece explicando que não está ali por iniciativa dele, mas que foi o irmão ou a namorada que insistiram para que viesse? Em suma, quem entre nós nunca encontrou esse analisando que *sabe* mas que *não é*, que *não consegue ser* e que sofre com isso?

De acordo com Bion, é exatamente a este ponto de passagem que devemos endereçar nossas (melhores) interpretações; é neste ponto preciso de articulação, nesta via estreita que vai do conhecimento ao porvir, do epistêmico ao ontológico, que elas devem atuar. Bion se pergunta:

É possível, pelo viés da interpretação psicanalítica, operar uma transição entre *conhecer* os fenômenos do Id real e *ser* este Id real?²⁶

É possível vencer a resistência de nossas explicações racionais (e conscientes) e se tornar o *O do paciente*, a fim de atravessar o Rubicão com ele? Aos olhos de Bion, de fato, a posição do psicanalista é uma das mais difíceis que existem. Ali, nos confrontamos com nada menos que o informe, a força, a pulsão; brincamos perigosamente com fogo, e é necessário ter uma técnica apurada para fazê-lo – uma técnica que não se aprende nos manuais ou nos bancos dos seminários, mas no calor da batalha, em plena imersão na experiência do consultório. Uma técnica que exige, por exemplo, que se tolere a frustração de não ter a menor ideia do que está acontecendo, de ter a paciência de esperar dias, meses ou anos, antes que uma centelha do O do paciente nos seja perceptível. Uma técnica que pede que não se deseje nem pense no lugar de outrem, que se suporte seu próprio sofrimento e o do outro sem afobamento e sem apelar para as teorizações, que então só criariam mais um efeito paramnésico: preencher o vazio, espantar os silêncios intermináveis, moderar o constrangimento da espera... Sobretudo, tais interpretações, que não são causais (em C) mas transformadoras (em O)²⁷, exigem um psiquismo muito menos clivado, para que se possa chegar até o antro da fera, frequentá-lo um tanto e depois ir embora sem cair na sua armadilha patológica; na verdade, essas interpretações em O exigem que possamos descer pelas infinidades obscuras do inconsciente sem deixar ali a razão, sem enlouquecer.

De fato, segundo Bion, esse interdito kantiano da frequência da coisa-em-si (a frequência do Id, ou do puro pulsional, como já compreendemos) só pôde ser violado pelos grandes espíritos místicos que buscavam a comunhão com o inefável, com Deus. É por isso que, para Bion, o psicanalista faria bem em encontrar em si mesmo pelo menos uma fagulha de alma mística, se quiser ter uma ideia de com o que terá que lidar quando sugerir ao fenômeno que bate à sua porta que se deite no divã.

Num de seus seminários na Clínica Tavistock, Bion descreve bem o que acontece:



não se deve imaginar que só as interpretações em O importam, ou que sem elas seríamos maus analistas

Acho que o sinal da situação falsa é o sentimento de ansiedade, a sensação de estar em conflito, a impressão de que as coisas não se encaixam perfeitamente. [...] Em um certo ponto, ou pelo menos em um ponto incerto, ouve-se o estalo. Mas, na maioria das vezes, você é obrigado a tolerar esse sentimento de desorientação, ou de estar no que não é verdade. É difícil, porque os momentos de iluminação não são muitos, são mesmo extremamente raros. Consolo-me pensando que depois de, digamos, cinco ou seis anos com um paciente, talvez tenhamos tido três momentos de iluminação... e três são suficientes. Estou falando da verdadeira iluminação, da coisa real. Explicações razoáveis, racionalmente aceitas, não nos faltam... quanto a isso, não há o menor problema: interpretações 'corretas' se contam aos milhões. Mas são as tais situações iluminantes que dão conta do recado. Se o analista e o analisando puderem suportá-las, então também poderão continuar ligados o tempo suficiente para que elas apareçam²⁸.

Como podemos constatar, não estamos aqui em busca uma compreensão intelectual do sofrimento psíquico do paciente. À semelhança da maneira mística, há algo como uma entrega de si mesmo, um abandono, uma *com-paixão*, como diria Winnicott, que permite ao analista (e ao analisando) procurar um acesso *vivo* para as emoções com as quais estão lutando – isso é o que cria a *experiência analítica* na sessão e, segundo Bion, não há teoria psicanalítica que possa dar conta completamente da experiência analítica em si.

Não que a interpretação explicativa, a interpretação correta em C (conhecimento), não seja válida ou útil. Não apenas é, mas também, como observa Bion, é muito modestamente o quinhão diário dos analistas e analisandos. Ela tem sua beleza e eficiência próprias, e não se deve imaginar

que só as interpretações em O importam, ou que sem elas seríamos maus analistas, preguiçosos ou incompetentes. No entanto, o que as distingue é por exemplo a *temporalidade*: a situação temporal (e tópica) do material ao qual cada uma remete. É fácil ilustrar este ponto se fizermos uma analogia com a nossa experiência do teatro, como espectadores convidados a nos sentarmos em uma sala e a assistir à representação de um drama. Tomemos Tchekhov e Beckett²⁹, dois autores populares, ambos de um talento incontestável.

O que se passa no *tempo vivido* – na peça e para o espectador – nas *Três Irmãs* de Anton Tchekhov? Há um armário que ocupa quase toda a cena. Sua chave foi perdida, ou não se quer mais achá-la. O armário está repleto de coisas que ninguém sabe bem o que são – o recalque. A dança da vida transcorre em torno desse armário: as pessoas chegam e vão embora, falam do passado, do futuro, têm lembranças, esperam... Elas se unem e se separam, se acalmam ou se desesperam, se perguntando sempre sobre o que já foi, especulando sobre o que virá. Mas, basicamente, exceto o armário vivido como um trambolho existencial incontornável, ninguém nunca está *ali*, presente. E o espectador que embarca nessa história tão bem contada também se ausenta: ele pula por cima do tempo presente e passeia do passado ao futuro, pronto a esquecer que já está há mais de uma hora sentado em uma poltrona geralmente desconfortável, pior, que pagou para estar lá, precisamente nesta *u-topia*, neste *lugar nenhum* do passado ou do futuro, contanto que não lhe peçam para existir ali onde se encontra agora. (O espectador fantasma.)

25 Cf. C. Bollas, *The Freudian Moment*.

26 W. R. Bion, *Transformations*, xi.

27 Fala-se de uma interpretação "em C" ou "em O", como uma partitura para ser executada em *dó* ou em *fá*.

28 W. R. Bion, *The Tavistock Seminars*.

29 Sem esquecer que Beckett foi um analisando de Bion, quando ambos iniciavam suas carreiras. Para mais detalhes, ver: D. Anzieu, "Beckett and Bion", *International Review of Psycho-Analysis* 16, p. 163-8; S. Connor, "Uma conferência sobre Beckett e Bion", disponível em: <www.stevenconnor.com/beckbion/>.



*sem passado: o esquecemos,
talvez nunca o tenhamos tido...
Sem futuro, já que esperamos*

16

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Mudemos de teatro. Estamos assistindo a *Esperando Godot* de Samuel Beckett. O que acontece? Ao contrário das *Três Irmãs*, em vez do armário abarrotado (o inconsciente recalçado), há um vazio (o buraco negro do Id). Só uma árvorezinha atrofiada e perdida, como que naufragada na imensidão do palco, aparece longínqua significando a imensidão da falta. O objeto redentor não está lá. Ele deve vir, ele disse que viria, mas não está lá. O que fazemos então? Esperamos... E o que fazemos enquanto esperamos? Percebemos que nossos sapatos estão apertados, que a poltrona do teatro está realmente caindo aos pedaços e que nossos pés e as costas doem³⁰; dizemos não saber bem o que fazer, mas que se matar talvez seja uma opção... Ou seria melhor ir embora? Mas então, por que viemos? Pensamos que talvez preferíssemos não estar lá, mas que estamos lá, dolorosamente lá, criando raízes de tanto estar lá, pois estamos esperando. Vladimir e Estragon, e a plateia inteira com eles, se encontram presos no aqui-agora do presente. Sem passado: o esquecemos, talvez nunca o tenhamos tido... Sem futuro, já que *esperamos*. E esperar nos faz experimentar – eis aí toda a crueldade do instante – o Real do presente, o tempo sem tempo, o absurdo do sempiterno.

Tchékhov = C; Beckett = O. É lugar comum associar Tchékhov com a neurose e Beckett com a psicose. Na realidade não é tão simples, porque do ponto de vista bioniano o que importa é o negativo de tudo isso, a coisa-em-si, a saber: o que neles *não nos é dado ver* – aquilo que sobra, precisamente, uma vez removida da paisagem a sua simples demonstração fenomenal³¹.

Em Beckett, a urgência da presença esconde vergenhosamente a concretude obscena da ausência. Ela figura assim o vínculo impossível com o objeto do amor, pois é de um objeto irremediavelmente perdido que se trata: com ares de quem não está pedindo nada, somos obrigados a “esperar” se não quisermos escolher entre a vergonha de odiar ou de se matar. Em Tchékhov, a nostalgia pletórica, mas quão dolorosa, esconde a pulsão devoradora que teria devastado qualquer momento presente; porque a incerteza do instante é insuportável – ela é tão cheia de fantasmas que melhor é sair para tomar chá, inventar histórias de família e planos para o futuro, inevitavelmente fadados a fracassar. Assim, o excesso-vazio de Tchékhov e a ausência-plena de Beckett apontam cada um para o seu oposto, seu negativo: a falta de significado criada pelo excesso de convenções (o excesso de recalçamento), o amor hemorrágico criado pela ausência de objeto continente (o buraco psíquico deixado pelo objeto perdido). Eis, de certa forma, a diferença de registro – temporal e existencial – entre esses dois tipos de interpretação de que fala Bion: a interpretação em C, que trabalha remetendo para o inconsciente recalçado, e o atemporal do inconsciente recalçado; a interpretação em O, que trabalha remetendo ao Id e à falta de representação essencial ao Id.

Por definição, a interpretação em O não pode ser narrada, uma vez que provém de uma situação de *insight* naturalmente indescritível; é uma experiência vivida sobre a qual não se há nada a dizer, exceto talvez para um artista, um Shakespeare, um Flaubert ou um Proust. A interpretação em C é mais fácil de ilustrar. Em uma sessão de análise com Bion, James Grotstein resmungava em seu divã contra alguma cambalhota sexual de seus pais, que ele teria visto ou ouvido. Bion escuta a reclamação e diz: “Muito bem feito! O pênis e a vagina são órgãos sexuais nojentos. Que fiquem um com o outro, é só o que merecem!”³².

Com uma interpretação maliciosa, endereçada diretamente às partes infantis de seu analisando, Bion o faz entender que sua visão repugnante da sexualidade é apenas uma resposta

desajeitada e rancorosa à sua inveja do amor entre o casal parental. É uma interpretação em C, edipiana clássica, límpida e desconstrutiva, formulada de maneira brincalhona e compassiva. É dirigida ao inconsciente recalçado e tem pouco a ver com o Id, exceto talvez num efeito de eco elevado à décima potência.

Essas interpretações, em O e C, têm ambas a ver com a teoria bioniana das partes psicóticas e não psicóticas da personalidade³³; com a maneira como essas partes se respondem, se tratam e se maltratam mutuamente. Sobretudo, elas têm a ver com a forma como Bion interpretou a articulação entre a primeira e a segunda tópicas, e com sua leitura de “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental” (1911)³⁴, em que Freud, ao falar de *realidade real* e de *realidade psíquica*, afirma que “temos obrigação de usar a moeda corrente do país que estamos visitando”³⁵.

Ou seja, como pedia Freud, a teoria bioniana procede a diferenciações importantes quanto aos nossos modos de engendrar e organizar a experiência (isto é, quanto aos nossos mecanismos de defesa), evitando aplinar as irregularidades do

»
fica claro aqui a que ponto
a “teoria do pensamento” de Bion
provém de uma extensão
da psicanálise ao tratamento
das psicoses

material a ser tratado, ou uniformizá-lo segundo um único padrão³⁶. Assim, por mais excêntrica que pareça, essa atitude mística que permite a interpretação em O – e que visa em particular às instâncias da segunda tópica – torna-se um instrumento de trabalho original, e sobretudo um “componente obrigatório”³⁷ da teoria contemporânea do conhecimento psicanalítico.

Fica claro aqui a que ponto a “teoria do pensamento” de Bion, e tudo o que dela decorre, provém de uma extensão da psicanálise ao tratamento das psicoses – extensão que teria sido provavelmente impossível sem a famosa virada freudiana da década de 1920, que abriu o caminho para a exploração do psiquismo *borderline* e das chamadas organizações não neuróticas³⁸.

O finito e o infinito e a questão da criação

Se um dia Bion preferiu utilizar os termos de “finito” e “infinito” – em vez de “consciência” e “inconsciente” – não é porque de repente se tornou um paranoico, um místico no sentido pejorativo da palavra, mas sim porque o interdito kantiano quanto à coisa-em-si possui ainda um outro nome: a *finitude*. Inspirado na filosofia do conhecimento de Kant³⁹, Bion só fez adaptar seu léxico à ideia segundo a qual nossa faculdade de conhecer é limitada, já que trombaremos sempre com a inacessibilidade da coisa-em-si. De fato, ele radicaliza uma ideia que Freud aceitava plenamente quando, no *Esboço*, chamava a atenção para “a natureza e limitação de nossa ciência”⁴⁰.

30 O vazio da ausência do objeto: somos imediatamente enviados portanto ao nosso próprio corpo, como na psicossomatização: dor nas costas, dor de barriga, dor de cabeça...

31 É neste sentido, por exemplo, que Bion comenta as esculturas de Henry Moore, em que a forma sempre se desenha mais pelos vazios escavados na matéria que por seus próprios contornos.

32 J. Grotstein, *Un rayon...*, p. 55.

33 W. R. Bion, “Differentiation of the psychotic from the non-psychotic personalities”, in *Second Thoughts*, p. 43-64.

34 Diria que este é o artigo fetiche de Bion – a quase-totalidade de sua obra está baseada neste artigo, e em “O Ego e o Id”.

35 S. Freud, in *Résultats, idées, problèmes*, t. 1, p. 142.

36 Cf. A. Green, *Penser la psychanalyse...*, p. 42.

37 Cf. J. Grotstein, *Un rayon...*, p. 15.

38 De qualquer modo é importante sublinhar que, se Bion opera essas diferenciações (como os freudianos clássicos também estão acostumados a fazê-lo mas talvez de maneira menos radical), é para melhor integrá-las em seguida no seio de um *corpus* teórico unificado: não há uma teoria para a neurose e uma teoria para as organizações ditas não neuróticas, tanto mais que não há estado psíquico fixado para sempre ou a *priori*; segundo Bion, justamente, a tendência é a oscilação: SP↔D (v. *infra*, a nota 43).

39 I. Kant, *Crítica da Razão Pura*.

40 S. Freud, *Abrégé de psychanalyse*, p. 70-71; *Esboço de psicanálise*, in S. Freud, *Obras completas* XIII, p. 225.



costuma-se dizer: uma “mudança de vértice” é uma mudança de ponto de vista. Mas de qual ponto de vista, exatamente?

No nosso campo científico, como em todos os outros, o problema é o mesmo: trata-se de descobrir, por trás dos atributos (qualidades) diretamente percebidos do objeto, algo que depende menos da capacidade receptiva de nossos órgãos sensoriais e que se aproxima mais do que se supõe ser o estado real das coisas. Decerto não esperamos ter acesso a tal estado, pois obviamente somos obrigados a traduzir todas as nossas deduções de volta para a linguagem das nossas percepções, uma desvantagem da qual nunca poderemos nos liberar. Mas é exatamente aí que reside a natureza e a limitação da nossa ciência. [...] É assim que tentamos aumentar o máximo possível o desempenho de nossos órgãos sensoriais por meios artificiais, mas pode-se dizer que todos os nossos esforços não mudam em nada o resultado final. A realidade permanecerá para sempre “incognoscível”.

O Real é um privilégio de Deus – nosso mundo é o mundo da psique, do espírito, da alma, dos fenômenos e fantasmas que assombram cavernas ... É com este mundo que temos de lidar, e foi exatamente por isso que Freud sustentou que o aparelho psíquico deve fornecer um trabalho para qualificar (mentalizar, representar) o que, do Real, o atinge vindo do interior (e, dirá mais tarde Bion, do exterior⁴¹). Este trabalho, como sabemos, tem um custo psíquico comensurado em termos de quantidade de pressão – força do *input* – exercida sobre a nossa psique: é a definição da pulsão que propõe Freud. Portanto, é exatamente da pulsão que Bion fala, ou melhor, desta articulação entre o físico e o psíquico atravessada pela força pulsional (teoricamente conectada a ela)⁴², quando tenta encontrar uma via de acesso para o Id. Se partirmos do postulado freudiano

de que o Id é pura força pulsional e não contém representações, forçosamente este acesso só pode ser entendido como uma via marginal (mística?). Porque nenhuma representação de coisa ou de palavra será, nesse caso, capaz de fazer o trabalho, nenhum pré-consciente (Pcs), com suas ricas figurações, condensações e deformações, poderá se dedicar à tarefa. Simplesmente porque o Pcs não dá conta do Id... (é preciso usar a moeda do país que se está visitando!). Logo, só nos resta a transgressão do interdito kantiano da coisa-em-si: passar pela porta mística, pela porta dos fundos, por assim dizer, uma via de acesso ao Id que só se percebe depois de uma “mudança de vértice”.

Mas é preciso agora uma pequena digressão para que se entenda o que Bion quer dizer com mais esse termo bizarro. Costuma-se dizer: uma “mudança de vértice” é uma mudança de ponto de vista. Sim, é mais ou menos isso. Mas de qual ponto de vista, exatamente? Daquele que passa da primeira para a segunda tópica – o da famosa virada freudiana. Falando mais claramente, do ponto de vista da nossa maneira de abordar o inconsciente. (E, como observou Freud, uma tópica não deve jamais excluir a outra, precisamos de ambas: precisamos então adquirir esta capacidade, acrescenta Bion, de *mudar de vértice o tempo todo* – $SP \Leftrightarrow D^{43}$ –, de acordo com o material que nos é apresentado.) A primeira tópica nos oferece uma visão do inconsciente a partir do sistema Cs-Pcs. Ela representa o *ponto de vista da história dos Ics contada pelos Cs-Pcs*; é uma história do material coletado *após* a interpretação⁴⁴ ou pelo menos após sua passagem pelo portão do Pcs: os sonhos, os lapsos, os atos falhos, as fantasias, todo esse material processado, secundarizado pelo filtro da “representação de coisas/representações de palavras”. Mas o que fazemos quando não há um Pcs para contar a história?⁴⁵ Quando a história é contada por um surdo, mudo, cego e paralisado, cuja única expressão exteriorizada é um coração que bate (a imagem é tirada do livro de Dalton Trumbo, *Uma arma para Johnny*). Bem, dizia Bion, é aí que é preciso ter a coragem de transgredir o interdito kantiano da coisa-em-si,

e, com o risco de passar por louco, ir auscultar a fera em seu próprio covil.

Eis a posição mística: uma posição transgressora em relação à visão que a consciência nos oferece do mundo. De acordo com Bion, ela permite um acesso à história do Id em versão original, ou quase – em todo caso, sem a tradução da primeira tópica, que, por mais interessante e útil que seja, só pode contar o que se passa de seu próprio ponto de vista.

Do mesmo modo, para Bion, rigorosamente falando não pode haver *criação* (exceto em caso de patologia megalomaniaca), já que a criação é também um puro atributo de Deus. Só Deus pode criar o que quer, quando quer. Só Deus pode separar os elementos e dar forma ao infinito vazio e sem forma, ou decidir abandonar todo esse pandemônio ao seu próprio caos, se tal for Seu soberano desejo. Só Deus goza de uma infância absoluta, vive eternamente no princípio do prazer.

Por conseguinte, só o inconsciente é *in-finito*. A consciência, esta, tem de se contentar com seus limites e se acomodar à sua castração constitutiva, essencial. Quanto a nós, “que não apitamos nada”, como diria Shakespeare⁴⁶, resta-nos o consolo das transformações, e a possibilidade de uma posição

»
a terminologia grandiosa de Bion,
que muitas vezes assusta,
fala na verdade dessa frequentação
perigosa da Coisa

epistêmica feita de *porvir*. Podemos, afirma Bion, amar (L), odiar (H) ou conhecer (K)⁴⁷ os fenômenos que nos rodeiam. Depois, nos colocamos francamente do lado da experiência vivida como uma tentativa de chegar mais perto da coisa, mas sempre como um jogo, deixando-nos levar por um fluxo feito da sucessão de porvires que não se realizarão jamais. Nunca *seremos* a Coisa.

A terminologia grandiosa de Bion⁴⁸, que muitas vezes assusta, fala na verdade dessa frequentação perigosa da Coisa, dessa vizinhança arriscada com o pulsional. Ela reflete também a dor (o trabalho) psíquico que a integração da ideia de finitude supõe: a ideia segundo a qual não conheceremos jamais o desfecho da história, pois nunca estaremos lá a tempo de assistir ao fim do mundo. Não viveremos eternamente. Exceto em nossos delírios psicóticos ou em nossas crenças religiosas – mas, mesmo aí, exige-se que se enlouqueça ou se morra antes...

41 É Bion que acrescenta os *estímulos do meio ambiente*, a partir de suas elaborações sobre a identificação projetiva enquanto modo de comunicação *normal* que utiliza o outro como suporte e instrumento de regulação. Para Freud, a pulsão representa unicamente as excitações endógenas.

42 Para Bion, o dualismo corpo-espírito é um modo cômodo e puramente teórico de se imaginar o trabalho de qualificação pulsional e não corresponde de forma alguma à realidade monista da unidade de funcionamento humano.

43 Notação que remete às posições kleinianas clássicas: esquizoparanoide (SP) e depressiva (D). Utilizando a flecha bilateral ⇔, Bion “corrige” a linearidade desenvolvimentista da proposição de Klein e introduz a oscilação entre as fases do desenvolvimento.

44 Cf. A. Green, *Penser la psychanalyse...*, p. 28.

45 Em outros termos, quando se trata de enfrentar distúrbios psíquicos ligados às falhas de simbolização, por exemplo, ou lidar com psicossomatizações graves.

46 *Júlio César*, ato I, cena II.

47 Love, Hate, Knowledge; v. *Elements of Psycho-Analysis*.

48 Segundo Grotstein, a terminologia de Bion age como uma defesa maníaca contra a depressão, quando utiliza – como por vingança – as figuras do divino para registrar a finitude humana: sua finitude temporal e epistêmica.

Referências bibliográficas

- Anzieu D. (1989). Beckett and Bion, *International Review of Psycho-Analysis*, 16, p. 163-168.
- Bion W. R. (1957). Differentiation of the psychotic from the non-psychotic personalities. In W. R. Bion, *Second Thoughts*. New York: Jason Aronson, p. 43-64; Différenciation des personnalités psychotique et non psychotique. In W. R. Bion (1967). *Réflexion faite*. Paris: PUF, p. 51-73.
- _____. (1962). *Learning from Experience*. New York: Basic Books; *Aux sources de l'expérience*. Paris: PUF, 1979.
- _____. (1963/1977). *Elements of Psycho-Analysis*. In W. R. Bion, *Seven Servants*. New York: Jason Aronson; *Éléments de la psychanalyse*. Paris, PUF, 1979.
- _____. (1965). *Transformations*. Londres: Maresfield Reprints; *Transformations*. Paris: PUF, 1982.
- _____. (1970). *Attention and Interpretation*. Londres: Tavistock; *L'Attention et l'interprétation. Une approche scientifique de la compréhension intuitive en psychanalyse et dans les groupes*. Paris: Payot, 1974.
- _____. (1978). *Four Discussions*. Londres: The Clunie Press; *Quatre Discussions*. Paris: Ithaque, 2006.
- _____. (1991). *A Memoir of the Future (1975-1979)*. Londres: Karnac.
- _____. (1992). *Cogitations*. New York-Londres: Karnac.
- _____. (2005). *The Tavistock Seminars*. Londres: Karnac; *Bion à la Tavistock*. Paris: Ithaque, 2010.
- Bollas C. (2007). *The Freudian Moment*. Londres-NY: Routledge; *Le Moment freudien*. Paris: Ithaque, 2012.
- Connor S. (1988). Conferencia Beckett and Bion. Londres, disponível em: <www.stevenconnor.com/beckbion/>.
- Freud S. (1911/1985). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In S. Freud, *Résultats, idées, problèmes t. i*. Paris: PUF, 1985.
- _____. (1922-1923/1985). *Psychanalyse*. In S. Freud, *Résultats, idées, problèmes, t. II*. Paris: PUF, 1985.
- _____. (1938/1985). *Abrégé de psychanalyse*. Paris, PUF; *Esboço de psicanálise*. In S. Freud, *Obras completas XXIII*. São Paulo: Imago.
- Green A. (2013). *Penser la psychanalyse avec Bion, Lacan, Winnicott...* Paris: Ithaque.
- Grotstein J. (2007). *A Beam of Intense Darkness*. Londres: Karnac Books; *Un rayon d'intense obscurité. Ce que Bion a légué a psychanalyse*. Paris: Ithaque, 2016.
- O'Shaughnessy E. (2005). Whose Bion?, *International Journal of Psychoanalysis* 86, p. 1523-1528; *Quel Bion?*, *Année psychanalytique internationale* 4, 2006, p. 161-166.

On Bionian Mysticism

Abstract By evoking the Kantian interdiction of access to the thing-in-itself, the present article attempts to show that instead of an ideological split or a theoretical recession, Bion's introduction of his so-called "mystical" approach brings us to logical conclusions of his epistemological research. This movement is not a dizzying turnaround: on the contrary, it reveals the red thread that the common thread running through Bion's oeuvre is that of question of knowledge in general, and following Freud, the question of knowledge of the unconscious in particular.

Keywords O; the Real; thing-in-itself; science and truth; epistemology and unconscious; interpretability of the Id.

Texto recebido: 08/2017

Aprovado: 10/2017

¿Qué quiere un hombre?

Hacia una clínica de varones con perspectiva de género

Débora Tajer

Débora Tajer Psicoanalista. Licenciada y Doctora en Psicología (UBA), Magíster en Ciencias Sociales y Salud (FLACSO). Profesora Adjunta a cargo de la Cátedra “Introducción a los Estudios de Género”, Profesora Adjunta regular de la Cátedra “Salud Pública/Salud Mental II”, Facultad de Psicología, UBA. Co-fundadora del Foro de Psicoanálisis y Género (APBA).

Nota El presente artículo fue publicado en la Revista *Psicoanálisis Ayer y Hoy* de la Escuela Argentina de Psicoterapia para Graduados. <http://www.elpsicocanalisis.org.ar/nota/que-quiere-un-hombre-hacia-una-clinica-de-varones-con-perspectiva-de-genero/>

Resumen En el presente trabajo se aborda una propuesta de clínica psicoanalítica con varones incorporando perspectiva de género. Se destaca como la propuesta hacía los varones en el sistema patriarcal de ser subjetivados para el dominio impacta en las dificultades para que estos ubiquen en el campo del semejante a las mujeres. Se propone entonces un tipo de intervención clínica que interpele a los varones desde una dimensión ética que los responsabilice de sus acciones frente a las consideradas “subalternas”.

Palabras clave género; masculinidades; psicoanálisis; varones.

Resumo No presente trabalho, aborda-se uma proposta de clínica psicanalítica com homens que incorpora uma perspectiva de gênero. Destaca-se como a proposta feita aos homens no sistema patriarcal de ser subjetivados para a dominação tem como efeito dificuldades para que eles localizem as mulheres no campo do semelhante. Em seguida, propõe-se um tipo de intervenção clínica que interroga os homens a partir de uma dimensão ética que os responsabiliza por suas ações diante daquelas consideradas como “subalternas”.

Palavras-chave gênero; masculinidades; psicanálise; homens.

1 S. Bleichmar, *El Desmantelamiento de la Subjetividad. Estallido del Yo*.

La pregunta acerca de *qué quiere un hombre* parafrasea en espejo, la que hemos escuchado una y mil veces en nuestra formación como psicoanalistas: la interrogación que se hacen los hombres acerca de “qué quieren” las mujeres. Pienso que sería maravilloso si fuera formulada de ese modo. Sería un paso adelante frente a los desafíos contemporáneos: la pregunta por el deseo del sexo al cual unx no pertenece. Pero no, aún no se puede formular como enigma sobre el deseo del/a semejante, del otro sexo al cual no pertenezco. Se suele aún formular como un enigma que se plantean tanto varones como mujeres, sobre el deseo de las mujeres.

En otras palabras, lo que debiera ser una pregunta sobre el deseo de ese otro, que no soy yo, en este caso, el sexo que no es uno, se intenta formular como una pregunta universal sobre el enigma acerca “del deseo femenino”.

Y esto acontece y se puede explicar por algunas razones que vale la pena identificar.

Nos puede ayudar tomar una distinción que establecía Silvia Bleichmar entre dos conceptos que se articulan que son: a) *producción de subjetividad* y b) *constitución del psiquismo*¹.

El concepto de *producción de subjetividad* relaciona las formas de representación que cada sociedad instituye para la conformación de sujetos aptos para desplegarse en su interior y las maneras en que cada sujeto constituye su singularidad. El otro concepto, el de *constitución del psiquismo*, refiere a los modos de constitución del aparato psíquico tomando como causalidad la determinación libidinal del sufrimiento psíquico. Y ambos se relacionan en la constitución, no solo se influyen e impactan.



el fin de un padre, el del patriarcado occidental, es el fin de un mundo, no el fin del mundo

Por lo tanto, lo histórico social y lo político, entendido en este caso como la distribución social del poder entre los géneros, hacen parte fundamental de la organización psíquica desde el comienzo.

Dado que la introducción del infante en el simbólico, es en realidad en *un* simbólico al cual no se le puede atribuir un carácter universal en el marco de las relaciones tempranas y la crianza. Este simbólico en el cual nos hemos constituido hasta el momento, que algunos tematizan en términos intrapsíquicos como habilitado por la función paterna, es en realidad, como nos enseña Michel Tort², una construcción histórica. Construcción histórica que es solidaria de las formas tradicionales del dominio masculino que asegura a los padres varones el monopolio de la función simbólica. Por lo tanto, el fin de un padre, el del patriarcado occidental, es el fin de un mundo, no el fin *del* mundo. Las formas de devenir sujeto y el ejercicio de las funciones que participan en él son históricas y constituyen el lugar de las relaciones de poder entre los géneros.

Una vez hecho este recaudo epistémico sobre “la pregunta de origen”, la tomaré como punto de partida para dar cuenta de lo que veo y escucho en la clínica contemporánea de varones adultos como analista mujer con perspectiva de género. Con esto estoy diciendo que los varones tienen género y que esta perspectiva, en diálogo con el psicoanálisis, puede contribuir a trabajar con ellos y sus malestares de época.

Dicho esto señalo que el hecho de que los procesos de singularización de los varones adultos contemporáneos se hayan llevado a cabo en un histórico social caracterizado como patriarcal, implica que desde su más temprana infancia se les ha transmitido vía el “baño de lenguaje” y los

vínculos con los/as otros/as primordiales que forman parte de un colectivo con mayores prerrogativas sociales, sexuales y económicas que las mujeres en general, incluyendo las de su mismo sector social. Lo cual entre otras cuestiones, les ha generado estilos específicos de circulación libidinal y constitución del narcisismo³.

Y en muchos de ellos vemos como marca de proceso de subjetivación en el privilegio una inscripción del campo del semejante que podríamos llamar *acotado o de baja intensidad*⁴. Para estos sujetos, las mujeres no están incluidas en el campo del semejante, por lo cual no tienen los mismos recaudos éticos hacia ellas que si tienen con quienes consideran semejantes, en este caso, los otros varones. Lo cual también obtura que tengan la misma empatía y posibilidad de identificarse con su sufrimiento en tanto otra. Donde muchos ven solo temas psicológicos que surgen de lo intrapsíquico (empatía, etc.), podemos invitar a que comiencen a articular lo político con lo psíquico para identificar qué sujetos se constituyen, en qué contexto.

Luego agregaríamos que estos sujetos con estas marcas de origen, han debido además vérselas con las transformaciones “antropológicas”⁵ que han atravesado a lo largo de sus vidas, que incluyen reacomodamientos en las relaciones de poder entre los géneros en la vida cotidiana que han creado mayores libertades, pero también, nuevos modos tanto de sufrimiento como de placeres, que tiene sus especificidades según se trate de varones o de mujeres. Para el caso de los varones, al haber sido subjetivados en un contexto de dominación masculina⁶ con la promesa a futuro de portar el monopolio de la función simbólica⁷ y que esa promesa, haya quedado, parcialmente incumplida, genera en “los masculinos”, alguna que otra perplejidad y algún que otro avatar que intentaré relatar.

Ubicándonos ahora desde este paradigma en el plano de la expresión clínica, en mi consulta no escucho que haya *un* hombre, hay hombres, en plural. Por lo tanto me siento más cómoda preguntándome acerca de cómo se despliegan los

deseos de algunos hombres, así, en plural: deseos y hombres.

Y así, resonando con la pregunta acerca del deseo masculino, lo primero que me llega a mi mente es la frase del tango Uno: “Uno, busca lleno de esperanzas, el camino que los sueños prometieron a sus ansias...”

Y ahí, aparece Uno, un paciente, que no decía yo, decía uno. Uno busca... y diciendo uno, decía que quería decir un varón, “porque los varones somos así” y él era así: Uno. Cuando lo escuchaba, recordaba los aportes de un colega⁸ que señalaba que en la subjetivación masculina en el patriarcado, los varones suelen confundir identidad personal con identidad corporativa de género masculino. Dado que es el sentido de pertenencia a la corporación parte de las propuestas identificatorias hacia los varones, como en cualquier pertenencia a un grupo hegemónico y privilegiado, lo cual se transmite como decía Serrat, con “la lecha temprana y en cada canción”. Por lo tanto, con Uno, fuimos trabajando en un proceso de singularización que partió de la (con) fusión del yo, con el impersonal y con la pertenencia al colectivo genérico, a la responsabilización subjetiva por su propio posicionamiento con respecto a estas propuestas identificatorias de privilegio, pero también de destino sufriente, en su caso. Se presentaba así, una dificultad para salir de los varones=uno somos así a enunciarse como yo, fulanito de tal, soy así. Y vemos como aún en Uno, no hay *un* hombre, hay hombres. En este caso, un

2 M. Tort, *El fin del dogma paterno*.

3 D. Tajer, “Modos de subjetivación: modos de vivir, de enfermar y de morir”. En *Heridos corazones. Vulnerabilidad coronaria en varones y en mujeres*, p. 47.

4 D. Tajer (Agosto 2017), “Psicoanálisis, memoria y construcción política”. Ponencia presentada en el Coloquio “Trabajar a Silvia Bleichmar”.

5 T. Ayouch, *Géneros, cuerpos y placeres. Perversiones psicoanalíticas con Michel Foucault*.

6 P. Bourdieu, *La Dominación Masculina*.

7 M. Tort, *El fin del dogma paterno*.

8 N. Inda, “Género masculino, número singular”, en M. Burin; E. Dío-Bleichmar (comps.), *Género, Psicoanálisis y Subjetividades*, Burin, M. y DíoBleichmar, E. (comps.), p. 212.

9 R. Estacolchic y S. Rodríguez, *Pollerudos. Destinos de la sexualidad masculina*.

10 A. M. Fernández, *La mujer de la ilusión*.

»»

*muchos varones que yo
escucho quieren hacer
lo que se les antoje, pero sin costos*

futuro ex marido y posible ex hombre⁹, que al llegar al análisis, vino como muchos, por la demanda de terapia de pareja. Ardid, que suele utilizarse para que un hombre que genera sufrimiento en “ella”, pero que no registra como algo propio, se incomode y responsabilice.

Esto es algo que sabemos quienes trabajamos como psicoanalistas: la mayoría de los/as consultantes son mujeres. Los varones que consultan son generalmente psicólogos, estudiantes de psicología, hombres sensibles o “los mandan”.

Vuelvo a la pregunta inicial acerca de qué quiere Un hombre. Y respondo que muchos varones que yo escucho quieren hacer lo que se les antoje, pero sin costos. Y a veces vienen porque sufren porque los demás no les aguantan lo que ellos quieren hacer, o ya no los aguantan más. Que es uno de los temas de las masculinidades en análisis: “vengo porque no me aguantan”, “vengo por me dicen que hago sufrir (esposa/pareja/hijos)”. De hecho, una de las estrategias para que un varón entre en análisis, es la terapia de pareja.

Uno, vino así. Y se quedó solo y entró en análisis, ya sin esa pareja en el marco de la cual se estaba transformando en un ex hombre, y salió del análisis con una nueva. Pero lo más importante, es que salió diciendo yo. Yo soy, yo quiero, a mí me pasa...lo mismo que a usted.

A muchos de los hombres que yo atiendo les es difícil relacionarse con las mujeres como sujetos, como decía un título de un muy sugerente libro de Jessica Benjamin, les cuesta ser “Sujetos iguales, objetos de amor” o como lo denomina Ana María Fernández¹⁰, la dificultad para ser “pares políticos en el amor”. Es decir, hacer de una persona a la que le suponen igualdad de derechos su objeto de amor y viceversa. Como si la degradación de la



*poder entender
que todos habitamos vidas
precarias y nos necesitamos*

vida erótica fuera la única solución posible al conflicto o la tensión entre erotismo y ternura.

Siempre señalo que lo que Freud nos enseñó en sus contribuciones a la psicología del amor, de la tensión entre la madre y la prostituta, es un modo histórico de tensión entre erotismo y ternura propuesto para los varones hegemónicos en la modernidad. No es el único modo posible. De hecho si ampliamos la mirada, en la actual liberación de las prácticas de sexualidad de las mujeres, vemos que a muchas se les presenta el mismo dilema: “como desear al tierno y buen compañero, como amar al objeto erótico”, dilema inhibido en períodos históricos anteriores, frente a la prohibición social vía “el corset de género” de que estas vicisitudes de las sexualidades femeninas se desplieguen en libertad.

Esta dificultad para suponerle equidad subjetiva al objeto amoroso en las relaciones entre varones y mujeres en el patriarcado actual, se puede ir recorriendo desde algunas propuestas que nos plantea Judith Butler¹¹. Un trabajo psíquico necesario de realizar, apuntalado en el dispositivo analítico, para que sea posible el pasaje del otro no solo como abyecto a ser expulsado, sino como enigma que nos constituye, lo cual nos permitiría hacernos más solidarios. Poder entender que todos habitamos vidas precarias y nos necesitamos. Aprender a estar con otros, en este caso del otro sexo, en paridad. Para el caso de la masculinidad hegemónica, lo abyecto es lo femenino, lo gay, lo viejo, lo infantil. Eso, que tomando la línea de Julia Kristeva que nos propone Butler, que es lo que me tengo que sacar de encima en tanto excremento, pues me conecta con mi propia finitud.

Y en el caso de estos varones, lo que pareciera temerse de la femineidad, es la otra diferente pero semejante en tanto humana. En otras

palabras, reconocer a las mujeres en el campo del semejante, como sujetos con los cuales mantener una actitud ética¹². Cuando esta respuesta es negativa, se dispara el temor a la retaliación de aquella a la cual no se considera semejante, sino subalterno. La “venganza” de aquella de la cual se toma más de lo que se da, porque se la supone que esta para servirse. Aquí retomo la pregunta, ¿entran las mujeres en el campo del semejante para estos varones? ¿O se habilitaran en tanto “garcas con las minas”, pero buen amigo de los amigos y miembros del club de caballeros? En fin, la vida como vestuario de varones. Algunas paradojas de las “delicias” de las tensiones entre los géneros en la (hetero) sexualidad patriarcal contemporánea.

Otro aspecto a compartir, es que un eje es como se expresan los malestares actuales en las masculinidades y otro, hacía donde se debería dirigir una intervención psicoanalítica en estos malestares. Y ahí, es donde la tentación a la restauración conservadora a modo de salir del “ataque de nervios” de que ya no haya hombres, es muy grande.

Michel Tort nos alerta frente a los discursos que homologan dificultades actuales de los varones, con una necesidad de vuelta a reasegurar el poder masculino¹³. El temor por la declinación del patriarcado, como fin del mundo cuando en realidad es el fin de un mundo, el del monopolio de la función simbólica a manos de los varones basado en la prerrogativa del dominio masculino. Son los mismos discursos que leen el aumento de delincuencia juvenil en las sociedades inequitativas o sin promesas laborales para los jóvenes, como causado por la “ausencia de padre”. Y piensan la institucionalización como método para incorporar “lo simbólico”. Cuando en realidad, en muchas de esas instituciones encontramos “versiones del padre” más parecidas al de la horda primitiva que a sujetos atravesados por la ley simbólica que su vez, puedan de este modo colaborar a una organización psíquica que contribuya al lazo social¹⁴. No me voy a meter aquí con lo que terminan “incorporando” estos adolescentes en esos espacios, baste leer en las noticias

los casos de abuso sexual y de abuso institucional (incluyendo el policial¹⁵).

Volviendo a los varones en análisis, los cuales no suelen ser la línea más dura del patriarcado¹⁶, les contaré acerca de Dos. Dos, manifiesta que a él le hace falta llegar a su casa y que haya “calor de hogar” y se enoja con ella porque “no se lo da”. Ella reconoce que de niña, por vicisitudes de su vida, nunca tuvo “un hogar calentito a donde volver”. El sí, pero el fuego lo alimentaba otro, en realidad otra, su mamá. Y así aprendió a que un hogar es lindo, pero que mantener encendido el fuego del hogar, es “asunto de mujeres”. Él espera que ella haga lo que no sabe hacer. Resultado: los dos se mueren de frío.

Mi intervención como psicoanalista con perspectiva de género es que él se anime a hacer o a organizar que la casa sea un lugar cálido para él, ella y sus hijos, mediante el reservorio de identificación con esa madre que lo supo cuidar “tan bien”. Él insiste: “yo mantengo, ella con esa plata tiene que hacer que vivamos bien, haya comida lista, ropa planchada, etc., etc., etc...”.

Así llegó Dos por primera vez, protestando, en ese momento aún sin hijos. Respondiendo a los gritos y con mucha violencia simbólica a las imposibilidades de ella, como efecto traumático de una orfandad temprana. Análisis mediante, ya no responde violentamente, pero es muy difícil aún, ahora con la presencia de dos hijos pequeños, que ella sea su “mujer de la ilusión”¹⁷. Qué

»
*esta mujer confiaba que esta sería
una escucha que lo y la ubicarían
como sujetos*

difícil es asumir que alguien (en este caso él) haga lo que hay que hacer, mejor él que lo vivió o sabe hacer. La angustia de desmasculinización que lo inunda en esos casos es grande. Pero seguimos...

Tres, llegó con un estado de angustia que le provocó encontrarse “de golpe” con los costos de “hacer lo que quería”. Vino con su mujer y su amante embarazadas al mismo tiempo. Llegó derivado por su valiente amante, colega de su misma profesión, a “una analista con perspectiva de género”. Esta mujer confiaba que esta sería una escucha que lo y la ubicarían como sujetos. Y que la decisión que él tomase iba a ser en esa línea.

En su análisis Tres debió dar cuenta de a quien elegía y si además elegía tener alguno de esos dos futuros hijos. El eligió a su esposa y él hijo engendrado en ese vínculo¹⁸. Su amante a partir de esa elección decidió abortar, terminar la relación amorosa y solo mantener la relación laboral que los unía. Terminó su análisis, sin culpa, pero con responsabilidad y liviano. Pudiendo hablar de su relación con su padre que había mantenido en paralelo “estas historias”, con alto grado de dolor silencioso de su madre y de él como hijo.

¿Qué quiere un hombre? ¿Habrá que seguir preguntándole a los/as poetas? O será que los/as psicoanalistas contemporáneos nos animamos a asumir los desafíos que nuestro social histórico nos demanda acerca de los nuevos modos de los placeres y los sufrimientos.

11 P. Porchat, *Um corpo para Judith Butler*. Periodicus, p. 37-51.

12 S. Bleichmar, *La construcción del sujeto ético*.

13 M. Tort, “La subjetivación patriarcal y la función paterna de rechazo a lo femenino, en *Las subjetividades patriarcales. Un psicoanálisis inserto en las transformaciones históricas*”, p. 67.

14 S. Bleichmar, *El desmantelamiento de la subjetividad. Estallidos del yo*.

15 Sólo en mi entorno, hay dos personas cada una con familiar de un adolescente varón de sector popular que teniendo una primera “entrada” a estas instituciones, en las cuales en lugar de orden simbólico fueron “reclutados” por fuerzas de seguridad para delinquir “institucionalmente”. Lo cual terminó con la muerte de ambos chicos, de forma muy temprana en circunstancias no aclaradas.

16 R. W. Connel, “La organización Social de la Masculinidad”, en *Masculinidad/es. Poder y Crisis*. T. Valdés y J. Olavarría (eds.), p. 31.

17 Me refiero al libro con el mismo nombre de Ana María Fernández.

18 Lo cual suele acontecer según lo ha estudiado la antropóloga peruana Norma Fuller en su libro *Paternidades en América Latina*.

Referencias bibliográficas

- Ayouch T. (2015). *Géneros, cuerpos y placeres. Perversiones psicoanalíticas con Michel Foucault*. Buenos Aires: Letra viva.
- Bleichmar S. (2011). *La construcción del sujeto ético*. Buenos Aires: Paidós.
- _____. (2009). *El desmantelamiento de la subjetividad. Estallidos del yo*. Buenos Aires: Editorial Topia.
- Bourdieu P. (2000). *La Dominación Masculina*. Buenos Aires: Editorial Anagrama.
- Connel R. W. (1997). La organización social de la masculinidad. En T. Valdés y J. Olavarría, *Masculinidad/es. Poder y Crisis*, p. 31, Ediciones de las Mujeres n.24, Santiago de Chile.
- Estacolchic R.; Rodríguez S. (1995). *Pollerudos. Destinos de la sexualidad masculina*. Buenos Aires: Ediciones Odissea.
- Fernández A. M. (1993). *La mujer de la ilusión*. Buenos Aires: Paidós.
- Fuller N. (2000). *Paternidades en América Latina*. Pontificia Universidad Católica del Perú.
- Inda N. (1993). Género masculino, número singular. En M. Burin y E. DíoBleichmar, E. (comps.), *Género, psicoanálisis y subjetividades*, p. 212, Buenos Aires: Paidós.
- Porchat P. (mai.-out., 2015). *Um corpo para Judith Butler*. *Periodicus*, n. 3, v. 1, p. 37-51.
- Tajer D. (2009). Modos de subjetivación: modos de vivir, de enfermar y de morir. En *Heridos corazones. Vulnerabilidad coronaria en varones y en mujeres*, p. 47. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Tort M. (2016). La subjetivación patriarcal y la función paterna de rechazo a lo femenino. En *Las subjetividades patriarcales. Un psicoanálisis inserto en las transformaciones históricas*, p. 67. Buenos Aires: Topia Editorial.
- _____. (2008). *El fin del dogma paterno*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

What does a man want? Towards a clinic for men in a gender perspective

Abstract In the present work, a psychoanalytic clinic proposal with men incorporating a gender perspective is addressed. It stands out how the proposal made men in the patriarchal system of being subject to the domain impacts on their difficulties to locate in the field of the similar to women. It is then proposed a type of clinical intervention that challenges men from an ethical dimension to make them responsible for their actions compared to those considered "subaltern".

Keywords gender; masculinities; psychoanalysis; males.

Texto recibido: 11/2017

Aprovado: 12/2017

Sexualidade e violência no *funk*

Dominação masculina, psicanálise e adolescência

Vinícius Moreira Lima
Heloísa Moura Bedê
Fábio Belo

Vinícius Moreira Lima é graduando em Psicologia pela UFMG, bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq, pesquisador na área de Psicanálise.

Heloísa Moura Bedê é graduanda em Psicologia pela UFMG, bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq, pesquisadora na área de Psicanálise.

Fábio Belo é doutor em Estudos Literários (UFMG), professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Resumo A partir de um diálogo entre Jean Laplanche e Pierre Bourdieu, analisamos uma letra de *funk* para evidenciar uma das vias tradutivas que a *dominação masculina* no contemporâneo propõe, para sujeitos adolescentes, esquemas narrativos para traduzir o Sexual inconsciente. Isso se dá de maneira binária e pela via da violência: a sexualidade masculina, no sentido da depreciação do objeto sexual; a sexualidade feminina, no sentido de reproduzir a lógica da sua própria dominação.

Palavras-chave adolescência; *funk*; pulsão; sexualidade; violência.

“Chupa logo essa porra / Vai, sua filha da puta / Baba na minha piroca”. Essa é a estrofe principal da música “Cheio de ódio”, de MC Pikachu e MC CL, cantores de *funk* com, respectivamente, 17 e 18 anos de idade. Essa letra nos chama a atenção pela crueza com que a sexualidade se apresenta associada à violência, fenômeno que é recorrente nesse estilo musical e que está atrelado às marcas do contemporâneo. Sabemos que o crescimento dessas formas de enunciação faz parte da lógica pornográfica atual, em que a sexualidade genital aparece explicitamente numa “monstruosa *mostração*”¹. A nosso ver, essa pretensa “liberação sexual” não é fora da norma, tampouco sem dominação. Mais ainda, tais elementos são mesmo propostos pela cultura, funcionando como uma engrenagem tradutiva possível para o Sexual inconsciente.

Em Laplanche², o Sexual ganha estatuto de conceito, a partir de sua releitura da obra de Freud, a fim de enfatizar que se trata de uma sexualidade para além do genital e da reprodução sexual: antes, é uma sexualidade ligada à fantasia, no nível do inconsciente infantil, atrelada à perversidade polimorfa que persiste em toda sexualidade humana, tal como Freud³ descobriu nos *Três ensaios*. Acompanhando os tradutores da obra de Laplanche, empregamos, neste artigo, o termo “Sexual”, no intuito de delimitar sua especificidade conceitual, em contraponto à noção comum do “sexual”, geralmente associado à genitalidade ou ao coito.

Partindo disso, pretendemos discutir como a *dominação masculina* propõe, aos sujeitos adolescentes, por meio de uma heterossexualidade compulsória, esquemas narrativos que apresentam a violência como uma via facilitada para tradução dos aspectos

1 D.-R. Dufour, *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*, p. 213.

2 J. Laplanche, “O gênero, o sexo e o Sexual”.

3 S. Freud, “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”.



*tal canção será tomada
como um representante metonímico
do universo cultural do funk.
Buscaremos compreender
um aspecto de sua produção
a partir de um diálogo
entre Jean Laplanche
e Pierre Bourdieu.*

28

PERCURSO 59 : dezembro 2017

mais mortíferos da sexualidade. Para tanto, partiremos de uma leitura psicanalítica da canção supracitada, somando a isso um aporte sociológico que visa suplementar a visão da psicanálise sobre as configurações sociais. Tal canção será tomada como um representante metonímico do universo cultural do *funk*. Buscaremos compreender um aspecto de sua produção a partir de um diálogo entre Jean Laplanche e Pierre Bourdieu.

Com isso, sustentamos ser possível uma espécie de inversão na direção da formulação freudiana, segundo a qual a psicologia individual “é, ao mesmo tempo, também psicologia social”⁴. Acreditamos, a partir de Laplanche⁵, que, até certo ponto, o social oferece um tipo de “ajuda à tradução” em nível individual, por meio de esquemas narrativos que atuam na direção de ligar, organizar o Sexual. Com Bourdieu⁶, questionaremos o caráter naturalizante que encontramos nesses arranjos, em especial aqueles de gênero, que acabam por tentar eternizar uma estrutura de dominação arbitrária e contingente. Assim, tentamos fazer trabalhar alguns aspectos da função psíquica da violência para os sujeitos adolescentes que participam do universo cultural do *funk* em sua maneira de abordar a sexualidade.

Adolescência, *funk* e violência

Freud⁷ considera a puberdade como um momento, para o sujeito, de desligamento da autoridade dos pais e, conseqüentemente, de uma busca por novas referências a partir da cultura. Nesse período, o corpo púbere é invadido pela segunda onda das pulsões sexuais, que ocorre após a fase de latência. Então, o jovem depara com uma reatualização da proibição do incesto, somada a um imperativo de construir um objeto de amor exterior ao casal parental. Em decorrência disso, o sujeito terá de construir um parceiro sexual fora do corpo próprio, atrelado ao seu horizonte cultural. Portanto, com a chegada dessa fase, “introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração definitiva”⁸.

Laplanche, relendo a obra freudiana, lembra que há um elemento inteiramente novo que aparece na puberdade: a possibilidade de uma reação sexual, não apenas no nível fisiológico, mas também em termos da existência de representações sexuais⁹. Segundo a teoria da sedução generalizada (TSG) do autor, tal possibilidade de reação não é possível na infância, uma vez que, durante os primeiros contatos com o adulto, e, portanto, com o Sexual inconsciente, o infante ainda não possui um aparelho psíquico formado. É a partir dessa assimetria fundamental, com um lado ativo e outro profundamente passivo, que se funda o caráter invariavelmente traumático da sedução do adulto em relação ao bebê. Isso uma vez que mensagens parasitadas pelo Sexual no adulto são transmitidas junto às ações de cuidado para o pequeno sujeito humano e este só pode receber tais mensagens enquanto enigmáticas, já que ainda não é capaz de integrá-las.

É a partir das tentativas – sempre falhas – por parte da criança de traduzir mensagens enigmáticas que seu aparelho psíquico será formado. Trata-se de um movimento de autoapropriação daquilo que foi uma vez externo, proveniente de um outro adulto. Se, em um primeiro momento, temos uma criança que teve de se haver com o Sexual antes de ser capaz de tanto, em um segundo

momento, na puberdade, temos um ser capaz de ressimbolizar tais mensagens que lhe vieram, cedo demais, do mundo adulto. Eis o grande problema: o Sexual vem antes do inato, a fantasia vem antes da função biológica. O suposto instinto sexual adulto não chega a tempo de oferecer à criança elementos para lidar com a cena sexual. Muito pelo contrário, no momento em que o instinto pubertário chega, ele encontra seu lugar ocupado, colonizado pela pulsão infantil¹⁰.

É importante ressaltar que, a partir dessa tese laplancheana, torna-se impossível pensarmos em algo como uma heterossexualidade natural, de finalidade reprodutiva. Se a pulsão – irrefreável, abiológica, anárquica, singular – vicaria a ordem instintiva, não pode haver nada de prescritivo, definido *a priori* na sexualidade. Dessa forma, a heterossexualidade só parece natural por haver uma série de vias facilitadas pela cultura para que essa seja a tradução hegemônica. Essa tentativa de escamotear as contingências originárias se deve ao caráter profundamente angustiante da pulsão, uma vez que não possuímos um código pronto para lidar com os ataques pulsionais, deixando o sujeito desamparado frente a suas exigências infernais de satisfação. Daí, talvez, a necessidade de repetição que vemos tão marcadamente nos *funks*, no sentido de reiterar esquemas culturais de virilidade ou de feminilidade.

O que esses sujeitos deixam passar é o fato de que os sinais de virilidade, por exemplo, não são mais que representações culturais, portanto, historicamente variáveis, não tendo em si nada de natural, tampouco de garantido. A repetição, então, configura-se como um esforço assintótico

»
na situação originária de sedução, os bebês são confrontados com o Sexual inconsciente do adulto de forma profundamente passiva. Tal passividade traumática recebe uma facilitação cultural para ser traduzida em termos de feminilidade

para sedimentar uma identidade egoica, essencialmente falha e instável. O problema começa quando esse tipo de tradução faz uma associação normativa entre sexualidade e violência, atrelando esses dois elementos à busca adolescente pela “consolidação da identidade sexual”¹¹. Esse atrelamento, por mais que seja uma forma possível de organização do Sexual e da identidade, acaba por se tornar excessivamente rígido, binário. Isso de maneira que os meninos adolescentes são levados a repudiar violentamente – e mesmo temer – qualquer traço de feminilidade, em favor de demonstrações viris de força e honra.

Ribeiro e Carvalho ainda lembram que essa violência que perpassa a afirmação do viril nos rapazes adolescentes não é sem relação com as origens do sujeito psíquico. Na situação originária de sedução, os bebês são confrontados com o Sexual inconsciente do adulto de forma profundamente passiva. Tal passividade traumática recebe uma facilitação cultural para ser traduzida em termos de feminilidade; mais tarde, “a vagina, como lugar de penetração, se presta a retomar e simbolizar a intromissão da sexualidade adulta no corpo e psiquismo da criança”¹². De maneira oposta, a masculinidade torna-se uma tradução para a atividade, para a penetração, ao passo que o feminino encarna a posição de corpo a ser invadido. Dentro dessa lógica da penetração, a

4 S. Freud, “Psicologia de grupo e a análise do ego”, p. 81.

5 J. Laplanche, “Castração e Édipo como códigos-esquemas narrativos”.

6 P. Bourdieu, *A dominação masculina*.

7 S. Freud, “Três ensaios...”.

8 S. Freud, *op. cit.*, p. 196.

9 J. Laplanche, *Vida e morte em psicanálise*, p. 46-47.

10 J. Laplanche, “Pulsão e instinto”, p. 41.

11 P. de C. Ribeiro; M. T. de M. Carvalho, “‘Tá tudo dominado!’: Adolescência e violência originária”, p. 57.

12 P. de C. Ribeiro; M. T. de M. Carvalho, *op. cit.*, p. 60.



a virilidade fica associada à virilidade física, em especial pelas “provas de potência social – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja “realmente um homem”.

30

PERCURSO 59 : dezembro 2017

sexualidade feminina ganha aspectos egossintônicos, ao traduzir a vagina como local a ser penetrado.

Como resultado, temos a criação de duas linhas de ficção que seriam mutuamente excludentes: por um lado, masculinidade-atividade-penetrante-pênis e, por outro, feminilidade-passividade-penetrada-vagina. Seguindo nessa esteira, Ribeiro afirma:

Que a feminilidade seja, desde épocas imemoriais, associada à posição penetrada, pode significar apenas a existência de um vício de tradução que, em algum momento histórico, passou a ser usado como um instrumento de poder e dominação dos homens sobre as mulheres. O mesmo pode-se dizer da associação da posição penetrante com a masculinidade¹³.

A adolescência, então, enquanto período privilegiado para a afirmação de si no mundo para além das referências parentais, encontra, na cultura ocidental, uma facilitação para a tentativa de enquadrar-se em uma dessas duas linhas ficcionais. Algo que é sempre falho, inassimilável e, por isso, angustiante, de maneira que a violência acaba se tornando um suporte tradutivo eleito por excelência para mediar as relações subjetivas, especialmente dos homens sobre as mulheres. Acreditamos que o *funk* denuncia tal arranjo de

maneira exemplar e caricata, em trechos como “O que ela quer é piru e muita marola”. Aqui, parece haver um acordo tácito de uma heterossexualidade genital natural, em que o rapaz adolescente pressupõe um saber sobre o desejo das mulheres. Isso deixa de lado o caráter de solda entre a pulsão e seu objeto, que não é fixo nem predeterminado¹⁴. No intuito de compreender melhor as engrenagens que põem essa estrutura em movimento, recorreremos, agora, a um diálogo entre Laplanche e Bourdieu.

Esquemas narrativos, violência, depreciação

Ao estudar a *dominação masculina*, Pierre Bourdieu lança mão da noção de violência simbólica. Isto é, trata-se de uma violência “suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento”¹⁵. Isso significa que os próprios esquemas de percepção do mundo já são produzidos e propostos de maneira a instituir e reforçar a dominação dos homens sobre as mulheres. Tal estratégia faz uso de mecanismos históricos que tentam des-historicizar a ordem social, buscando transmitir uma aparência de naturalidade aos arranjos binários atuais.

De fato, o que ocorre é uma tentativa de apagamento e invisibilização do arbitrário e do contingencial que subjazem às estruturas sociais existentes. Como consequência, há uma série de marcadores corporais culturais que trabalham no sentido de reproduzir a dominação incorporada, sob a forma dos homens *viris* e das mulheres *feminis*. A virilidade, por exemplo, atrelada violentamente à honra masculina, fica associada à virilidade física, em especial pelas “provas de potência social – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem”¹⁶. As-

sim, a divisão sexual binária é uma relação social de dominação, uma vez que, estando organizada por meio de gêneros pretensamente relacionais, masculino e feminino, permite instituir o falo como símbolo viril e ponto de honra masculino¹⁷.

A partir desse arranjo, o princípio de divisão fundamental entre masculino-ativo e feminino-passivo “cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada”¹⁸, ou ainda como “reconhecimento erotizado da dominação”. Dessa maneira, ficam estabelecidos os dois polos da ordem simbólica concebida como estrutura estruturante e estruturada¹⁹. Isso implica que tal organização só é estruturante porque estruturada, fornecendo os esquemas de percepção e apreciação do mundo que realizarão a incorporação e invisibilização da dominação. Sustentamos que o *funk*, enquanto produção simbólica, realiza a transmissão e legitimação desses mesmos esquemas.

Isso na medida em que o horizonte identitário de suas músicas e de suas danças coloca em cena justamente sujeitos que buscam se enquadrar ao máximo nesse binarismo dos arranjos estabelecidos. A consequência dessa organização simbólica é precisamente a materialização de tal violência: o poder simbólico adquire efeitos reais equivalentes àquilo que poderia ser obtido pela força (física ou econômica), mas seguindo por outra via, a saber, aquela do reconhecimento²⁰. Mesmo quando há recurso à força das armas ou do dinheiro, por exemplo, a dominação “sempre possui uma dimensão simbólica”²¹.

13 P. de C. Ribeiro, “O sexual, o fático e o orifical a partir da teoria da sedução generalizada”, p. 111.

14 S. Freud, “Três ensaios...”.

15 P. Bourdieu, *A dominação masculina*, p. 11-12.

16 P. Bourdieu, *A dominação...*, p. 25.

17 P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 40.

18 P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 38.

19 P. Bourdieu, *O poder simbólico*, p. 8.

20 P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 14.

21 P. Bourdieu, *Meditações pascalianas*, p. 209.

22 P. Bourdieu, *A dominação...*, p. 63.

»
*o horizonte identitário
de suas músicas e de suas danças
coloca em cena justamente
sujeitos que buscam se enquadrar
ao máximo nesse binarismo
dos arranjos estabelecidos*

Essa dimensão do poder não poderia se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados – isto é, de um homem que se reconheça como homem e uma mulher que se reconheça como mulher –, sujeitos que se subordinam ao poder simbólico na medida mesma em que “o *constroem* como poder”²². Na música em questão, isso fica claro quando uma voz feminina ao fundo afirma: “Eu gosto é de piroca mesmo e não nego” e “Toda mulher que diz que não dá o cu, cuzinho, apertadinho, na verdade, só tá esperando a hora certa”. Tal tipo de discurso reitera e naturaliza a ideia do corpo da mulher como um corpo a ser penetrado em todos os orifícios possíveis, o que nos permite pensar que também as mulheres podem ser agentes de sua própria dominação.

Todavia, essa construção não se dá como decisão de um indivíduo livre e consciencioso, mas como resultado de uma estrutura de poder duradouramente inscrita no corpo dos dominados. Assim, Bourdieu enfatiza, com sucesso, os aspectos estruturados e estruturantes de uma ordem social voltada para a dominação masculina. No entanto, ele deixa escapar (porque, de fato, é algo que foge ao seu escopo) a presença do pulsional no sujeito, especialmente em sua forma mais desestruturada e desestruturante: a pulsão sexual de morte, que ora exploraremos, seguindo Laplanche, a fim de aprofundar a discussão sobre



esses códigos tradutivos
não surgem do nada;
pelo contrário, são devedores
de toda uma tradição,
de um processo de normalização
e naturalização de regras
arbitrárias e contingentes

32

PERCURSO 59 : dezembro 2017

o *funk*. Isso porque, quando a violência passa ao ato, tornando-se violência física, material, os sistemas simbólicos funcionam como ponte para algo que não é do simbólico propriamente dito, mas do pulsional inconsciente.

Indo mais além de Freud, Laplanche aponta que a violência é sempre sexual: “os aspectos da violência que aparentemente são dessexualizados têm sempre um fundamento sexual – tanto na violência individual quanto na coletiva”²³. Isso ajuda a compreender a crueza com que são enunciados trechos como o seguinte, na voz de MC Pikachu: “Chupa logo essa porra / Vai, sua filha da puta / Baba na minha piroca”. Aqui, a associação entre sexualidade e violência ocorre de forma radicalmente explícita, de uma maneira que os conceitos freudianos de pulsão de vida e pulsão de morte não conseguem abarcar. Em Freud²⁴, a sexualidade se limita a um Eros ligante, deixando para a pulsão de morte apenas uma agressividade pura, quase como um instinto de destruição e desligamento. Assim, a pulsão de morte estaria separada da sexualidade, algo de que discordamos, juntamente com Laplanche²⁵.

A descoberta freudiana original, nos *Três ensaios* de 1905, que era o Sexual anárquico e infantil, fica acobertada por uma sexualidade ligante e total com Eros, e a pulsão de morte vem retomar o desequilíbrio fundamental que há no

sujeito humano, mas sem assumir seu aspecto propriamente Sexual. É justamente para frisar o equívoco desse desvio biologizante de Freud que Laplanche opta pelos termos pulsão *sexual* de vida e pulsão *sexual* de morte. A concepção de uma pulsão sexual de morte torna mais inteligível esse tipo de imbricação entre sexualidade e violência, tal como vemos na letra de *funk* em questão, como canta MC CL: “Vou fodendo essa danada cheio de ódio na piroca”.

Esses aspectos mais mortíferos, disruptivos e desestruturantes do Sexual, reservados à pulsão de morte, que podem se converter em agressividade ante o outro, são antes uma reação à “agressividade contra si mesmo, isto é, justamente a agressividade da sexualidade que não se consegue dominar”²⁶. Para tratar esses componentes infernais da sexualidade, a cultura lança mão de códigos ou esquemas narrativos que lhe forneçam uma tradução possível, roteiros populares com elementos relativamente fixos, que servirão para ajudar um sujeito a ordenar, historizar seu destino²⁷. Tais esquemas são reiterados ao longo da vida dos sujeitos e marcam presença em toda uma série de produções culturais: religião, fábulas, contos, novelas, filmes – e, no presente caso, na música.

Esses códigos tradutivos não surgem do nada; pelo contrário, são devedores de toda uma tradição, de um processo de normalização e naturalização de regras arbitrárias e contingentes. O *funk*, por exemplo, oferece lugares pré-fabricados para sujeitos que habitam sua máquina simbólica: os homens são colocados (e ao mesmo tempo se colocam) em uma posição de quem tem a desejável potência fálica, ao passo que as mulheres são situadas (e ao mesmo tempo se situam) em um lugar de quem deseja, nos homens, a potência fálica que elas supostamente não têm. Compreendemos essas formas relacionais – das quais o *funk* se apropria e as quais ele exacerba – como maneiras de mimetizar uma natureza perdida, encenando, sob seu radical desconhecimento, o próprio fracasso da complementaridade, de um encontro instintivo. Essas ficções permitem uma

aparência de garantia, de um saber sobre o sexual, escamoteando o desamparo humano, isto é, a falta de um código pronto para lidar com as exigências da pulsão.

Laplanche²⁸ nos permite compreender que a invenção de um código tradutivo binário se deve a uma forma de simbolização da atividade e da passividade em fálico e castrado, que gera a ilusão de que há, no homem, uma presença e, na mulher, uma ausência, uma falta. Isso porque o falo se torna insígnia central da diferença sexual, engessando a diversidade em um esquema dual recalcante: a lógica fálica. Esse arranjo ainda é muito presente no contemporâneo, tempo marcado pelo excesso, pelo sempre-mais, sem limites, o que confere às sociedades ocidentais “esse lado obscuro, e mesmo pornográfico, que cada vez mais as caracteriza”²⁹. Esses elementos ficam bastante evidentes no *funk*, por meio da apresentação crua e direta “do órgão sexual, especialmente em ação”³⁰. Em “Cheio de ódio”, isso aparece com clareza em trechos como “Baba na minha piroca”.

Esse modo de vida pornográfico está radicalmente ligado ao imperativo de gozo contemporâneo, derivado da sociedade de consumo, com sua ordem determinante: gozar a qualquer preço, gozar tudo, gozar o máximo possível. Na letra de *funk* em questão, esses elementos são enunciados com clareza por uma voz feminina ao fundo: “Em pleno século XXI e as pessoas acreditando em Romeu e Julieta... O povo quer é foder, foder!”. Tal imperativo também fica marcado no trecho “Chupa logo essa porra”. Há uma pressa singular na maneira como o sujeito quer gozar

23 J. Laplanche, “Entrevista com Laplanche – concedida a Marta Rezende Cardoso”, p. 58.

24 S. Freud, “Além do princípio de prazer”.

25 J. Laplanche, *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*.

26 J. Laplanche, “Entrevista...”, p. 59.

27 J. Laplanche, “Castração e Édipo...”.

28 J. Laplanche, “Castração e Édipo...”.

29 D.-R. Dufour, *A cidade...*, p. 32.

30 D.-R. Dufour, *op. cit.*, p. 354.

31 S. Freud, “Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor”, p. 190.

32 P. Bourdieu, *A dominação...*, p. 49.

33 P. Bourdieu, *A dominação...*, p. 49.

34 P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 36.

»
o falo se torna insígnia central
da diferença sexual, engessando
a diversidade em um esquema dual
recalcante: a lógica fálica.

Esse arranjo ainda é
muito presente no contemporâneo,
tempo marcado pelo excesso,
pelo sempre-mais, sem limites

sexualmente. Ademais, parece que há aí algo de que o sujeito quer se livrar, como se fosse uma exigência infernal de satisfação que a pulsão insiste em lhe cobrar. No entanto, como coloca Freud, a natureza da própria pulsão sexual tem algo que “é desfavorável à realização da satisfação completa”³¹. Por isso o mal-estar ser essencialmente da ordem do Sexual. Daí as tentativas de repetir, assintoticamente, a procura pelo gozo e pela afirmação de uma identificação completa com uma identidade. Trata-se, portanto, de uma repetição fadada a ser sempre falhada.

Por conseguinte, essa mostraçãõ monstruosa da sexualidade genital não é um simples resultado de liberação sexual. Essa pretensa liberação não é feita sem normatividade, na medida em que, mesmo que as mulheres, por exemplo, tenham rompido com normas tradicionais de recato e contenção, ainda assim, e especialmente no *funk*, o uso do corpo feminino “continua, de forma bastante evidente, subordinado ao ponto de vista masculino”³². Esse corpo precisa manifestar, nas letras e nas danças, a “disponibilidade simbólica” que pretensamente “convém à mulher”³³. E os rapazes, por sua vez, ainda concebem o ato sexual em si como “uma forma de dominação, de apropriação, de ‘posse’”³⁴.

A própria sexualidade é vista pelos homens, no geral, como repleta de agressividade,



tentamos trazer à luz algumas das maneiras pelas quais a dominação masculina propõe esquemas narrativos para tratar o Sexual inconsciente, empregando códigos tradutivos específicos para os homens e para as mulheres

34

PERCURSO 59 : dezembro 2017

convocando-os à conquista e à defesa da honra. Por isso, a virilidade é “eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”³⁵. Tal formulação nos remete à ideia freudiana segundo a qual alguns homens depreciam seu objeto sexual como condição para que a “sensualidade” possa se “expressar livremente”³⁶, possibilitando o coito. Em Freud, essa estratégia seria empregada quando um objeto, escolhido a fim de evitar o incesto, relembra o objeto proibido por meio de alguma característica frequentemente “imperceptível”³⁷.

No entanto, essa leitura nos parece muito marcada por uma referência edípiana, que, com Laplanche³⁸, aprendemos a situar do lado do recalcante, e não do recalcado, perdendo de vista, portanto, o Sexual infantil. A nosso ver, o que incomoda o sujeito não é a proximidade do objeto a algo do seu Édipo, mas, antes, o reencontro traumático com o Sexual inconsciente. Nesse caso, propomos que a depreciação do objeto é a maneira eleita pelos homens para tratar o Sexual que os incomoda. Partindo dessa perspectiva, levantamos a seguinte questão: por que tratar o outro como dejetivo?

Consideramos que, na cultura ocidental, a violência é a via privilegiada para os homens

traduzirem sua sexualidade. Partindo desse ponto de vista, aventamos a hipótese de que a angústia do pulsional é exteriorizada em violência, utilizando o circuito tradutivo do excremento para funcionar, transformando o objeto em dejetivo. Ao tornar o outro em nada mais que merda, dá-se um tratamento para o horror e para o repúdio ao feminino, à passividade, à sexualidade orificial. O que não é feito sem ambivalência, porque, ao mesmo tempo que o outro é uma bosta, é também aquilo que o sujeito pode desejar. Afinal, desde Freud, já entendemos que “o excrementício está intimamente ligado ao sexual”³⁹.

O resultado disso, no *funk*, é a depreciação do objeto (feminino) por parte dos homens, como consequência da eleição da violência como via facilitada para tratar o Sexual. Contudo, o que os homens não veem, talvez por ser algo invisibilizado pela própria estrutura, é que eles próprios também são prisioneiros, vítimas dessas formas hegemônicas de tradução e representação. Isso porque o exercício da dominação tampouco é algo inscrito numa suposta natureza; ele é também construído “ao longo de todo um trabalho de socialização”⁴⁰, em um processo de “diferenciação ativa ao sexo [produzido como] oposto”⁴¹. Assim, o privilégio masculino se revela como uma cilada, marcada pela tensão e pelo dever permanentes de “afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade”⁴².

Conclusões

Como saldo de nossa discussão, acreditamos ter sido possível responder à seguinte pergunta: o que é isso do Sexual que o sujeito não dá conta de abordar e que faz parecer necessário, para ele, o uso da violência? A partir de nossa análise da letra de “Cheio de ódio”, tentamos trazer à luz algumas das maneiras pelas quais a *dominação masculina* propõe esquemas narrativos para tratar o Sexual inconsciente, empregando códigos tradutivos específicos para os homens e para as mulheres. Esses códigos atuam no sentido de ratificar a dominação

por meio da violência como via facilitada pela cultura. O resultado disso é a manutenção de estruturas estruturantes e estruturadas, como pensa Bourdieu, para tratar o sexual desestruturado e desestruturante, que encontramos em Laplanche.

Como consequência, essa norma binária oferece uma dupla ajuda tradutiva à sexualidade: a masculina, no sentido da depreciação do objeto sexual; a feminina, no sentido de reproduzir a lógica da sua própria dominação. O recurso a esses códigos torna-se mais sedutor no período pubertário, uma vez que esses sujeitos têm de se haver com a presença do Sexual de uma nova maneira, atrelada à sexualidade dita adulta. Além disso, na adolescência, esses jovens, em busca de se fazerem reconhecer no mundo, procuram enquadrar-se em roteiros binários de gênero, pela construção da virilidade e da feminilidade. Isso nos parece estar claro na letra de *funk* aqui analisada, cujos cantores, MC Pikachu e MC CL, de 17 e 18 anos respectivamente, são representantes metonímicos de

»
*essa norma binária oferece
uma dupla ajuda tradutiva
à sexualidade: a masculina,
no sentido da depreciação do objeto
sexual; a feminina, no sentido
de reproduzir a lógica da
sua própria dominação*

toda uma geração de adolescentes que têm tomado para si esses esquemas narrativos. Esquemas esses que nos parecem comprometidos com uma forma de recalçamento ainda muito alinhada a essa estrutura de *dominação masculina*.

35 P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 79.

36 S. Freud, "Sobre a tendência...", p. 189.

37 S. Freud, *op. cit.*, p. 189.

38 J. Laplanche, "Castração e Édipo...".

39 S. Freud, *op. cit.*, p. 194.

40 P. Bourdieu, *A dominação...*, p. 74.

41 P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 75 (comentário entre colchetes nosso).

42 P. Bourdieu, *op. cit.*, p. 76.

Referências bibliográficas

- Bourdieu P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1998/2016). *A dominação masculina*. 3. ed. São Paulo: BestBolso.
- _____. (2001). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Dufour D.-R. (2013). *A cidade perversa: liberalismo e pornografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freud S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, vol. vii. Rio de Janeiro: Imago, p. 124-230.
- _____. (1912/1996). Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, vol. xii. Rio de Janeiro: Imago, p. 185-195.
- _____. (1920/1996). Além do princípio de prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, vol. xviii. Rio de Janeiro: Imago, p. 11-75.
- _____. (1921/1996). Psicologia de grupo e a análise do ego. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, vol. xviii. Rio de Janeiro: Imago, p. 79-154.
- Laplanche J. (1993/1997). *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1970/1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____. (2000). Entrevista com Jean Laplanche – concedida a Marta Rezende Cardoso. *Cadernos de psicanálise*, v. 16, n. 19, sptcrj, Rio de Janeiro, p. 58-76.
- _____. (2000/2015). Pulsão e instinto. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense, p. 27-43.
- _____. (2003/2015). O gênero, o sexo e o Sexual. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense, p. 154-189.
- _____. (2006/2015). Castração e Édipo como códigos e esquemas narrativos. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. Porto Alegre: Dublinense, p. 280-287.
- Ribeiro P. de C.; Carvalho M. T. de M. (2001). “Tá tudo dominado!”: Adolescência e violência originária. In M. R. Cardoso (org.). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: nau Editora/faperj, p. 55-67.
- Ribeiro P. de C. (2016). O sexual, o fálico e o orifical a partir da teoria da sedução generalizada. *Revista Percurso*, 56/57, p. 105-112, jun./dez.

Sexuality and violence in funk: male domination, psychoanalysis and adolescence

Abstract From a dialogue between Jean Laplanche and Pierre Bourdieu, we analyzed a funk lyric to show how male domination in the contemporary proposes, for adolescent subjects, narrative schemes to translate unconscious sexuality. This occurs in a binary way and through violence: masculine sexuality, in the sense of the deprecation of the sexual object; the feminine sexuality, in the sense of reproducing the logic of its own domination.

Keywords adolescence; funk; drive; sexuality; violence.

Texto recebido: 06/2017

Aprovado: 10/2017

HumanizaSUS e a escuta do indeterminado

Alessandra Affortunati Martins Parente
Cleusa Pavan

Alessandra Affortunati Martins Parente é psicanalista, psicóloga (PUC-SP), bacharel em Filosofia (FFLCH-USP), mestre em Psicologia Clínica (PUC-SP), doutora em Psicologia Social e do Trabalho (IP-USP), pós-doutoranda em Filosofia (FFLCH-USP). Atualmente trabalha como psicanalista na Casa do Adolescente (SUS) e em consultório particular. É autora de *Sublimação e Unheimliche* (Casa do Psicólogo, 2017).

Cleusa Pavan é psicanalista e analista institucional, bacharel em Filosofia (FFLCH-USP), membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, consultora da PNH-MS (2006-2015), professora do Curso de Psicopatologia e Saúde Pública da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de SP. Atualmente trabalha com Formação e Apoio Institucional a equipes de trabalhadores, gestores e usuários do SUS (região Norte e Oeste da cidade de SP) e em consultório particular.

Resumo O texto apresenta brevemente alguns princípios da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde (PNH) ou, como é mais conhecida, HumanizaSUS, colocando em debate o termo humanização, sua herança moderna ligada ao humanismo, problematizando o que se instituiu como imperativos morais sob a égide do “bom humano” nas práticas de saúde nos anos 2000. É nesse contexto que formas de escuta e de intervenção no SUS poderão ser pensadas teórica e tecnologicamente, tendo como fim práticas clínico-institucionais pautadas por uma ética da desestabilização das formas instituídas e da aposta na invenção de novos modos de andar a vida individual e coletiva em contextos de saúde.

Palavras-chave humanização; humanismo; ciência; indeterminação.

- 1 G. W. S. Campos, “Um método para análise e co-gestão de coletivos”.
- 2 R. Benevides; E. Passos, “Humanização na saúde: um novo modismo?”.
- 3 Cf. <http://pensesus.fiocruz.br/humanizacao>.

Abordar as diferentes interfaces entre Saúde Coletiva e psicanálise é trabalho extenso. A amplitude do tema exige, por isso, o desenho de um recorte. Dentro da Saúde Coletiva, trataremos aqui especificamente da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde (PNH), mais conhecida como HumanizaSUS. Trata-se de uma estratégia de interferência no SUS rumo a mudanças nos modos de atenção e gestão da saúde, pautada pela inclusão de trabalhadores, usuários e gestores dos diversos serviços e âmbitos do SUS em processos de análise e transformação de relações, saberes, poderes e práticas no campo da saúde. Inclusão de sujeitos e das perturbações daí decorrentes – analisadores –, mas também inclusão de movimentos sociais, intercessor fundamental na sustentação de uma dimensão pública das políticas públicas de saúde. HumanizaSUS, então, como uma aposta radical na problematização de práticas produtoras de cuidados, práticas (re)produtoras de instituições e forjadoras de modos de estar na vida – três finalidades do trabalho em saúde¹. Uma aposta, enfim, alicerçada na ideia de que “sujeitos sociais, atores concretos e engajados em práticas locais, quando mobilizados, são capazes de, coletivamente, transformar realidades transformando-se a si próprios neste processo”². Veremos aqui como questionamentos filosóficos e psicanalíticos do termo que designa tal política são interessantes para pensar como se dá a escuta e algumas intervenções dentro do SUS a partir dos dispositivos propostos pela PNH.

Começemos por um apanhado dos princípios orientadores da PNH. O documento³ que a define declara: “A saúde é direito de todos e dever do Estado”, lembrando que essa é uma conquista que está na

37

PERCURSO 59 : p. 37-46 : dezembro 2017



a PNH, em 2003, apontou, em consonância com muitos sanitaristas do país, que essa conquista, ou seja, um sistema único de saúde impresso no registro da Lei, pautando o que deve ser feito em termos de saúde, não se constituiu como garantia imediata de concretizações

Constituição de 1988, ano em que também foi votada a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos princípios são a universalidade, a integralidade e a equidade da atenção em saúde. Está prevista nos planos de atendimento pelo SUS uma saúde vista não apenas como ausência de doença, o que demandaria uma intervenção localizada e um restabelecimento das condições anteriores ao adoecimento, mas saúde concebida como dinâmica complexa, multideterminada, exigindo ampliação do espectro de abordagens, estratégias de prevenção, promoção, cuidado em rede articulada, rede de acompanhamento de percursos de uma vida que se quer digna de ser vivida. A PNH, em 2003, apontou, em consonância com muitos sanitaristas do país, que essa conquista, ou seja, um sistema único de saúde impresso no registro da Lei, pautando o que deve ser feito em termos de saúde, não se constituiu como garantia imediata de concretizações. Pelo contrário, vem exigindo luta, trabalho, reflexão, mudanças de perspectivas. Estão em disputa modelos de atenção, organização e gestão dos processos de cuidado e do sistema; estão em disputa interesses econômicos, políticos, enfim, os sentidos que se quer conferir a uma política de saúde num país marcado por uma das mais aberrantes concentrações de riquezas do mundo. E não é pouco recurso financeiro que o campo da saúde movimentou. Todo este cenário se

compõe como desafio a ser enfrentado por todo cidadão que sonha com o direito universal à saúde de qualidade para todos. A PNH soma-se a tal anseio ofertando um arcabouço teórico tecnológico consistente de intervenção, um conjunto de diretrizes e dispositivos para interferir nos modos de fazer saúde e gestão do SUS. Se o que deve ser feito estava e está escrito na Constituição de 1988, os modos de fazer precisavam e precisam de investimentos e mudanças. Esta foi a tarefa a que se propôs, e esteve realizando, a PNH nos anos de 2003 a 2015, depois do que perdeu sua institucionalidade para dentro do Ministério da Saúde.

A Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde – HumanizaSUS constituiu-se, então, como uma das políticas do SUS para intensificar a luta, priorizando o plano da micropolítica: atizar forças locais e locais regionais para enfrentar a degradação da clínica, a gestão autoritária dos serviços, o modo burocrático de receber usuários, a fragmentação do cuidado, a desarticulação dos pontos da rede de serviços, a inexistência de compromisso com o percurso do usuário na rede, os processos burocráticos e hierarquizados de trabalho, a saúde dos trabalhadores, etc. Nesse contexto, humanização é compreendida não como programa pontual, mas como política pública transversal, que deve se fazer de maneira a mexer com toda uma rede de sustentação dos serviços de saúde, que valoriza principalmente a escuta dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores, principais responsáveis pela análise e invenção de meios para a transformação dos modos de cuidar e gerir saúde. Os valores norteadores de tal política são: a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a corresponsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários, a construção de redes quentes⁴ de cooperação e a participação coletiva no processo de gestão. Tarefa ousada que convoca a todos que sonham e já vivem a realidade do SUS. Essa política, considerada como pactuação democrática e coletiva, é orientada fundamentalmente por seis diretrizes: Acolhimento, Clínica

Ampliada, Cogestão, Redes, Saúde do Trabalhador e Direito dos Usuários. Diretrizes que só se efetivam quando a elas se associam dispositivos de intervenção – arranjos ou ferramentas concretas – sem os quais mudanças nas práticas de atenção e gestão do SUS seriam impossíveis. O arcabouço teórico-tecnológico da PNH garante à política de humanização da saúde romper com preceitos morais impostos aos trabalhadores a partir de concepções idealizadoras do humano, o humano pensado pela vertente da bondade, da boa educação, da interação irmanada de boa-fé com as pessoas, da delicadeza no trato, enfim, pensado pela vertente do “bom homem”. Desidealizando “o Homem”, diz o documento da PNH, tratou-se sobretudo de “pensar o humano no plano comum da experiência de um homem qualquer” e de sustentar que mudanças nos modos de agir e cuidar em saúde não dependem de voluntarismos e não se sustentam a partir de preleções morais. Mudanças nos modos de agir e de cuidar só advêm da experimentação de dispositivos que fomentem a construção de outros modos de estar com os outros e consigo mesmo, outros modos de organizar processos e fazer gestão do trabalho⁵.

Humanismo e psicanálise

É no mínimo curioso, e amplamente discutido em outros espaços, que uma das políticas públicas mais robustas no Brasil receba um nome tão controverso quanto Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde (PNH) ou HumanizaSUS, claramente remetendo à tradição humanista que está em amplo debate filosófico e psicanalítico nos dias atuais.

4 Contrariamente às redes frias do capitalismo consumista, as redes quentes, no campo da saúde, estão baseadas em articulações efetivas de serviços e de trabalhadores operando a integralidade do cuidado no SUS.

5 R. Benevides; E. Passos, *op. cit.*

6 R. Pacheco Filho, “Humanização no Sistema Único de Saúde: o que a psicanálise tem a dizer sobre isso”.

7 R. Pacheco Filho, *op. cit.*, p. 82.

8 R. Pacheco Filho, *op. cit.*

é no mínimo curioso,
e amplamente discutido em outros
espaços, que uma das políticas públicas
mais robustas no Brasil receba um
nome tão controverso quanto Política
Nacional de Humanização
da Atenção e Gestão no Sistema Único
de Saúde (PNH) ou HumanizaSUS

No artigo “Humanização no Sistema Único de Saúde: o que a psicanálise tem a dizer sobre isso”, Raul Pacheco Filho⁶ coloca claramente algumas tensões presentes entre humanismo e psicanálise, das quais citaremos apenas uma. Diz o autor:

Pensar sobre o tema humanização no Sistema Único de Saúde (SUS) remete-nos imediatamente a um passado histórico repleto de conflitos entre a psicanálise e as concepções humanistas. E basta iniciar este artigo para que inúmeras enunciações e acontecimentos, em contextos diversos, perfilhem-se em minha memória, ilustrando essas divergências. Lembrei-me, por exemplo, de um artigo que analisa as relações entre a psicanálise e as instituições do sistema de saúde mental argentino, no qual o autor afirma enfaticamente: “ao lançar luz sobre a hipocrisia irredutível que subjaz aos alicerces da sociedade”, Freud teria sabido fazer de toda sua obra um “protesto irremediável” contra os valores humanistas. Em consequência, “a psicanálise marca[ria], assim, o fim de toda filosofia humanista” (*ibid.*). Daí sua indignação na pergunta: “como invocar a dignidade do sujeito, quando sabemos, por Freud, que “tanto os homens como os povos obedecem muito mais a suas paixões do que a seus interesses?”⁷.

Apesar da tensão expressa nos termos acima, Pacheco Filho⁸, porém, defende a ideia, com a qual estamos de acordo, de que a consolidação, no SUS, da questão da humanização em saúde





procuraremos mostrar que o debate filosófico e psicanalítico acerca do termo é fértil para definir certas diretrizes da escuta e de intervenções no SUS, sem que isso signifique um preciosismo terminológico vácuo e infrutífero.

40

PERCURSO 59 : dezembro 2017

é tarefa a ser “desdobrada, aprofundada e matizada” pelos psicanalistas mais do que meramente exposta a “uma simples, imediata e radical oposição”⁹. Entretanto, não consideramos, como o autor, que uma coisa é falar em “humanização no sentido mais geral do termo ou, ainda, no de um humanismo filosófico, psicológico, ou (o que seria isso?) psicanalítico”, sendo “outra, bem distinta” a de “abordar o assunto no sentido específico da práxis psicanalítica no território delimitado pelo campo da saúde pública no Brasil atual e no contexto do SUS”¹⁰. Procuraremos mostrar que o debate filosófico e psicanalítico acerca do termo é fértil para definir certas diretrizes da escuta e de intervenções no SUS, sem que isso signifique um preciosismo terminológico vácuo e infrutífero.

Veremos, aliás, que, embora o nome pareça indicar uma continuidade de valores e preceitos humanistas da tradição, tal política é amplamente revolucionária e mais coerente com aquilo que tem sido discutido no interior da categoria de inumano – ligada sobretudo ao *isso* que nos determina. Nesse sentido, o processo de humanização seria antes um processo de escuta de uma linguagem e de formas inumanas para que dali advenha um novo homem. Com novo homem, vale lembrar, não se espera nenhuma figura extraordinária ou super-homem, mas justamente aquilo que o documento destaca: um homem qualquer

capaz de retirar da figura do Homem qualquer espécie de idealização.

Cabe aqui uma digressão por questões aparentemente distantes dos meandros inerentes à prática psicanalítica e mesmo à metapsicologia, porém, necessárias ao nosso percurso. Embora esse debate possa dar a impressão de um circunlóquio extremamente abstrato e distante da realidade dura e, por vezes, deteriorada da saúde pública brasileira, veremos que o trabalho psicanalítico de escuta no interior da Política Nacional de Humanização opera como uma espécie de despertar dos cidadãos de seu “sono antropológico”¹¹. Para isso, porém, será preciso adentrar em questões de cunho filosófico e psicanalítico. Antes de mais nada, seria interessante recuperar uma frase enigmática de Theodor Adorno¹², escrita no interior do tópico “Liberdade” em *Dialética Negativa*. Diz Adorno: “Em um Estado justo, tal como no *teologumenon* judaico, não haveria senão uma diferença muito pequena em relação ao que há hoje, mas não há como representar a mais mínima realidade tal como ela seria então”. Um Estado justo é a imagem de uma organização humana em que os homens aparecem emancipados. Difícil acreditar que Adorno estivesse se referindo às orientações sionistas que fundaram o Estado de Israel. Por *teologumenon* judaico teríamos aqui, então, uma clara referência à imagem da libertação dos escravos judeus por meio das leis mosaicas (Estado justo) – um novo homem – o povo judeu – orientado por novas leis, os mandamentos. Em *O homem Moisés e a religião mono-teísta*, a figura de Moisés, tal como desenhada por Freud¹³, é personagem bíblica difusa, que, sendo *estrangeira* escreve as leis fundamentais de um outro povo. Dono da fala dirigida a Deus: “Perdão, meu senhor, eu não sou homem eloquente, nem de ontem nem de anteontem, nem ainda desde que tens falado ao teu servo; porque sou pesado de boca e pesado de língua”, a versão freudiana de Moisés prova que é justamente sua estranheza, sua condição de estrangeiro, que o torna apto a articular as palavras de um outro modo, até instituir uma nova ordem. Protagonista do *Êxodo*,

ou seja, de um enredo sem território fixo, Moisés é sustentáculo do indeterminado.

Sigamos por essas referências de caráter abstrato, permitindo-nos ainda desvios por linhas aparentemente desconexas – tomaremos depois o desafio de costurá-las. A epígrafe da Introdução de *Grande Hotel Abismo* de Vladimir Safatle¹⁴ é uma citação de Wittgenstein:

Poder-se-ia dizer que o conceito de “jogo” é um conceito de contornos pouco nítidos (*verschwommenen Rändern*). Mas um conceito pouco nítido é ainda um conceito? Um retrato difuso (*unscharfe*) é ainda a imagem de um homem? Pode-se sempre substituir com vantagem uma imagem difusa por uma imagem nítida? Não é muitas vezes a difusa aquela de que nós precisamos?¹⁵

Com ela, Safatle¹⁶ pretende mostrar “como, quando é questão do homem, melhor uma imagem claramente difusa do que outra falsamente nítida”¹⁷. Retratos difusos, diz o autor, em que se torna possível reconhecer traços familiares, mas sempre insuficientes para compor a totalidade de uma imagem completamente determinada. Perseguir imagens difusas ou escutar linguagens precárias, como aquela de Moisés, é maneira de navegar na contracorrente de ideologias e linhas filosóficas hegemônicas, que ainda concebem a categoria de sujeito alinhada ao pensamento moderno e humanista. Com tal categoria, o sujeito é figura cujo fundamento é autoevidente e substancialmente determinado.

Se, como diz Lacan¹⁸, o sujeito moderno da ciência é o mesmo sujeito sobre o qual operamos em psicanálise, a ciência não opera sobre o sujeito

»
a ciência, inaugurada
no século XVII, é a tentativa
de enunciação de uma angústia
profunda decorrente dos abalos da
tradição, mas seu projeto
é a construção de novos edifícios
capazes de aplacar tal angústia

que é o seu. Em outras palavras: enquanto a psicanálise incide sobre o sujeito, que é o mesmo da ciência, a ciência não opera sobre ele – a diferença reside no fato de que a ciência, inaugurada no século XVII, é a tentativa de enunciação de uma angústia profunda decorrente dos abalos da tradição, mas seu projeto é a construção de novos edifícios capazes de aplacar tal angústia. A *dúvida* cartesiana indica justamente o abalo de todas as certezas, mas o *método* cartesiano iniciado pela dúvida denota a tentativa de construir escadas capazes de desafogar o sujeito de sua falta, geradora de angústia. Estremecidas as bases do saber – por razões históricas e descobertas científicas –, a filosofia cartesiana redesenha a *episteme* considerando a dúvida diante do saber como seu ponto de partida, mas tal ponto é obturado por seus passos subsequentes, excluindo o próprio sujeito de seu campo operatório. Ou seja, no momento mesmo em que o sujeito angustiado diante da dúvida é suposto pela ciência esta trata de reenviá-lo às sombras – e é exatamente nesse território que a psicanálise incidirá.

Por isso, é possível afirmar que há uma antropologia inerente às ciências nunca claramente tematizada¹⁹ – em muitas ciências o que se vê é um modelo normativo e identitário da figura do homem subjacente aos conceitos que nelas operam. Muitas vezes, tal modelo está presente de forma

9 R. Pacheco Filho, *op. cit.*, p. 84.

10 R. Pacheco Filho, *op. cit.*, p. 84.

11 V. Safatle, *Grande Hotel Abismo*.

12 T. Adorno, *Dialética Negativa*.

13 S. Freud, *O homem Moisés e a religião monoteísta*.

14 V. Safatle, *op. cit.*

15 Wittgenstein *apud* V. Safatle, *op. cit.*, p. 1.

16 V. Safatle, *op. cit.*

17 V. Safatle, *op. cit.*, p. 1

18 J. Lacan, “A ciência e a verdade”.

19 V. Safatle, *Grande Hotel Abismo*.



*embora direitos humanos
universais sejam evidentemente
almeçados para que se alcance
uma sociedade justa,
seus fundamentos, erguidos
nas sociedades burguesas,
evidenciam de saída
uma aporia*

42

PERCURSO 59 : dezembro 2017

submersa em teses psicológicas profundamente implicadas em teorias do progresso, capazes de garantir a realização das condições que asseguram ao homem sua humanidade. Entretanto, nem sempre a figura do sujeito pode ser reduzida a esse tipo de antropologia cujo resultado maior é a entificação de toda atividade subjetiva à figura do Eu individual.

Filosofias modernas e ciências humanistas talvez sejam a melhor expressão de uma versão ainda *egológica do sujeito*²⁰, mesmo que isso não seja explicitamente abordado. No empenho de romper com essa vertente, muitos filósofos contemporâneos e psicanalistas têm criticado a própria ideia de humanismo, visando ampliar o uso político do conceito de reconhecimento da subjetividade. Política aqui deixa de ser mera ampliação de direitos universais a grupos desfavorecidos. Nesse caso, teríamos interesses particulares – predicativos dos sujeitos favorecidos – configurados em preceitos jurídicos que deveriam passar a ser agregados a todos os sujeitos²¹. Embora direitos humanos universais sejam evidentemente almeçados para que se alcance uma sociedade justa, seus fundamentos, erguidos nas sociedades burguesas, evidenciam de saída uma aporia: como a justiça e a igualdade de direitos pode prevalecer quando a exploração do trabalho é a base de sustentação social? Sabemos, por experiência, que as

ideologias dos Estados burgueses são construídas para justificar diferenças identitárias e normatividades que legitimem as múltiplas formas de exploração do trabalho. Por isso, uma política na qual o reconhecimento dos sujeitos ocorre por vias não identitárias, e por conseguinte diante daquilo que não é propriedade garantidora de distinção entre eles, implica escutar e admitir como válidas potências indeterminadas e forças indiferenciadas de uma subjetividade universal. Ou seja, aprofundar o processo de reconhecimento deixa de ser associado ao aumento do número de predicados e propriedades que deve se estender a todos os sujeitos, ficando o reconhecimento agora atrelado à escuta do que é impróprio como parte essencial do jogo político, articulado fundamentalmente pelo que resiste ao processo de predicação. Nesse panorama, exigências de igualdade e liberdade só se cumprirão à medida que houver uma recusa daquele modelo burguês jurídico-institucional no qual o homem é figura ligada à universalização dos ideais liberais – estratégia que, como assinalamos, expõe sua incoerência em seus próprios fundamentos. Essa tarefa de desenhar uma forma de reconhecimento longe das balizas identitárias e predicativas do sujeito parece justificável uma vez que é nela que se concentra uma possibilidade de justiça e universalidade, uma universalidade que se pauta paradoxalmente na singularidade – na diferença inerente a cada sujeito mas que é condição de todos. Retirando, portanto, o véu do humanismo, ainda preso em predicativos ideais a serem acrescentados aos homens, teremos um horizonte indefinido em todos e em cada um.

O sujeito em sua radicalidade, lembra-se Luciano Elia²² em uma belíssima conferência do IV Congresso de Psicopatologia Fundamental, está distante da instância do eu, “instantâneo fotográfico do sujeito em sua imagem totalizante suportada pelo corpo” e próximo da “ordem do coletivo que vige no inconsciente, mas que também impera no Isso”. No capítulo III de *O eu e o isso*, Freud pergunta: “qual foi o eu do homem primitivo ou o seu *isso* que adquiriu a religião e a moralidade,

naqueles dias primevos, a partir do complexo paterno?” E sua resposta:

[...] nenhuma vicissitude externa pode ser experimentada ou sofrida pelo isso, exceto pela via do eu, que é o representante do mundo externo para o isso. Entretanto, não é possível falar de herança direta no eu. [...] É aqui que o abismo entre um indivíduo concreto e o conceito de uma espécie torna-se evidente. As experiências do eu parecem, a princípio, estar perdidas para a herança; mas quando se repetem com bastante frequência e com intensidade suficiente em muitos indivíduos, em gerações sucessivas, transformam-se, por assim dizer, em experiências do isso, cujas impressões são preservadas por herança. Dessa maneira, no isso, que é capaz de ser herdado, acham-se abrigados resíduos de experiências de incontáveis eus; e quando o eu forma o seu supereu a partir do isso, pode talvez estar apenas revivendo formas de antigos eus e ressuscitando-as²³.

O texto freudiano, diz Elia (2010), desenha o *eu* como a instância na qual se concentra a biografia individual, perdida com a morte do sujeito. Só o *isso*, usina de significantes que opera pelo processo primário, reúne a herança geracional. Embora seja herdeiro, o *isso* só entra em contato com tais significantes a partir do *eu*. Para Freud, porém, nem *eu*, nem *isso* são capazes de herdar algo geracional ou coletivo – apenas na repetição sucessiva da experiência de incontáveis *eus* e em diversas gerações uma herança poderia ser traçada. Daí a multidão inerente ao sujeito – seu caráter coletivo que se transfigura nas experiências do *isso*. Restritas ao eu – à identidade –, as experiências são individuais; tão logo, porém, essas experiências reiteram-se nos muitos *eus* das diferentes gerações, passam a compor o *isso*, tornando-se coletivas, simbólicas e transgeracionais (históricas).

20 V. Safatle, *O circuito dos afetos*.

21 V. Safatle, “Por um conceito antipredicativo de reconhecimento”.

22 L. Elia, “O inconsciente público e coletivo e a estrutura da experiência psicanalítica”.

23 L. Elia, *op. cit.*, p. 2.

»
*o principal problema
a ser considerado aqui
é o de que justamente alguns
tipos de sofrimento emergem de uma
identidade e de uma normatividade
aprisionadoras e impeditivas
da enunciação daquilo
que ainda é indeterminado*

Escutar o *isso* significa escutar o coletivo – aquilo que é comum, mas que ainda não ganhou nome. Quando o *isso* ganha voz e forma pela escuta, ele pode ser reconhecido, esculpido numa linguagem que não está completamente abduzida pelo que já se tornou convenção ou modelos que causam sofrimento. O sofrimento psíquico como déficits de reconhecimento social é um dos eixos centrais que orientam a psicanálise de Jacques Lacan. É comum, porém, que o não reconhecimento social seja compreendido como maneiras de fracasso nos processos de individualização ou de socialização dos desejos e pulsões. Nesse cenário, o sofrimento aparece como incapacidade de se orientar socialmente na conduta e no julgamento. Se parte dos problemas efetivamente deriva de expressões psíquicas coerentes com essa leitura, deve-se admitir que certos fenômenos não se ajustam a ela e exigem uma reconfiguração do quadro de problemas e intervenções clínicas. O principal problema a ser considerado aqui é o de que justamente alguns tipos de sofrimento emergem de uma identidade e de uma normatividade aprisionadoras e impeditivas da enunciação daquilo que ainda é indeterminado.

Com isso, a reconstrução de uma teoria do reconhecimento precisa evitar reduzir o sujeito à condição de indivíduo cujas cargas são as modernas visões humanistas. Antes de mais nada,



*constranger tudo ao funil daquilo
que pode ser reconhecido
por processos já válidos
de racionalização implica enxergar
como fracasso nos processos
de desenvolvimento qualquer outra
forma discursiva ou gestual*

é importante reconhecer que a própria ideia de indivíduo, dotado de uma identidade sólida, é parte fundamental da ideologia neoliberal. Na conferência já citada, Luciano Elia²⁴ tratou da questão do sujeito do seguinte modo:

A psicanálise é a experiência do sujeito – e o sujeito não é o indivíduo, ele é dividido, enquanto que indivíduo é o que não se divide, e o primeiro ato da psicanálise foi efetuar a divisão do sujeito, tomando-o como sujeito do inconsciente. E o inconsciente não é uma dimensão ou propriedade “profunda” do indivíduo. O que talvez não seja tão evidente e aceito é a tese complementar a esta, mas que desta não decorre de forma imediata, isto, requer mediação e construção conceitual, clínica, ética e metodológica para ser formulada: a psicanálise tem, na estrutura do sujeito do inconsciente, como sua tessitura mesma, a lógica do coletivo²⁵.

Incorporar ao discurso legítimo do sujeito aquilo que aparece como um retrato ainda difuso ou por meio de uma linguagem precária, o *isso* a que se pode atribuir o nome de inumano no sujeito e que ultrapassa a individualidade, significa não apagar traços potentes de indeterminação e não invalidar aquilo que ainda não tem nome ou forma definida. Pelo contrário, trata-se de escutar justamente a potência inerente a esses aspectos, sendo que as intervenções são direcionadas para

que eles ganhem corporeidade e forma. Pois constranger tudo ao funil daquilo que pode ser reconhecido por processos já válidos de racionalização implica enxergar como fracasso nos processos de desenvolvimento qualquer outra forma discursiva ou gestual. As implicações dessa leitura são imensas – ao invés do reconhecimento da força política inerente à negatividade, ao inarticulado, tenta-se suprir de maneira assistencialista uma suposta falha no processo de subjetivação que, dentro de uma visão desenvolvimentista, jamais deveria ter acontecido. É certo que a realidade brasileira é árdua, dura, hostil, obscena, violenta. Entretanto, pensar em intervenções psicanalíticas apenas de forma a que elas deem conta de suprir aquilo que não pode ser vivido da maneira minimamente esperada significa não validar a verdade da voz que viveu certos tipos de experiência. Mais precisamente: a voz do inarticulado que reverbera de um retrato difuso talvez não espere ser acalentada *a posteriori*, num colo que seja equivalente ao de uma mãe suficientemente boa, por exemplo. Talvez, o que essa voz espere seja a sua reverberação e sua potência de perfurar a realidade tal como ela está hoje configurada.

Retomando os fios que ficaram soltos, seria interessante que, como psicanalistas, apostássemos em vozes e gramáticas pouco convencionais – como foi aquela proferida por Moisés – e retratos difusos de um homem capaz de escrever novas leis. O trabalho do psicanalista nas várias frentes do SUS parece ser coerente com esse lugar de escuta – se o considerarmos como uma potência política e coletiva que resiste à lógica do sistema neoliberal, o SUS pode ser justamente o espaço para que os sujeitos comuns transfigurem suas falas perdidas ao léu em força capaz de colocar em xeque a roda-viva que nos carrega sem piedade.

Em “Humanização na saúde: um novo modismo?”, Benevides e Passos²⁶ contam a história do processo de humanização dentro da Política Nacional de Humanização da atenção e da gestão na saúde (PNH), mostrando que há limites quando o conceito de humanização é mal formulado. Dizem eles:

[...] humanização, expressa em ações fragmentadas e numa imprecisão e fragilidade do conceito, vê seus sentidos ligados ao voluntarismo, ao assistencialismo, ao paternalismo ou mesmo ao tecnicismo de um gerenciamento sustentado na racionalidade administrativa e na qualidade total. Para ganhar a força necessária que dê direção a um processo de mudança que possa responder a justos anseios dos usuários e trabalhadores da saúde, a humanização impõe o enfrentamento de dois desafios: conceitual e metodológico²⁷.

A humanização apontada como “conceito-sintoma” tenta obliterar “o movimento instituinte pela mudança das práticas de saúde”. O movimento “chega aos anos 2000 encontrando ou se chocando com o que, paradoxalmente, dele resulta: formas instituídas, marcas ou imagens vazias, slogans já sem a força do movimento instituinte”. Como conceito-sintoma, a humanização está sobretudo subdividida em setores oriundos de categorias questionáveis (saúde da mulher, saúde da criança, saúde do idoso) e orientadas por exigências de mercado que devem “focar o cliente” e “garantir qualidade total nos serviços”²⁸. Por isso,

[...] colocar em análise o conceito-sintoma é permitir a retomada de um processo pelo qual se faz a crítica ao que se instituiu nas práticas de saúde como o “bom humano”, figura ideal que regularia as experiências concretas. A necessidade de re colocação do problema da humanização obriga-nos, então, a forçar os limites do conceito resistindo a seu sentido instituído. Contra uma idealização do humano, o desafio posto é o de redefinir o conceito de humanização a partir de um “reencantamento do concreto” (Varela, 2003) ou do “sus que dá certo”. Esta crítica ao Homem como figura-ideal desencarnada e ao seu sobrevoos regulatório, longe de abandonar todo

24 L. Elia, *op. cit.*

25 L. Elia, *op. cit.*, p. 1.

26 R. Benevides; E. Passos, *op. cit.*

27 R. Benevides; E. Passos, *op. cit.*, p. 390.

28 R. Benevides; E. Passos, *op. cit.*, p. 390.

29 R. Benevides; E. Passos, *op. cit.*, p. 390-391.

»
*tal “normatividade” do vivo,
tal como a defendem Benevides
e Passos, significa criar uma cultura
em que o indeterminado
ganhe espaço, criar dispositivos
de escuta nos quais o sujeito possa
emergir carregando toda
a sua força de indeterminação*

e qualquer princípio de orientação, coloca em questão as práticas normalizadoras apostando, em contraste, na “normatividade” do vivo como capacidade menos de seguir do que de criar normas²⁹.

Tal “normatividade” do vivo significa não recuar diante do espanto provocado pela falta – significa não recair em fórmulas capazes de tamponar a angústia, empreendimento que orientou o pensamento das ciências e das filosofias modernas. Tal “normatividade” do vivo, tal como a defendem Benevides e Passos, significa criar uma cultura em que o indeterminado ganhe espaço, criar dispositivos de escuta nos quais o sujeito possa emergir carregando toda a sua força de indeterminação, fazendo brotar da concretude daquilo que se apresenta a criação de novas formas de existência que não podem ser pautadas ali onde se define um ideal de Homem ou o que é esperado daquilo que é considerado normal. É do sintoma, aliás, que poderá brotar uma nova forma de cuidado com a saúde, como foi a psicanálise ao precisamente escutar a verdade dos sintomas. Foi por ser dotado de uma linguagem ainda inarticulada que Moisés foi capaz de fundar novas leis. Um retrato difuso pode ser a melhor fotografia daquilo que está em nossas mãos e que cabe a cada sujeito transformar e cuidar de acordo com seus desejos coletivamente compartilhados.

Referências bibliográficas

- Adorno T. (2009). *Dialética Negativa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benevides R.; Passos E. (2005). Humanização na saúde: um novo modismo? *Revista Interface*, v. 9, n. 17, mar./ago.
- Campos G. W. S. (2000). *Um método para análise e cogestão de coletivos*. São Paulo: Hucitec.
- Elia L. (2010). O inconsciente público e coletivo e a estrutura da experiência psicanalítica. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/posteres_iv_congresso/mesas_iv_congresso/mr36-luciano-elia.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2017.
- Freud S. (1939/2014). *O homem Moisés e a religião monoteísta*. Porto Alegre: L&PM.
- Lacan J. (1966/1988). A ciência e a verdade. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pacheco Filho R. (2015). Humanização no Sistema Único de Saúde: o que a psicanálise tem a dizer sobre isso. *Revista A Peste*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 81-94.
- Safatle V. (2012). *Grande Hotel Abismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2015). Por um conceito antipredicativo de reconhecimento. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 94, p. 79-116.
- _____. (2015). *O circuito dos afetos*. São Paulo: CosacNaify.

HumanizASUS and listening to the indeterminate

Abstract The text introduces some of the principles of the National Humanization Policy on Attention and Gestion (PNH) in the Universal Health System (SUS), or as it is most commonly referred to, "HumanizASUS", with the aim of debating the concept of "humanization". It also retraces its modern tradition linked to humanism, problematizing what has become the moral commandment of the "good human" in the health practices of the early 21st Century. In this context, the text tries, both in theoretical and technological terms, to reflect on the listening and intervention practices undergone within the SUS with the goal of building clinical and institutional practices based on the ethics of provoking instituted forms, and to bet on the invention of new ways of living individually and collectively in health contexts.

Keywords "humanization"; humanism; science; indeterminacy.

Texto recebido: 09/2017

Aprovado: 11/2017

O racismo entre a cultura e o sujeito

Cristiane Curi Abud é psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É professora do curso de Psicossomática do Instituto Sedes Sapientiae. Psicóloga da Universidade Federal de São Paulo, coordena o Programa de Assistência e Estudos de Somatização – UNIFESP. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Escreveu o livro *Dores e Odores, distúrbios e destinos do olfato* (Via Lettera, 2009). É coautora do livro *Psicologia Médica – Abordagem Integral do Processo Saúde-Doença* (Artmed, 2012) e organizadora dos livros *A subjetividade nos grupos e instituições* (Chiado, 2015) e *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise* (Perspectiva, 2017).

Luiza Sigulem é colaboradora no Programa de Assistência e Estudos de Somatização – UNIFESP. Acompanhante terapêutica e Terapeuta-aprimorada na clínica psicológica do Sedes Sapientiae, está no segundo ano do Curso de Psicanálise do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Fotógrafa profissional, trabalha em diversos meios de comunicação como fotojornalista, além de desenvolver, em paralelo, projetos autorais. Fez parte da Mostra São Paulo de Fotografia, em 2013, com o trabalho “Além Rio”, além de ter realizado exposições em espaços como a Doc Galeria, com os trabalhos “A distância entre dois corpos” e “Atlas”.

Resumo A partir de um fragmento clínico de um grupo de psicoterapia de base psicanalítica no qual se apresenta uma questão referente ao preconceito contra o negro no Brasil, este trabalho analisa como o racismo presente no metaenquadre social pode determinar parte da constituição psíquica da população brasileira. O conceito de alianças inconscientes permitirá pensar o campo do intermediário, a passagem do intersubjetivo para o intrapsíquico, que efeitos a aliança selada pela sociedade brasileira que estabelece, inconscientemente, o mecanismo de defesa utilizado para lidar com o preconceito racista contra o negro – a recusa – tem sobre a constituição psíquica do sujeito.

Palavras-chave racismo; psicoterapia psicanalítica de grupo; mediação; psicossomática; enquadre psicanalítico grupal.

1 N. M. Kon; M. L. Silva; C. C. Abud, *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*.

2 E. S. Costa, *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*.

3 Segundo Kaës, 2011, Freud recorre à noção de formação intermediária quando precisa pensar o vínculo entre duas ordens descontínuas como dentro e fora, consciente e inconsciente, exigências do ego, id e superego, indivíduo e grupo, etc. O psiquismo disporia de instâncias ou sistemas especialmente afeitos ao trabalho dos processos intermediários, como o pré-consciente, o ego, a pulsão, sistemas fronteiros.

Cristiane Curi Abud
Luiza Sigulem

Este trabalho é uma continuidade da pesquisa que realizamos há alguns anos acerca da questão do racismo no Brasil. Desde a elaboração do primeiro artigo¹, fruto desta pesquisa, temos participado de diversas discussões e eventos sobre o tema, que trouxeram novos elementos, possibilitando aprofundar e especificar a noção de metaenquadre e seus efeitos sobre o sujeito singular.

No trabalho anterior, apontamos o racismo enquanto um elemento do metaenquadre, presente nas diversas expressões culturais do Brasil, mas não demos tanta ênfase a este conceito. A partir da noção desenvolvida por Eliane Costa² em sua tese de doutorado, qual seja, o racismo enquanto metaenquadre, o presente trabalho problematiza como esse elemento cultural atravessa os diversos enquadres institucionais, grupais e os sujeitos que os compõem. O conceito de alianças inconscientes permitirá pensar os processos e formações intermediários³, a passagem do intersubjetivo para o intrapsíquico e os efeitos que a aliança selada pela sociedade brasileira tem sobre a constituição psíquica do sujeito, ao estabelecer, inconscientemente, como mecanismo de defesa utilizado para lidar com o preconceito racista contra o negro a recusa⁴. A recusa, enquanto desautorização da percepção da violência exercida contra os negros pelo simples fato de serem negros, dificulta ou impede a inscrição simbólica do traumático e a possibilidade de sua superação⁵.



diferenciando-se de Winnicott, que define o setting como “a soma de todos os detalhes da técnica”, Bleger propõe o termo situação psicanalítica para a totalidade dos fenômenos incluídos na relação terapêutica entre analista e paciente

Enquadrando conceitos

Partimos da noção de enquadre proposta por Bleger⁶. Diferenciando-se de Winnicott, que define o setting como “a soma de todos os detalhes da técnica”, Bleger propõe o termo situação psicanalítica para a totalidade dos fenômenos incluídos na relação terapêutica entre analista e paciente, sendo que parte dessa situação compreende fenômenos que constituem um processo, aquilo que analisamos e interpretamos, e parte inclui um “não processo”, no sentido de que são as invariáveis que formam a moldura dentro da qual se dá o processo. O enquadre corresponderia às invariáveis da situação psicanalítica. Sua função equivale àquela da simbiose com a mãe que permite à criança o desenvolvimento de seu Eu, uma vez que serve de suporte, de moldura para a relação entre analista e analisando. O horário da sessão, honorários, espaço, presença física do analista são constantes que favorecem a reedição da relação simbiótica com a mãe, recebem e estabilizam conteúdos arcaicos, para que ocorra o processo, movimentação e criatividade.

Ocorre que “todo enquadre é enquadrado por um enquadramento que o contém, sustenta, atrapalha ou trava”⁷. De forma que a noção de metaenquadramento refere-se ao estabelecimento no qual ocorre o trabalho, ou, num sentido mais amplo, refere-se à cultura e sociedade que contém o estabelecimento. O sintoma em um grupo

dentro de uma organização pode ser muitas vezes compreendido como originado em um outro grupo dentro da organização. Para Bleger esse deslocamento, geralmente, se dá no sentido descendente do enquadramento, dos níveis hierárquicos mais elevados aos mais baixos. O inverso também pode ocorrer e as instituições assim padecem do mal que visam tratar⁸.

O paciente em questão neste trabalho participa de um grupo de psicoterapia, cujo enquadre inclui sessões semanais, numa mesma sala onde dispomos cadeiras em círculos – sendo o número de cadeiras igual ao número de participantes do grupo, mesmo que haja faltas –, a presença da analista e de duas estagiárias de psicologia, e a presença do objeto mediador, no caso, fotografias. Seguindo o modelo das bonecas russas, este grupo é enquadrado pelo Programa de Assistência e Estudo de Somatização que, por sua vez, é enquadrado pelo Departamento de Psiquiatria, enquadrado pela Universidade Federal de São Paulo, enquadrada pelo Ministério da Educação e da Saúde, e, por fim, pela sociedade brasileira.

No sentido descendente, examinaremos como a questão do racismo vem se apresentando na sociedade brasileira, atravessando as camadas institucionais descritas e os sujeitos que as compõem, para que possamos repensar o enquadre e “propor instituições⁹ cujos efeitos de subjetivação estejam alinhados aos objetivos e à ética da psicanálise”¹⁰.

A noção de sujeito na qual nos baseamos inspira-se nas teorizações de René Kaës, para quem a constituição do sujeito se apoia no corpo e nos vínculos intersubjetivos. Kaës propõe pensar a articulação entre a realidade psíquica do grupo e a do sujeito singular, tentando explicar como o sujeito participa da formação do grupo e qual o papel desempenhado pelo grupo na constituição do sujeito do inconsciente.

A concepção de sujeito de Kaës é muito influenciada pelo aporte freudiano em Introdução ao Narcisismo, segundo o qual o sujeito vive uma dupla existência, submetido à tensão entre ser um fim para si mesmo e ser o elo beneficiário,

servidor e herdeiro de uma cadeia intersubjetiva e transgeracional.

Seguindo esta linha, outra influência é o conceito de contrato narcísico de Piera Aulagnier, segundo o qual, ao nascer, é atribuído e garantido ao bebê um lugar de pertença no grupo familiar que irá investi-lo narcisicamente, ensinando-lhe os costumes, valores, tradições e ideais do grupo. Em troca, o sujeito assume a missão de garantir a continuidade do conjunto ao qual pertence. Para Kaës, esta noção mantém o duplo estatuto do sujeito tensionado entre ser um fim para si mesmo e ser o elo de uma cadeia transgeracional entre o outro e nós mesmos, entre o singular e o plural.

Assim, Kaës postula que a constituição psíquica do sujeito do inconsciente se constrói no espaço do grupo originário. Além do contrato narcísico, os mecanismos de recalque ou de denegação conjunta, os contratos que fundam o narcisismo do sujeito e do conjunto, e as alianças inconscientes desempenham um papel determinante nas modalidades constitutivas do inconsciente do sujeito, em seus conteúdos, nas condições do retorno do recalado e da formação de sintomas. O grupo familiar determina que conteúdos devem ser recalcados, silenciados, não ditos, malditos e não representados dentro do grupo, definindo para o psiquismo do bebê conteúdos que podem ser representados,

»
*o grupo familiar determina
que conteúdos devem ser recalcados,
silenciados, não ditos, malditos e
não representados dentro do grupo,
definindo para o psiquismo do bebê
conteúdos que podem
ser representados, pensados,
ou recalcados e silenciados*

pensados, ou recalcados e silenciados. Por isso o autor sustenta que o sujeito do inconsciente é, indissociavelmente, sujeito do grupo, e que o sujeito do grupo é uma dimensão do sujeito do inconsciente, de forma que parte das formações inconscientes do sujeito está fora dele, deslocada no grupo.

É dentro desta concepção que podemos articular como a questão do racismo presente na sociedade brasileira, ou seja, no metaenquadre¹¹ do grupo de psicoterapia, atravessa o grupo determinando suas alianças inconscientes e o destino pulsional nele e em cada um dos sujeitos que o compõem. E ainda, como o grupo pode transformar esta questão e devolvê-la ao metaenquadre.

O metaenquadre social e institucional: o racismo no Brasil

A experiência da escravidão é responsável por várias facetas da cultura e da sociedade brasileira e, mesmo após seu término oficial, suas marcas persistem de forma profunda. Na arquitetura contemporânea, a divisão entre “área de serviço” e “área social” insiste simbolicamente na separação entre casa grande e senzala. Podemos encontrar na língua palavras e expressões como “denegrir”, “a coisa está preta” e “passado negro”, que atestam como as atitudes racistas estão incorporadas às estruturas sociais, mesmo que inconscientemente¹².

4 T. C. Veríssimo, *O racismo nosso de cada dia e a incidência da recessa no laço social*.

5 Este tema foi amplamente discutido por Caterina Koltai no lançamento do livro *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, realizado pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae em 16 de setembro de 2017.

6 J. Bleger, *Psicanálise do enquadre psicanalítico*.

7 R. Kaës, *Um singular plural, a psicanálise à prova do grupo*, p. 68.

8 P. C. G. Castanho, *Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições*, p. 98 e 99.

9 Utilizamos o termo instituição segundo a definição proposta por Bleger (1967): uma relação que se prolonga durante anos, com a manutenção de um conjunto de normas e atitudes. Neste sentido, o enquadre é uma instituição, seja ela um consultório privado, seja uma instituição pública.

10 P. C. G. Castanho, *op. cit.*, p. 70.

11 E. S. Costa, *op. cit.*

12 L. M. Schwarcz; H. M. Starling, *Brasil: uma biografia*.



*a sociedade dos brasileiros “cordiais”
é extremamente violenta com os negros.
Paira sobre o cotidiano brasileiro
um silenciamento em forma de recusa
das diferenças e discriminações,
e sobre a nossa história uma tentativa
de branqueamento da população*

50

PERCURSO 59 : dezembro 2017

A sociedade dos brasileiros “cordiais”¹³ é extremamente violenta com os negros. Paira sobre o cotidiano brasileiro um silenciamento em forma de recusa das diferenças e discriminações, e sobre a nossa história uma tentativa de branqueamento da população. Neusa dos Santos Souza¹⁴ entrevistou diversas pessoas negras e muitos entrevistados relataram os conselhos de seus pais de se casarem com pessoas brancas para branquear e melhorar a raça. Nota-se uma tendência a fragilizar a identidade do negro impondo ideais brancos cujas identificações formam um Ideal de Ego branco, incompatível com seu corpo, que se torna um perseguidor e não fonte de prazer constituinte de uma estrutura psíquica harmoniosa¹⁵. Assim, estabelece-se, dentre as alianças inconscientes, um contrato narcísico que garante o lugar de pertencimento social ao branco e um pacto denegativo que impede a inscrição do negro e recusa a existência do preconceito. Existe um mito no Brasil de que não somos preconceituosos com os negros, recusamos o preconceito, mas vivemos e tratamos as pessoas negras com extrema violência.

Dentro desta sociedade, temos as instituições médicas que não ficam de fora desse panorama, e os negros, além de acesso desigual ao do restante da população aos serviços de saúde, sofrem preconceito nas instituições. Os profissionais de saúde tendem a não notar as desigualdades ou a persistir em sua inexistência, colaborando para a inércia do sistema diante delas e, por consequência, em sua conservação e expansão¹⁶.

Dentre as instituições médicas brasileiras, encontra-se a universidade onde funciona uma faculdade de medicina na qual realizamos nosso trabalho. Trata-se de uma universidade pública sustentada pelo governo federal e composta de profissionais de saúde hegemonicamente brancos, que prestam assistência a uma população majoritariamente negra (53% da população brasileira). Essa assimetria de lugares é representativa das divisões sociais no Brasil.

O enquadre grupal

Retomando o modelo das bonecas russas, dentro da Universidade Federal existe então o curso de medicina, que contém diversos departamentos, dentre eles o Departamento de Psiquiatria. O Departamento é composto de diversos programas de assistência, pesquisa e ensino, sendo um deles o Programa de Assistência e Estudos de Somatização (PAES) que assiste pacientes somatizadores¹⁷. É neste metaenquadre que o grupo de psicoterapia acontece. A equipe era – até pouquíssimo tempo –, exclusivamente composta por pessoas brancas e de nível sócio-econômico-educacional elevado. Nota-se que as alianças inconscientes contratadas no metaenquadre – lugar de pertença aos brancos e recusa da inscrição do negro – se repetem nos vários níveis do metaenquadre.

A população com a qual trabalhamos é, na maioria, composta por pacientes de nível socioeconômico baixo, com uma proporção significativa de migrantes de outros estados, particularmente do Nordeste¹⁸. Sua problemática caracteriza-se por intensas queixas de dores e desconfortos físicos sem que se encontrem substratos orgânicos que as justifiquem.

Propomos o dispositivo grupal como parte de sua terapêutica, uma vez que seu funcionamento psíquico apresenta especificidades – falha do funcionamento pré-consciente, discurso concreto, limitação na capacidade de simbolização e relação de objeto simbiótica – que desafiam as constantes de um enquadre psicanalítico

tradicional, quais sejam a associação livre, a transferência e a interpretação¹⁹.

O grupo e a foto, enquanto objeto mediador, cumprem a função de construção de representações psíquicas para afetos que se encontram desligados da cadeia associativa²⁰, função normalmente exercida pelo pré-consciente que, nestes pacientes, encontra-se comprometido em seu funcionamento.

O grupo psicoterapêutico se estrutura e se sustenta a partir de um contrato narcísico – “somos todos pacientes com alguma doença não detectada pela medicina e aqui no PAES os médicos irão descobrir o que eu tenho” – e de um pacto denegativo – destacamos a repressão dos afetos, “minha doença não tem nada a ver com minhas emoções e com minha história”. Além dessas alianças inconscientes²¹ que sustentam o enquadre, não perdemos de vista a disposição das cadeiras, o número de cadeiras dispostas sempre igual ao número de

»
o enquadre grupal que utiliza as fotos como mediação pode ser compreendido como um “molde figurativo” no qual aspectos psíquicos, originalmente indiferenciados, ganham forma ao serem projetados no enquadre

participantes, a sala na instituição onde acontece, a presença corporal do analista²², e no nosso caso as fotos como material estimulante da sensorialidade e como apoio figurativo pulsional.

O enquadre grupal que utiliza as fotos como mediação pode ser compreendido como um “molde figurativo”²³ no qual aspectos psíquicos, originalmente indiferenciados, ganham forma ao serem projetados no enquadre. Figurativo, pois é no mundo exterior que o psiquismo encontrará resposta para a exigência de figurabilidade do processo primário, é no enquadre que a pulsão pode ser colocada em imagens e palavras, é onde ocorre o processo de simbolização, de tal forma que as fotos fazem parte do enquadre grupal. Mas não somente do enquadre: as fotos são produzidas no metaenquadre social, enquanto elementos da cultura, o que lhes confere também a função de veículo de transmissão cultural.

Neste sentido, pudemos tomar consciência de outra aliança inconsciente no grupo. Aprendemos a técnica de Fotolinguagem com colegas franceses e utilizamos no grupo fotos importadas da França, que já vinham organizadas em dossiês. É verdade que muitas das fotografias francesas podem ser culturalmente compartilhadas e, portanto, servem como apoio pulsional no trabalho de figurabilidade, de transformação da pulsão em imagens e palavras. Porém, a dimensão intelectual²⁴ das fotografias estrangeiras revela signos que nos são desconhecidos,

13 Para Sérgio Buarque de Holanda, que toma o termo emprestado do escritor Ribeiro Couto, para definir uma característica típica do povo brasileiro, esse cordialismo tem a ver com “coração”. Porém, nada tem a ver com bondade, obviamente, mas tampouco com polidez ou com um fingimento e/ou hipocrisia. O termo remete ao que ele chama de uma “ética de fundo emotivo”, ou seja, que traduzimos o mundo a partir dos laços primordiais sem nos deixarmos de modo algum ser atravessados pelas instituições, pelos rituais ou pelas tradições sociais. “Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não supram de todo a possibilidade de convívio mais familiar.” Segue: “É um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência, dos chamados ‘contratos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós”.

14 N. S. Souza, *Tornar-se negro*.

15 J. F. Costa, *Violência e Psicanálise*.

16 F. Lopes, “Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer”.

17 J. A. Bombana, Somatização e conceitos limítrofes: delimitações de campos.

18 J. A. Bombana; C. C. Abud; R. A. Prado, Assistência e ensino de psicoterapia no programa de atendimento e estudos de somatização (PAES-UNIFESP).

19 C. Vacheret; G. Gimenez; C. C. Abud, Sobre a sinergia entre grupo e o objeto mediador.

20 C. C. Abud, “A questão do racismo em um grupo de mediação com fotografias”.

21 R. Kaës, *O grupo e o sujeito do grupo, elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*.

22 J. Bleger, *Temas de psicologia: entrevistas e grupos*.

23 P. C. G. Castanho, *op. cit.*

24 R. Fonanari, *A noção de punctum de Roland Barthes, uma abertura da imagem?*



foi a partir da introdução de fotos brasileiras de gente brasileira no grupo que o tema do racismo pôde vir à tona, possibilitando alguma perlaboração, conforme a sessão a seguir

porque não fazem parte da nossa cultura. Assim, a experiência sensível despertada pelas fotos fica cindida da cultura nacional. A cultura deixa de cumprir, ou cumpre de maneira tendenciosa, sua função de aporte de elementos necessários ao processo de significação e simbolização.

Mais além: o uso de fotografias importadas da França por analistas brasileiros com pacientes brasileiros fere uma ferida silenciada, revela um ponto cego: quase não encontramos negros nas fotos estrangeiras, eles ficam invisíveis no grupo, contribuindo para o aumento de seu fosso narcísico. À medida que não inserimos imagens de negros no enquadre grupal reproduzimos o sintoma originado no metaenquadre institucional e social²⁵ e sua respectiva aliança inconsciente, na qual é recusado ao negro um lugar e uma legitimidade social. Recusamos ainda a existência do preconceito racial uma vez que silenciamos a questão do racismo brasileiro no grupo, cordialmente. Foi a partir da introdução de fotos brasileiras de gente brasileira no grupo que o tema do racismo pôde vir à tona, possibilitando alguma perlaboração, conforme a sessão a seguir.

O intersubjetivo e o intrapsíquico: do plural ao singular

Estava presente no grupo um paciente mestiço que sofre de tremores no corpo, tremores que

intensificam diante dos doutores no hospital, segundo o paciente porque ele é muito “vergonhoso”. A propósito da fala de uma paciente que dizia para o grupo que viajaria para o Chile, ele comentou:

Eu não tenho curiosidade pra conhecer o estrangeiro, outros lugares fora do Brasil. Eu tenho vontade de conhecer o Brasil mesmo. Se eu tivesse dinheiro eu conheceria lá pelos lados de Mato Grosso. Eu também mal sei falar português, imagina outras línguas, mas nem é por isso não, é porque eu não tenho interesse mesmo.

Sugeri que respondêssemos o que é o estrangeiro com uma foto. Todos escolheram as fotos e voltaram para seus lugares. As fotos escolhidas apresentavam um senhor nordestino; um homem negro preso numa cela cuja porta tem uma abertura pequena, por onde é permitido ver apenas sua boca, seus dentes e suas mãos; o rosto de um índio coberto por uma maquiagem bem espessa (como maquiagem de palhaços); e o rosto de um homem negro, sorridente, com a imagem fora de foco, sugerindo movimento. Os conteúdos associados às fotos remeteram ao medo do estrangeiro, do desconhecido, das ameaças que os estrangeiros evocam – ameaça de vida, de empregos, de não conhecer a língua, os costumes. Conteúdos relativos à oralidade apareceram com muita frequência no decorrer da sessão, do que os estrangeiros costumam comer, os chineses comem cachorros que é um animal doméstico no Brasil, e o grupo afirmou sentir fome no decorrer da sessão. O paciente mestiço fala de sua foto:

– Olhei essa foto e lembrei uma situação que aconteceu ontem no ônibus. Um homem alimentando suas duas filhas. Acho que ele era haitiano, aí lembrei essa foto. Na verdade, eu não sei se é um homem ou um macaco na foto.

Os outros pacientes comentam:

- Eu vejo um homem negro.*
- Eu também.*
- Quando olhei pensei que era uma pessoa fantasiada com moedinhas, no carnaval.*

O paciente responde:

– Mas eu vejo essa pessoa muito triste porque os negros sofrem muito. Eu não tenho preconceito. Se eu morasse lá fora me considerariam negro. O meu patrão me chamava de negão e eu tenho orgulho disso. O que diferencia um dos outros é só a pele, mas no final todo mundo vai pro mesmo lugar. Eu acho que as pessoas não deveriam ligar e fazer que nem o Daniel Alves que comeu a banana²⁶.

Segundo Kaës²⁷, o grupo é uma entidade com uma realidade psíquica própria com pontos de passagem para o espaço intrapsíquico. Os pontos de passagem e ruptura entre o espaço intrapsíquico e o espaço intersubjetivo podem ser as identificações comuns, as fantasias e as representações partilhadas, as formações do ideal, a matriz onírica comum, as alianças inconscientes. Vejamos como as mencionadas alianças inconscientes contratadas no metaenquadre e no grupo com relação ao lugar do negro e do preconceito contra o negro possibilitam compreender parte da constituição psíquica deste paciente que nesta sessão grupal funcionou como um porta-ideal do grupo.

Antes, vale definir a noção de porta-ideal que se refere ao que Kaës conceituou como funções fóricas: alguns sujeitos do grupo encarnam e realizam funções intermediárias entre o espaço intrapsíquico, o espaço intersubjetivo e o espaço do grupo. Elas encarnam figuras como o herói, o ancestral, a morte ou funções de porta-palavra²⁸, porta-silêncio, porta-sintoma. O sujeito fala no grupo não apenas em nome próprio, mas em nome das alianças inconscientes ali contratadas. “Desse modo, a cadeia associativa do sujeito, tomado em sua singularidade, encontra uma cadeia

os participantes do grupo escolheram
fotos que nos são muito familiares,
muito brasileiras.
Os medos do estrangeiro
e os conteúdos referentes
à oralidade remetem a essa fase
do narcisismo primário, tal como
apontado por Freud

associativa que poderia ser chamada de grupal e que pode ser conceituada como produto das alianças inconscientes estruturantes do grupo e dos vínculos intra e extragrupais²⁹. Ao falar, o paciente manifestou o ideal de um corpo branco e saudável presente nele e no grupo.

Voltando à constituição psíquica do paciente, recorreremos à noção de estranho familiar em Freud³⁰, ao narcisismo primário e à constituição dos ideais psíquicos e faremos uma aproximação entre as somatizações e a anorexia para pensar as qualidades do sentir o corpo negro.

Para falar sobre o estrangeiro, os participantes do grupo escolheram fotos que nos são muito familiares, muito brasileiras. Os medos do estrangeiro e os conteúdos referentes à oralidade remetem a essa fase do narcisismo primário, tal como apontado por Freud. Na fase do narcisismo primário, indiferenciado do mundo externo, o bebê vive uma ilusão de onipotência, segundo a qual ele é imortal e seu amor próprio é ilimitado. Essas crenças deverão ser superadas e o resultado dessa inversão é que o guardião da imortalidade torna-se o anunciador da morte; o caráter amistoso do duplo converte-se em objeto de terror. Essa inversão explicaria os medos infantis de escuro, espíritos, palhaços, etc. Parte dessa fantasia se transformará numa função de autocritica no psiquismo como agente auto-observador (supe-rego) e como agente que cobra projetos futuros (instâncias ideais). Essas atividades dissociadas

25 J. Bleger, *op. cit.*

26 Trata-se de um jogador de futebol, para quem, durante uma partida, foi atirada uma banana dentro do campo; ele a pegou e comeu em resposta ao ataque do torcedor.

27 R. Kaës, *Um singular plural, a psicanálise à prova do grupo.*

28 Para Piera Aulagnier, a mãe é o porta-voz do pai e da cultura no sentido de levar ao bebê os interditos estruturantes; também o analista de grupo porta a palavra de um outro ao enunciar os interditos estruturantes da situação analítica (Kaës, 2011).

29 R. Kaës, *op. cit.*, p. 122.

30 S. Freud, *O estranho.*





é bastante frequente notar alterações qualitativas e quantitativas da senso-percepção (hiperestésias, hipoestésias e analgesias) nos somatizadores. Sua sensibilidade sensorial é muito intensa

do ego tratam o restante do ego como objeto e são herdeiras do duplo do narcisismo primário.

Freud inicia o texto “O estranho” definindo a estética não apenas como a teoria da beleza, mas a teoria das qualidades do sentir. A aproximação entre a questão da estética nas anorexias, no corpo negro e nas somatizações aconteceu em função da leitura do texto de Gonzaga³¹ sobre as anorexias e a leitura do texto de Miranda³² sobre a questão da estética para meninas negras. Neste texto Miranda destaca a questão dos cabelos das meninas negras, tidos como “cabelo ruim” na nossa sociedade e que, portanto, devem ser raspados, alisados, presos, numa tentativa de se formatar ao ideal de estética branco. Outro exemplo citado por Miranda, o de um menino que raspava a pele com uma gilete porque não queria ter cor de macaco, permitiu essa conexão com a anorexia no sentido da busca da satisfação de um ideal à custa da mutilação do corpo.

No estudo sobre as anorexias, Gonzaga afirma que as jovens têm dificuldade em discernir seu mundo interno da realidade; sentem o corpo como um estranho, não conseguindo decodificar o que sentem. Nas somatizações os pacientes também apresentam sensações corporais “estranhas”, sensações que a realidade dos exames médicos não detecta ou justifica, sugerindo a existência de um corpo imaginário assombrado pelo terror da morte anunciado pelo duplo. Segundo Gonzaga, devido à intensa angústia de separação

do objeto, essas pacientes o conservam imaginariamente como medida preventiva contra a angústia de separação, comprometendo os futuros processos de introjeção de novos objetos que possibilitariam a expansão e independência do ego em relação ao objeto.

Gonzaga retoma Piera Aulagnier, para quem a constituição do aparelho psíquico do sujeito é inaugurada pelo imaginário materno que sonha a criança. No caso das anorexias, parece que as mães cristalizaram uma imagem ideal da qual não conseguem se desvencilhar, impedindo ou dificultando o desprendimento da criança desse ideal.

Nas somatizações, o estranho não se refere a sensações estéticas visuais, mas às sensações em geral. É bastante frequente notar alterações qualitativas e quantitativas da senso-percepção (hiperestésias, hipoestésias e analgesias) nos somatizadores. Sua sensibilidade sensorial é muito intensa e queixas como zumbido no ouvido, dores no corpo, sensação de queimação, congelamento, formigamento, gosto estranho na boca, sensibilidade à luz, ver tudo em preto e branco, são muito frequentes. Por exemplo, uma paciente se queixava de sentir cheiro de borracha queimada, sendo que se tratava de um estímulo sensorial olfativo³³ ausente para as pessoas do seu convívio, deixando dúvidas se poderia significar um componente alucinatório. Ou uma paciente que se queixava de que sentia sua perna congelar. Perguntamos se era “como se” estivesse gelada e ela respondeu “não, ela está gelada mesmo!”. Neste sentido, o da distorção da imagem corporal, é que os somatizadores se aproximam das anoréxicas. Uma das diferenças é que a imagem distorcida não se limita apenas ao visual, ela é também olfativa, auditiva, tátil e do paladar; diz respeito à estética no sentido daquilo que Freud chamou de “qualidade do sentir”. A literatura descreve as mães (ou aqueles que cumprem a função) de pacientes somatizadores como operatórias, quer dizer, mães que cumprem todas as atividades de cuidado com seus bebês de forma autômata, sem poder oferecer um olhar para a subjetividade da criança, mães que interpretam todo e qualquer

sinal do corpo de seus bebês como doença ou possibilidade de doença, uma vez que não têm condição psíquica de nomear e suportar as angústias dos bebês; e que atacam qualquer tentativa de pensamento mais criativo por parte da criança. Constatamos esse dado da literatura na aliança inconsciente descrita acima, quando os pacientes em grupo assumem o contrato narcísico de que no grupo todos são doentes, aguardando um diagnóstico e tratamento médicos, e o pacto denegativo de que o que sentem nada tem a ver com seus afetos e sua história.

Somados a esse corpo imaginário doente, na sessão descrita aparecem conteúdos relacionados à cor da pele, a esse corpo “vergonhoso” que, além de não se adequar a um ideal de saúde, não se adequa ao ideal estético de brancura. Para Nogueira³⁴, esse ideal de brancura é transmitido ao bebê já nas inscrições originárias da relação com a mãe.

Um homem ou um macaco? O patrão chama de negão, mas só lá fora o paciente seria considerado um negro. Essa dúvida revela, conforme descreveu Nogueira, uma repulsa, uma projeção da negação imaginária do semblante oferecido pela imagem especular, uma vez que essa imagem não coincide com a totalidade do desejo materno, que inclui o desejo de brancura. O “orgulho de ser negro” e o fato de “que vamos todos para o mesmo lugar” revelam aquilo que coincide com o desejo materno.

Isildinha Batista Nogueira³⁵ retoma a fala de Costa e vai além das questões de Ideal de Ego, uma vez que, segundo a autora, a vivência de discriminação se manifesta, para a criança negra, muito antes de sofrer qualquer experiência social de discriminação.

31 A. P. Gonzaga, *Se esse corpo fosse meu... Considerações sobre o estranhamento na anorexia*.

32 M. A. Miranda, *A beleza negra na subjetividade das meninas “Um Caminho para as Mariazinhas”: Considerações psicanalíticas*.

33 C. C. Abud, *Dores e odores, distúrbios e destinos do olfato*.

34 I. B. Nogueira, *Significações do corpo negro*.

35 I. B. Nogueira, *op. cit.*

36 J. Lacan, “O estádio do espelho como formador da função do eu”.

37 B. Nogueira, *op. cit.*, p. 95.

»
"a particularidade que a experiência do espelho, na criança negra, envolve, diz respeito ao fato de que o fascínio que essa experiência produz é acompanhado, simultaneamente, por uma repulsa à imagem que o espelho virtualmente oferece"
[Isildinha B. Nogueira]

Segundo a autora é na fase do “estádio do espelho”³⁶ que se produz a experiência de domínio do corpo como uma totalidade, em substituição àquilo que anteriormente era vivenciado em fragmentos. Mas, diz a autora:

[...] a particularidade que a experiência do espelho, na criança negra, envolve, diz respeito ao fato de que o fascínio que essa experiência produz é acompanhado, simultaneamente, por uma repulsa à imagem que o espelho virtualmente oferece... Tal dualidade vai marcar a experiência do espelho na criança negra... produz-se um mecanismo complexo de identificação/não identificação, que reproduz, para a criança negra, as experiências do adulto negro: o fato de sua identificação imaginária ser atravessada pelo ideal da “brancura”. Para reconciliar-se com a imagem do desejo materno – a brancura – a criança negra precisa negar alguma coisa de si mesma.³⁷

Nogueira apoia sua tese na teorização do psicanalista Sami-Ali, para quem o horror que a criança manifesta diante do rosto estranho faz parte da experiência da alteridade, quando a criança se dá conta de que há outros rostos, diferentes do rosto da mãe, o que abre a possibilidade de ela própria ter um rosto diferente do da mãe, um rosto estranho. É nesse processo que o sujeito se descobre como duplo, pois a imagem de si garantida num primeiro momento pela identificação com o rosto da mãe se vê afetada pela dimensão de alteridade, que produz para o sujeito



um ponto importante de discussão é que as fotografias brasileiras também repetem o lugar de exclusão do negro, uma vez que encontramos nas fotografias os negros em situações de pobreza e marginalidade.

uma perda de si mesmo no estranho, uma “angústia de despersonalização”.

O paciente se pergunta “um homem ou um macaco?” – diante da foto que expressa, extraordinariamente, a dúvida, pois a foto é um tanto desfocada, sugerindo uma imagem dupla –, mostra-se dividido entre o ideal de brancura e o orgulho de ser “negão”. A aliança inconsciente, socialmente contratada, na qual são recusados ao negro um lugar e uma legitimidade social, assim como é recusada a existência do preconceito racial, constitui parte do psiquismo do paciente, determinando seus ideais, sua relação com esse corpo que traz sensações estranhas, que se agita em forma de tremor diante dos doutores, como se uma força estranha a ele o fizesse tremer, uma sombra que assombra. Pelo mecanismo de recusa do preconceito consideramos as pessoas negras como seres humanos, mas as tratamos como macacos. E mais grave, recusamos praticar qualquer forma de discriminação. Desautorizamos a percepção do trauma, trauma cotidiano e secular, impedindo ou dificultando sua inscrição simbólica e decorrente superação.

Efeitos da alteração do enquadre

Criamos o dossiê de fotos nacionais e o temos utilizado desde janeiro de 2015. Notamos uma diferença muito grande no efeito que essas fotos têm

sobre os participantes do grupo, quando comparado aos efeitos das fotos importadas da França. Percebemos uma imensa diferença no estímulo do trabalho do pré-consciente a partir da imagem de um animal (macaco) conhecido desde a infância, ou da planta (mandacaru), típica da região do Nordeste, e dos personagens afrodescendentes, índios e mestiços, muitas vezes “parecidos” com os pacientes e seus familiares, permitindo uma identificação maior com as imagens. Mas o efeito mais notável se dá na relação transferencial, pois a coordenadora que era tida como a doutora, a que sabe das coisas porque estudou, porque é rica, passa a aprender sobre a cultura dos pacientes, cultura que ela não tem. Os papéis se invertem, o saber e a cultura mudam de mãos, permitindo que os pacientes saiam da situação de oprimidos no grupo, e que as coordenadoras saiam do lugar de opressoras.

Um ponto importante de discussão é que as fotografias brasileiras também repetem o lugar de exclusão do negro, uma vez que encontramos nas fotografias os negros em situações de pobreza e marginalidade. Não se encontram fotografias que apresentem negros em situações de vida e de trabalho mais dignas. Esse é o retrato da sociedade brasileira até este momento da história e, a esse respeito, estamos neste momento à procura de fotografias que contemplem essa questão, quem sabe fotografias feitas por fotógrafos negros. Mesmo assim, as fotografias brasileiras tiveram esse efeito de inverter os papéis, e os pacientes que eram os estrangeiros no grupo apropriam-se da imagem e as coordenadoras passam a ser as estrangeiras olhando-os através das grades que os separam.

Demos um passo adiante ao nos reconhecermos repetindo a história. Identificados com o agressor, não oferecíamos ao grupo um material que retratasse a realidade cultural e social brasileira, material no qual pudéssemos nos reconhecer para além de um ideal imposto desde os tempos coloniais. Entre colonizadores e colonizados, nós, os coordenadores do grupo, colocávamo-nos do lado dos colonizadores, e assim, sem o saber, permanecíamos colonizados pelo ideal estrangeiro.

Os pacientes perguntavam sobre as fotos francesas: “de onde são essas fotos”, “que roupa é essa”, “da onde são essas pessoas”, revelando um desconhecimento do aspecto cultural das fotografias. Num primeiro momento achávamos graça na sua ignorância, e às vezes nos dispúnhamos a ensinar sobre as fotos. Mas percebemos que, na sua ignorância, os pacientes questionavam o ideal e reivindicavam um lugar autêntico e legítimo nas fotografias, um lugar diferente deste da exclusão social. Um ano depois da sessão descrita acima, o paciente que confundiu um homem com um macaco, e que antes se queixava de ter muita dificuldade para ler, comemora o fato inédito de ter conseguido ler um livro inteiro.

Os pacientes apontavam para o ponto cego da foto³⁸, aquilo que não pode ser apresentado ao olhar senão pela falta, pelo negativo, e, portanto, não pode ser dito. Apontavam para a aliança inconsciente, que sempre gerou nas coordenadoras um mal-estar terrível, sem nome, sem inscrição psíquica, que pôde nesta sessão, de alguma forma, ganhar corpo e palavra.

Ao postular sobre o narcisismo das pequenas diferenças, Freud afirmou que espontaneamente nos opomos ao estranho, e isso é algo que não se pode mudar. Mas é preciso refletir sobre as diferenças, para que não se convertam em desigualdades, e assim fazer a cultura trabalhar.

Desdobramentos

A dedicação ao estudo do tema do racismo tem transformado nossa escuta na clínica. Mas notamos mudanças mais estruturais no trabalho institucional. As mudanças do enquadre clínico, no caso as fotografias, geraram mudanças

»
*o aparelho psíquico grupal devolve
a problemática perlaborada
ao metaenquadre social, e segue
nesta dialética onde restos são
mentalizados, na tentativa de evitar
que adoecemos do mal
que tratamos*

no metaenquadre institucional e social. Através da divulgação do trabalho no Brasil e no estrangeiro, via participação em congressos no Brasil e na França, organização e publicação de um livro sobre o tema³⁹, atraímos para a instituição profissionais negros que hoje, ineditamente, compõem nossa equipe e que formaram um grupo com alunos da graduação da UNIFESP, campus Vila Clementino, para pensar sobre a questão do racismo na universidade. De alguns anos para cá, desde o advento das cotas, recebemos mais alunos negros na universidade, o que traz diversas questões para serem metabolizadas. Nota-se que a mudança se dá em dois planos do metaenquadre: a equipe do PAES e os alunos da UNIFESP. Alunos que se tornarão profissionais e ampliarão o quadro de funcionários negros na instituição.

Neste trabalho de formiga seguimos com a certeza de, felizmente, se tratar de um caminho sem volta. Assim, o aparelho psíquico grupal devolve a problemática perlaborada ao metaenquadre social, e segue nesta dialética onde restos são mentalizados, na tentativa de evitar que adoecemos do mal que tratamos.

38 R. Barthes, *Oeuvres complètes*.

39 N. M. Konj; M. L. Silva; C. C. Abud, *O racismo e o negro no Brasil, questões para a psicanálise*.

Referências bibliográficas

- Abud C. C. (2009). *Dores e Odores, distúrbios e destinos do olfato*, São Paulo: Via Lettera.
- _____. (2017). A questão do racismo em um grupo de mediação com fotografias. In: N. M. Kon; M. L. Silva; C. C. Abud. *O racismo e o negro no Brasil, questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2014). Grupos de mediação e a somatização. In: R. M. Volich; M. E. P. Labaki; W. Ranna, *Psicossoma v, integração, desintegração e limites*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barthes R. (2002). *Oeuvres complètes: Tome III*. Nova edição revista, corrigida e apresentada por Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2002). *Oeuvres complètes: Tome v*. Nova edição revista, corrigida e apresentada por Éric Marty. Paris: Éditions du Seuil.
- Bleger J. (1967). *Psicanálise do enquadre psicanalítico*. Disponível em: <<http://fe-pal.org/images/2002REVISTA/bleger.pdf>>.
- _____. (1980). *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bombana J. A. (2000). Somatização e conceitos limítrofes: delimitação de campos. *Psiquiatria na Prática Médica*, Departamento de Psiquiatria – UNIFESP/ EPM, vol. 33, n. 1, jan./mar.
- _____; Abud C. C.; Prado R. A. (2012). Assistência e ensino de psicoterapia no programa de atendimento e estudos de somatização (PAES-UNIFESP). *Revista Brasileira de Psicoterapia*, vol. 14, n. 1, p. 10-14.
- Castanho P. C. G. (2012). *Um modelo psicanalítico para pensar e fazer grupos em instituições*. Tese de Doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica.
- Costa E. S. (2012). *Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo do Vale do Ribeira*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Costa J. F. (1984). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Dejours C. (1988). *O corpo entre biologia e psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Didi-Huerman G. (2007). *L'image ouverte*. Paris: Gallimard.
- Enriquez E. (1997). *A Organização em Análise*. Petrópolis: Vozes.
- Fontanari R. (2015). A noção de *punctum* de Roland Barthes, uma abertura da imagem? *Paralaxe: Revista de estética e filosofia da arte*, vol. 3.
- Freud S. (1919/1976). O estranho. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. xvii. Rio de Janeiro: Imago.
- Gonzaga A. P. (2013). Se esse corpo fosse meu... Considerações sobre o estranhamento na anorexia. In: A. P. Gonzaga; C. Weinberg. *Psicanálise dos transtornos alimentares*. São Paulo: Primavera.
- Holanda S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kaës R. (1997). *O grupo e o sujeito do grupo, elementos para uma teoria psicanalítica do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (2011). *Um singular plural, a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola.
- Kon N. M.; Silva M. L.; Abud C. C. (2017). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.
- Kristeva J. (1974). *La révolution poétique du langage*. Paris: Seuil.
- Lacan J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lopes F. (2005). Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer. In: *Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade*. Brasília: Funasa.
- Marty P. (1998). *Mentalização e psicossomática*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____. (1998). La relación de objeto alérgica. In *Pierre Marty y la psicossomática*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Miranda M. A. (2004). *A Beleza Negra na Subjetividade das Meninas "Um Caminho para as Mariazinhas": Considerações psicanalíticas*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Nogueira I. B. (1998). *Significações do corpo negro*. Tese de doutorado em Psicologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Souza S. N. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.
- Schwarz L. M.; Starling H. M. (2015). *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Vacheret C.; Gimenez G.; Abud C. C. (2013). Sobre a sinergia entre grupo e o objeto mediador. *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 47, n. 3.
- Veríssimo T. C. (2017). O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. In: N. M. Kon; M. L. Silva; C. C. Abud. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva.

Racism between culture and the subject

Abstract From a clinical fragment of a psychoanalytic psychotherapy group in which an issue regarding prejudice against the black people in Brazil is presented, this paper analyzes how the racism present in the social meta-setting can determine part of the psychic constitution of the Brazilian population. The concept of unconscious alliances will allow us to think of the intermediary, the transition from the intersubjective to the intrapsychic, what effects the alliance sealed by Brazilian society that establishes, unconsciously, the defense mechanism used to deal with racist prejudice against the black – refusal – has in the subject's psychic constitution.

Keywords racism; psychoanalytic psychotherapy group; mediation, psychosomatic; psychoanalytic group meta-setting.

Texto recebido: 09/2017

Aprovado: 11/2017

Lacan, Lévi-Strauss e as estruturas do inconsciente

Janaina Namba

Janaina Namba é professora no Departamento de Filosofia (DFil) da UFSCar e aspirante a membro do Departamento de Psicanálise.

Resumo Tanto o psicanalista Jacques Lacan quanto o antropólogo Claude Lévi-Strauss pensam os fenômenos fundamentais da vida e da alma como situados no âmbito inconsciente. Ambas as teorias são influenciadas pela linguística de Saussure e Jakobson. O presente artigo compara essa influência linguística na concepção de inconsciente para a psicanálise lacaniana e para a antropologia estrutural.

Palavras-chave Inconsciente estrutural; linguagem; Lacan; Claude Lévi-Strauss; Simbólico.

De acordo com François Dosse, em *História do Estruturalismo* (parte 1), Marx foi “um dos três amantes” de Lévi-Strauss, juntamente com Freud e com a geologia. De Marx ele haveria adquirido, precocemente, “um conhecimento profundo”, ao qual o antropólogo se refere em *Tristes Trópicos* como o ensinamento de que “as ciências sociais não se constroem no plano dos acontecimentos, do mesmo modo que a física não se assenta em dados da sensibilidade”¹. O que quer dizer que um investigador proveniente de uma ciência qualquer não tem como edificar o seu saber em dados manifestos e aparentes; ao contrário, deve construir um modelo, que lhe permita ultrapassar a aparência sensível, submetida à contingência.

Com relação a Freud, apesar de Lévi-Strauss se opor a ele incisivamente ao longo de toda a sua obra, podemos supor que sua influência se encontre no gesto de ruptura de Lévi-Strauss com a “filiação naturalista e biologista da antropologia francesa, [...] cuja pesquisa fundamentava-se essencialmente num determinismo biológico”². A grande inovação de Lévi-Strauss para a antropologia teria sido transpor para essa disciplina o modelo linguístico, aproximando-a da semântica ao colocar as leis da linguagem no centro da inteligibilidade da estrutura inconsciente dos fenômenos sócio-culturais³. Para além dessa transposição, realizada a partir dos diálogos que teve com Jakobson, Lévi-Strauss acabou por incorporar o método linguístico e considerar “os termos de parentesco como elementos de significação, que, tais como os fonemas, só adquirem-na sob a condição de se integrarem a sistemas”⁴.

Dessa forma, Lévi-Strauss, à melhor maneira freudiana, não se identifica nem com a filosofia, onde iniciou seu percurso, nem com a

1 F. Dosse, “O nascimento de um herói: Claude Lévi-Strauss”, p. 35.

2 F. Dosse, *op. cit.*, p. 37.

3 A influência linguística de Lévi-Strauss não se deve somente aos linguistas, mas também à antropologia americana de Franz Boas.

4 C. Lévi-Strauss, *Anthropologie Structurale*, p. 33.



*a antropologia estrutural
se destaca do saber constituído
e propõe um problema que se pode
chamar de “filosófico”, ou seja,
o lugar por ela ocupado
em relação às demais ciências.
E a linguística será decisiva
para definir esse lugar*

60

PERCURSO 59 : dezembro 2017

etnologia da época, na qual se formou. A antropologia estrutural se destaca do saber constituído e propõe um problema que se pode chamar de “filosófico”, ou seja, o lugar por ela ocupado em relação às demais ciências. E a linguística será decisiva para definir esse lugar, uma vez que o antropólogo considera o sistema de parentesco, ele mesmo, como uma linguagem: “postulamos, portanto, a existência de uma correspondência formal entre a estrutura da língua e a do sistema de parentesco”⁵. Com isso, as relações de parentesco são compreendidas, não importa onde se manifestem – e elas se encontram por toda parte onde há sociedade – de acordo com um modelo fixo constante, capaz de apreender, com uma mesma grade, as variações que ocorrem de uma sociedade para outra.

Também graças à linguística, especialmente a linguística estrutural, é que o antropólogo diz, na *Introdução à obra de Marcel Mauss*, ter se familiarizado

com a ideia de que os fenômenos fundamentais da vida do espírito, os que a condicionam e determinam suas formas mais gerais, situam-se no nível do pensamento inconsciente. O inconsciente seria assim o termo mediador entre eu e outrem⁶.

Para a antropologia estrutural, os fatos sociais e culturais são vistos pela perspectiva do

inconsciente, que faz com que coincidam as mesmas formas de atividade humana, para todas as épocas⁷. Dessa maneira, para a antropologia estrutural, há uma comunicação entre os homens que se dá pela via dos fatos sociais, que ocorre de maneira inconsciente e tem sua “estrutura inata no espírito humano”⁸.

Nesse mesmo texto, Lévi-Strauss aproxima a psicanálise da antropologia estrutural, ao dizer que em ambas disciplinas há uma operação do mesmo tipo. Pois a psicanálise permite reconhecer “o nosso eu mais estranho” enquanto a antropologia estrutural torna acessível “o mais estranho dos outros, bem como um outro em nós”⁹. Isto é, pressupõe a existência de mecanismos inconscientes, ou ainda, de uma estrutura que subjaz nossas atitudes manifestas.

A convergência entre etnologia e psicanálise, tal como preconizada por Lévi-Strauss, é bem diferente do modo como Freud buscou, na antropologia de sua época, fontes para suas próprias teorias. Não se trata, para Lévi-Strauss, de tornar uma ciência subsidiária da outra, mas de encontrar o que há de comum entre elas, e extrair daí consequências metodológicas de monta para a compreensão do homem. Nesse sentido, pode-se considerar que foi Jacques Lacan quem melhor compreendeu, junto aos psicanalistas, as implicações dessa aproximação – explorando-a numa direção bastante singular.

Desde 1953, em Roma

Lacan, ao utilizar as concepções linguísticas de Ferdinand Saussure para assentar a noção de inconsciente, a partir de 1953, vê na linguística o papel de ciência piloto, que lhe servirá de guia, assim como o foi para Lévi-Strauss desde 1949. No entender do psicanalista, as estruturas de linguagem, ou fonológicas, estariam diretamente implicadas nas regras de aliança terapêutica, que é uma aliança inconsciente¹⁰. Seu mote é a famosa declaração de Saussure: “os fatos da língua situam-se num estágio do pensamento inconsciente”¹¹.

No célebre texto sobre *A instância da letra no inconsciente* (1957)¹², Lacan afirma que a experiência analítica descobre no inconsciente a estrutura inteira da linguagem, o que lhe permite introduzir em seu interior uma clivagem entre *inconsciente linguístico e inconsciente corporal*, sede das pulsões. E acrescenta que não devemos confundir ainda a linguagem com outras funções somático-psíquicas. Isso porque a estrutura da linguagem é pré-existente ao desenvolvimento mental do sujeito. Em outras palavras, a criança nasce inserida no mundo simbólico da linguagem, e é em relação a essa linguagem que ela irá se desenvolver cognitivamente. O inconsciente é a dimensão onde o sujeito será determinado e estruturado apenas pelos efeitos da palavra. Os efeitos do corpo, diferentemente, não são responsáveis por influenciar a estruturação desse inconsciente. Vê-se assim, pela teoria lacaniana, que o inconsciente, ainda que apoiado no corpo, encontra-se dele dissociado, pois a materialidade corpórea lhe é indiferente enquanto instância estruturante.

Assim como para a antropologia estrutural, a psicanálise lacaniana concebe uma estrutura que é inconsciente subjacente aos fenômenos psíquicos. No entanto, dizer que há um desenvolvimento cognitivo não significa dizer que exista um desenvolvimento dessa estrutura inconsciente. A criança nasce imersa no mundo da linguagem, no mundo da família, lugar que representa a cultura, que por sua vez é transmitida por “estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência”¹³. Podemos assim entender a célebre frase de Lacan o “inconsciente encontra-se estruturado como linguagem”, isto é, a partir das identificações resultantes da configuração familiar, bem como a constituição

5 C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 47.

6 C. Lévi-Strauss, “Introdução à obra de Marcel Mauss”, p. 28.

7 C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 28.

8 C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 29.

9 C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 29.

10 F. Dosse, “O chamado de Roma”, in *op. cit.*, p. 130.

11 F. Dosse, “Peçam o programa: o Mauss”, in *op. cit.*, p. 49.

12 J. Lacan, *Escritos*, p. 496.

13 R. T. Simanke, *Metapsicologia lacaniana*, p. 251.

14 C. Lévi-Strauss, *Les structures élémentaires de la parenté*, p. 98.

»
*essas estruturas fundamentais
 seriam um fundo comum
 e indiferenciado que cada indivíduo
 traz em esboço consigo ao nascer,
 e é a partir de tais estruturas
 que ele irá definir suas relações
 com o mundo e
 com o outro*

do sujeito, decorrente dessas identificações, há a expressão de uma linguagem inconsciente.

Vemos assim que tanto a antropologia estrutural quanto a psicanálise lacaniana têm seus fundamentos na linguística, e consideram que haja uma estrutura inconsciente que rege as relações humanas. Quais seriam então as diferenças existentes no que diz respeito ao inconsciente para a etnologia de Lévi-Strauss e para a psicanálise de Lacan?

Lévi-Strauss e o inconsciente

No capítulo VII de *As Estruturas elementares do parentesco* (1949), Lévi-Strauss se propõe a compreender algumas das “estruturas fundamentais do espírito humano”¹⁴ e a buscar pelo método que lhe permitiria alcançá-las e analisá-las. Tais estruturas fundamentais são estruturas mentais universais.

Essas estruturas fundamentais seriam um fundo comum e indiferenciado que cada indivíduo traz em esboço consigo ao nascer, e é a partir de tais estruturas que ele irá definir suas relações com o mundo e com o outro. Essas estruturas compõem de maneira embrionária a soma de todas as possibilidades de determinada cultura, e a particularidade das relações a serem estabelecidas



a criança oferece uma espécie de esboço do domínio das relações inter-individuais, porém sem valor social: trata-se de “um material bruto, apto à construção de sistemas heterogêneos, do qual cada um pode reter apenas um número, para atender a um valor funcional”

62

PERCURSO 59 : dezembro 2017

depende de como as escolhas feitas pelos indivíduos são determinadas pelas relações previamente estabelecidas no seio da organização social em que ele se encontra inserido: trata-se de “uma escolha que o grupo impõe e perpetua”. O pensamento do adulto se caracteriza pelas escolhas que faz conforme as exigências do grupo, e se diferencia, portanto, do pensamento infantil, pela cristalização ocorrida na experiência individual¹⁵.

Para a análise e compreensão dos circuitos mentais que compõem a estrutura mental, Lévi-Strauss recorre ao modelo linguístico de Roman Jakobson, no qual as estruturas do pensamento infantil passam por um processo de especialização e regressão. Jakobson diz que “durante o período de balbúcio, a criança produz uma ampla variedade de sons, sendo que quase todos são eliminados ao passar para um estágio em que são faladas poucas palavras”¹⁶. Ou seja, nesse período, é comum na criança a repetição dos sons, fazendo com que se tornem familiares as representações motoras de palavra na presença das representações acústicas da palavra correspondente, fazendo com que a palavra adquira um valor fonológico. Assim, para a criança, aquilo que ela ouve serve como referência para o que irá falar, há uma inscrição na memória auditiva, de modo que ela se torna capaz de diferenciar aquilo que ficou retido daquilo que é reproduzido. Ao realizar tais distinções, torna-se

capaz de separar o que é próprio do que não é, e os valores fonológicos tornam-se intersubjetivos, e não apenas subjetivos, impelindo assim a própria linguagem na direção da significação. Como diz Jakobson, “ao desejo de comunicar é acrescido agora o desejo de *comunicar algo*”¹⁷.

Além disso, de acordo com Jakobson, é possível reconhecer na formação do sistema fonético da criança certa regularidade na sucessão das aquisições, o que diz respeito, no mais das vezes, à constituição de uma sequência temporal e invariável. Isto é, as aquisições compõem uma hierarquia universal constante baseada na ordem temporal dessas aquisições. Isso quer dizer que os valores fonéticos também se encontram ligados a elas de modo temporal e hierárquico, o que implica uma relação de solidariedade irreversível, ou ainda, uma relação em que um valor secundário não pode existir sem um valor primário, que, por sua vez, não pode ser eliminado sem eliminar também o secundário. Jakobson ainda afirma que é possível observar essa ordenação em qualquer sistema fonológico, e que ela comanda também todas as mutações¹⁸. Ou seja, assim como há uma hierarquia na construção do sistema, também nas desordens fonológicas essa hierarquia reaparece como regressão e desintegração. Por exemplo, em alguns tipos de afasia, há uma reprodução inversa da própria aquisição da linguagem infantil¹⁹.

Na antropologia estrutural, Lévi-Strauss se baseia nesse mesmo modelo para compreender a multiplicidade de estruturas de pensamento e de atitudes: a criança oferece uma espécie de esboço do domínio das relações inter-individuais, porém sem valor social: trata-se de “um material bruto, apto à construção de sistemas heterogêneos, do qual cada um pode reter apenas um número, para atender a um valor funcional”²⁰.

Assim como para o linguista, que observa a multiplicidade de sons a ser eliminada, para o antropólogo também haveria uma multiplicidade de possibilidades para a construção de sistemas de relações a serem estabelecidas dentro da cultura à qual a criança pertence. E o próprio fato de pertencer a determinada cultura, e ser esta

última a determinar suas escolhas sociais, faz com que a criança retenha apenas um determinado número de relações inter-individuais. Nas palavras de Lévi-Strauss, “é por esta incorporação da criança à sua cultura particular que essa seleção se produz”²¹. Ou seja, a cultura comporta e sustenta a criança para que esta possa estabelecer e delimitar suas relações. Sabe-se que apesar de os esquemas mentais do adulto serem provenientes de um fundo universal, eles variam conforme a cultura à qual pertencem. Também a criança traz consigo “sob uma forma embrionária, a soma total das possibilidades de cada cultura e de cada período da história”, no entanto só desenvolverá algumas²².

Em outras palavras, para Lévi-Strauss, o pensamento infantil se comporta de acordo como o modelo linguístico de Jakobson, e os esquemas mentais, apesar de serem esboços do que serão os dos adultos, passam por um processo de especialização e especificação de acordo com cada cultura e com sua época, de modo que esses esquemas são, eles mesmos, determinantes do funcionamento do inconsciente estrutural, que, para Lévi-Strauss, é “sempre vazio [...], órgão de uma função específica, que se limita a impor leis estruturais que esgotam sua realidade nos elementos desarticulados como pulsões, representações e emoções”²³. Ou seja, o inconsciente não é conteúdo da história de cada um, ou mesmo de suas emoções, nem dos mecanismos psíquicos, ele apenas impõe suas leis, que são comuns a todos os seres humanos, e se reduz a uma única função, a função “simbólica”²⁴. Lévi-Strauss distingue aí o

15 C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 108.

16 R. Jakobson, *Studies on child language and aphasia*, p. 8.

17 R. Jakobson, *op. cit.*, p. 9.

18 R. Jakobson, *op. cit.*, p. 12.

19 R. Jakobson, *op. cit.*, p. 13.

20 C. Lévi-Strauss, *Les structures...*, p. 110.

21 Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 110.

22 Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 108.

23 C. Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*, p. 233.

24 C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 232.

25 C. Lévi-Strauss, *op. cit.*, p. 232.

26 F. Dosse, *op. cit.*, p. 129.

27 F. Dosse, *op. cit.*, p. 129.

»

*Lacan considera a linguística
como uma ciência piloto,
e recorre a ela num empenho de
retomada da teoria freudiana
pela via da linguagem, uma vez
que, em seu entender,
“a psicanálise só tem um veículo:
a fala do paciente”*

inconsciente do subconsciente. Enquanto o subconsciente guarda em si uma memória, sendo ele, “um reservatório de imagens” de cada um, o inconsciente tem a função de atribuir a essas “imagens” um significado²⁵.

Lacan e o inconsciente

Se a antropologia estrutural atribui ao inconsciente uma função simbólica, o mesmo se dará no campo da psicanálise para Lacan, como veremos a seguir.

Dissemos que Lacan considera a linguística como uma ciência piloto, e recorre a ela num empenho de retomada da teoria freudiana pela via da linguagem, uma vez que, em seu entender, “a psicanálise só tem um veículo: a fala do paciente”. Isso porque a psicanálise foi uma descoberta conjunta (do médico e da paciente) como uma cura pela fala (*talking cure*), e o psicanalista pretendia marcar uma diferença do que seria uma verdadeira psicanálise da psicanálise que era propagada nos EUA, “onde ela se perdeu no pragmatismo”, ao deixar-se influenciar por uma psicologia adaptativa às normas sociais²⁶.

No texto *Discurso de Roma* (1953), Lacan diz que “é o mundo das palavras que cria o mundo das coisas”²⁷. Dessa ideia de que a linguagem é criadora,



*a transmissão de estruturas
de comportamentos
é pensada por Lacan
como uma realização
da família, pela via
dos complexos,
nunca dos “instintos”*

64

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Lacan não considera outro modo para a existência humana que uma existência simbólica, pois considera a língua falada como um órgão que é exterior ao próprio corpo²⁸. Dessa maneira, ao colocar a linguística como verdadeiro suporte para a psicanálise, consagrava-a como um verdadeiro objeto científico que revolucionava as ciências humanas.

Segundo Ogilvie, é no seminário II (*Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*) que Lacan apresenta pela intermediação da obra de Lévi-Strauss a ideia de uma cultura anterior e determinante “que interfere na natureza dos elementos empíricos”, concepção de acordo com a qual a cultura irá determinar “o lugar” e delinear a “função” da própria experiência individual. Essa elaboração da experiência ocorre na linguagem, e é através da linguística de Saussure que Lacan pensa o estabelecimento das leis de funcionamento desse sistema. Nas palavras do psicanalista francês,

Lévi-Strauss rotulou com nome de *pensamento selvagem* aquilo que organiza antes de qualquer experiência ou dedução individual, antes mesmo que se inscrevam as experiências coletivas que só são relacionáveis com as necessidades sociais²⁹.

Na interpretação que Lacan oferece de Lévi-Strauss (neste ponto, bastante fiel), haveria, portanto, um modo de pensamento inaugural

pré-existente e responsável por organizar e determinar as inscrições tanto individuais quanto coletivas da experiência. Esse pensamento teria, assim, uma função classificatória primária, que, embora se encontre no âmbito da natureza, “fornece as palavras, os significantes”³⁰, verdadeiras estruturas que servem de modelos para as relações humanas. Para a teoria lacaniana, o que importa é esse momento anterior à formação do sujeito, pois é aí que se apresenta, através da linguística, a estrutura inconsciente. De acordo com Ogilvie, a linguística nos liberta da subjetividade “original”, motora e autônoma, mas deixa como questionamento uma subjetividade que será produzida, a qual, em *Pensamento selvagem* (1962), Lévi-Strauss atribui ao meio ambiente e à cultura, mas nada diz a respeito da sua produção³¹. Pode-se dizer que para Lacan esse meio ambiente é reduzido principalmente à família: é ela que garante as condições do meio ambiente, pois a crê como uma “unidade social [...] uma instituição extremamente complexa”³². Dessa maneira nos perguntamos: como então ocorre esse processo de subjetivação para Lacan?

Num de seus primeiros textos, *Os complexos familiares na formação do indivíduo* (1938), Lacan se refere à família como portadora de um “papel primordial na transmissão da cultura”³³, pois dela parte uma educação precoce, assim como a repressão dos instintos, o que a torna responsável, em termos gerais, “pela transmissão de estruturas de comportamento e da *representação* cujo funcionamento ultrapassa os limites da consciência”³⁴. Disso pode-se depreender, como ressalta Simanke em *Metapsicologia lacaniana* (2002), que a família, enquanto instituição social, é colocada, originalmente, no âmbito da cultura, diferenciando-se assim da posição de Lévi-Strauss que pensa a família localizada no âmbito da natureza em seu artigo *A Família*, de 1956.

A transmissão de estruturas de comportamentos é pensada por Lacan como uma realização da família, pela via dos *complexos*, nunca dos “instintos”. E aqui cabe uma breve observação com relação ao instinto que vem a ser um comportamento animal hereditariamente fixado, e,

portanto, pensado no âmbito da natureza e não da cultura³⁵.

O psicanalista define então o complexo de maneira dupla, por nós traduzida do seguinte modo: 1) como uma forma que está ligada à gênese de uma etapa específica do desenvolvimento psíquico, e 2) à atividade de repetir a realidade à qual se fixou, toda vez que assim lhe for suscitado. Esses complexos são três: o de desmame, o de intrusão e o de Édipo.

Lacan é enfático em dizer que há uma transmissão de estruturas, mas, apesar do que se possa pensar, ela se dá de maneira independente de uma hereditariedade da espécie, dado que ocorre pela via dos complexos. Esses últimos estão relacionados às etapas do desenvolvimento psíquico e, portanto, ligados à estrutura desse psiquismo; mas também estão relacionados às realidades individuais que dizem respeito à vivência conjuntural. Isso quer dizer que a transmissão se deve tanto a fatores internos ao indivíduo quanto a fatores externos, sendo que estes últimos são a própria família. Segundo Simanke, o complexo “dá margem ao surgimento de uma ordem especificamente humana”³⁶, já que é condicionado por fatores culturais e por estar diretamente envolvido na formação do sujeito. Ou seja, o homem não só se encontra inserido num mundo comum a todos os outros homens, como também ocupa o centro de um mundo “construído a partir de suas vicissitudes identificatórias a que foi submetido no interior do grupo familiar”³⁷. Portanto, o processo de subjetivação do indivíduo ocorre mediante a transmissão dos complexos enquanto estrutura de relações que podemos dizer simbólicas.

28 F. Dosse, *op. cit.*, p. 131.

29 B. Ogilvie, *Lacan, a formação do conceito de sujeito*, p. 41-42.

30 J. Lacan, *Les quatre concepts fondamentaux*, p. 28.

31 B. Ogilvie, *op. cit.*, p. 43.

32 R. Simanke, *op. cit.*, p. 249-250.

33 J. Lacan, “Os complexos familiares na formação do indivíduo”, in *Outros escritos*, p. 30.

34 J. Lacan, *op. cit.*, p. 31.

35 Cf J. Lacan, “De l’impulsion au complexe”, in *Revue Française de Psychanalyse*, p. 137-141.

36 R. T. Simanke, *op. cit.*, p. 253.

37 R. T. Simanke, *op. cit.*, p. 256.



*Lacan reescreve o texto
da fase do espelho
e o apresenta novamente
em 1949, guiado por outra
concepção, que se pode dizer
estruturalista, sobre o que significa
o reconhecimento, por parte
da criança, de sua própria
imagem no espelho*

Estádio do espelho

O primeiro texto de Lacan sobre o estádio do espelho é datado de 1936. O título completo é: *O estádio do espelho. Teoria do momento estruturante e genético da constituição da realidade concebida com relação à experiência e à doutrina psicanalítica*. Nesse período, o psicanalista tinha uma concepção de que a formação da personalidade constituía-se por etapas. Desse modo, uma criança (de seis a dezoito meses), ao reconhecer-se no espelho, estaria cumprindo uma etapa do desenvolvimento psíquico de maneira inconsciente. A descoberta de seu corpo unificado na imagem do espelho viria a ser o momento estruturante da formação do eu, como consequência de uma superação da etapa anterior a essa, em que o corpo encontrava-se dividido.

No entanto, Lacan reescreve esse texto do estádio do espelho e o apresenta novamente em 1949, guiado por outra concepção, que se pode dizer estruturalista, sobre o que significa o reconhecimento, por parte da criança, de sua própria imagem no espelho. Lacan afirma que há um júbilo no reconhecimento da imagem especular pelo ser que se encontra mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação. Pode-se dizer que essa seria então a primeira relação que a criança tem consigo mesma e que ocorre



*o inconsciente deixa
de representar o indivíduo
humano, ou parte
do psiquismo,
e passa a ser esse jogo
de forças de relações
que ocorrem no plano
do Real*

66

PERCURSO 59 : dezembro 2017

de maneira irremediável, com consequências profundas e duradouras. A formação do eu tem um valor exemplar na sequência do desenvolvimento, pois alcança uma estrutura definitiva, fundadora de uma identificação que é uma relação estabelecida pelo sujeito entre uma interioridade e uma exterioridade que se configura de um modo não ultrapassável³⁸.

Ainda que Lacan, em 1949, não tenha colocado a linguagem em primeiro plano e, portanto, não tenha destacado a primazia do significante sobre o sujeito, chega a algumas formulações importantes a partir desse texto. Há um júbilo, um fascínio no reconhecimento de uma imagem total que o impulsiona a desejá-la, como imagem de si. No entanto, a imagem antecipa algo que ainda não aconteceu, isto é, vê-se através da imagem do eu, uma forma fictícia de uma totalidade bem acabada de uma motricidade e de uma independência vital que também não foram alcançadas. Se, por um lado, há o reconhecimento de uma imagem de si, por outro, a antecipação daquilo que ainda não o é, é tomado enquanto forma de um outro: “o homem se concebe como outro que não ele mesmo”³⁹. É possível reconhecer, na formação do eu, algumas operações psíquicas fundamentais, a saber, que a imagem é investida pelo desejo e que a partir dela ocorre uma identificação. Isso quer dizer que, para Lacan, o estádio

do espelho tem uma função exemplar nas relações imaginárias, já que nesse estádio se desenrola uma história negativa, uma vez que ela vem a apresentar uma falta primordial (a imaturidade do nascimento) na qual se precipitará posteriormente uma imagem ideal (como ego-ideal) com a qual irá se identificar.

Somente a partir da década de 1950, Lacan passa a linguagem para um primeiro plano ao dizer que é nela que se anunciam as relações imaginárias. O sujeito se encontra imerso em sistemas que só remetem a eles mesmos, isto é, encontra-se em meio a sistemas em que lugar e significação já estão dados desde sempre: “o registro do significante se institui do fato de que um significante representa um sujeito para outro significante”⁴⁰. Isso quer dizer que a partir da formação do eu, ou de uma imagem, é que surge uma relação de significantes, ou ainda, em que os significantes passam a ter significação. Nas palavras de Lacan é “a linguagem que restitui sua função de sujeito”⁴¹, pois vai alçá-lo ao campo simbólico, é ela que determina a posição do sujeito com relação ao mundo exterior (relações entre o campo imaginário e real)⁴².

Se antes Lacan pensava a transmissão de complexos por uma via da família, isto é, a transmissão da cultura de uma maneira inconsciente, a partir de 1949, ele também se refere à formação do sujeito a partir do estádio do espelho, como processo inconsciente. No entanto, o que antes poderia ser remetido a um individualismo subjetivo passa a ser calcado nos complexos herdados. A partir da formação do sujeito e da preponderância do papel da linguagem em sua teoria, o inconsciente deixa de representar o indivíduo humano, ou parte do psiquismo, e passa a ser esse jogo de forças de relações que ocorrem no plano do Real; uma fragmentação inalcançável da prematuridade da criança que se dá no plano Imaginário, e, no plano Simbólico em que atuam o desejo pela imagem e a sujeição a esse desejo ao qual se identifica, que se apresenta sob a forma da linguagem.

Inconscientes

Vemos assim que o percurso de Lacan em sua definição linguística do inconsciente tem duas etapas, e que pode ser diferenciado pelo modo como ele se posiciona em relação à antropologia de Lévi-Strauss. Na primeira etapa, em seu texto sobre os complexos familiares na formação do indivíduo, Lacan se refere à transmissão dos complexos como “uma transmissão de estruturas de comportamento”. Ora, se há uma transmissão inconsciente desses complexos que fazem parte das estruturas de comportamento, o inconsciente não é propriamente uma estrutura vazia, como pensa Lévi-Strauss: haveria nele representações. Esse conceito de inconsciente será revisto à luz do estruturalismo, e particularmente à luz da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, a partir da década de 1950.

Ao formular as concepções da noção de sujeito (do inconsciente), Lacan reconduz o processo de subjetivação às concepções linguísticas, afirmando assim que o sujeito estabelece uma relação de dependência do significante. O sujeito é então descentrado, pelo efeito dos deslizamentos

38 B. Ogilvie, *op. cit.*, p. 110-112.

39 B. Ogilvie, *op. cit.*, p. 117.

40 B. Ogilvie, *op. cit.*, p. 120.

41 J. Lacan, “O estádio do espelho como formador da função do eu tal como revelado na experiência psicanalítica”, in *Escritos*, p. 97.

42 Em julho de 1953, na conferência inaugural da Sociedade Francesa de Psicanálise, Lacan apresenta uma primeira definição sistemática das categorias de Simbólico, Imaginário e Real. Essas categorias, assim expressas, mostram como o psicanalista retoma a letra freudiana. Ao pensar na confluência das três categorias, ou registros que compõem a *realidade humana*, é que Lacan diz que “não há mais uma apreensão total da realidade humana, como aquela que é feita pela experiência freudiana”. Isso porque o fenômeno de conhecimento, para a teoria psicanalítica, propiciaria por sua vez uma abordagem total dessa realidade, pela via simbólica, uma vez que o estofo para a subjetividade é dado por essa natureza simbólica. O registro imaginário, como foi visto, permite antecipar a forma total do sujeito. Já o real vem inaugurar uma relação negativa com a psicanálise. É “a parte real” que escapa à apreensão psicanalítica. Uma espécie de limite da intervenção psicanalítica. Posteriormente aos anos 1960, o real ocupará o centro da reflexão teórica da psicanálise lacaniana, ao cumprir uma função de ruptura, que permite ao sujeito emergir para além da estrutura. Cf. R. T. Simanke. *Metapsicologia lacaniana: os anos de formação*, p. 493-496.

43 B. Ogilvie, *op. cit.*, p. 123.



ao formular as concepções
da noção de sujeito
(do inconsciente), Lacan
reconduz o processo
de subjetivação às concepções
linguísticas, afirmando assim
que o sujeito estabelece
uma relação de dependência
do significante

que o remetem para outros significantes. O inconsciente é pensado como efeito da linguagem, de seus códigos e regras. Ora, a diferença que podemos ressaltar vem a ser justamente a da relação que ambas disciplinas mantêm com a linguagem. Se, por um lado, a antropologia estrutural pensa a relação entre inconsciente e linguagem em termos de analogia, isto é, o inconsciente organiza e inscreve as experiências coletivas, de modo tão desconhecido para a comunidade, quanto determina e organiza os fonemas da linguagem para o falante; a psicanálise lacaniana, por outro lado, pensa o inconsciente numa relação de *homologia* com a linguagem, como se ele compartilhasse com ela uma mesma origem e uma mesma estrutura: “o inconsciente é estruturado como linguagem”. Mas pode-se dizer ainda que essa relação ultrapassa a homologia, uma vez que é a partir da linguagem que se forma o sujeito do inconsciente: “o sujeito do inconsciente não conhece, efetivamente, outra sociedade que a das palavras”⁴³. Trata-se aí de uma reconfiguração radicalmente nova da convergência entre etnologia e psicanálise, tal como fora entrevista por Lévi-Strauss.

Referências bibliográficas

- Dosse F. (1993). *História do Estruturalismo (parte I)*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Jakobson R. (1971). *Studies on child language and aphasia*. The Hague/Paris: Mouton&Co.
- Lacan J. (1973). *Les quatre concepts fondamentaux*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2003). *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lévi-Strauss C. (1958/1974). *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon.
- _____. (2003). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac&Naify.
- _____. (1949/1967). *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: La Haye, Mouton & Co.
- Ogilvie B. (1988). *Lacan, a formação do conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Simanke R. T. (2002). *Metapsicologia lacaniana*. São Paulo: Discurso; Curitiba: Ed. UFPR.

Lacan, Lévi-Strauss and the structures of the unconscious

Abstract Both the psychoanalyst Jacques Lacan as the anthropologist Claude Lévi-Strauss thinks the fundamental phenomena of life and soul as located within unconscious. Both theories are influenced by linguistics of Saussure and Jakobson. This article compares this linguistic influence in the design of unconscious to the lacanian psychoanalysis and structural anthropology.

Keywords Structural unconscious; language; Lacan; Claude Lévi-Strauss; Symbolic.

Texto recebido: 09/2017

Aprovado: 11/2017

O trabalho de simbolização do sensorial-perceptual no autismo

um estudo a partir da autobiografia da família Suskind

Marina Bialer
Nelson Ernesto Coelho Jr.

Marina Bialer é psicanalista, pós-doutoranda do Departamento de Psicologia Experimental na USP.

Nelson Ernesto Coelho Junior é psicanalista, doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP, 1994), professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da USP.

Resumo No presente artigo analisamos o material clínico sobre Owen Suskind para observar o trabalho de simbolização viabilizado a partir da transformação do sensorial-perceptual no autismo, por intermédio de invenções ancoradas no mundo Disney.

Palavras-chave simbolização; autismo; percepção, desenhos animados dos Estúdios Disney.

Introdução

Recentemente o livro autobiográfico¹ do jornalista Ron Suskind, pai de um jovem autista, tornou-se um fenômeno midiático após ser a base do roteiro adaptado do documentário *Life, animated*, vencedor do festival Sundance na categoria de direção de documentário e indicado ao Prêmio Oscar de Melhor Documentário. No presente artigo abordaremos o material clínico acerca de Owen Suskind, derivado dos escritos de seu pai, para articular a viabilidade de um trabalho de simbolização no autismo, a partir da transformação do sensorial-perceptual por intermédio de invenções ancoradas no mundo Disney. Para nossa investigação psicanalítica, alicerçamo-nos na produção teórica dos psicanalistas René Roussillon, Anne Brun e Bernard Chouvier, que têm se dedicado a pensar com base na metapsicologia freudiana questões acerca da constituição subjetiva e de quadros de perturbação do processo de simbolização. Consideramos que o cotejamento de tais leituras nos permitiu aprofundar o estudo da estruturação e da dinâmica do psiquismo no autismo, com especial ênfase para a problemática da percepção. Nesse âmbito, formulamos a importância de uma apresentação perceptiva² que instaure novas vias de figuração que viabilizem a retomada de um processo de simbolização do sensorial-perceptual que se encontrava bloqueado ou ausente.

No decorrer do texto, tecemos a hipótese de que, ao recorrer a objetos mediadores personificados nos personagens Disney, Owen pôde rerepresentar traços perceptuais ainda não representados, os

1 R. Suskind, *Life, animated: story of sidekicks, heroes and autism*.

2 O médium que favorece essa apresentação perceptiva pode ser viabilizado por vários objetos culturais, sendo que no presente exemplo podemos especificar o recurso aos contos, desenhos em quadros com texto, filmes da Disney e outras modalidades literárias.



*o livro autobiográfico
abarca quase vinte anos da história
da família Suskind*

quais não são traços a serem decifrados, com significações latentes, mas traços cuja apresentação é preliminar à própria capacidade de estes serem representados. A partir dessa matriz clínica, demonstraremos como a transferência no objeto desses traços (não representados) permitiu que estes fossem reativados perceptualmente, de modo que através desse “trabalho de figuração”³ foi viabilizado um trabalho psíquico de simbolização do registro sensorial.

70

PERCURSO 59 : dezembro 2017

O livro autobiográfico dos Suskind

O livro autobiográfico abarca quase vinte anos da história da família Suskind, descrevendo do aparecimento da sintomatologia autística do filho caçula Owen até seus primeiros anos de vida universitária. Aos dois anos de idade, Owen parecia perturbado o tempo todo, chorando, correndo por todos os cantos, olhando para o nada. Em pouco tempo, aquele garotinho alegre, que já expressava quanto amava os outros e contava histórias, conseguia falar, no máximo, algumas palavras isoladas. Um mês após a mudança da residência familiar, a única expressão que Owen emite verbalmente é “juicervose, juicervose”⁴, além de algumas verbalizações aparentemente nonsense.

A maior parte do tempo, Owen fica assistindo a vídeos da Disney junto com o irmão (Walt); deitados dentre travesseiros e almofadas, esse é o único momento do dia em que Owen “parece calmo, à vontade, até mesmo contente”⁵. Walt lhe ensinou como usar o controle remoto e quando está sozinho em casa, após uma quantidade imensa de horas dedicadas aos tratamentos de intervenção precoce, fica assistindo sozinho aos vídeos, reprisando algumas cenas, sempre

parecendo muito concentrado nestas atividades realizadas diariamente.

Um dia, quando toda a família está deitada vendo *A pequena sereia*, Owen murmura reiteradamente “juicervose, juicervose”. Sua mãe pega um copo de suco (juice) e lhe oferece, mas ele recusa e continua repetindo essa expressão. Quando começa a cena do filme na qual a feiticeira dos mares Úrsula está realizando o feitiço pelo qual, para se tornar humana e poder encontrar seu príncipe, Ariel deixará de ser uma sereia, em troca da sua voz, que será perdida por toda a eternidade, Owen deliberadamente pega o controle remoto e repete a cena na qual Úrsula grita para Ariel:

“Vai em frente – tome uma decisão!
Eu sou uma mulher muito ocupada
E não tenho o dia inteiro
Não vai custar muito
Só a sua voz! [Just your voice]”⁶.

Owen para novamente a cena, retrocede e reprisa a mesma cena. Mais uma vez. Mais uma vez. Na quarta vez, sua mãe Cornelia afirma surpresa que não é suco que o filho está dizendo: “It’s not juice ... It’s not juice. It’s just... just your voice”⁷, é somente sua voz! Emocionado, Ron carrega o filho nos braços e fala emocionado “Just your voice! É isto que você está dizendo!”⁸, e, pela primeira vez em um ano, Owen o olha diretamente nos olhos. A seguir, Owen repete “Juicervose! Juicervose! Juicervose”⁹. Toda a família fica festejando, levantam-se sobre a cama, expressando repetidamente esta expressão.

Ao contrário de uma mera fala automatizada, os pais ficam intrigados com o fato de “Just your voice” retratar algo muito próximo às vivências de Owen perdendo a própria voz e entrando no quadro de mutismo autístico. Aos poucos, Owen começou a dizer algumas palavras esporádicas que explodiam em decorrência de algo intenso ou uma necessidade vital. Ele se expressava com uma voz incapaz de ritmar, juntando no máximo três palavras por vez. Desde o episódio do “juicervose”, ele encorpava as vozes dos desenhos



a paixão de Owen pelos vídeos
se desdobra no interesse por livros
com personagens Disney

animados em um “*movie talking*”¹⁰. Enquanto assistia a um de seus filmes prediletos, *A Bela e a Fera*, Owen fala incessantemente “*bootylyz witten*”. Um dia, quando está no carro, fica repetindo esta misteriosa expressão até que Cornelia decifra que ele estava dizendo o tema do filme: *A beleza está dentro* [*Beauty lies within*]¹¹. Apesar da afirmação categórica dos especialistas de que Owen não compreendia nada do que repetia, eles começam a se questionar por que, dentre todas as frases do filme, repetia justamente aquela. Era uma frase que poderia se abrir na aposta de que havia uma rica vida psíquica, uma beleza por trás do encapsulamento, e esse era o tema do filme: poder ir além das aparências e apostar na beleza de uma vida interior por trás de uma fachada horrorosa.

A personificação nos personagens Disney

A paixão de Owen pelos vídeos se desdobra no interesse por livros com personagens Disney; ele fica horas manuseando as páginas, olhando as imagens. Um dia, enquanto está na cama folheando um desses livros, Ron brinca de entrar na coberta e fazer a voz de Iago, segurando uma marionete desse papagaio, personagem coadjuvante em *Aladim*, que era um dos personagens prediletos de Owen.

Ron personifica Iago, tentando imaginar o que o papagaio diria em cada situação, expressando-se no tom de voz e na maneira como ele o

imaginariza: “Então Owen, como cê anda?”¹², ao que Owen responde, expressando-se com a voz¹³ bem próxima daquela que usou até os dois anos quando surgiram os primeiros sintomas: “Eu não estou feliz. Eu não tenho amigos. Eu não consigo entender o que as pessoas dizem”¹⁴. Owen interage com Ron personificado em Iago como se estivesse encontrando um velho amigo de quem sentia saudades. Em seguida, Owen personifica o vilão Jafar e não somente consegue se expressar nitidamente por meio do seu personagem, como consegue imprimir na voz o ritmo prosódico que operacionaliza uma fala natural e fluída. Gargalha de prazer nessa interação com Ron, podendo se divertir no enlace e se comunicar após anos retraído. Ron realça, com pertinência, que não se trata de uma mera mímica, pois seus gestos eram autênticos, vivenciados com emoção, o que se traduzia na inflexão da sua voz que soava natural e espontânea, marcada com vitalidade.

Uma Disneyterapia familiar

Motivados pela abertura que evidenciam em Owen pelo intermédio da personificação nos personagens de *Aladim*, seus pais decidem aproveitar o potencial terapêutico da sua relação com os desenhos animados. Anteriormente, Owen escolhia os vídeos que queria assistir, mas, após o diálogo estabelecido através dos personagens Disney, realizam algumas experimentações. Na semana seguinte ao episódio Iago/Jafar, optam por escolher o filme daquela sessão de cinema: *The Jungle Book*, sobre o menino Mogli criado nas selvas, sendo protegido pela pantera Bagheera e educado pelo urso Baloo até ser entregue de volta à civilização.

3 A. Brun, “*Médiation picturale et psychose infantile*”, in *Les médiations thérapeutiques*, p. 76.

4 R. Suskind, *op. cit.*, p. 23.

5 R. Suskind, *op. cit.*, p. 21.

6 R. Suskind, *op. cit.*, p. 24.

7 R. Suskind, *op. cit.*, p. 24.

8 R. Suskind, *op. cit.*, p. 24.

9 R. Suskind, *op. cit.*, p. 24.

10 R. Suskind, *op. cit.*, p. 37.

11 R. Suskind, *op. cit.*, p. 37.

12 R. Suskind, *op. cit.*, p. 54.

13 Após o uso da sua voz nesta dramatização, durante muito tempo Owen somente conseguiu se expressar com a voz, a tonalidade dos personagens. Ron tece a hipótese de que o efeito surpresa nesta primeira vez foi o que viabilizou que ele falasse com a própria voz.

14 R. Suskind, *op. cit.*, p. 54.



*sempre havia sido marcante
quanto Owen usava a própria tela
da televisão como um espelho*

72

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Durante a sessão familiar de cinema, Ron para o filme na cena na qual será tocada a música tema *Bare necessities*, diminui o volume e, então, toda a família começa a dramatizar a cena, “entrando” nos personagens, cantando as músicas, fazendo os movimentos dos personagens. Ron personifica Baloo e quando atua a cena, interagindo com Owen personificando Mogli, Owen encorpa o personagem e começa a falar as deixas. Cornelia também entra na cena como Bagheera e Walt como o orangotango King Louie, e todos continuam a dramatização. Ao contrário do mutismo e das explosões de sons arrítmicas, encorpado na voz do menino selvagem Mogli, Owen pode atribuir marcas ritmadas à sua enunciação e utilizar as entonações para expressar as emoções do personagem. A fluidez da sua fala, a inflexão e a expressão corporal são tão bem encorpadas por Owen que Ron ressalta que é como se seu autismo desaparecesse e ele se tornasse o personagem personificado. Se, por um lado, ele existia somente enquanto o personagem, falando as falas e atuando as cenas *prêt-à-porter* do filme, por outro, o prazer que ele expressava nas dramatizações retrata a possibilidade de ser afetado pelos personagens e pelas vivências que encorpava. Assistindo repetidamente às cenas dos filmes que ele pausava e revia incessantemente, ele realizava uma forma de “autoterapia”¹⁵, por meio da qual coletava e registrava todos os sons e ritmos das falas de modo a apreender a musicalidade da linguagem, além de se apropriar de outros traços da personalidade dos personagens encorpados.

Além disso, a imersão dos pais no mundo Oweniano, utilizando-se dos personagens Disney, permitiu-lhes serem inscritos no seu mundo psíquico e criar um espaço de intimidade e de compartilhamento de experiências psíquicas. Em um

tempo-espaço compartilhado, entrelaçado com seus familiares, pôde se apropriar do gesto, desvelar e revelar suas vivências psíquicas, sendo enfática a posição da família de considerar que aquele era um “reino escondido”¹⁶, que deveria ser tratado de modo “curioso e respeitoso”¹⁷, buscando incitar sua expressão por meio de perguntas colocadas com gentileza.

Em vez de uma vivência emocional restrita à companhia dos personagens na tela da televisão, por meio da Disneyterapia familiar, surge a possibilidade de outra modalidade de compartilhamento lúdico. Podemos destacar quanto a família Suskind exerce funções similares ao que o psicanalista Bernard Chouvier¹⁸ recomenda para os profissionais que trabalham terapêuticamente com mediação: investir na mediação, nos objetos; deixar-se surpreender pelo que surge de inesperado, pelo que pode ser criado pelo outro; ancorar a mediação em algo que desperta o interesse especial do outro; a disponibilidade para o encontro com o outro; buscar favorecer e acolher a expressividade do outro.

O trabalho de simbolização intermediado pela apresentação perceptiva

Sempre havia sido marcante quanto Owen usava a própria tela da televisão como um espelho no qual se via imitando as faces e os gestos dos personagens dos desenhos animados. Progressivamente, ele pôde se apropriar do próprio corpo, das suas expressões faciais, espelhado nos seus personagens; Ron frisa que, inicialmente, Owen se expressava por meio de faces exageradas iguais às dos personagens.

Paralelamente às dramatizações, Owen se fixou no livro *Learn to draw Disney's The Little Mermaid*, que ensinava técnicas de desenho de personagens animados, parecendo fascinado pelas imagens do caranguejo inteligente Sebastian, que protege a heroína Ariel. Ao se levantar de onde fica desenhando, Owen ou qualquer pessoa naquela posição pode ver na tela da televisão sua imagem refletida mimetizando uma imagem de Sebastian, com os olhos arregalados e a boca aberta de horror e surpresa. Nesse âmbito, ele

pode recorrer à tela como um espelho real por meio do qual pode acessar ao próprio reflexo encarnando estas vivências psíquicas, de tal maneira que lhe é possível progressivamente transformar o sensorial-perceptual em desenho imagético.

Owen observa atentamente as imagens de Sebastian com medo e repete os traçados dos desenhos de um modo peculiar: não inicia os desenhos pelas faces dos personagens, mas pelas extremidades inferiores, e há uma implicação corporal de todo o seu corpo no gesto. Enquanto desenha o corpo do personagem, todo o seu corpo se movimenta, com exceção da sua mão que desenha firmemente. Owen mobiliza todo o campo sensorial-perceptivo nos seus gestos, na transformação de todos aqueles traços em imagens, em desenhos figurados que lhe viabilizam um novo anteparo para apreender a si mesmo. Podemos, nesse âmbito, teorizar que por meio da invenção desses desenhos, ficções, dramatizações, Owen se inventou anteparos pelo meio dos quais pôde reinvestir traços sensoriais que ainda não haviam podido ser investidos.

Ele permanece desenhando as imagens de seus personagens, principalmente suas faces assustadas, concomitante ao trabalho de apropriação gestual/corporal das emoções e experimentação/habitação daquela vivência no corpo próprio e no registro das experiências psíquicas, transformando sua face em um espelho da expressão exagerada do personagem tal qual traçada no desenho (ou vice-versa).

Outro aspecto relevante é o fato de que grande parte destas inscrições ocorre no espaço lúdico, em uma experiência de prazer com o outro, viabilizando que Owen não somente possa traduzir o que ainda estava em um nível

»
pelo intermédio da Disney,
Owen retoma um processo de
simbolização que estava bloqueado

pré-representacional, não traduzido, como possa inscrevê-lo em um circuito de prazer, implicando o outro, por meio de uma apropriação do próprio corpo. Pelo intermédio da Disney, Owen retoma um processo de simbolização que estava bloqueado, sendo a primeira etapa em direção à representação, a viabilização da apreensão desses traços pela transformação destes para o registro do “figurável”¹⁹, remetendo a experiências sensoriais-motoras que puderam ser reativadas por modalidades não verbais de associatividade, por meio do corporal-gestual-postural.

Nessa linha de argumentação, podemos recorrer às elaborações dos psicanalistas Brun e Roussillon acerca do objeto de mediação/médiu maleável, enquanto uma via para substancializar, fornecendo um estofa para a transmissão e a transformação destas experiências não representadas, e que poderiam, por meio desse objeto mediador, serem (re-)apresentadas aos órgãos dos sentidos. Desse modo seria viabilizada uma incorporação destes traços nos objetos mediadores, o que favoreceria novas transcrições do “infigurável”²⁰ que “não estava/era previamente nem representado, nem simbolizado”²¹ e que, por essa mediação perceptiva, poderia se tornar “uma matéria para simbolização”²² a partir da reativação desses traços, impulsionada pela associatividade e pelo seu compartilhamento com outros.

Nesse contexto, existe a possibilidade do recurso a objetos que já existem culturalmente, como os filmes Disney, na operacionalização de uma atividade compensatória que reinstale o processo de simbolização que estava bloqueado²³, ao apresentar perceptualmente traços registrados, mas não investidos ou representados, e que demandam um trabalho psíquico de investimento para poderem ser transcritos representacionalmente. Esses

15 R. Suskind, *op. cit.*, p. 216.

16 R. Suskind, *op. cit.*, p. 64.

17 R. Suskind, *op. cit.*, p. 64.

18 B. Chouvier, *La médiation thérapeutique par les contes*.

19 A. Brun, “Introduction”, in *Les médiations thérapeutiques*, p. 10.

20 A. Brun, *op. cit.*, p. 15.

21 A. Brun, *op. cit.*, p. 15.

22 A. Brun, *op. cit.*, p. 18.

23 Tecemos a hipótese de que perturbações do processamento sensorial interferiram na viabilidade do trabalho de simbolização do sensorial-perceptual.



*o psicanalista realça que
essa matéria psíquica exige
modalidades distintas de transferência*

traços são remetidos por Roussillon²⁴ à primeira matéria multissensorial e multiperceptual do psiquismo, que, ao ser transferida ao médium, pode se tornar mais nítida, favorecendo seu reconhecimento e simbolização.

Por meio desse anteparo perceptual, essa nova “matéria perceptiva”²⁵ pode ser representada por difração em diferentes objetos, o que favorece o espelhamento de traços registrados em uma época de imaturidade do aparelho psíquico e sem acesso à representação. O psicanalista realça que essa matéria psíquica exige modalidades distintas de transferência, considerando particularmente útil o recurso à materialidade dos objetos mediadores que poderiam tanto estimular a associatividade psíquica com outros traços, retomando o movimento de ligação psíquica, quanto acolher e conter tudo o que foi registrado e associado nessa modalidade sensorial-perceptual. Assim sendo, podemos formular que pela apresentação perceptiva desses traços do registro sensorial, pelo intermédio dos anteparos inventados e apropriados da cultura, Owen realiza funções psíquicas (da simbolização) distinguidas por Roussillon: o holding pela contenção, coleta e atração dos traços destes diversos registros não representados que são transferidos sobre o médium; a transformação em signo; e a transformação dessa matéria psíquica coletada e acolhida em algo integrável e simbolizável na função metafórica.

O *holding* e a apreensão gestáltica favorecidos pela intermediação do anteparo possibilitaram o surgimento de uma forma figurável que, no caso dos personagens Disney de Owen, incorpora esses traços, possibilitando sua apreensão e transformação. Desse modo, elaboramos a hipótese de que Owen pode “restaurar o processo de simbolização primário [...] que consiste em

ligar o traço mnêmico perceptivo a uma representação de coisa”²⁶.

Esse processo de reinvestimento dos traços sensoriais é viabilizado por uma apresentação destes no polo perceptivo, tratando-se, pois, de um modo singular de presentificação que implica a transformação destes traços não representados, pelo viés do figurável, por meio do holding e da incorporação destes no anteparo/duplo/personagem Disney. Desse modo, esses traços nunca simbolizados puderam ser refletidos e apreendidos, sendo que essa passagem pela mediação sensorial pode ser remetida, no caso de Owen, à constituição de anteparos que refletem esses traços, tornando-os objetos de percepção. Por meio destes objetos de mediação cujas “propriedades motoro-perceptivas”²⁷ os tornam particularmente suscetíveis a tornarem perceptíveis traços inscritos no psiquismo que nunca haviam sido transformados em representação, operacionalizam-se novos investimentos e a retomada de um trabalho de simbolização do sensorial-perceptual.

Podemos dialogar com o destaque dado por Brun à “figurabilidade sensorio-motora”²⁸ nessas “cenaizações/dramatizações corporais”, enfatizando a presença de um “jogo corporal [que] permite transformar as impressões sensoriais em ‘visto’²⁹ de modo a que possam se tornar “representações de coisa sensoriais”³⁰ que, então, podem ser apropriadas subjetivamente por meio desse “processo de reflexividade”³¹. Nesse âmbito, teorizamos que o anteparo/Disney autoinventado por Owen lhe permitiu “restaurar o processo de simbolização primária que consiste em ligar um traço mnêmico a uma representação de coisa”³², o que pode ser articulado à afirmação de Roussillon acerca da existência de “uma forma de associatividade não verbal”³³ que se expressa no/pelo médium maleável, ancorado no funcionamento associativo do psiquismo humano.

O recurso Oweniano dos personagens Disney ancora uma mediação favorecedora de uma “associação livre polifórmica”³⁴, cuja implicação do corpo merece destaque. O exemplo de Owen destaca a importância da implicação do seu corpo nas

mimetizações e no gesto de desenhar, sendo enfático quanto esses gestos encarnados contribuem ao processo de simbolização, propiciando associações que operacionalizam em uma reativação do registro sensorial-motor. Nesse âmbito, realçamos a afirmação de Brun³⁵ acerca da existência do traço mnésico perceptivo, situando a simbolização viabilizada pelo recurso ao médium enquanto uma simbolização primária³⁶ que religa essa primeira inscrição, sob forma de traço mnésico perceptivo, à representação de coisa. Diante de uma “dissociação”³⁷ dos diferentes registros sensoriais no autismo, o recurso à mediação e aos elementos de materialidade do enquadre pode ser um recurso importante para viabilizar “a simbolização

»»

*por meio da expressão
da sensorialidade no material, há
a operacionalização de uma função
reflexiva de espelhamento*

sensorio-motora em todos os registros sensoriais”³⁸ de modo a favorecer uma forma de transposição de um registro ao outro. Nesse mesmo sentido, o psicanalista Roussillon³⁹ realça que em situações de dificuldades extremas de subjetivação “nas quais uma parte do trabalho de simbolização, particularmente o de simbolização primária, e, portanto, de apropriação subjetiva, está em pane ou falha”⁴⁰, o recurso a um médium do tipo maleável é potencialmente profícuo para a reativação e compartilhamento dessas experiências, desembocando em um novo “trabalho de metabolização”⁴¹.

Para Owen, por meio da expressão da sensorialidade no material, nas várias modalidades de expressão do mundo Disney, há a operacionalização de uma função reflexiva de espelhamento que lhe permite se ver, se sentir, se escutar, o que é favorecido tanto pelo reflexo no espelho/duplo/personagens, quanto pelo compartilhamento deste com sua família. Pode, então, inscrever desde o traço original do grito, do horror diante da perda da voz, da vivência de catástrofe e caos originário até as diversas outras descobertas acerca de si e da humanidade. Essa passagem pelo registro especular lhe viabilizou operacionalizar a função de espelhamento que lhe permitiu ver, reconhecer e se apropriar destas partes de si ainda não representadas. E, por meio dessa apresentação perceptual, tecemos a hipótese de que estas se tornam “representações-coisas sensoriais autorrepresentadas”⁴².

Baseando-nos na distinção das conceituações de *Vorstellung* (representação) e *Darstellung* (figuração ou configuração), considerando que o segundo termo é particularmente profícuo para pensar o processo de representação psíquica nesses casos de perturbação do processo de simbolização, ancoramo-nos em uma formulação de *Darstellung* (figuração ou configuração) definido

- 24 R. Roussillon, “Propositions pour une théorie des dispositifs thérapeutiques”, in *Les médiations thérapeutiques*.
- 25 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 27.
- 26 A. Brun, *Médiation...*, p. 83.
- 27 A. Brun, “Métopsychole de la médiation thérapeutique”, in *Manuel des médiations thérapeutiques*, p. 22.
- 28 A. Brun, “Spécificité du transfert dans les médiations thérapeutiques”, in *Manuel des médiations thérapeutiques*, p. 172.
- 29 A. Brun, *op. cit.*, p. 172.
- 30 A. Brun, *op. cit.*, p. 172.
- 31 A. Brun, *op. cit.*, p. 172.
- 32 A. Brun, *op. cit.*, p. 172.
- 33 R. Roussillon, “Une métapsychologie de la médiation et du médium malléable”, in *Manuel des médiations thérapeutiques*, p. 61.
- 34 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 62.
- 35 A. Brun, La médiation thérapeutique du conte dans la psychose infantile et l’autisme, in *Contes et divans: médiation du conte dans la vie psychique*.
- 36 A simbolização primária tem sido formulada pelo psicanalista Roussillon para abarcar os processos psíquicos por meio dos quais as matérias brutas (uma multiplicidade de impressões sensoriais) são inscritas no psiquismo enquanto traços mnésicos e, então, são transformadas em representação de coisa, ou como sugere Naffah Neto (2013), como a coisa psíquica se representa. Naffah salienta a importância de se pensar essa simbolização em dois tempos distintos: enquanto representação de coisa, cuja simbolização abarcamos por meio da importância da figuração, e enquanto representação palavra, efetuada pela linguagem. Nesse âmbito, a simbolização secundária abarca os processos psíquicos pelos quais a representação coisa é transformada em representação palavra. A psicanalista Marion Minerbo (2013) sintetiza de um modo ilustrativo: “Colocar em traços (a matéria-prima psíquica) simbolização primária → colocar em forma (primeira inscrição psíquica, representação-coisa) simbolização secundária → colocar em sentido, do qual o sujeito pode se apropriar” (p. 149-150).
- 37 A. Brun, *op. cit.*, p. 198.
- 38 A. Brun, *op. cit.*, p. 198.
- 39 R. Roussillon, “Une métapsychologie...”.
- 40 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 188.
- 41 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 190.
- 42 A. Brun, *Médiation...*, p. 86.



Roussillon destaca que esses traços mnésicos perceptivos são o material primordial para a edificação dos alicerces do psiquismo

como o termo freudiano “relacionado com a constituição do inconsciente, prévia ao recalque”⁴³, que pode ser remetido à existência no inconsciente de “traços que não são exatamente uma representação”⁴⁴ mas que poderão ou não devir representações significantes, predominando a representação de coisa e uma forma de figurabilidade que será aproximada daquela que pode ocorrer na atividade onírica, sob a forma de imagens.

Recorremos, então, a essa conceituação para abarcar modalidades de funcionamento psíquico que para a psicanalista Moreno podem ser relacionadas às comunicações gestuais, posturais e por mímica entre mãe e bebê em uma modalidade de comunicação pelo intermédio do “espelho antes do estádio”⁴⁵ desembocando em uma “primeira imaginarização sensível”⁴⁶. Este espelhamento permitiria uma primeira forma de reconhecimento por especularização, viabilizando o surgimento da figuração desta percepção. Tratar-se-ia da constituição de “um primeiro traçado psíquico (Bahnungen), uma figura sensorio-motora composta de traços mnêmicos perceptivos, que pretende ligar psiquicamente as excitações que chegam simultaneamente do interior e do exterior, configurando uma superfície”⁴⁷. Essas primeiras inscrições sensoriais são remetidas pela psicanalista à problemática de *Darstellung* (figuração ou configuração) para pensar a apresentação psíquica que viabiliza a transformação dos traços mnésicos da percepção, abarcando um modo ativo de transformação dessa matéria bruta pela percepção.

Há um investimento desta matéria no ato da percepção, cuja energia investida pode viabilizar a transferência e a transformação em representação de coisa, em imagem mnésica, podendo, a seguir, derivar outras modalidades de apresentação psíquica. Trata-se da tentativa de pensar no psiquismo

o lugar da representação de coisa, enquanto constituinte de uma imagem sensorio-motora-perceptiva que deriva da percepção e que será o estrato para as associações. A seguir, estas podem se conectar com os traços mnêmicos verbais, remetendo ao investimento da imagem “por meio de uma combinação de impressões sensoriais passivas, marcas recebidas do ambiente e de expressões projetivas ativas impostas pelo Eu ao mundo exterior, os traços sensorio-perceptivos para se manter suspensa entre o interior e o exterior do Eu”⁴⁸, em um momento paradigmático, pois a imagem “conjugua, assim, uma função defensiva e organizadora”⁴⁹ ao constituir um molde que viabiliza associações e ligações a partir dos traços deixados por estas imagens, articulando interligações e facilitações.

Nesse contexto, para que pudesse investir estes traços mnêmicos e seus percursos, Owen precisou realizar uma primeira etapa de apresentação que viabilizou o reconhecimento dos seus traços ao serem personificados nos seus primeiros outros/espelhos. Essa forma de manifestação dos traços mnésicos, que são novamente apresentados ao aparelho psíquico, via esses anteparos, viabiliza o reestabelecimento da cadeia associativa, sendo que o surgimento dessas modalidades figurativas propicia o encadeamento de outras imagens sensoriais que podem ser investidas, favorecendo o estabelecimento de novas ligações psíquicas.

O psicanalista Roussillon⁵⁰ destaca que esses traços mnésicos perceptivos são o material primordial para a edificação dos alicerces do psiquismo humano, salientando que “a matéria psíquica primeira deve ser metabolizada e transformada por um processo reflexivo de simbolização para ser integrada na subjetividade”⁵¹. Nesse âmbito, o psicanalista enfatiza a importância da função de “reflexibilidade”⁵² para a percepção e para o reconhecimento enquanto âncoras para o processo de simbolização desses primeiros traços perceptivos, que precisam ser investidos e associados entre si. No caso de Owen, ao serem apresentados, esses traços puderam ser investidos e transformados após um trabalho psíquico, por meio do qual estas partes de si puderam ser apropriadas em novas

modalidades de ligação psíquica. Vale destacar a observação de Roussillon de que todo o campo representacional afetivo se ancora na ligação associativa destes “itens perceptivos”⁵³. Nesse sentido, estamos nos ancorando nas formulações do psicanalista para abarcar formas de associatividade dos processos primários de modo a pensar as modalidades de transformação dos traços mnésicos que constituem o substrato psíquico primordial, os efeitos psíquicos de modalidades compensatórias de espelhamento que viabilizam uma retomada do processo de simbolização, a partir da passagem pela apresentação perceptiva.

Corroboramos, então, com os psicanalistas Botella e Botella e sua ênfase acerca da percepção enquanto um conjunto integrante do aparelho psíquico que forma um todo organizado capaz de transformar o quantitativo (captado sensorialmente) em qualitativo, destacando que, para que haja essa mudança qualitativa, há a necessidade de que a percepção se torne “perceptível”⁵⁴, aproximando esse processo psíquico de uma percepção endopsíquica que permite ao sujeito se pensar ao apreender esse perceptivo que se apresenta, tal qual observamos em Owen. Tratar-se-ia, pois, de um processo psíquico similar à endopercepção “capaz de apresentar à consciência, sob forma de uma figurabilidade, aquilo que, numa primeira abordagem, não se pode fazer por intermédio das representações verbais”⁵⁵.

43 M. M. A. Moreno, *Trauma precoce e ligações psíquicas: um estudo psicanalítico*, p. 82.

44 M. M. A. Moreno, *op. cit.*, p. 82.

45 M. M. A. Moreno, *op. cit.*, p. 82.

46 M. M. A. Moreno, *op. cit.*, p. 83.

47 M. M. A. Moreno, *op. cit.*, p. 83.

48 M. M. A. Moreno, *op. cit.*, p. 89.

49 M. M. A. Moreno, *op. cit.*, p. 89.

50 R. Roussillon, *Manuel de pratique clinique*.

51 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 139.

52 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 139.

53 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 57.

54 C. Botella, S. Botella, “Sur le processus analytique: du perceptif aux causalités psychiques”, *Revue Française de Psychanalyse*, 2, p. 352.

55 C. Botella; S. Botella. *Irrepresentável: mais além da representação*, p. 20.

56 C. Botella; S. Botella, *op. cit.*, p. 20.

57 R. Roussillon, “Symbolisation primaire et identité”, in *Matière à symbolisation: art, création et psychanalyse*.

os psicanalistas apontam a necessidade de uma “figurabilidade psíquica” pela qual se viabiliza uma percepção pela consciência

Nesse sentido, os psicanalistas apontam a necessidade de uma “figurabilidade psíquica”⁵⁶ pela qual se viabiliza uma percepção pela consciência, propiciando o surgimento de novas ligações e investimentos psíquicos. Owen operacionaliza diversos anteparos imaginários que viabilizam um trabalho de espelhamento e reconhecimento do material sensorial bruto, que progressivamente pode ser reconhecido, apropriado, investido, viabilizando um trabalho psíquico de ligação por meio dessas modalidades de apresentação perceptiva. Ao contrário de uma paralisia da simbolização e inibição da representação, por meio dessa transformação pela figurabilidade, ele pôde investir ou (re)investir esses traços, (re)atualizados pelo campo da sensorialidade, via apresentação perceptiva. Nessa mesma vertente, valorizando a importância da percepção na constituição do aparelho psíquico, podemos citar a proposição de Roussillon⁵⁷ contrapondo uma simbolização secundária (que podemos caracterizar como representacional), ancorada na ausência perceptiva, à simbolização primária, ancorada na presença perceptiva e nos alicerces dos investimentos dessa percepção e da ligação desses elementos perceptivos enquanto âncoras imprescindíveis para o registro dos traços das coisas e da viabilidade posterior do surgimento no psiquismo da representação de coisa. Foi esse o eixo de orientação que optamos no presente artigo, objetivando aprofundar a importância da percepção para a constituição do aparelho psíquico, enfocando a apresentação perceptiva como tentativa de ligação psíquica, abordando no caso de Owen a importância da reativação perceptiva viabilizada pelos anteparos e pelas associações dela decorrentes para a retomada do trabalho de simbolização do sensorial-perceptual.



Referências bibliográficas

- Bialer M. (2016). *Das narrativas de sofrimento ao artismo no espectro do autismo*. Curitiba: crv.
- Botella C.; Botella S. (1995). Sur le processus analytique: du perceptif aux causalités psychiques. *Revue Française du Psychanalyse*, 2, p. 349-366.
- _____. (2002). *Irrepresentável: mais além da representação*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Brun A. (2012). La médiation thérapeutique du conte dans la psychose infantile et l'autisme. In R. Kaës (Org.). *Contes et divans: médiation du conte dans la vie psychique*. Paris: Dunod, p. 193-214.
- _____. (2013). Construction du cadre-dispositif en situation individuelle ou groupale. In A. Brun; B. Chouvier; R. Roussillon. *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod, p. 95-121.
- _____. (2013). Métapsychologie de la médiation thérapeutique. In A. Brun; B. Chouvier; R. Roussillon. *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod, p. 10-40.
- _____. (2013). Spécificité de la symbolisation dans les médiations thérapeutiques. In A. Brun; B. Chouvier; R. Roussillon. *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod, p. 122-187.
- _____. (2013). Spécificité du transfert dans les médiations thérapeutiques. In A. Brun; B. Chouvier; R. Roussillon. *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod, p. 159-187.
- _____. (2014). Introduction. In A. Brun. *Les médiations thérapeutiques*. Toulouse: Eres, p. 7-19.
- _____. (2014). Médiation picturale et psychose infantile. In A. Brun. *Les médiations thérapeutiques*. Toulouse: Eres, p. 75-87.
- Chouvier B. (2013). Le conte. In A. Brun; B. Chouvier; R. Roussillon. *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod, p. 232-258.
- _____. (2014). La médiation dans le champ psychopathologique. In A. Brun (Org.). *Les médiations thérapeutiques*. Toulouse: Eres, p. 37-47.
- _____. (2015). *La médiation thérapeutique par les contes*. Paris: Dunod.
- Moreno M. M. A. (2014). *Trauma precoce e ligações psíquicas: um estudo psicanalítico*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Minerbo M. (2013). A metapsicologia da simbolização segundo René Roussillon. In L. C. Figueiredo; B. B. Savietto; O. Souza (Orgs). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, p. 147-155.
- Naffah Neto A.; Roussillon R.; Winnicott D. W. (2013). Encontros e desencontros nos interstícios da construção teórica. In L. C. Figueiredo; B. B. Savietto; O. Souza (Orgs). *Elasticidade e limite na clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, p. 123-146.
- Roussillon R. (1998). Symbolisation primaire et identité. In B. Chouvier. *Matière à symbolisation: art, création et psychanalyse*. Paris: Delachaux et Niestlé, p. 61-73.
- _____. (2012). *Manuel de pratique clinique*. Issy-les-Moulineaux: França: Elsevier Masson.
- _____. (2013). Une métapsychologie de la médiation et du médium malléable. In A. Brun; B. Chouvier; R. Roussillon. *Manuel des médiations thérapeutiques*. Paris: Dunod, p. 41-69.
- _____. (2014). Propositions pour une théorie des dispositifs thérapeutiques. In A. Brun. *Les médiations thérapeutiques*. Toulouse: Eres, p. 23-35.
- Suskind R. (2014). *Life, animated: story of sidekicks, heroes and autism*. Los Angeles, CA/New York: Kingswell.

The work of symbolization of the sensory-perceptual in autism: a study based on the Suskind's autobiography

Abstract In this paper we study the clinical material about Owen Suskind in order to analyze the work of symbolization made possible through the transformation of the sensorial-perceptual in autism, through inventions anchored in Disneyworld.

Keywords symbolization; autism ;perception; Walt Disney animations.

Texto recebido: 09/2017

Aprovado: 10/2017

“Ah! Tá chovendo!”

histórias de retraimento e de reclamação

Fatima Regina Flório Cesar de Alencastro Graça

Fatima Regina Flório Cesar de Alencastro Graça é doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP e pós-doutoranda pela mesma instituição. Autora dos livros: *Dos que moram em móvel-mar – a elasticidade da técnica psicanalítica* (Casa do Psicólogo, 2003) e *Asas presas no sótão: psicanálise dos casos intratáveis* (Ideias & Letras, 2009).

Resumo A partir do relato do encontro analítico com uma paciente, este artigo propõe uma reflexão sobre estados de retraimento e possibilidades de intervenção terapêutica caracterizada por uma postura mais ativa do analista, seguindo o conceito de “reclamação” proposto por Anne Alvarez. Autores como Pontalis, Winnicott e Ogden também auxiliaram na reflexão das condições de quase-morte desses pacientes.

Palavras-chave retraimento; desvitalização; reclamação; não comunicação; clínica de revitalização.

Clarice, 21, chega apresentando um quadro de extremo retraimento. Sem amigos, enfrenta novo desafio que é o ingresso na faculdade fora da cidade. Clarice e sua reclusão. Clarice vegana. Clarice que balbucia, a fala saindo com dificuldade. Clarice e seus silêncios. Que mistérios tem Clarice? O mais marcante, desenhando em seu corpo a vergonha de existir (ou de não existir): a cabeça baixa, os olhos permanentemente voltados para o chão. Até começar a falar, um gemido tímido e demorado anuncia a comunicação.

Não a deixo entregue ao silêncio. Início nosso contato com perguntas. Pode começar simplesmente com: “O que você está pensando?”, ou “Como foi sua semana?” Coloco-me ativa, procurando alcançá-la e não esperando que venha dela a primeira comunicação: deixá-la entregue ao silêncio pode recrudescer sua tendência ao isolamento. As sessões se seguem nessa dinâmica: início o contato e ela, mesmo que aos poucos e em poucas palavras, vai respondendo ao meu chamado. Suponho assim que vem encontrando em mim um ambiente seguro e confiável capaz de oferecer condições para que aquilo que ficou congelado no passado – o trauma e a falha ambiental – possam ser retomados e integrados na área do *self*.

Uma sessão em particular ilustra o modo como vêm se dando nossos encontros em torno da tessitura de um ambiente de confiabilidade. Passo ao relato dela:

Nos dias de muito calor, as chuvas me eram bem-vindas. No meio de uma de nossas sessões, começou a chover. Espontaneamente falei, com relativo entusiasmo: “Ah! Tá chovendo!”. Clarice levantou o rosto, me olhou nos olhos e perguntou: “A senhora também gosta de chuva?” Hoje, pensando no que aconteceu, reconheço um

79

PERCURSO 59 : p. 79-90 : dezembro 2017



a posição autista-contígua caracteriza-se por um modo particular de relação do objeto – na qual a experiência do self baseia-se na ordenação da experiência sensorial (particularmente na superfície da pele)

80

PERCURSO 59 : dezembro 2017

movimento espontâneo meu de investir impulsos positivos de vida. A chuva como elemento da vida entrando no nosso mundo, promovendo vitalização e coragem. A chuva transformando a terra ressequida, o desértico em promessa de florescimento, de verdejar o árido. A minha personalidade, meu vigor resgatando-a, por pouco tempo que tenha sido, para um olhar que refletia seu interesse por mim e pela vida.

A partir do relato do encontro com esta paciente, proponho uma reflexão clínica sobre o papel do analista num cenário de desvitalização. A aparição de forma mais pontual da vitalidade do terapeuta, por meio da intervenção “Ah! Tá chovendo!”, abriu um campo de comunicação no qual a personalidade do analista despertou na paciente possibilidades de acessar outro modo de estar-junto, que ultrapassava seu costumeiro estado de passividade, apatia e desânimo. Revelou-se, a partir de sua reação, a necessidade de uma atuação mais vigorosa, tendo-se vislumbrado, no contraste entre a contínua cabeça cabisbaixa e o levantar o olhar com animação, impulsos vitais encobertos até então pelo estado de retraimento.

Continuando com a reflexão sobre o papel do analista na clínica aqui denominada revitalizadora, recorro a Ogden em sua descrição da posição autista-contígua e do isolamento a ela associado. Tal posição constitui uma organização psicológica mais primitiva que as posições esquizoparanoide e depressiva de Klein, ainda

que sejam modos de criar e organizar significados psicológicos que se mantêm articulados dialeticamente. A posição autista-contígua caracteriza-se por um modo particular de relação do objeto – na qual a experiência do self baseia-se na ordenação da experiência sensorial (particularmente na superfície da pele)¹. O isolamento associado a essa posição implica a separação mais profunda do mundo dos seres humanos, em que a mãe é substituída por uma matriz sensorial autônoma. Constitui um ponto de repouso: um santuário dentro do processo do vir a ser humano, protegendo o indivíduo da tensão contínua de se estar vivo no contexto interpessoal. Nessa posição, no processo do bebê de se isolar, a mãe deve permitir que ele a exclua, possibilitando que se dê “uma suspensão da vida no mundo dos vivos e a substituição desse mundo por um mundo autônomo de ‘relações com sensações perfeitas’”². Por outro lado, é fundamental que a mãe venha a competir com a perfeição do santuário, resgatando o bebê e devolvendo-o para o “mundo dos vivos”³.

De modo similar, podemos pensar que, numa clínica em que aspectos desvitalizados predominam, o analista precisa competir com a suspensão-santuário do isolamento e, numa postura ativa, chamar o paciente para o *mundo dos vivos*. Tem sido esta uma das facetas mais primordiais de trabalho analítico com Clarice. Entretanto, não podemos deixar de ressaltar que, enquanto o isolamento associado à dimensão autista-contígua constitui uma dimensão universal e necessária da experiência humana, o isolamento com que nos defrontamos na clínica do retraimento – de modo particular me refiro à Clarice – é patológico e derivado de dificuldades na construção de um espaço psíquico próprio. O retraimento constitui uma organização defensiva-refúgio possível – que visa tanto à preservação do self verdadeiro quanto à proteção contra invasões sofridas na história inicial, assim como nas relações atuais marcadas por uma prevalência de dominação e ocupação do espaço interno do indivíduo. O entendimento do retraimento enquanto isolamento patológico se dá a partir da consideração da dimensão intersubjetiva

de tal adoecimento. Mais adiante, dados complementares auxiliarão na compreensão do isolamento apresentado por Clarice.

Tocada ao morto

Determinadas sessões com Clarice sinto-as no corpo: pesadamente entregue a uma estranha pressa de que o encontro finalize, pesadamente lançada a uma zona de inquietação e desejo de me despedir. Vem-me então em determinada sessão a imagem de meu filho nascido prematuro, pesando pouco mais que 1,5 kg, sendo amamentado pelas enfermeiras do berçário com uma chuquinha. Ele mal sugava e muito pouquinho conseguia trazer para dentro do corpo frágil o leite necessário. Eu, que tinha os seios fartos de alimento, eu, ameaçada por sua quase não existência, insistia, encharcada pelo desejo de dar-lhe vida e pelo prazer de amamentá-lo com meu próprio corpo, dividindo com as outras mulheres-enfermeiras a tarefa de garantir sua sobrevivência. Mas, pela dificuldade de sucção, o leite entrava como que em conta-gotas e eu tinha a impressão de que um bebê franzino, sem forças, que não parecia ter fome, não animava as outras mulheres, que falavam com prazer dos bebês “sacos de açúcar”, aqueles que já “nascem criados”.

Na sessão, um estado mortificado me toma, uma indiferença desesperadora me coloca ora como a mãe aflita, ora como as mulheres decepcionadas com o lento sugar. Também com Clarice parece que o leite entra de pouquinho em

»
*vem-me então em determinada
sessão a imagem de meu filho nascido
prematuro, pesando pouco
mais que 1,5 kg, sendo amamentado
pelas enfermeiras do berçário
com uma chuquinha*

pouquinho, a ameaça de morte que eu vivera faz sua aparição na cena analítica. Mas tal qual meu filho, não é a inapetência que a separa da vida, mas a dificuldade de sucção. A cena do leite entrando em conta-gotas se soma à ideia da fome de leões que Clarice deve ter, assim como têm os recém-nascidos. Se não sabe sugar, não tem força, que vá aos poucos e minha função, entre outras, é de ensiná-la a sugar. Assim, se enlaçam a quase-morte e a fome estrangulada, esta que sinaliza a fome de viver: “morto e vivo entrelaçados”⁴.

“Tocada ao morto”⁵ da paciente, dá-se o que Pontalis designou como “preensão contratransferencial”⁶. Afetado tanto no corpo quanto no funcionamento mental, o analista experimenta uma “mortificação”⁷, como efeito do impacto das partes mortas dos pacientes. Se uma clínica de revitalização é proposta, com o desejo imaginário de fazer o outro nascer para si próprio guiando as estratégias de tratamento, faz-se imprescindível o trabalho psíquico do próprio analista no sentido de criar condições para conter e transformar tanto os aspectos mortos dos pacientes, como aqueles concernentes à sua própria vida fantasmática – incluídos os aspectos dominados pela patologia do paciente.

Se a análise é, segundo Freud, uma partida de xadrez, com os jogadores jogando cada um sua partida, o peso da contratransferência se apresenta quando não jogamos mais nossa partida, afirma Pontalis, quando já não temos peões para

1 T. H. Ogden, “Analisando a matriz da transferência – contratransferência”, in *Os sujeitos da Psicanálise*, p. 135.

2 T. H. Ogden, “Isolamento pessoal; o colapso da subjetividade e da intersubjetividade”, in *Os sujeitos da Psicanálise*, p. 163.

3 T. H. Ogden, “Isolamento pessoal; o colapso da subjetividade e da intersubjetividade”, in *Os sujeitos da Psicanálise*, p. 174.

4 J-B. Pontalis, “A partir da contratransferência: o morto e o vivo entrelaçados”, in *Entre o sonho e a dor*, p. 243.

5 J-B. Pontalis, *Idem*.

6 J-B. Pontalis, *Idem*.

7 J-B. Pontalis, *Idem*.



*o analista se sente um depósito,
como se fosse nada, mas o depósito
também é um receptáculo,
“um continente onde o sujeito
deposita em segurança
os seus próprios
desperdícios rejeitados”*

avançar. “Petrificado”⁸, adverte este psicanalista, o que remete a sensações corporais que indicam

uma impotência do movimento; paralisia vivida como forçada, que começa por vezes por atingir a pulsação mais “natural” do corpo; respiração contida, músculos abdominais apertados, acabando por conquistar progressivamente toda a superfície, não há mais gestos, nem mais ruídos, nem mais nada. Esta *mortificação* pode, segundo a patologia dominante do analista, assumir uma coloração mais claustrofóbica (sentir-se confinado no consultório) e suscitar mecanismos contrafóbicos: tentação, por exemplo, de abreviar a sessão, fugir mentalmente para a sessão do paciente seguinte, etc. ou uma coloração obsessiva, com a hipervigilância dela decorrente; ou ainda um tom francamente depressivo. O modo de responder é o próprio de cada um⁹.

O analista se sente um depósito, como se fosse *nada*, mas o depósito também é um receptáculo, “um continente onde o sujeito deposita em segurança os seus próprios desperdícios rejeitados”¹⁰. Eis um laço positivo e também posso constatar em Clarice um broto de confiança em ter um espaço no qual se gesta timidamente a possibilidade de existir, onde busca escapar de um *assassinato psíquico*.

Converso com os pais num momento inicial e a história é relatada, embora não se aprofundem, nem falem muito: depois de dez anos de casados é que Clarice vem a nascer. Não sei por

qual razão, não pergunto o motivo de tão longa espera, filha única, os pais lhe dedicam devoção absoluta. É também pelo clima emocional que os percebo superprotetores e invasivos, mas não há nenhum *insight* da parte deles a respeito da relação com a filha. A filha é o centro de suas vidas. Preocupam-se com sua timidez exacerbada e querem direcionar sua escolha profissional. Nunca mais fiz contato com eles e esse funcionamento superprotetor, avistado na entrevista inicial, continua a ser identificado a partir de falas de Clarice: estuda em outra cidade, mas os pais ficam com ela nos fins de semana em que não vem para casa. Estes se mantêm debruçados sobre ela como se fosse um recém-nascido numa ocupação de seu espaço psíquico tão intensa que lhe resta apenas uma mínima chance para se movimentar: anda com cuidado extremo, como se não tivesse direito de existir para além dos mandatos parentais. Ao excesso dos pais corresponde o peso de ser o motivo maior da vida deles. O retraimento severo surge como resultado do assassinato psíquico – uma impossibilidade de escape da casa parental e, simultaneamente, a única saída possível: resistência heroica, fortaleza que, em silêncio, se arma para deter as ininterruptas invasões bárbaras, a possessão por um corpo estranho que incessantemente invade. De um lado, o silêncio, a impossibilidade de enunciar suas próprias palavras são geradores de extremo sofrimento; de outro, é reação à ocupação desvairada imposta pelos objetos primários.

O silêncio como comunicação visa ainda imputar ao outro o assassinato psíquico do qual foi vítima:

O propósito visado é impedir no outro aquilo que falta no sujeito: a constituição e o desdobrar-se de um espaço psíquico, de um “quarto para si próprio”, em que o sujeito poderia encontrar-se encontrando outros objetos diferentes do objeto primário, ao qual se sente inexoravelmente ligado¹¹.

Somos por essa enviesada comunicação convocados a “restaurar, inventar a *realidade* psíquica

ausente – trata-se de nascer, mais que redescobrir”¹². Se o *self* é, segundo Pontalis, o representante do vivo no espaço psíquico, então o trabalho do objeto primário é fazer nascer originalmente esse *self* ou – tarefa que caberá ao analista – a de tentar ressuscitá-lo de um estado mortífero.

Vitalidade e desvitalização:
sobre a capacidade de se sentir vivo
e a vida não vivida

Ressalto neste artigo a presença acentuada de aspectos desvitalizados ou de quase-morte em alguns pacientes. De modo particular, me refiro a Clarice, quando uma alternância entre formas de vitalidade e desvitalização apresenta o vivo e o morto entrelaçados. Comecei com Pontalis em sua referência à impossibilidade de construção de um *quarto próprio* decorrente da ligação inexorável com o objeto primário, assim como à mortificação experimentada pelo analista em vinculação às partes mortas do paciente. Prossigo agora com Ogden e Winnicott, que destacam de modo relevante o papel do objeto primário como fundamental na recepção do gesto espontâneo do indivíduo de maneira tal a possibilitar-lhe a conquista da capacidade de sentir-se vivo e criativo. Se o ambiente falha em ir ao encontro das necessidades do bebê/criança, o retraimento passa a constituir uma estratégia de sobrevivência psíquica-refúgio que visa à proteção do *self* verdadeiro.

Ogden chama a atenção para as formas de vitalidade e desvitalização presentes na cena analítica, que se desenham não apenas no paciente, como também no analista: esse jogo transferencial-contratransferencial que envolve tais formas, sendo destacado como a medida fundamental do

»
*estar vivo depende
de uma comunicação em que
o ambiente receba o indivíduo,
acolha seu gesto criativo,
de modo que possibilite
seu acontecer como
ser humano*

que acontece no processo analítico. Amplia o objetivo da análise para além da “resolução de conflitos intrapsíquicos inconscientes, da diminuição da sintomatologia, do aumento da subjetividade reflexiva e autocompreensão e do sentimento de competência pessoal”¹³. Tais capacidades são importantes, mas a capacidade de se sentir vivo é central como objetivo do tratamento analítico. Cada forma da psicopatologia será vinculada a um tipo de limitação da capacidade de se sentir vivo: para Ogden, uma das piores e mais limitantes perdas do ser humano se refere à perda da capacidade de estar vivo para a própria experiência.

A capacidade de se sentir vivo é tecida no cerne da relação com o outro: entrar na vida, sentir que ela vale a pena tem um início e condição a partir da qual se constrói o quarto próprio, onde se possa recolher e de onde se possa partir: com portas e janelas que possibilitem tanto a comunicação quanto a não comunicação. Estar vivo depende de uma comunicação em que o ambiente receba o indivíduo, acolha seu gesto criativo, de modo que possibilite seu acontecer como ser humano. Só depois ele pode ser capaz de sujeitar-se sem perder a *dignidade*. Se prevalece a submissão, acontece o adoecimento. Para as pessoas esquizoides, pernicioso significa qualquer coisa falsa, como o fato de estar vivo por *condescendência*. Nesses casos, o sujeito apenas sobrevive. O nosso trabalho será então “tornar vivo o sobrevivente, fazê-lo nascer, de veras, para si próprio”¹⁴. Como

8 J-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 244.

9 J-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 247.

10 J-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 249.

11 J-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 254.

12 J-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 261.

13 T. H. Ogden, “Analisando formas de vitalidade e de desvitalização”, in *Reverie e interpretação: captando algo de humano*, p. 39.

14 J-B. Pontalis, “Limites ou confins?”, in *Entre o sonho e a dor*, p. 233.



*o colapso foi vivido,
ficou registrado, mas não
no inconsciente reprimido:
“neste contexto especial,
o inconsciente quer dizer
que a integração do ego não
é capaz de abranger algo.*

sobrevivente, é um não nascido e sua luta é para alcançar a vida, a capacidade de se sentir vivo, o que exige que se chegue ao começo. Transformar o simples sobreviver numa experiência viva é tarefa conjunta do par analista-paciente e é preciso que preservemos nossa própria vitalidade, embora, paradoxalmente, esta implique oscilações entre vitalidade e desvitalização.

Nesse sentido, Ogden, em seu texto “The Fear of Breakdown and the Unlived Life”¹⁵, examina o texto de Winnicott “O medo do colapso”¹⁶, acrescentando importantes colocações sobre *a vida não vivida*, ou seja, algo foi vivido, mas não experienciado devido à imaturidade do indivíduo, ocorrendo o que Winnicott denominou de *morte fenomenal*¹⁷.

Para este autor, alguns pacientes temem viver um colapso que na verdade já aconteceu próximo do início da vida. O colapso foi vivido, ficou registrado, mas não no inconsciente reprimido: “neste contexto especial, o inconsciente quer dizer que a integração do ego não é capaz de abranger algo. O ego é imaturo demais para reunir todos os fenômenos dentro da área da onipotência pessoal”¹⁸. O paciente precisa “lembrar”¹⁹ isto, mas não é possível “lembrar” algo que não aconteceu, e esta coisa do passado que o paciente guarda consigo e que corresponde a um trauma não aconteceu ainda, porque ele não estava lá, ou seja, não havia um Eu integrado para ter essa experiência.

Destacamos agora algumas contribuições específicas de Ogden para a concepção de Winnicott sobre o medo do colapso.

Ogden relaciona o *breakdown* a uma quebra, a um corte no vínculo mãe-bebê, quando este é lançado numa condição extrema de desamparo e ameaçado de não existência. A criança – quando isolada da mãe – para não vivenciar a agonia que surge derivada da ameaça de aniquilação a substitui por uma defesa psicótica. Portanto, uma organização defensiva (a psicose) se manifesta para impedir a experiência de agonia. Ressaltamos que o termo *breakdown* refere-se, para Ogden, à ruptura do vínculo mãe-bebê, não a um surto psicótico; a psicose constitui uma defesa contra a experiência de ruptura. Quando desconectado de sua mãe, o bebê lança mão da defesa psicótica de desintegração, como recurso paradoxal para livrar-se da agonia que surge de não conseguir organizar-se: ele produz assim um estado de autoaniquilamento. Citando Winnicott, Ogden destaca o uso do termo agonia, uma vez que ansiedade não é uma palavra suficientemente forte. O *breakdown* envolve, por sua vez, o *breakdown* do estabelecimento do self unitário.

Alguns estados emocionais, toleráveis dentro do contexto de um bom relacionamento mãe-bebê, transformam-se em agonias primitivas quando a criança tem que vivê-los sozinha. Como exemplo seminal temos o cair para sempre, que se torna uma angústia impensável se a criança se encontra desconectada da mãe.

Ogden amplia o pensamento de Winnicott, supondo que o que mobiliza o paciente para encontrar a fonte do medo do *breakdown* é o sentimento de que partes dele se mantêm não integradas e ele precisa integrá-las para tornar-se inteiro. A principal motivação para o indivíduo que não experimentou partes do que aconteceu em sua primeira infância é a necessidade urgente de reivindicar essas partes com o objetivo de completar-se pela integração do máximo possível de sua *vida não vivida* (*não experienciada*). Ogden acrescenta que essa é uma necessidade universal – a necessidade de ter a oportunidade de tornar-se

a pessoa com o potencial de ser que lhe é próprio. Se, como Winnicott reafirma várias vezes, o medo do *breakdown* é medo de um colapso que já aconteceu, mas não foi experimentado, é muito importante a colocação de Ogden de que temos modos de experimentar e não experimentar eventos em nossas vidas.

É relevante destacar o que Ogden afirma como um grande objetivo da análise: o analista ajudando o paciente a viver sua vida não vivida na transferência-contratransferência. Paradoxalmente, para acessarmos essa condição de vitalidade, há que haver espaço para os aspectos desvitalizados; da mesma forma devemos, como assinala Winnicott, acolher, lado a lado com a comunicação, a não comunicação como uma contribuição positiva.

A mais fundamental reivindicação do paciente se dirige à sua vida não vivida: à procura de aspectos não experienciados no passado e no presente.

Para pacientes com formas agudas de medo de um *breakdown*, sentirem-se vivos é demasiadamente dolorido, pois implica o reconhecimento de quanto de sua vida não puderam viver. A vida lhes foi tirada, o que gera extrema dor.

Tal experienciar é a chance do paciente de tornar-se a pessoa que ele tem a possibilidade de ser e isso envolve uma experiência de dor. Mas como acompanhar o paciente de modo a auxiliá-lo a viver e integrar suas partes não experienciadas? Já foi mencionada a necessidade de se estabelecer um jogo de sustentação da esperança e de acolhimento da desesperança, um oscilar entre a vitalidade e o recolhimento dos aspectos desvitalizados, entre comunicação e não comunicação. A partir daí, espera-se que seja possível que ambos, analista e paciente, se sintam mais vivos.

15 T. H. Ogden, "The Fear of Breakdown and the Unlived Life", *The International Journal of Psychoanalysis*, p. 205.

16 D. W. Winnicott, "O medo do colapso (*breakdown*)", in *Explorações psicanalíticas*, p. 70.

17 D. W. Winnicott, *op. cit.*, p. 74.

18 D. W. Winnicott, *op. cit.*, p. 73.

19 D. W. Winnicott, *op. cit.*, p. 74.

»
*embora Clarice não se queixe
explicitamente de medo do colapso
por vir e de seus derivados
(medo da morte e do vazio),
a vida não vivida se revela
em sua condição
de sobrevivente*

A apresentação das ideias de Ogden sobre "The Fear of Breakdown" de Winnicott, com uma leitura própria ampliada para a importância da reivindicação da vida não vivida, nos conduz tanto à consideração de *mortes* e aspectos que morreram na primeira infância quanto à busca da vida que foi negada. Além disso, nos encaminha para o pensamento de uma teoria da técnica: a atenção para momentos da cena analítica que alternam vitalidade e desvitalização e a uma atuação por parte do analista de forma mais livre, não estereotipada, guiada por um reconhecimento dos caminhos mais inesperados; aqueles que através do inédito podem facilitar a integração de aspectos da vida não vivida (não experienciada).

Tal como Pontalis, também Ogden auxiliou na reflexão sobre a comunicação, assim como sobre a não comunicação (o isolamento), entre as partes vivas e não vivas de Clarice. Embora não se queixe explicitamente de medo do colapso por vir e de seus derivados (medo da morte e do vazio), a *vida não vivida* se revela em sua condição de sobrevivente, de seu estado de retraimento que conduz a uma limitação da apropriação subjetiva de potencialidades do self não experienciadas. O retraimento apresenta-se como adoecimento, mas também como tentativa de oposição às invasões sofridas no passado e no presente. Logo, é preciso uma compreensão da paralisia, do enquistamento das possibilidades do pleno viver: uma atenção para os momentos em que a dupla



*o também que remete
à necessidade de espelho, à
necessidade de estarmos
juntas em torno não apenas
do que falta, mas do prazer. Nós duas
gostando de chuva abrimos um campo
de narcisação via prazer*

86

PERCURSO 59 : dezembro 2017

analítica encontra-se dominada pela esterilidade e desvitalização. Mas *também* é preciso segui-la em sua busca de desbloquear os caminhos na direção de um existir mais leve e vitalizado. Intervenções estereotipadas apenas reforçam sua falta de espontaneidade e de lugar no mundo e na vida. Por isso, a fala inusitada “Ah! Tá chovendo!” abriu um campo de possibilidades na direção de oferta de uma companhia mais viva, capaz de se enlaçar com seus aspectos mais saudáveis. Como já disse, Clarice fica a maior parte do tempo de cabeça baixa. Quando levanta os olhos para mim, é porque algo a fisgou. Foi assim naquele dia chuvoso, quando o *também* precisa aqui ser ressaltado. O *também* que remete à necessidade de espelho, à necessidade de estarmos juntas em torno não apenas do que falta, mas do prazer. Nós duas gostando de chuva abrimos um campo de narcisação via prazer: uma cumplicidade que é evitada obstinadamente no contato dos pais. Seu retraimento se estende até a convivência com os pais: também com eles não consegue experimentar espontaneidade, pouco fala, chegando a pedir licença para fazer uso da geladeira.

Chegar ao começo pelas vias do prazer e da parceria: o mundo precisa ser sonhado antes de ser visto, e o primeiro sonho só é possível a dois. Porque se há muito pesadelo e temor por seus demônios ocultos, também podemos tecer juntas bons sonhos que preparem um, embora tímido, amanhecer de esperança. Sei que muito tempo

será necessário para o despertar de Clarice de seu estado de reclusão.

Da necessidade de uma companhia viva

Como poderia eu, uma “rede esburacada”, tornar-me suficientemente tecida, tramada, densa e firme para prender e manter sua atenção e esperança? Como poderia eu esperar mobilizar suas próprias energias vivificadoras? Nas raras ocasiões em que ele ou eu conseguíamos soprar as cinzas e produzir uma chama de vida, como poderíamos capturar o momento e reproduzi-lo?²⁰

Parodiando Winnicott com sua célebre frase sobre o jogo de esconde-esconde das crianças, diria: é uma necessidade se esconder e um desastre não ser encontrada. Por isso a chamo, vou atrás; o tempo de esconder sendo o intervalo entre uma fala e outra, entre os olhos baixos e o raro levantar da face. Seu silêncio é quase absoluto no mundo lá fora; é o que Winnicott denomina de “não comunicação ativa ou reativa (reclusão clínica)”²¹. Quando Clarice entremeia a pausas curtas, eloquentes comunicações, também se apresentam a mim tempos de repouso que soam como promessas de que algo vem vindo: eis o verbo fazendo sua aparição. O jogo da espera se sustenta, mas não em demasia, pois um silêncio prolongado de minha parte teria as cores do abandono e da desistência. Além disso, seu silêncio é quase sempre promissor, pausa necessária para o surgir das palavras.

A importância de *chamar* Clarice, tentando resgatá-la de seu isolamento, se amplia para além desse caso, se estendendo como função analítica, especialmente com demais casos de retraimento e quase-morte. Identifiquei no conceito de “reclamação” de Anne Alvarez²² ressonância com minha reflexão a respeito de uma clínica de “revitalização”. Apresento um breve relato da psicoterapia de Robbie, paciente de Alvarez, descrito no livro *Companhia viva*. Robbie foi diagnosticado como autista aos 4 anos, iniciou o atendimento com Alvarez aos 7, depois de a terapia anterior

ter sido interrompida, e prosseguiu até os 30 e poucos anos. Apesar de o diagnóstico de autista ter sido confirmado por vários profissionais, Alvarez considerava-o muito mais doente que uma criança autista mais ativamente retraída e com alguma estrutura de personalidade: faltava-lhe o método de defesa mais patológico empregado para se contrapor a experiências muito intensas – método este denominado por Frances Tustin de encapsulamento. Se a ideia de concha cabia nesses casos – os crustáceos, definidos por Tustin como aqueles capazes de frente à realidade indesejada se defenderem via algum comportamento desenvolvido –, Robbie era identificado por Alvarez como uma “ameba indefesa”²³. O tipo *ameba*, assim denominado por Tustin, corresponderia às crianças autistas que nem sequer têm a capacidade de defesa apontada nos *crustáceos*. Em um relato dramático, Alvarez vai descrevendo os vários períodos de atendimento de Robbie, marcados por sentimentos de “urgência, horror e desespero”²⁴ como respostas à quase-morte psíquica: ele não estava escondido, ele estava perdido. Pungentes palavras descrevem o percurso de tantos anos: “Durante muito mais tempo do que consigo fazê-los acreditar sem descrever semanas, meses e anos de sessões vazias e silenciosas, havia simplesmente o vácuo”²⁵.

O retraimento de Clarice, embora severo, não pode ser equiparado à gravidade do caso de Robbie. Entretanto, primeiramente chamou-me atenção a questão: *crustáceo* ou *ameba*? E ainda: *escondida* ou *perdida*? O que pode se ocultar nos silêncios, na formalidade excessiva (estranhamente, inclusive com os pais), algo tão sombrio, de um escuro que não consigo enxergar? Sem dúvida, escondida, a concha protegendo dos contatos tão temidos quanto desejados. A concha que

20 A. Alvarez, *Companhia viva*, p. 62.

21 D. W. Winnicott, “Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos”, in *O ambiente e os processos de maturação*, p. 167.

22 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 62.

23 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 34.

24 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 67.

25 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 34.

26 A. Prado, *Poesia reunida*, p. 22.

o retraimento de Clarice, embora severo, não pode ser equiparado à gravidade do caso de Robbie. Entretanto, primeiramente chamou-me atenção a questão: *crustáceo* ou *ameba*? E ainda: *escondida* ou *perdida*?

se interpõe entre a filha e os pais: busca de manter distância das brigas, das divergências e posições. Mas também não estará presente um tanto de perdição? Logo nas primeiras sessões me mostra desenhos: são rabiscos acompanhados de escritos que não consigo entender. Algo sem forma se apresenta, me alertando quanto a possíveis áreas psicóticas. Também escreve contos, todos sobre o mesmo tema: “Uma menina perdida”. Tateio num mundo de amorfia e de flacidez; incerta, desconfio da extensão de seu adoecimento: o quanto de mortífero se anuncia no que me turva o olhar? Até que ponto nunca nada está morto? Até que ponto “o que não parece vivo, aduba e o que parece estático, espera”²⁶?

Entretanto, se cheia de dúvidas me encontro quanto a compreendê-la, desconhecendo o que pode nos rondar sorrateiramente, arremessando a caminhos mais sombrios do que aqueles que posso enxergar, guardo a convicção de que preciso chamá-la. Sinto a premência e a pertinência de ser mais ativa e isso vai ao encontro das considerações de Alvarez sobre as atitudes psicanalíticas – em especial, como já mencionei, a *reclamação*.

Antes de chegar a seu conceito de *reclamação*, Alvarez reflete sobre as possibilidades e limitações das atitudes psicanalíticas de *neutralidade* e *continência*. A neutralidade, com longa e importante história, se concentra segundo palavras da psicanalista, numa dimensão bastante estática. O conceito bioniano de continência, diferentemente da





*pacientes como Robbie
ou mesmo outros apresentando
um retraimento muito menos grave,
como Clarice, precisam ser reclamados.
Daí a importância de ser muito
mais ativo, chamando o paciente
de volta a si mesmo e ao contato
humano vivo*

neutralidade, apresenta-se mais dinâmico à medida que se refere ao trabalho emocional realizado dentro do analista – de contenção e manejo de um jogo equilibrado de forças. Tal trabalho foi equiparado ao estado de *reverie* materno, no qual a mãe recebe a projeção dentro dela da aflição de seu bebê angustiado e é capaz de contê-la e devolvê-la de outra forma. Bion chamou de transformação o processo de modificação ocorrido tanto na mãe, como no analista, resultante do impacto da contenção inicial.

Alvarez afirma que as noções de continência e transformação têm mais a ver com o que acontece com a dupla analítica do que a “imagem bastante estática do espelho neutro de Freud. Espelhos não são modificados por aquilo que refletem, e terapeutas sim”²⁷. Por outro lado, se o modelo de continência, com sua noção de *reverie* cuidadosa, servia a muitos pacientes, a outros, como Robbie, por exemplo, deixava a desejar. Ela sentia a necessidade de ser mais ativa e ágil. Acompanhando as palavras de Alvarez:

Essa situação (de Robbie) parecia requerer uma ampliação dos modelos da função analítica com os quais eu estava familiarizada. Não sentia que Robbie estava projetando dentro de mim sua necessidade de ser encontrado, tampouco sentia que ele estava esperando ser encontrado. Acredito que ele tinha desistido. Comecei a sentir que eu, como mãe ou pai na transferência, tinha que ir ao seu encaixe, não porque ele estivesse se

escondendo, mas porque ele estava profundamente perdido. Parecia-me que *minha função era reclamá-lo como membro da família humana, pois ele não sabia mais como fazer suas próprias reivindicações*²⁸ (destaque meu).

E ainda: “A enorme distância psicológica através da qual ele podia cair tinha que ser percorrida, não apenas para convocá-lo para o contato humano, mas, ainda mais urgentemente, para trazê-lo de volta a si mesmo”²⁹.

A experiência com Robbie ultrapassava um despertar, ele era despertado por sua analista, que ia ao seu encontro, fazia um movimento na sua direção, retirando-o de seu retraimento, de seu estupor e de sua condição de perdido. Alvarez denominou essa experiência de *reclamação*, associando a terras improdutivas cujas potencialidades ocultas para germinar podem florescer se forem *reclamadas*. Na nota da tradução, o sentido de reclamar fica ampliado: inclui “atrair (aves) com reclamo, instrumento que o caçador usa para imitar o canto das aves que deseja atrair”. E resalta: “O sentido de trazer de volta fica evidente”³⁰.

Pacientes como Robbie ou mesmo outros apresentando um retraimento muito menos grave, como Clarice, precisam ser *reclamados*. No dizer de Alvarez: “O paciente não ‘quer’ que o reivindicemos – ele está doente demais ou distante demais para isso. Ele *precisa* que o reivindicemos”³¹. Daí a importância de ser muito mais ativo, chamando o paciente de volta a si mesmo e ao contato humano vivo; alertando-o para sua própria existência e para a de seu objeto.

Alvarez associa as atividades “reclamatórias” a atividades “reivindicatórias” de mães comuns com bebês comuns³². Também veremos o papel do prazer no desenvolvimento do bebê, buscando articular tal concepção com o lugar do prazer no encontro analítico em sua função de *chamar* o paciente para a vida e para o contato com o outro.

Se a mãe “normal”³³ permite certo grau de retraimento de seu bebê (semelhante ao respeito ao santuário segundo Ogden, mencionado no início deste texto), ela também desempenha *um papel ativo* para trazê-lo de volta a ela; as mães

funcionam como “alertadoras, incitadoras e estimuladoras de seu bebê”³⁴. O bebê precisa ter uma experiência com um cuidador que seja um *objeto animado*, ou uma *companhia viva*, o objeto materno precisa ser visto como *puxando a criança, arrastando a criança, atraindo a criança, ou interessando a criança*. O resultado não é apenas retirar, por exemplo, uma criança de um estado deprimido, mas elevar uma criança para um estado de encantamento, surpresa e prazer. A novidade, o divertimento e o deleite desempenham um papel tão vital no desenvolvimento do bebê quanto a rotina e a serenidade. As mães “normais”³⁵ fazem o que Alvarez chama de primeiro movimento, algo que podemos associar à atitude reivindicatória do analista em relação a seu paciente.

A partir do atendimento de Robbie, Alvarez questionou o dualismo prazer-desprazer, concluindo que o prazer não é inferior à dor e à frustração em sua capacidade de estimular o pensamento, alertar e dar vida.

Tão importante quanto a função de reclamação, Alvarez destaca uma atitude anterior por parte das mães que corresponde ao chamar pelo nome, atraindo de modo ativo para o contato: os bebês parecem ser convidados ao contato com outro ser humano, não apenas por meio de suas próprias experiências corporais ou emocionais, e não apenas por seu próprio interesse nesse contato, mas muito pelo direcionamento, assistência ativa e evidente desejo da parte de suas mães.

A palavra que escolhi originalmente para a corda salvavidas de Robbie foi reclamação, mas talvez precisemos considerar a reivindicação anterior, o atrair para o contato, o ser visto de modo ativo, mas sensível, o chamar pelo nome, que deve preceder qualquer reclamação, e

27 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 65.

28 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 65.

29 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 66.

30 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 64.

31 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 128.

32 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 75.

33 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 75.

34 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 72.

35 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 75.

36 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 80.

o respeito ao seu retraimento
deve ser dosado, à medida
que considero que reivindicá-la –
de uma forma sensível – não tem
a conotação de invasão. Uma postura
mais passiva de minha parte pode
ganhar cores de abandono
e de desespero

que ocorre no próprio início da vida, quando as mães conhecem seus novos bebês e os reivindicam como seus³⁶.

Associo a citação acima à minha história com Clarice, sublinhando o meu chamado, minha postura ativa, não esquecendo que um primeiro movimento partiu dela, quando tomou a iniciativa de procurar a análise, comparece e acolhe minhas intervenções. O respeito ao seu retraimento deve ser dosado, à medida que considero que reivindicá-la – de uma forma sensível – não tem a conotação de invasão. Uma postura mais passiva de minha parte, uma espera de que ela saia por conta própria de seu silêncio podem ganhar cores de abandono e de desespero. Além disso, o prazer que advém do encontro, da descoberta de semelhanças, se revela no levantar da face, nos olhos que ganham vida e vontade de me ver e na frase: “A senhora também gosta de chuva?” Eu, reivindicando-a como paciente *minha* (assim como as mães reivindicam os bebês como seus) venho, entre momentos mais vitalizados e outros mais mortificados – quando me encontro portadora de um sentimento de urgência e quase desespero – sentindo a convicção de que se faz necessária a apropriação de uma clínica revitalizadora, ou mesmo, vitalizadora. Sigo, entre estados de urgência e restrita espera, respeitando seus véus e conchas, levantando com vagar os panos e cabelos que escondem seu rosto; ajeitando meu caminho para encostar no seu.



Referências bibliográficas

- Alvarez A. (1992). *Companhia viva*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ogden T. H. (1996). Isolamento pessoal; o colapso da subjetividade e da intersubjetividade. In *Os sujeitos da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 163-176.
- _____. (2013). Analisando formas de vitalidade e de desvitalização. In *Reverie e interpretação: captando algo de humano*. São Paulo: Escuta, p. 35-68.
- _____. (2014). The Fear of Breakdown and the Unlived Life, *The International Journal of Psychoanalysis*, vol. 95, San Francisco, USA, p. 205-223.
- Pontalis J-B. (1999). A partir da contratransferência: o morto e o vivo entrelaçados. In *Entre o sonho e a dor*. Lisboa: Fenda, p. 243-265.
- _____. (1999). Limites ou confins? In *Entre o sonho e a dor*. Lisboa: Fenda, p. 219-235.
- Prado A. (2015). *Poesia reunida*. Rio de Janeiro: Record.
- Winnicott D. W. (1993). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. In *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 163-174.
- _____. (1994). O medo do colapso (*breakdown*). In *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 70-76.

"Ah, it's raining!": stories of withdrawal and complaint

Abstract From the report of the analytical encounter with a patient, this article proposes a reflection on states of withdrawal and possibilities of therapeutic intervention characterized by a more active attitude of the analyst, following the concept of "reclamation" proposed by Anne Alvarez. Authors such as Pontalis and Ogden also helped us to reflect on the near-death conditions presented by these patients.

Keywords withdrawal; devitalization; reclamation; noncommunication; revitalization clinic.

Texto recebido: 08/2017

Aprovado: 11/2017

Do *Nascimento* aos obituários

o legado de Rosine e Robert Lefort

Adela Judith Stoppel de Gueller

Adela Judith Stoppel de Gueller é pós-doutora em Psicanálise (UERJ). Professora e supervisora do curso de Formação em Psicanálise com crianças no ISS e do curso de Teoria psicanalítica na COGEAE (PUC-SP).

Resumo O artigo retoma, numa perspectiva histórica, os aportes dos Lefort à psicanálise lacaniana com crianças: a equiparação de crianças e adultos, um mínimo de escuta aos pais e estruturas clínicas decididas precocemente. Considera-se, no entanto, que o trabalho com crianças com dificuldades no laço social requer a inclusão dos pais no tratamento, uma aposta na estruturação psíquica e uma posição mais ativa e falante do analista.

Palavras-chave Rosine e Robert Lefort; psicanálise com crianças; história da psicanálise; autismo; pais; intervenção clínica.

Qual é o legado do casal Lefort para a psicanálise com crianças? Foi essa a pergunta que norteou esta pesquisa, que se iniciou pela leitura dos obituários que fui encontrando na internet. Interessava-me ver nesses textos o que se destacava como recorte de seu legado simbólico, provavelmente para tentar reconhecer os traços que marcaram minha formação como analista. Eles me foram apresentados há 30 anos por outro casal, Marisa e Ricardo Rodulfo, quando eu, ainda estudante de psicologia na faculdade de Buenos Aires, cursava Psicanálise com crianças.

Rosine e Robert trabalharam juntos e morreram em 2007, com apenas 12 dias de diferença. Acompanharam Lacan desde o Seminário I até o fim de sua vida, tendo sido seus analisantes e alunos. Durante todo esse tempo, também lecionaram na seção clínica do Departamento de Psicanálise na Universidade de Paris VIII, criada por Serge Laclaire em 1969 e dirigida por Lacan em 1974. Tiveram uma importante participação institucional e política desde a fundação do Cereda (Centro de Estudos e Pesquisas sobre a Criança no Discurso Analítico, ou Centre d'Étude et de Recherche sur l'Enfant dans le Discours Analytique), formado em 1983 a partir de um cartel integrado também por Jacques-Alain Miller, Judith Miller e Éric Laurent.

O objetivo do Cereda era convocar permanentemente seminários, congressos e encontros promovendo publicações de psicanálise com crianças. Em 1992, eles fundaram o NRC (Nouveau Réseau Cereda), com os vetores francófono, hispanófono e americano, ampliando o campo de abrangência da instituição e de transmissão das ideias de Lacan. Essa longa trajetória



*a Escola Experimental
de Bonneuil sur Marne albergava
crianças autistas, psicóticas
e neuróticas graves.
Instituiu-se como um lugar
alternativo aos centros
terapêuticos tradicionais
franceses*

92

PERCURSO 59 : dezembro 2017

de ensino e liderança institucional coloca o casal Lefort entre os fundadores da psicanálise de orientação lacaniana com crianças, tendo marcado significativamente as gerações que o sucederam até os dias atuais. Deram depoimentos em muitos lugares e insistiram em alguns pontos que destaco aqui:

- ✦ Sempre partindo dos casos Nádía e Marie-Françoise, que compõem o livro *O nascimento do Outro*, assim como também do caso Robert, o Menino do Lobo, sustentaram que o modo como transmitiam a psicanálise partia da experiência clínica.
- ✦ Esses casos são trabalhados sempre em oposição, para sustentar a diferença entre as estruturas clínicas.
- ✦ No início, eles surgiram com um discurso inovador que se opunha ao discurso médico pedagógico imperante. Depois da morte de Lacan, e ainda mais depois da formação da Escola Mundial de Psicanálise (AMP), foram representantes do já instituído e porta-vozes importantes do dogma lacaniano.
- ✦ Sustentaram desde o início que “a criança é um sujeito de pleno direito”, o que significava

postular que não havia diferenças substantivas na análise entre o adulto e a criança.

Desse primeiro momento, vale destacar a participação de Robert Lefort, que, junto com Maud Mannoni, fundou Bonneuil, inspirados no movimento antipsiquiátrico iniciado por Laing e Cooper. A Escola Experimental de Bonneuil sur Marne albergava crianças autistas, psicóticas e neuróticas graves. Instituiu-se como um lugar alternativo aos centros terapêuticos tradicionais franceses, excessiva e inutilmente segregatórios e estigmatizantes. O artigo de Robert Lefort intitulado “Questões políticas” (1976) fala do engajamento de Bonneuil nesse movimento. De Rosine, destacamos o trabalho em Parent de Rosan, um abrigo da assistência pública a crianças entre 1 e 4 anos de idade em situação de grave desamparo, dirigido por Jenny Aubri, onde ela começou a atender Nádía, Robert e Marie-Françoise, como parte de uma pesquisa internacional sobre as condições de hospitalização de crianças pequenas que ocorreu de 1948 a 1953 (hospitalismo). A investigação teve subsídio do Instituto Nacional de Higiene, do Centro Internacional da Infância Prof. Robert Debré, e foi feita em conjunto com a equipe inglesa da Tavistock Clinic, então dirigida pelo Prof. John Bowlby. O quadro de hospitalismo tinha sido descrito por René Spitz, em 1945, para situar as crianças que eram cuidadas no registro da necessidade e sofriam por causa do anonimato desse tipo de tratamento. Contextualizar esses atendimentos permite compreender por que, para Rosine, foi fundamental dar um acolhimento diferente do anonimato e da hostilidade às crianças, ou seja, que o psicanalista ocupasse um lugar diferente do da intervenção anônima, intrusiva e imperativa das enfermeiras. Daí que ela sustentasse a importância de que o analista não tocasse o corpo da criança nem a alimentasse.

Quando começou a atender Nádía, Robert e Marie-Françoise, Rosine tinha ainda poucos recursos teóricos, o que nos leva a perguntar: em virtude de que os casos caminharam para finais satisfatórios? Como as crianças conseguiram sair

da posição patológica em que estavam? É possível pensar no que se passou como uma psicanálise?¹

Miller² lembra que, certa vez, quando viu Rosine se reencontrando com Lacan, ele lhe disse que naquela época [dos atendimentos], “ela não podia se enganar”, validando assim o trabalho realizado quando ainda estava no início de sua formação. A fala do mestre – que provavelmente lhe apontou que ela se autorizasse como analista – parece tê-la impedido de ver em que ela pode ter-se enganado.

A escrita de *O nascimento do Outro* registra dois tempos e duas grafias: uma ao modo de um diário dos atendimentos, e a outra é a teorização que o casal fez 25 anos depois. A riqueza de detalhes e a sinceridade do primeiro tempo se contrapõem à demonstração teórica feita posteriormente. Esse intervalo de tempo coincide exatamente com todo o ensino de Lacan. Chama a atenção que esse livro veja a luz às vésperas da morte do mestre ocorrida em 1981. Por isso podemos perguntar: tratava-se de pôr a prova a psicanálise ou de referendá-la?

Desde *O nascimento do Outro* (1980) até *A distinção do autismo* (2003), Rosine e Robert centraram sua obra no tratamento de sujeitos para os quais “não há Outro”, sendo seus paradigmas Nádia, Marie-Françoise e Robert. Nádia foi quem fez de Rosine uma analista e serviu para pensar que são as crianças que ensinam tudo ao analista (pedagogia invertida). Robert – que, segundo Lacan, era um desses “casos graves de difícil diagnóstico e ambiguidade nosográfica” – foi para os Lefort o caso exemplar para conceituar a psicose. E Marie-Françoise serviu para pensar o autismo. Em 1980, em *O nascimento do Outro*, os Lefort o concebiam como uma a-estrutura. Em 1992, começaram a propor separá-lo das demais psicoses e, em 2003, em *A distinção do autismo*, postularam a existência de uma quarta estrutura, além da

1 B. R. C. Neves; A. M. R. Vorcaro, “A intervenção do psicanalista na clínica com bebês: Rosine Lefort e o caso Nádia”, p. 381.

2 J.-A. Miller, “Uma homenagem a Rosine e Robert Lefort”.



*a ideia fundamental de
O nascimento do Outro
é mostrar como a criança entra
na linguagem, o que implica produzir
para o pequeno o nascimento do
Outro. Vinte anos mais tarde,
o mesmo “não há Outro” é lido
pelos Lefort como um excesso,
e não como uma falta*

neurose, da psicose e da perversão – a estrutura autista, o que mostra a importância que tinha no pensamento deles o diagnóstico diferencial, mesmo em casos de crianças muito novas.

Vale a pena traçar também a mudança que se operou no pensamento dos Lefort nesse percurso, que parece acompanhar o pensamento de Lacan. A ideia fundamental de *O nascimento do Outro* é mostrar como a criança entra na linguagem, o que implica produzir para o pequeno o nascimento do Outro. Isso supõe um agente materno que produza significações e objetos capazes de acalmar o bebê ao mesmo tempo que constrói bordas para seu corpo fazendo nele inscrições. Desse modo, o adulto insere a criança na linguagem, possibilitando-lhe que se faça representar pelos significantes que lhe são oferecidos. Vinte anos mais tarde, o mesmo “não há Outro” é lido pelos Lefort como um excesso, e não como uma falta. Ou seja, em 1980, eles entendem que, no início, faltava um Outro para esses sujeitos, sendo fundamental pensar a entrada no simbólico. Em 2003, já centrados na chamada clínica do real do último Lacan, destacam a presença de um outro excessivo, sem furo e ameaçador que descrevem do seguinte modo:



os psicanalistas que trabalham com crianças carregam desde as origens questionamentos sobre a legitimidade da psicanálise nessa fase da vida. Freud, de início, duvidou.

94

PERCURSO 59 : dezembro 2017

As consequências são centrais no autismo: nem especularidade, nem divisão do sujeito, mas um duplo com que o autista depara em cada outro, seu semelhante, cujo perigo mais agudo é a iminência de seu gozo e a necessidade de matar nele essa parte que a linguagem não eliminou para que se funde uma relação com o Outro como aterro limpo de gozo [...]. Essa necessidade é a fonte pulsional do autista, ou seja, da destruição/autodestruição como satisfação/gozo da única pulsão, a pulsão de morte³.

Ou seja, nesse último período, trata-se muito mais de uma clínica do esvaziamento, da limpeza, da extração de gozo, da purificação, do que da edificação de um sujeito com tudo o que de sujeira e sexualidade isso comporta. Trata-se mais de esvaziar e higienizar do que de construir pondo as mãos na massa.

Eric Laurent pôde afirmar, desse último período: “Era necessário se desfazer dos prestígios idólatras do corpo e suas imagens e fazer uma verdadeira *ascese da orientação ao real*”⁴. Por isso não surpreende a utilização do termo *ascese* como renúncia ao prazer para alcançar uma libertação interior com o cunho religioso que a ela está associado.

Insistimos nessa importante virada, porque não se trata aí de uma fina questão teórica: ela

introduz uma mudança significativa no modo de intervir como analistas. Em *O nascimento do Outro*, eles pensam que o sujeito pouco a pouco vai ampliando sua relação com o mundo e os objetos, tendo a linguagem um papel fundamental na humanização, que passa necessariamente pelo polimorfismo perverso e, nos últimos anos de ensino, centram a cura na direção da perda de gozo, tendo a linguagem uma função de purificação.

É a criança um analisante no sentido pleno?

Os psicanalistas que trabalham com crianças carregam desde as origens questionamentos sobre a legitimidade da psicanálise nessa fase da vida. Freud, de início, duvidou. Achava que haveria que emprestar palavras demais e que dificilmente a criança se confiaria a alguém que não fossem seus pais – depositários do saber e da autoridade. A criança, perversa polimorfa, era para ele um ser em formação que precisava passar por um processo *educativo* que a ajudasse a domar as pulsões para poder viver em sociedade, tornando-se só então um sujeito em sentido pleno.

No texto inicial dos *Três ensaios*, Freud colocou lado a lado a infância e a perversão, e, daí em diante, o fantasma temido foi que, se passasse por uma análise, a criança se pudesse tornar um sujeito perverso. Em 1922, Hans tranquilizou Freud quando disse não se lembrar de quase nada do tratamento por que passara quando tinha 5 anos. Sua amnésia garantia que se preservara o recalque constitutivo. Entusiasmado, Freud estimulou sua filha – recentemente analisada por ele – a enveredar por esse terreno.

Muitos antes dela já se haviam aventurado a psicanalisar crianças: Carl Jung, Mosche Wulff, Karl Abraham, Sándor Ferenczi, Eugene Sokolnicka e Hermine von Hug-Hellmuth, entre outros. Esses ensaios visavam fundamentalmente dar força às teses de 1905 sobre a sexualidade perversa polimorfa, que tinham suscitado enorme escândalo no meio científico, mas não afastavam os temores de Freud sobre o efeito de longo prazo

que teria a análise na constituição psíquica. Talvez por isso nenhum desses analistas tenha ousado questionar radicalmente a aliança, proposta desde o início, entre psicanálise e educação.

Em 1933, na Conferência xxxiv, seis anos depois do Colóquio de 1927, que marcou o nascimento oficial da psicanálise com crianças, Freud admitiu a possibilidade de analisá-las, mas disse que era preciso modificar a técnica, porque a criança ainda não tinha supereu e, por sua posição como falante, tolerava mal a associação livre. Disse ainda que a transferência teria outro papel, já que os pais continuavam presentes; logo, se as resistências estavam nos pais, era preciso trabalhar com eles. Freud também afirmou que via um futuro promissor para o trabalho com crianças, mas pensava que o melhor que a psicanálise tinha a oferecer naquele momento era analisar os professores. Reaparecia, assim, o lugar do educador. Vale lembrar que Freud não estabeleceu uma distinção entre a finalidade terapêutica e a finalidade didática e científica da psicanálise. Durante a análise, ele fazia seus pacientes participarem da edificação da nova ciência. Assim, para Freud, toda análise é por princípio uma análise didática, via régia para que alguém se torne analista³.

A primeira analista a defender que a psicanálise de crianças podia ser pura, ou seja, não ter finalidade terapêutica nem sofrer contaminações pedagógicas, foi Melanie Klein, no Colóquio de 1927, e ela fez essa defesa se contrapondo a Anna Freud, mas, por tabela, ao próprio Freud, que tomava o lado da filha. Sua empreitada não era fácil, pois disputava terreno com a filha do fundador e só tinha o apoio de três importantes discípulos: Sándor Ferenczi, Karl Abraham – e Ernest Jones. Melanie Klein nunca teve o apoio de Freud e, na disputa com Anna, levou a International Psychoanalytical Association (IPA) ao ponto de se dividir.

Vale a pena lembrar também que o nascimento da psicanálise com crianças é contemporâneo à institucionalização da própria psicanálise,

3 R. Lefort; R. Lefort, *La distinction de l'autisme*, p. 182.

4 E. Laurent, "Uma psicanálise orientada para o real", p. 7, grifo nosso.

5 E. Porge, *Transmitir la clínica psicoanalítica*, p. 44.

»

*muito já se disse sobre
as diferenças e as rupturas
institucionais e teóricas que o
pensamento de Lacan introduziu
na psicanálise, e por isso me pareceu
interessante assinalar algumas
semelhanças, particularmente
entre o pensamento dos Lefort
e o de Melanie Klein*

isto é, à formalização das regras de formação dos analistas e que, por decisão da comissão internacional de ensino em 1927, os analistas de crianças foram os únicos eximidos de ter uma formação médica, o que permitiu que muitos dos que enveredaram por essa prática tivessem como formação inicial a pedagogia.

Como situar os Lefort nessa série? De que modo eles se situam na história da psicanálise com crianças?

Muito já se disse sobre as diferenças e as rupturas institucionais e teóricas que o pensamento de Lacan introduziu na psicanálise, e por isso me pareceu interessante assinalar algumas semelhanças, particularmente entre o pensamento dos Lefort e o de Melanie Klein, posto que os três podem ser considerados fundadores de escolas de psicanálise com crianças – esta no seio da IPA e aqueles no campo lacaniano. Ambos sustentaram que a criança era um analisante de pleno direito. Para tanto, criticaram duramente Anna Freud, sobretudo por sua concepção desenvolvimentista da criança. Seguindo uma estratégia semelhante à de Melanie Klein no Colóquio de 1927, os Lefort afirmaram que Anna Freud “não trabalhava” com crianças porque só as admitia



o lema “a criança é um sujeito de pleno direito” sustenta um conceito de criança que prescindia da ideia de desenvolvimento. Por isso podemos afirmar que tanto os Lefort, no campo freudiano, quanto Melanie Klein, no seio da IPA, reivindicam para a criança um lugar purista, que se afasta do modelo biológico darwinista

96

PERCURSO 59 : dezembro 2017

em análise a partir dos 7 anos, o que a rigor valia para Hermine Hug-Hellmuth, mas não para Anna Freud. Curiosamente, no texto do Colóquio, Melanie Klein procede do mesmo modo, atribuindo a Anna Freud afirmações que eram de Hermine, a primeira psicanalista de crianças, cujo nome e legado foram completamente apagados da história da psicanálise.

Assim, os Lefort disseram que Melanie Klein, ao contrário, teve intuições *geniais* em relação à criança pequena, de modo que, na disputa fundante da psicanálise com crianças, travada desde 1927 entre Anna Freud e Melanie Klein, os Lefort se alinharam claramente a esta última. Temos aí um esboço do que se vai configurar como uma oposição que se tornou clássica no debate sobre a infância, sendo o conceito de desenvolvimento um divisor de águas. Assim, o lema “a criança é um sujeito de pleno direito” sustenta um conceito de criança que prescindia da ideia de desenvolvimento. Por isso podemos afirmar que tanto os Lefort, no campo freudiano, quanto Melanie Klein, no seio da IPA, reivindicam para a criança um lugar purista, que se afasta do modelo biológico darwinista.

Tanto Klein quanto os Lefort defenderam que a psicanálise é uma, não havendo distinção

entre crianças e adultos. Cabe no entanto se perguntar quem é o Outro a quem endereçam suas argumentações? Frente a quem é necessário defender esse purismo? Para sustentar esse postulado, era preciso um sujeito do inconsciente constituído desde muito cedo. Melanie Klein propôs um Édipo precocíssimo e Robert Lefort, em entrevista concedida a María Cristina Tenorio, da Universidad del Valle, diz: “Adulto e criança são a mesma coisa. O sujeito é o sujeito do inconsciente. O inconsciente é atemporal. O adulto precisa encontrar a criança em sua análise”⁶.

O sujeito do inconsciente é atemporal, desde que esteja constituído, ou seja, a partir do momento em que aquele que fala pode também se escutar. É necessário, então, pensar na particularidade das crianças que não falam e/ou se excluem da relação com os outros. Por isso, a afirmação de Robert Lefort tem consequências teóricas e clínicas importantes. No primeiro caso, trata-se da superposição entre infância e infantil: “O que se encontra numa análise de adulto é o mesmo que encontramos na análise de uma criança, em estado mais puro”⁷.

Quanto à prática clínica, esse postulado implicou falar em estruturas decididas na infância e excluir os pais do tratamento.

Assim, na mesma entrevista, na Universidad de Valle, Rosine Lefort afirmou:

Com 3 anos, a estrutura de base está acabada. O que se passa com o Outro através dos objetos primordiais já está em seu lugar. Mas a relação com o Outro e com os objetos está mal amarrada, sem simbolizar. Então, na análise, se faz isso e depois se devolvem as crianças ao mesmo lugar. *É por isso que a psicose da criança e a psicose do adulto são a mesma coisa.* E a relação de Robert com o Lobo e a de Schreber poder-se-ia crer que é a mesma história⁸.

Ainda sobre o lugar dos pais, Robert Lefort diz: “se a criança tem algo a dizer, o dirá. Não precisa que seus pais estejam em análise: basta um analista que saiba escutar, um analista que não o remeta sempre a seus pais, a sua mãe, a seu pai... Isso é familiarismo”⁹. E Rosine complementa:

[...] ao entrevistar os pais uma única vez, ou duas, só interessa escutar o que propuseram ao filho com seu inconsciente. Depois, o que a criança faz com isso depende de sua própria organização [...]. Quando uma criança inicia uma análise, os pais terão que encontrar um novo lugar como sujeitos. [...] A análise do analista é importante para que não pensemos que a criança depende do adulto⁶.

Não surpreende, pois, que, após reconstruir minuciosamente os dados relevantes da história de Robert – uma mãe paranoica que tentou enforcar o filho, que tinha que ser lembrada pelos médicos de alimentar e higienizar o menino, que foi internado aos 20 meses por desnutrição, e que o abandonou quando ele tinha 3 anos –, Rosine diga que, *apesar disso*, a relação com ela não foi completamente vazia, pois ele fez uma otite e uma mastoidite quando foi hospitalizado, o que as crianças confirmadamente autistas e psicóticas não fazem, e que o verdadeiro traumatismo de Robert foi a miringotomia [*antrotomie*] que sofreu e que ela propõe pensar como a origem de sua psicose. Ou seja, o que está na origem da psicose de Robert não é uma falha grave do laço entre a mãe e o filho, mas um acontecimento traumático.

Vale lembrar que, na época, as cirurgias eram feitas sem anestesia, com a criança imobilizada e com uma mamadeira com água e açúcar na boca para impedi-las de gritar. Segundo Rosine, essa história e a identificação dos traumatismos foram reconstituídos trabalhosamente, “graças ao material aportado nas sessões”. Em outro dos escritos póstumos sobre os Lefort, há uma afirmação que vai na mesma direção: “Rosine não pressupõe nada sobre o alcance dos acontecimentos, não se deixa suggestionar pelo imaginário, mas extrai seu saber do trabalho nas sessões com a criança”¹¹. Que lugar fica, então, para a história

»
*o lugar dos pais sempre
foi um complicador da clínica
com crianças pouco trabalhado até
hoje. Contudo, se pensarmos
que a estrutura se organiza como
um sistema, que os significantes
circulam, que o sujeito é resposta
ao Outro, por que não
escutar os pais?*

familiar? Segundo os Lefort, as abordagens familiar, anamnésica e social pertencem ao campo da psicologia. Os pais e seu sofrimento devem ser postos a distância, para que a criança possa encontrar seu próprio discurso.

O lugar dos pais sempre foi um complicador da clínica com crianças pouco trabalhado até hoje. Contudo, se pensarmos que a estrutura se organiza como um sistema, que os significantes circulam, que o sujeito é resposta ao Outro, por que não escutar os pais? Por que não lhes possibilitar formular o que os faz sofrer? Trata-se de uma questão de manejo e de tempo. Às vezes, a corda se parte do lado da criança, mas os pais precisam de um tempo para compreender. Às vezes, trata-se da urgência, porque com a criança não há tempo a perder. Contudo, se os pais não acompanham passo a passo os avanços do filho, nos defrontamos ou com resistências que produzem uma interrupção brusca, ou com um muro que a criança sozinha não consegue franquear, sendo reenviada ao mesmo lugar de origem. O delicado trabalho com os pais merece ser levado a sério para poder avançar no campo da psicanálise com crianças. Afastá-los é como jogar a criança junto com a água do banho de linguagem que a envolveu.

6 M. C. Tenório, “Entrevista con Robert y Rosine Lefort, p. 186, tradução nossa.

7 R. Lefort; R. Lefort, *Diálogos sobre la clínica de la infancia*, p. 80-81.

8 M. C. Tenório, *op. cit.*, tradução nossa, grifos do original.

9 M. C. Tenório, *op. cit.*, tradução nossa.

10 M. C. Tenório, *op. cit.*, p. 191, tradução nossa, grifos nossos.

11 V. Cocoz, “Campo freudiano en España en los ochenta: en memoria de Rosine y Robert Lefort”.



*nessa clínica, também
denominada clínica do laço,
a função do analista é armar,
constituir ou restabelecer junto
aos cuidadores e ao bebê
circuitos em que a pulsão
se veicule como demanda
endereçada ao outro, abrindo
as portas para a entrada
no universo desejante*

98

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Rosine, no entanto, se referindo à clínica com crianças muito pequenas como Nádia, que tinha 13 meses e foi sua primeira paciente, disse: “Maternagem [...] isso nunca! Se nos deixamos levar pela maternagem [...] isso não seria análise em absoluto. Lacan o disse claramente: a primeira dimensão do significante é o corpo próprio. Não se pode tocar o corpo de nenhuma maneira”¹².

Sabemos hoje que a questão do lugar do analista e sua função volta a se colocar à medida que diminui a idade do paciente e que as respostas dos pequenos revelam falhas importantes no estabelecimento do laço com os outros. Nessa clínica, também denominada clínica do laço, a função do analista é armar, constituir ou restabelecer junto aos cuidadores e ao bebê circuitos em que a pulsão se veicule como demanda endereçada ao outro, abrindo as portas para a entrada no universo desejante. Para isso, é fundamental que o analista ofereça sua voz, seu olhar e suas palavras. E assim, os analistas que embarcam nessa aventura clínica se permitem caminhar numa direção diferente da proposta pelos Lefort.

O legado

Se a equiparação do adulto e da criança possibilitou o protagonismo da realidade psíquica sobre a “realidade material”, ou seja, que a história singular construída nas sessões passasse a ocupar o centro da cena, numa operação semelhante à que fez Freud com a psicanálise a partir da “descoberta” do *proton pseudos* das histéricas, e ainda que se privilegiasse na escuta o que a criança tinha a dizer, elevando-a ao estatuto de um analisante de pleno direito, também teve como consequência que os pais ficassem fora do tratamento porque contaminavam o trabalho analítico com a criança induzindo os analistas a um psicologismo.

Foi uma ousadia da clínica dos Lefort trabalhar com crianças que não tinham pais ou que haviam sido rejeitadas por eles e dar-lhes estatuto e dignidade de sujeito, tirando-as do anonimato. Conhecemos as dificuldades dessa clínica, que se apresentam quando trabalhamos com crianças abrigadas. É uma clínica em que geralmente não há pais e que nos mostra e nos surpreende pelos recursos que as crianças encontram para sobreviver e se estruturar psiquicamente. Minha pergunta é: será que temos que fazer de todas as crianças órfãs? Será que temos que nos desvincular dos pais para que a criança possa ser um analisante de pleno direito?

Historicamente, os pais foram incluídos na análise das crianças para trabalhar as resistências que podiam surgir de sua parte¹³. Esse aspecto continua presente, mas não é o único motivo pelo qual incluímos atualmente os pais num trabalho. Também lhes oferecemos uma escuta para que se possam interrogar sobre sua posição e sobre as demandas que endereçam ao filho, permitindo-lhes recolher a mensagem enigmática que a criança lhes envia como resposta. Isso enriquece a análise da criança aportando os significantes que circulam no discurso familiar, e também permite situar o Outro social e o modo como incidem suas demandas nessa família. Outras intervenções, como possibilitar uma separação que não ocorre entre a criança e seus pais, ou propiciar, via identificação imaginária,

o enlaçamento dos pais aos filhos que se excluíram do laço com os outros são possíveis se pudermos trabalhar junto com os pais.

Assim como Melanie Klein, os Lefort não parecem se ter ocupado da demanda de análise. Para o casal, quando a criança se encontra com um analista, ela está começando uma análise. Rosine diz que a criança sabe que está diante de um Outro barrado, para quem as coisas caíram de alguma maneira. Assim, o analista fica configurado como alguém que escuta e não demanda nada para o gozo nem para o saber do sujeito. Temos, até aí, a disposição do analista de escutar, mas não falta ainda considerar a decisão do analisante para se dispor a trabalhar sobre seu sofrimento?

Considero que para que a criança possa ser um analisante de pleno direito devemos oferecer um tempo de trabalho para que ela e seus pais possam formular uma demanda de tratamento. Isso tem uma particularidade na clínica das crianças muito pequenas e daquelas ditas autistas que se caracteriza pela falta do estabelecimento da demanda. Como é o adulto quem insere a criança na linguagem, nesses casos, em particular, é necessário que o analista nomeie os atos da criança. É por esse ato do analista que se deixa afetar por esse pequeno ser que um sujeito pode se constituir como efeito de significações por isso, nessa clínica a posição do analista é bem mais ativa e falante que a proposta pelos Lefort do começo ao fim de seu trabalho.

Os casos bem-sucedidos de autismo, assim como os casos de crianças em estado de abandono,

»
*nessa clínica, assim como
no trabalho com os pequenos,
a estrutura ainda não está decidida,
e se requer do analista
uma aposta no vir a ser
da criança. Isso não
necessariamente significa
interpretar ao modo kleiniano,
mas sim ir em busca
de inscrições significantes*

como Nádia, mostram a importância de o analista ter um lugar bem mais participativo e convocatório do que aquele que propunham os Lefort. É porque nessa clínica, assim como no trabalho com os pequenos, a estrutura ainda não está decidida, e se requer do analista uma aposta no vir a ser da criança. Isso não necessariamente significa interpretar ao modo kleiniano, mas sim ir em busca de inscrições significantes, procurar janelas pulsionais, introduzir jogos de modulação com a voz, propor pequenas cenas lúdicas, em outros termos, lançar cordas para enlaçar a pulsão à representação, cuidando para não ser invasivo, mas tampouco ausente.

12 M. C. Tenório, *op. cit.*, p. 184, tradução nossa.

13 D. Burlingham, “El análisis infantil y la madre”.

Referências bibliográficas

- Burlingham D. (1935/1973). El análisis infantil y la madre. In G. Biermann (Dir.), *Tratado de Psicoterapia Infantil*. Barcelona: Espaxs. v. 2.
- Coccoz V. (2007). Campo freudiano en España en los ochenta: en memoria de Rosine y Robert Lefort. *El Psicoanálisis Lacaniano en España*, 5 mar. Disponível em: <http://www.blogp.com/index.php/en_memoria_de_rosine_y_robert_lefort_por>. Acesso em: 10 set. 2014.
- Gueller A. et al. (2011). *Atendimento psicanalítico de crianças*. São Paulo: Zagodoni.
- Lacan J. (1984). *El Seminario de Jacques Lacan*. Livro I. Los escritos técnicos de Freud. 1953-54. Buenos Aires: Paidós.
- Laurent É. (2007). En homenaje a Rosine e Robert Lefort. *Diario Argentino*. Buenos Aires, 3 jun., p. 12.
- _____. (2007). Uma psicanálise orientada para o real. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/04/textos/Uma%20psican%C3%A1lise%20orientada%20para%20o%20real.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- Lefort R. (2012). El camino sobre la cresta de la duna. *Freudiana: Revista psicoanalítica publicada en Barcelona bajo los auspicios de la Escuela Lacaniana de Psicoanálisis*, n. 65, p. 31-38.
- _____. (1988). Sujeto del inconsciente y sujeto de la psicosis. *Clínica diferencial de las psicosis: relatos del Quinto Encuentro Diferencial de las Psicosis*. Buenos Aires: Fundación del Campo Freudiano, p. 321-327.
- _____. (1976). Cuestiones políticas. In M. Mannoni (Org.). *Un lugar para vivir*. Barcelona: Crítica.
- Lefort R.; Lefort R. (2003). *La distinction de l'autisme*. Paris: Seuil.
- _____. (1996). *Diálogos sobre la clínica de la infancia*. Barcelona: Paidós.
- _____. (1988). *Les structures de la psychose: l'enfant au loup et le president*. Paris: Seuil.
- _____. (1980). *El nacimiento del Otro*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller J.-A. (2007). Uma homenagem a Rosine e Robert Lefort . In *Orientação lacaniana III*, Lição 8, 7 mar.
- Neves B. R. C.; Vorcaro Á. M. R. (2010). A intervenção do psicanalista na clínica com bebês: Rosine Lefort e o caso Nádia. *Estilos da Clínica*, v. 15, n. 2, p. 380-399.
- Porge E. (2007). *Transmitir la clínica psicoanalítica*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Poulain-Colombier J. (1998). Histórico dos conceitos e das técnicas que contribuem para a psicanálise com crianças. In *Littoral: A criança e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, p. 21-30.
- Spitz R. (1946). Hospitalism: a follow-up report. *Psychoanalytic Study of the Child*, n. 2, p. 113-118.
- Tenorio M. C. (1992). Entrevista con Robert y Rosine Lefort. *Cuadernos de Psicología*, n. 12, p. 179-205. Disponível em: <<http://cognitiva.univalle.edu.co/archivos/grupo%20cultura/MCT/Articulosy capitulos/Entrevista%20con%20Robert%20y%20Rosine%20Lefort.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.
- Vicens A. (2012). Siguiendo los trazos de una transmisión. Barcelona: Sección Clínica del Instituto del Campo Freudiano. Disponível em: <<http://para-una-practica-entre-varios.blogspot.com.br/2012/11/caso-roberto-de-rosine-y-robert-lefort.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.

From Birth to obituaries: the legacy of Rosine and Robert Lefort

Abstract This papers reviews, in a historical perspective, the contributions of Rosine and Robert Lefort to Lacanian Psychoanalysis. They consist in three points: equal treatment for children and adults, very little contact with parents, and clinical structures determined quite early in life. However, the author feels that the work with children suffering from difficulties in social relationships requires inclusion of the parents in the treatment, a bet in the possibility of a better psychical structuration, and a more active attitude on the side of the analyst

Keywords Rosine and Robert Lefort; Psychoanalysis with children; history of Psychoanalysis; autism; parents; clinical intervention.

Texto recebido: 07/2017

Aprovado: 09/2017

Por que estudar os clássicos em Psicanálise?

Izabel de Madureira Marques

Izabel de Madureira Marques é doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP (pesquisadora bolsista CNPq); mestre em Psicologia Clínica pela mesma faculdade e graduada em Psicologia pela USP-SP. Autora de *O fim e o começo: uma leitura psicanalítica do encontro intergeracional entre adolescentes e idosos* (Escuta, 2016), além de artigos e capítulos de livros.

Resumo O presente artigo se propõe a traçar algumas reflexões sobre os clássicos em Psicanálise, resgatando para tanto as 14 características de um clássico segundo o escritor italiano Italo Calvino. Nesse trajeto veremos aspectos da história do movimento psicanalítico, o embate entre tradição e vanguarda e a postura de abertura que é necessária para o fazer e o pensar em Psicanálise, evitando transformá-la em dogma.

Palavras-chave Psicanálise; Clássico; História da Psicanálise; Italo Calvino.

Tentando responder à pergunta “Por que ler os clássicos?”, Italo Calvino, depois de enveredar por muitos caminhos e destrinchar o que afinal é um *clássico*, finalmente conclui, simplesmente, que “a única razão que se pode apresentar é que ler os clássicos é melhor do que não ler os clássicos”¹.

Em Psicanálise a ideia do que é um clássico nos leva necessariamente a Freud. Mas como caminhar para além dos clássicos? Isto é, como ir além de Freud? Será que Freud já disse tudo o que poderia ser dito? Novos clássicos estão sendo criados?

O presente artigo se propõe a traçar algumas reflexões sobre os clássicos em Psicanálise, resgatando para tanto aspectos da história do movimento psicanalítico, o embate entre tradição e vanguarda e a postura de abertura que é necessária para o fazer e o pensar em Psicanálise, evitando transformá-la em dogma. Para tanto, seguiremos os passos de Italo Calvino ao analisar os clássicos da literatura e convidaremos Freud e Ernest Jones para nos acompanhar nesse trajeto.

Sabemos que o próprio Lacan, embora tenha criado uma escola em torno de si – com linguajar, estilo e método clínico próprios –, se dizia mais *freudiano* do que *lacaniano*, e o “retorno a Freud” é significativo em sua obra. No Ato de Fundação da Escola Freudiana de Paris (EFP), de 1964, afirmou estar voltado para “um trabalho – que, no campo aberto por Freud, restaure a relha cortante de sua verdade; que reconduza a práxis original que ele instituiu sob o nome de Psicanálise ao dever que lhe compete em nosso mundo”².

Em nossos dias, a Sociedade Brasileira de Psicanálise assim anunciava um curso breve sobre André Green: “Qual a novidade em psicanálise? Freud! Assim responde André Green. Rigoroso

¹ I. Calvino, *Por que ler os clássicos*, p. 16.

² J. Lacan. “Ato de Fundação – 21 de junho de 1964”, p. 205.



estudar a História da Psicanálise, procurando compreender como as diferentes escolas foram se formando, é uma maneira de compreendermos as diferentes abordagens psicanalíticas como construções, e, portanto, como tendo uma história e um contexto de desenvolvimento

102

PERCURSO 59 : dezembro 2017

leitor da obra freudiana, Green nos apresenta novos elementos para uma clínica contemporânea”³.

Retornar a Freud depois de dar uma volta por outros caminhos é, afinal, o que o próprio pai da Psicanálise recomendava. Conta-se que certa vez Freud disse que “o jeito mais simples de aprender psicanálise era acreditar que tudo que ele escreveu era verdade e, depois de tê-lo entendido, a pessoa poderia criticá-lo como quisesse”⁴.

Na verdade, é preciso lembrar que o próprio Freud seguiu sua própria recomendação, uma vez que modificou sua teoria da sedução e teve o rigor necessário e a lealdade inabalável à verdade quando, diante de novas descobertas, reelaborou suas concepções e criticou seu próprio pensamento – depois, é claro, de creditá-lo como verdade.

Retornar aos primórdios da Psicanálise – ou, em outras palavras, estudar a História da Psicanálise, procurando compreender como as diferentes escolas foram se formando, se fortalecendo e se distinguindo umas das outras ao longo do tempo – é, portanto, uma maneira de compreendermos as diferentes abordagens psicanalíticas como *construções*, e, portanto, como tendo uma história e um contexto de desenvolvimento.

Tradição e vanguarda

No período turbulento em que as escolas de Londres e de Viena se digladiavam sobre conceitos fundamentais, foi Ernest Jones quem mediou o debate e, com sua notável capacidade diplomática, impediu que as divergências culminassem em um rompimento.

Isto não é pouca coisa: o que se garantiu, então, foi a coexistência de modelos de pensamento psicanalítico um tanto incompatíveis, e que, até nossos dias, tanto as obras de Melanie Klein, como as de Anna Freud (ou de Winnicott, Balint e outros, do chamado Grupo Independente) tenham seu lugar nas prateleiras e se apresentem como teorias e concepções passíveis de debate.

Mas como é possível acolher o novo e ao mesmo tempo manter a tradição? Para nos ajudar a resolver esse paradoxo precisaremos de Italo Calvino. Em *Por que ler os clássicos*, o escritor italiano postula 14 possíveis definições de uma obra clássica; sigamos com ele, pois, pelos caminhos não da literatura, mas da Psicanálise:

1. Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: “Estou relendo ...” e nunca “Estou lendo ...”⁵.

Esta primeira definição de Calvino é interessante: parece que os clássicos são apenas relidos, nunca lidos como uma experiência inaugural. É evidente que quando um sujeito começa a ler *Interpretação dos sonhos* (1900) – geralmente na faculdade de Psicologia – esta é de fato sua primeira vez, sua primeira leitura de uma obra clássica, mas o interessante é que mesmo nessa leitura *virginal* o clássico opera de um modo diferente do que um *não clássico*. Como e por que isso acontece? Calvino completa: melhor ainda é ler os clássicos – pela primeira vez – um pouco mais velhos, em melhor condição de apreciá-los, do que decorre sua segunda definição:

2. Dizem-se clássicos aqueles livros que constituem uma riqueza para quem os tenha lido e amado; mas

constituem uma riqueza não menor para quem se reserva a sorte de lê-los pela primeira vez nas melhores condições para apreciá-los⁶.

Porém, quando seguimos para a terceira definição, as diferenças entre a *leitura* e a *releitura* se borram um pouco:

3. Os clássicos são livros que exercem uma influência particular quando se impõem como inesquecíveis e também quando se ocultam nas dobras da memória, mimetizando-se como inconsciente coletivo ou individual⁷.

Se o clássico traz, portanto, algo da memória do “inconsciente coletivo ou individual”, nas palavras de Calvino, então mesmo a primeira leitura é, de fato, uma *releitura*. O que o clássico atinge, seja na literatura, seja em Psicanálise, é uma rememoração de caráter cultural, já sentida, vivida e/ou testemunhada como experiência, como obra ou como sonho. Renato Mezan, em seu *Interfaces da psicanálise*, nos lembra de que Freud fazia uso de uma série de elementos clássicos da cultura ocidental para respaldar a sua criação (recriação?) das concepções psicanalíticas:

Sabemos que, desde o início da década de 1890, Freud considera a cultura um dos pilares da construção da sua teoria: junto com a clínica e com a autoanálise, a cada vez que inventa uma ideia ou propõe uma hipótese muito ousada, recorre ao seu amplo repertório de referências para dali “pescar” um elemento, uma obra de arte, uma peça de teatro, uma instituição social, algum produto cultural, em suma, que tem a função de *legitimar* a descoberta. Essa função da referência à cultura fica clara se

3 Disponível em: <<http://sbpsp.org.br/atividades/cursos/item/1474-andre-green-e-a-psicanalise-contemporanea.html>>.

4 “the simplest way of learning psycho-analysis was to believe that all he wrote was true and then, after understanding it, one could criticise it in any way one wished” (E. Jones, *Free associations: memories of a psycho-analyst*, p. 204).

5 I. Calvino, *op. cit.*, p. 9.

6 I. Calvino, *op. cit.*, p. 10.

7 I. Calvino, *op. cit.*, p. 10-1.

8 R. Mezan, *Interfaces da Psicanálise*, p. 347.

9 I. Calvino, *op. cit.*, p. 11.

»
o que o clássico atinge,
seja na literatura,
seja em Psicanálise, é uma
rememoração de caráter cultural,
já sentida, vivida e/ou
testemunhada como
experiência, como obra
ou como sonho

estudarmos as cartas a Fliess e os primeiros trabalhos de Freud. Ela consiste em dizer: “Vejam, o que estou descrevendo não acontece somente comigo ou com meu paciente; é um fenômeno, senão universal, pelo menos já percebido e acessível por meio de obras culturais que todos valorizam”⁸.

O Complexo de Édipo, pilar da Psicanálise de Freud, é justamente o exemplo último dessa conjunção entre cultura – o que nós já sabíamos – e a *criação* da Psicanálise, que, se ao mesmo tempo é completamente nova, inédita, por outro é a reedição de um fenômeno já intuído ou *sussurrado* pelas obras artísticas, expressão máxima do inconsciente.

Daí decorrem as definições subsequentes de Calvino:

4. Toda releitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primeira.

5. Toda primeira leitura de um clássico é na realidade uma releitura.

6. Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer.

7. Os clássicos são aqueles livros que chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram (ou mais simplesmente na linguagem ou nos costumes)⁹.



*é como se o clássico
trouxesse em si mesmo o germe
da sua renovação também
fornecesse uma chave
para um porvir, um vir a ser,
um diálogo com outras concepções
e abordagens*

Convite ao futuro

104

PERCURSO 59 : dezembro 2017

É importante nos determos aqui, com um pouco mais vagar, na definição de número seis. Se, como vimos, um clássico – em Literatura ou Psicanálise – é aquele que de certa forma reitera, ou reafirma, aquilo que já conhecíamos de algum modo, por que será que Calvino também o define como aquele que ainda “não terminou de dizer o que tinha para dizer”?

Dito dessa forma, é como se o clássico *trouxesse em si mesmo o germe da sua renovação*, isto é, como se, após tocar os mesmos pontos já tocados e reconhecidos (“toda leitura é uma releitura”, em Calvino; e o Complexo de Édipo, por exemplo, em Freud), o clássico também fornecesse uma chave para um porvir, um vir a ser, um diálogo com outras concepções e abordagens, e assim não apenas fosse, a um só tempo, novo e antigo, mas também tradicional e inovador. O clássico, deste modo, traria em si mesmo um convite a novas aberturas.

Em seu prefácio da obra kleiniana *Progressos da Psicanálise*, Jones considera que as inovações de M. Klein são justamente desdobramentos do legado de Freud:

[...] o emprego dos métodos que ele (Freud) inventou devem conduzir, logicamente, a novas descobertas, além daquelas que o próprio Freud realizou, e a hipóteses que

ampliem ou retifiquem até as dele – um processo que ele próprio aplicou, sem hesitações, aos seus trabalhos. [...] O que certamente é ilegítimo é o princípio procustiano de avaliar todas as conclusões em comparação com as alcançadas por Freud, por maior que possa e deva ser o nosso respeito por ele. [...] Uma boa parte das descobertas e conclusões de Melanie Klein tinha sido esboçada nos começos por Freud [...]”¹⁰.

O que concluímos a partir deste prefácio – apresentando a obra de uma psicanalista que em grande medida divergiu de Freud – é que a própria inovação está ancorada e até mesmo garantida pelo clássico, porque nele se baseia, a partir dele nasce e, em certo sentido, a ele retorna. O paradoxo está em compreender que a vanguarda surge, então, a partir de uma introyecção da tradição, como, por exemplo, o próprio Freud recomendou – e fez. Ao tornar *sua* a teoria e as bases freudianas da Psicanálise, Klein pode, então, avançar sobre os esboços freudianos transformando-os em descobertas autorais.

Daí decorre a oitava definição de Calvino:

8. Um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente os repele para longe¹¹.

A *mágica* do clássico psicanalítico freudiano ocorre quando, mesmo na ocasião de divergências contundentes, o clássico permanece em seu posto, não perdendo, nem com a crítica mais ácida, o seu lugar de relevância atemporal. E é por esta razão que:

9. Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos¹².

Aqui é inevitável nos lembrarmos da resposta de André Green quando questionado sobre o que haveria de *novo* em Psicanálise: Freud. Ler ou reler Freud, especialmente depois de ter feito incursões com outros autores ou teorias, é uma experiência de descoberta, de novidade, mas, para

utilizar uma metáfora musical, *em outra oitava*. Talvez por isso Calvino compare o clássico com algo que tenha um alcance da ordem do universal:

10. Chama-se de clássico um livro que se configura como equivalente do universo, à semelhança dos antigos talismãs¹³.

E ainda que universal, o clássico pode ser incorporado de maneira absolutamente pessoal, singular, assim como Lacan se apropriou de um Freud diverso daquele de Klein ou de André Green. Lacan desenvolveu seus conceitos de real, imaginário e simbólico a partir da obra freudiana; Klein enxergou o Complexo de Édipo nas fases mais precoces do desenvolvimento; Green se aprofundou na metapsicologia freudiana e trabalhou a teoria do negativo, a pulsão de morte; e assim por diante... Não apenas a obra freudiana é selecionada pelos autores que o sucederam – e se detiveram exatamente naqueles pontos que faziam mais sentido para o desenvolvimento de sua conceituação própria – como também a teoria de Freud é, em si mesma, ao mesmo tempo universal e singular, à medida que propõe para a humanidade um modelo de psiquismo que aprendeu, em boa parte, através da análise de um só homem: ele mesmo.

11. O “seu” clássico é aquele que não pode ser-lhe indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele¹⁴.

12. Um clássico é um livro que vem antes de outros clássicos; mas quem leu antes os outros e depois lê aquele, reconhece logo o seu lugar na genealogia¹⁵.

Podemos compreender, com Calvino e com a história da Psicanálise, que o que se torna um

10 E. Jones, “Prefácio”. In: Klein, M. (et al) *Os progressos da psicanálise*, p. 7-8.

11 I. Calvino, *op. cit.*, p. 12.

12 I. Calvino, *op. cit.*, p. 12.

13 I. Calvino, *op. cit.*, p. 13.

14 I. Calvino, *op. cit.*, p. 13.

15 I. Calvino, *op. cit.*, p. 14.

16 I. Calvino, *op. cit.*, p. 15.

»
*houve muitos teóricos
e muitas abordagens psicanalíticas
foram criadas, mas nem todos
sobreviveram com consistência
à passagem dos anos, talvez
por não encontrarem essa espécie
de ressonância – a um só tempo
universal e singular – que
um clássico traz*

clássico depende, sobretudo, do tempo. Houve muitos teóricos e muitas abordagens psicanalíticas foram criadas, mas nem todos sobreviveram com consistência à passagem dos anos, talvez por não encontrarem essa espécie de *ressonância* – a um só tempo universal e singular – que um clássico traz.

E ainda: o clássico freudiano dialoga com a contemporaneidade. É comum em nossos dias – quase lugar-comum nos debates em Psicanálise – se falar em “psicopatologias da contemporaneidade”, ou supostas especificidades psíquicas de nosso tempo. Embora não seja nosso intuito nos debruçarmos aqui sobre essas formas de sofrimento psíquico da atualidade, o que é seguro afirmar é que de algum modo parte-se do clássico – ou do clássico que veio do clássico, como na *genealogia* de Calvino – para fundamentar as reflexões desse *novo*.

Calvino chama de “barulho de fundo” estas influências da contemporaneidade – com as quais o clássico necessariamente dialoga:

13. É clássico aquilo que tende a relegar as atualidades à posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo.

14. É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível¹⁶.

E acrescenta: “O dia de hoje pode ser banal e mortificante, mas é sempre um ponto em que



*o método psicanalítico de Freud
a um só tempo sustentaria,
portanto, a si próprio e também
a sua retificação, garantindo
simultaneamente a teoria
já consolidada e a investigação
de novas descobertas*

106

PERCURSO 59 : dezembro 2017

nos situamos para olhar para a frente ou para trás. Para poder ler os clássicos, temos de definir ‘de onde’ eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal. Assim, o rendimento máximo da leitura dos clássicos advém para aquele que sabe alterná-la com a leitura de atualidades numa sábia dosagem”¹⁷.

“Teoria é bom, mas...”

Esta é a importância da compreensão do contexto histórico em toda leitura psicanalítica. Se por um descuido deixarmos de lado o fato de que as concepções e escolas psicanalíticas são *construções* e que, portanto, dizem respeito a um momento histórico e uma série de influências, repertórios e heranças culturais, corremos o risco de tomá-las como verdade absoluta, transformando-as em objetos de fé e não de pensamento. Ou, em outras palavras, ficamos apenas na primeira etapa da recomendação de Freud, isto é, a de incorporar tudo o que foi dito como verdade – mas sem passar para a fase seguinte, de trazer essa verdade à luz do pensamento crítico e do escrutínio, bem como ao diálogo com novas abordagens.

Voltemos agora ao prefácio da obra de Klein, publicada em um contexto de polarização

na Sociedade Britânica: o que se conclui a partir desta apresentação é que a acolhida ou abertura ao novo estaria, afinal, no *próprio espírito da Psicanálise*. O método psicanalítico de Freud a um só tempo sustentaria, portanto, a si próprio e também a sua retificação, garantindo simultaneamente a teoria já consolidada e a investigação de novas descobertas. Na realidade, tal concepção se baseia em uma postura epistemológica adotada e assumida pelo próprio Freud, que viu – e admirou – em Charcot uma posição que, de antemão, relativiza as teorias. Conta Freud:

(Charcot) costumava olhar repetidamente as coisas que não compreendia, para aprofundar sua impressão delas dia a dia, até que subitamente a compreensão raiava nele. Em sua visão mental, o aparente caos apresentado pela repetição contínua dos mesmos sintomas cedia então lugar à ordem. [...] podia-se ouvi-lo dizer que a maior satisfação humana era ver alguma coisa nova – isto é, reconhecê-la como nova; e insistia sobre a dificuldade e importância dessa espécie de “visão”. Poderia indagar por que, na medicina, as pessoas enxergavam apenas o que tinham aprendido a ver. E diria ser maravilhoso alguém poder subitamente ver coisas novas – novos estados de doença –, provavelmente tão velhas quanto a raça humana, e devia confessar-se que via agora em suas enfermarias inúmeras coisas que desprezara por trinta anos. [...] Charcot, na verdade, era infatigável na defesa dos direitos do trabalho puramente clínico, que consiste em observar e ordenar coisas, contra as usurpações da medicina teórica¹⁸.

Em seguida Freud conta uma cena em que um pequeno grupo de estudantes (entre eles, ele próprio) testava a paciência de Charcot com inúmeras dúvidas sobre as inovações. Em um dado momento, um estudante retruca ao professor que um determinado fato clínico não poderia ser verdadeiro, pois contrariaria uma teoria. Em resposta, Charcot teria dito: “*La théorie, c’est bon, mais ça n’empêche pas d’exister*.” (‘Teoria é bom; mas não impede as coisas de existirem.’ Esta era uma citação favorita de Freud, e ele a repetiu através de toda a sua vida.)¹⁹.



E se as coisas insistem em existir, são as abordagens de pesquisa e a produção de conhecimento que devem a elas se submeter, e não o contrário – senão, como vimos no relato de Freud, só se enxerga o que se aprendeu a enxergar.

Os clássicos em Psicanálise cumprem seu lugar de sentido no tempo se, e somente se, forem como o clássico dos clássicos nos ensinou: tomados primeiro como verdade, para depois, já incorporados (ou se preferirmos, introjetados), serem escrutinados, criticados, refutados, complementados.

É preciso, pois, ler os clássicos – em Literatura e em Psicanálise. E Calvino defende:

E se alguém objetar que não vale a pena tanto esforço, citarei Cioran (não um clássico, pelo menos por enquanto, mas um pensador contemporâneo que só agora começa a ser traduzido na Itália): “Enquanto era preparada a cicuta, Sócrates estava aprendendo uma ária com a flauta. Para que lhe serviria?”, perguntaram-lhe. “Para aprender esta ária antes de morrer”²⁰.

Pós-escrito

A defesa dos clássicos em Psicanálise parece um pouco *demodé* ou um *nadar contra a corrente* nos dias atuais, em que cada vez mais se fala, nos círculos psicanalíticos, em “novas formas de subjetivação”, “novas psicopatologias”, “novas formas de sofrimento psíquico”. Sem entrarmos na relevância da questão, que de fato é pertinente, o que salientamos aqui é a importância do retorno aos fundamentos, do fortalecimento das bases que estão nos ditos *clássicos*.

17 I. Calvino, *op. cit.*, p. 14-5.

18 S. Freud, “Charcot (1893)”, p. 22-3.

19 S. Freud, *op. cit.*, p. 23.

20 I. Calvino, *op. cit.*, p. 16.

21 Publicada em 2002, a crítica ácida de Flávio Ferraz nos parece mais atual do que nunca: “os destinos tomados pelas sociedades psicanalíticas em sua função específica de guardiãs de ortodoxias são bem conhecidos. O livre pensar pode ser inibido em nome da unidade institucional [...]” (F. Ferraz, *Normopatia: sobre adaptação e pseudo-normalidade*, p. 131-2).

no entanto, se os clássicos em Psicanálise forem utilizados como a cama de Procusto, instantaneamente perdem sua razão de ser, uma vez que fecham possibilidades, viciam o olhar e estreitam as opções de pensamento

No entanto, se os clássicos em Psicanálise forem utilizados como a cama de Procusto, instantaneamente perdem sua razão de ser, uma vez que fecham possibilidades, viciam o olhar e estreitam as opções de pensamento – que, necessariamente, só podem vir a ser originais se deixados em liberdade, em livre associação. Um clássico utilizado como medida estabelecida de antemão para a leitura de outras – e novas – abordagens se transforma facilmente em *dogma*.

Em tempos de discursos totalitários, se faz urgente atentarmos, nos círculos psicanalíticos, para grupos ou *guetos* (escolas) psicanalíticos fechados em si mesmos, avessos uns aos outros e estudos que apenas enxergam o que já se aprendeu a ver²¹.

Que nosso meio psicanalítico tenha como bandeira, não uma ou outra teoria – ou autor tomado como profeta –, mas o próprio exercício do pensamento e o espírito de abertura que seu próprio método garante. Que a receptividade que se teve em Londres há muitos e muitos anos, ainda que permeada de tensões – o clássico abraçando a vanguarda – seja, então, amplamente imitada e nos inspire hoje e por todos os tempos – mesmo que seja apenas para aprender uma ária, completamente nova, antes de morrer.

Referências bibliográficas

- Calvino I. (1993). *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferraz F. C. (2002). *Normopatia: sobre adaptação e pseudonormalidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freud S. (1893). Charcot In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. iii.
- Jones E. (1982). Prefácio. In M. Klein, M. et al. *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1959). *Free associations: memories of a psycho-analyst*. London: The Hogarth Press.
- Lacan J. Ato de Fundação – 21 de junho de 1964. Os textos de referência de Jacques Lacan. Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano. Disponível em: <https://issuu.com/epfclbrasil/docs/texto_fundadores>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- Mezan R. (2002). *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

Why study the classics in Psychoanalysis?

Abstract This paper proposes some reflections on the classics in Psychoanalysis, taking the 14 aspects of a classic work according to the Italian writer Italo Calvino. On this path we will consider some points of the Psychoanalytical movement history, the clash between tradition and vanguard and the opening approach that is necessary to the Psychoanalytical practice and thought, to avoid turning it into dogma.

Keywords Psychoanalysis; Classical; Psychoanalysis History; Italo Calvino.

Texto recebido: 04/2017

Aprovado: 07/2017

Vladimir Safatle

A potência do impossível

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Célia Klouri, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan Cardoso e Silvio Hotimsky

Tomados pelas questões políticas e inquietos com o que vem acontecendo no Brasil e no mundo, procuramos aproveitar este espaço de entrevistas para alimentar o movimento em curso no Departamento de pensar, desde a psicanálise, questões da vida social e nos engajar no enfrentamento delas. A necessária conversa entre a psicanálise e a política, no esforço de interpretar esse momento que vivemos, nos guiou em direção a Vladimir Safatle, intelectual que participa ativamente do debate público.

Filosofia, psicanálise e política se articulam e se imbricam na profunda e vasta produção de Safatle, que transita, com agilidade, do rigor da pesquisa acadêmica à coloquialidade das entrevistas, palestras, debates e colunas da mídia impressa. Em diferentes linguagens e propostas, consegue o difícil feito de conjugar precisão e ousadia.

Vladimir Safatle é professor livre-docente do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e colunista do jornal Folha de São Paulo, entre outras atividades profissionais a que se dedica. É autor de vários livros, dentre os quais destacamos: *Cinismo e falência da crítica* (Boitempo, 2008), *Fetichismo, colonizar o outro* (Civilização Brasileira, 2010) e *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (Autêntica, 2016). A realização desta entrevista é contemporânea ao lançamento de *Só mais um esforço* (Três Estrelas, 2017).

Safatle se inscreve em uma tradição de intelectuais brasileiros que entendem que sua função não se restringe ao campo universitário. Considera que uma das funções do intelectual das ciências humanas é a de complexificar a pauta da discussão política e fazer trabalhar as ideias e reflexões para intervir no debate público nacional e internacional.

Para além de tratar da política e de temas atuais, seu pensamento instigante busca o movimento e as possibilidades transformadoras, o

109

PERCURSO 59 : p. 109-124 : dezembro 2017

que lhe confere uma espécie particular de otimismo. O otimismo da aposta, que conhece seus riscos e que difere da esperança. Sua investida visa desafiar a imaginação política, buscar outras estruturas de pensamento, explorar novas potencialidades. Não se cansa de insistir que mudanças profundas podem e devem acontecer, que certos ciclos se esgotaram, que é necessária uma renovação, mas que ela depende da coragem e da liberdade próprias dos sujeitos-agentes. Por isso, também se interessa particularmente pelas metamorfoses possíveis das posições subjetivas.

Vladimir Safatle nos recebeu na FFLCH para esta interessante e agradável conversa que precisou se adequar ao tempo limitado de que dispunha. Não couberam algumas das tantas perguntas que a leitura de seus textos nos havia suscitado, assim como alguns temas que gostaríamos de ter incluído na entrevista. Ficou, portanto, a boa sensação de uma conversa que poderia se estender, e que, sendo Safatle tão aberto e receptivo ao diálogo, pode vir a se desdobrar em novos encontros.

PERCURSO Gostaríamos que você nos contasse como foi seu percurso intelectual e como você se direcionou para a filosofia, psicanálise e política. **VLADIMIR SAFATLE** Na verdade, já na faculdade de filosofia eu tinha a ideia de trabalhar com a psicanálise. Era um desejo muito claro, tanto que meu mestrado foi sobre psicanálise – o conceito de sujeito em Lacan. Meu doutorado também foi sobre Lacan, e foi publicado como *A paixão do negativo*. Para mim, era evidente que havia uma série de questões filosóficas que tinham sido modificadas profundamente pelo advento da psicanálise. Era impossível falar de questões relativas ao desejo, ao sujeito, à imaginação, à fantasia, à própria ideia de razão, de racionalidade, sem passar pela psicanálise.

Durante um tempo fiz uma formação mais estrita em escola de psicanálise e fiz um estágio em hospital psiquiátrico. Mas a verdade é que nunca passei à clínica, acho que por questões mais contingentes, o que não significa que elas sejam menos importantes. Assim que voltei da França, entrei na USP [2003], de uma maneira um pouco



para mim, era evidente que havia uma série de questões filosóficas que tinham sido modificadas profundamente pelo advento da psicanálise

inesperada, e isso me consumiu muito, e me consume até hoje.

PERCURSO Mas você teve o desejo de ir para a clínica?

SAFATLE Sempre teve essa questão, sim. Até porque, no nível de envolvimento que eu tinha com a psicanálise, estar longe de situações clínicas era uma limitação. É verdade que meu interesse maior sempre foi, eu diria, um interesse conceitual. O que não significa um interesse teórico, quer dizer, era uma maneira de pensar a práxis através do impacto de um modelo de reflexão sobre o sofrimento psíquico, muito vinculado ao advento da psicanálise. Não apenas sobre o modelo de reflexão a respeito do sofrimento psíquico, mas também sobre as metamorfoses possíveis das posições subjetivas, a partir de processos de intervenção clínica. Então, eu insistiria que, no fundo, trata-se de uma espécie de contágio da clínica. E essa experiência de contágio da clínica é muito presente no século xx. Contágio por quê? Porque vocês podem encontrar, por exemplo, vários trabalhos de teoria social que vão se deixar contagiar pelas reflexões clínicas, a ponto de absorverem categorias clínicas dentro da análise dos fatos sociais, como a discussão da sociedade narcísica, a estrutura paranoica das sociedades totalitárias, a relação entre capitalismo e esquizofrenia, e esses são só alguns exemplos. Assim como você também pode encontrar várias reflexões estéticas que utilizam conceitos clínicos na elaboração e reflexão das obras de arte. Isso demonstra como há uma presença muito forte de um pensamento clínico psicanalítico fora do horizonte estritamente clínico, o que me interessava bastante.



a filosofia é uma área sem objeto definido, o que lhe permite um tipo de pensamento de relação difícil em outras áreas

PERCURSO Como foi sua formação em psicanálise?

SAFATLE Fiz na época da Biblioteca Freudiana e segui ainda mais um pouco, mas quando houve a divisão do campo lacaniano e os millerianos, eu já estava meio distante. E fiz também na Escola da Causa, na França.

PERCURSO Você trabalhou em hospital psiquiátrico?

SAFATLE Fiz estágio em um hospital psiquiátrico em Yerres, uma cidade na periferia de Paris, que se chamava Unidade Clínica Jacques Lacan, e o médico chefe de lá era ligado à Escola da Causa. Fiquei um ano, um ano e alguma coisa.

PERCURSO É sobre seu percurso na filosofia e política, você poderia falar?

SAFATLE Sobre a filosofia, como posso explicar? Antes de entrar na faculdade, eu havia feito várias leituras de filosofia, em especial, Sartre e Nietzsche, autores que me influenciaram bastante. No momento de decidir uma carreira, minha questão era fazer música ou alguma outra coisa. Só que na época em que eu precisava estudar para as provas técnicas, comecei a ler filosofia, então me parece que, de maneira involuntária, isso foi uma decisão. O engraçado é que em todo o meu trajeto na filosofia tentei juntar essas coisas, o meu interesse pela psicanálise, por exemplo, e trabalhei também muito a filosofia da música. A filosofia tinha uma vantagem, para pessoas como eu, porque é uma área sem objeto definido, o que lhe permite um tipo de pensamento de relação, muito difícil de desenvolver em outras áreas. Eu diria que essa natureza de pensamento de relação,

própria à filosofia, essa ideia de que não há objetos filosóficos – há questões filosóficas sobre objetos que são exteriores à filosofia – resolvia um problema subjetivo.

PERCURSO Você se dedicava à música?

SAFATLE Fiz composição na Escola de Música. Antes de me mudar para a França, fiz vários concertos: na Funarte, no MUBE e depois, quando voltei, ainda fiz alguns no Centro Cultural Maria Antônia. Ultimamente fiz a trilha sonora de duas peças. Uma, para “Caesar”, uma adaptação de Shakespeare, que inclusive ganhou o Prêmio Aplauso para trilha; e a outra, para “Leite Derramado”, uma adaptação do livro de Chico Buarque.

PERCURSO O que você toca?

SAFATLE Eu toco piano. Só que, como acabei fazendo outras coisas, isso desapareceu um pouco.

PERCURSO Em *Cinismo e falência da crítica*, você diz, citando Rousseau, que a desagregação da linguagem é o primeiro sintoma de patologia social de cada época, e reconhece que isso acontece no mundo contemporâneo. Como você identifica essa desagregação e para que tipo de patologia social ela aponta?

SAFATLE Essa colocação vocês encontram nas páginas finais do *Discurso sobre a origem das línguas*, de Rousseau, no qual ele fala que uma das estratégias fundamentais de dominação é a desagregação da linguagem, da força expressiva da linguagem. E isso acontece a partir do momento em que ela se reifica, de tal maneira, que tudo que ela descreve está longe de qualquer forma de expressão possível dos sujeitos enunciadoreis.

Esse é o primeiro passo, e é o passo decisivo para todo processo de dominação política. Eu insistiria muito nesse aspecto e acho importante vocês terem levantado essa questão, porque a nossa época está muito marcada por uma certa dissociação. Dissociação em que as questões políticas parecem questões estritamente vinculadas à gestão do Estado ou questões, digamos assim, de gestão social: como certas demandas sociais poderão ser

reconhecidas, como elas poderão fazer parte de um circuito mais amplo de realizações de políticas públicas, coisas dessa natureza, sendo que desaparece por completo a dimensão fundamental da política, ou seja, uma espécie de constituição de um campo de implicação genérica que permite a transformação dos sujeitos. Quer dizer, com o argumento de que as experiências transformadoras da política tentaram refundar o humano e acabaram produzindo catástrofes, acabamos naturalizando uma forma de gestão das subjetividades. E um desses elementos fundamentais está vinculado a certa limitação do campo da linguagem que circula na vida social. Que linguagem é ouvida? E que linguagem tem direito de cidade, no sentido mais forte do termo? É muito interessante, porque aqui tocamos na questão de a política ter a sua linguagem, mas os sujeitos também têm a deles, que é constituída a partir da linguagem social.

Nietzsche tinha uma colocação muito boa a esse respeito: Nós nunca nos desvencilharemos de Deus enquanto acreditarmos na gramática. Era a sua maneira de dizer que o senso comum não é uma linguagem desinflatada do ponto de vista metafísico, ela é uma metafísica naturalizada. E essa metafísica serve de base para a maneira como a vida social vai entender o que lhe é possível e o que lhe é impossível, o que deve ser feito e o que não deve ser feito.

Então, não há nenhum tipo de transformação que não comece pela transformação da linguagem. Porque ela define não só os limites do mundo subjetivo, mas, também, os limites da experiência social. Se você tem um tipo de linguagem, por exemplo, baseado única e estritamente na prevalência das relações de propriedade, uma linguagem em que você coloca no horizonte fundamental as definições do que é próprio a cada um, do que é próprio a cada existência, é óbvio que há um campo de experiência que desaparece por completo. Um campo de experiência no qual as pessoas podem se implicar com aquilo que não lhes é próprio, ou seja, aquilo que lhes é impróprio. E quando esse campo desaparece, isso traz consequências subjetivas e políticas fundamentais.



*não há nenhum tipo
de transformação que não
comece pela transformação
da linguagem*

Da mesma maneira, uma linguagem em que as relações de compreensão estão basicamente vinculadas à estrutura de causalidade, isto é, só o que está submetido à relação de causa e efeito, só o que é efeito de algo, ou causa de algo, pode ser compreensível, é óbvio que traz consequências absolutamente decisivas. Trata-se de uma linguagem que nunca vai conseguir pensar acontecimentos no sentido forte do termo, ou seja, essas relações que quebram causalidades, que aparecem para além de um princípio de razão suficiente, de um tipo de estrutura de causalidade.

E vocês podem imaginar isso do ponto de vista clínico, um tipo de linguagem que faz com que todos os sujeitos descrevam a si mesmos, falem de si mesmos tentando submeter-se a relações estruturais de causalidade: isso é efeito disso, isso é efeito daquilo, isso vem disso, isso vem daquilo. Essas definições gramaticais são absolutamente decisivas para que possamos saber o que somos capazes, ou não, de fazer.

PERCURSO E como essa desagregação da linguagem determina a questão política?

SAFATLE Eu diria que essa desagregação é da potencialidade da linguagem, pois ela vai se limitando ao descrever algo só de uma forma, e, assim, constituindo somente um modo de ser. Ou seja, só há um tipo de linguagem. Isso é interessante, porque é um pouco o que acontece com a nossa experiência do tempo. Talvez sejamos uma das primeiras sociedades que só conhece uma forma de tempo, que é a cronológica, linear.

Essa é uma das ideias fundamentais para se entender um certo modo de generalização próprio das nossas sociedades. Um certo modo de



*é muito evidente a falta
de elaboração conceitual do nosso
tempo para aquilo que é a nossa
experiência*

aceleração, de intensificação. Vamos submetendo a diversidade das temporalidades ou das experiências temporais a um denominador comum, e é claro que toda a diversidade desaparece. Uma sociedade que só conhece um modelo de tempo tem uma limitação da experiência que é brutal, pois ela só consegue produzir um tipo de resposta, um modo de relação e de constituição do espaço comum. Essas questões podem parecer abstratas, mas são as mais concretas. Muitas vezes ficamos impressionados com sociedades que parecem paralisar seu processo de imaginação, não conseguem mais criar nada e parecem entrar em desagregação. E, quando isso acontece, raramente enxergamos o que realmente produziu essa paralisia. Não se trata de um fracasso de algum ator político ou de alguma situação. Essa paralisia vem de um processo que se naturalizou muito antes, de limitação das possibilidades de experiências de sensibilidade, que agora mostra muito claramente os seus efeitos. Há sempre uma estética antes da experiência social. Ela não é fruto da experiência social, no sentido de ser um reflexo, e sim constituinte. Eu diria que isso é uma das coisas mais dramáticas da nossa experiência contemporânea: ter perdido essa percepção de que, muitas vezes, os processos de transformação, para acontecerem, precisam voltar primeiro a essa força constituinte.

PERCURSO Você também sugere o enfraquecimento de categorias conceituais clássicas e caras à psicanálise como a repressão e o recalçamento; e outras, caras à filosofia, como reificação, falsa consciência, alienação... O que se passou no campo social do desejo que fez com que a constituição das sexualidades passassem a ser vistas

por meio de outras referências conceituais? Quais seriam elas? Qual é o impacto desse esgotamento no universo da cultura e da estruturação do universo simbólico?

SAFATLE Acho que estamos num limiar de metamorfose conceitual. É muito evidente a falta de elaboração conceitual do nosso tempo para aquilo que é a nossa experiência. Considero que uma das questões interessantes é perceber que, quando se dá uma metamorfose da estrutura conceitual, os conceitos entram em colapso. Não são só os conceitos normativos que aparecem como problemáticos, esses que de certa maneira funcionaram como horizonte de valoração, de normatividade. Entram em colapso também os conceitos críticos. A repressão ou o recalque, por exemplo, foram conceitos críticos que a psicanálise produziu para dizer que a socialização dos sujeitos é, na verdade, a produção de um sistema de cicatrizes, de feridas. São, portanto, subjetividades com aparelho psíquico em conflito, dividido. Dessa forma, ao descrever um aparelho psíquico não se está mais dizendo como se dá a unidade sintética da personalidade, mas como se dão, então, os modelos de conflito entre instâncias que estão topologicamente dissociadas.

Essa é uma ideia fundamental de Freud, que nos leva, inclusive, a entender que não é mais possível indexar a vida psíquica através de um pronome pessoal singular. Quer dizer, não podemos descrever uma vida psíquica com o pronome Eu, precisamos ter ao menos dois pronomes: o Eu e o Isso. Precisamos de um pronome pessoal e de um pronome impessoal. Isso é resultado de um pensamento crítico que aponta que nosso modo de socialização produz uma situação na qual aquilo, que é da ordem da singularidade, precisa se dissolver na pessoalidade para se integrar numa dimensão impessoal, como se fosse, em última instância, uma forma de demonstrar a falsidade ou a limitação dos modelos de inscrição subjetiva no teor da vida social.

Temos uma noção pré-psicanalítica de autonomia. E acho isso muito impressionante. Todos nós aceitamos a ideia de inconsciente, mas

quando falamos sobre deliberação e sobre autonomia, tudo isso desaparece. É como se voltássemos um pouco à ideia mesma da consciência que é capaz de se autolegislar, e, por isso, capaz de avaliar as suas possibilidades de escolha e deliberar racionalmente. Ultimamente, venho insistindo que é extremamente problemática a ideia moderna de que liberdade é autonomia.

No meu entender, uma das maiores contribuições da psicanálise foi exatamente nos mostrar que essa ideia era um princípio disciplinar. A questão sempre foi como eu preciso ser para parecer um sujeito autônomo, que tipo de hierarquia preciso internalizar, a que tipo de ideal de conduta preciso me conformar para que eu seja reconhecido como sujeito autônomo. Esse é um exemplo de um conceito crítico que entra em colapso. Durante muito tempo, operávamos considerando a alienação como um conceito, a partir do qual mobilizavam-se outros conceitos, como autonomia e emancipação. Mas, se entendermos que, dentro de um certo horizonte, o conceito de alienação se esgotou, todos esses outros terão que ser radicalmente refeitos e reconstituídos. Acho que essa é, em parte, a tarefa que se coloca para nós.

PERCURSO Gostaríamos de abordar, agora, a questão do fetichismo que, para você, tende a ser um dos modos hegemônicos de escolha de objeto em uma sociedade capitalista como a nossa, na qual os vínculos com os objetos são frágeis. Você diz que esse tipo de funcionamento hegemônico seria fruto de uma política que coloca o corpo e o sexo no centro do poder. Como pensar os efeitos dessa hegemonia?

SAFATLE Na verdade, meu interesse era insistir na emergência de um outro modo de síntese psíquica, não mais ligado à estrutura do conflito e do recalque, em que a consciência experimenta duas proposições contraditórias, e, ao recalcar uma delas, ela abre outra cena na qual esses conteúdos recalcados vão poder operar e, com isso, cria-se uma divisão tópica no interior do aparelho psíquico. Nos últimos textos de Freud, vocês sabem, ele apresenta exatamente a ideia de que



*existe, de fato, uma mutação
no processo de socialização que faz
com que os sujeitos já não operem
mais de forma exclusiva
e hegemônica pelo recalque*

existe uma divisão que não é mais entre instâncias, e, sim, no interior do próprio Eu, propondo a ideia da clivagem do Eu. É um outro modo de negação, que não é o modelo da negação do recalque, com o retorno do recalado vinculado ao mesmo processo; mas um modo de negação que aparece em certas situações, como, por exemplo, no fetichismo. Aqui, a consciência tem duas proposições contrárias e, pela produção de um objeto substituto, consegue subjetivar e, de alguma maneira, reconhecer as duas proposições ao mesmo tempo – não é que uma está no inconsciente e outra no consciente. A castração feminina e a inexistência dessa castração são colocadas no Eu, e essa contradição produz um objeto, o objeto fetiche. É uma contradição encarnada que, de certa maneira, permite um modelo de conduta e de ação relacionado ao desejo. Poderia dizer que esse modelo se generaliza paulatinamente, e eu tendo a seguir todos os psicanalistas, ou mesmo os sociólogos, que vão insistir no declínio da neurose, não porque o DSM fez a neurose desaparecer, mas porque sabemos que ela continua presente, está lá nos transtornos somatofóbicos, na personalidade histriônica... só que está dividida. A ideia é que existe, de fato, uma mutação no processo de socialização que faz com que os sujeitos já não operem mais de forma exclusiva e hegemônica pelo recalque. Ele não tem mais a função central que tinha, ele se secundarizou. Essa é a questão central. Claro que você vai encontrar, na clínica, várias situações nas quais os pacientes apresentam recalques, mas são recalques localizados.

PERCURSO A subjetividade não se constituiria mais hegemonicamente pelo recalque...



tudo que é realmente importante, se você observar, é impossível: o gozo, a sublimação, a relação sexual, a mulher

SAFATLE Exato. Alain Ehrenberg tem um belo texto sobre o declínio das neuroses, no qual insiste que a neurose funcionava no par proibido-permitido, que permitia certo agenciamento de conflitos com autoridades. E permitia também uma divisão, na qual a própria enunciação da fantasia tinha um potencial terapêutico, porque possibilitava que aquilo que estivesse proibido fosse reconhecido pela consciência. Essa distinção cai, e não é por outra razão que as patologias narcísicas vão ganhando força, pois são patologias nas quais não se trata mais do par proibido-permitido, mas do par possível-impossível. Lacan descreveu isso muito bem, quando falou sobre uma mutação na figura do Supereu, em que este não é mais o agente de instâncias repressivas, no sentido clássico do termo. O Supereu torna-se um agente de decomposição da força de ação do sujeito, através da confrontação do sujeito com o impossível, que se transforma em impotência. Então, a função fundamental da análise, como dizia Lacan, é transformar a impotência no impossível, ou seja, essa decomposição da ação em um tipo de ação, que é a insistência daquilo que ainda não existe, por isso impossível. Lembrando que o impossível, em Lacan, é um conceito muito interessante, porque não é o que não pode se realizar, mas é o que não pode se realizar na situação atual, e, tudo que é realmente importante, se você observar, é impossível: o gozo, a sublimação, a relação sexual, a mulher – porque ela não existe.

Mas, não se trata de o psicanalista mostrar ao analisando que ele deve deixar de se fixar nessas figuras impossíveis, aceitar essas limitações, como uma espécie de terapia da resignação, como a afirmação de uma analítica da finitude. Embora

tenhamos muitas leituras nesse sentido, considero-as radicalmente equivocadas, pois o impossível é uma categoria de ação. Toda situação tem a sua atualidade e a sua possibilidade, e esse possível é o que pode, ou não, se realizar dentro de uma situação dada. É a figura do atual, nada mais do que isso. Agir sobre o possível será, necessariamente, reiterar o atual, continuar no mesmo lugar.

Então, é óbvio que, nesse horizonte, a análise aposta no impossível. Se você admite que o que move a situação analítica é o advento de um ato que dessupõe o saber, que liquida com a transferência. Este ato é pensado como ato porque, em última instância, aponta para algo que, no interior da situação na qual o analisando se encontra, é completamente impossível de ser experimentado, falta-lhe, inclusive, linguagem para isso. Você tem um processo de transformação impulsionado pela consciência de que os impossíveis são elementos fundamentais.

Eu quero insistir que Lacan entendeu muito bem como, além da passagem da impotência ao impossível, existe também uma passagem inversa: do impossível à impotência. É isso que o Supereu faz, coloca o sujeito diante do impossível para que ele extraia daí uma impotência. É um dado muito interessante. Lacan disse que hoje se tem um processo de disciplina social que não é marcado por um certo controle com relação ao gozo, e sim por um modelo de injunção social ao gozo, que é uma forma de extrair do gozo a sua força de desestabilização. Essa é a questão fundamental do capitalismo. O capitalismo não só socializa o nosso desejo, ele o absorve. Não se trata só de um modelo de socialização do desejo, ou seja, de o desejo se inscrever simbolicamente e se acomodar dentro do processo de inscrição simbólica. O capitalismo não quer só o seu desejo, ele quer o seu excesso, ele quer o caráter excessivo do seu gozo. Por isso que, de certa forma, ele funciona bem.

PERCURSO Você diz que a racionalidade cínica é a única possível no capitalismo contemporâneo, onde a lei e a transgressão são enunciadas ao mesmo tempo. Em função disso, haveria um

processo de esgotamento da crítica e a necessidade de se produzir uma crítica renovada. Como você pensa a construção dessa crítica?

SAFATLE Da mesma forma como o potencial crítico da psicanálise era apontar para aquilo que não aparecia, para o que estava recalcado, apontar para essa outra cena, temos essa ideia também na crítica social e estética. No sentido de que é preciso expor o processo de produção que não aparece, a determinação do valor que esconde a sua verdadeira estrutura. Há um tipo de crítica que é um desvelamento da estrutura, e eu poderia falar horas e horas sobre várias figuras desse modelo de crítica, só que ele funciona em situações sociais nas quais o poder precisa mascarar seu próprio funcionamento. Assim, você o confronta, faz uma espécie de contradição performativa: veja o que ele diz e veja o que ele faz, veja quais são seus verdadeiros pressupostos e o que ele enuncia. Então, você faz os pressupostos aparecerem em cena. Um certo tipo de interpretação analítica funciona assim também. A questão é que existe outra dimensão desses processos de crítica e interpretação que são ineficazes dentro de uma situação na qual o desvelamento já é operado pelo poder. O poder desvela seus pressupostos, já os explicita, não se pode mais confrontá-lo com contradições, porque as contradições são funcionais. Se elas são funcionais, a questão interessante é que o que vincula os sujeitos ao poder – aceitando essa ideia de que há uma vinculação que não é feita simplesmente pela coerção – não é a adesão a certos princípios normativos, que faz, inclusive, com que a crítica se organize a partir dos déficits de realização desses próprios princípios. Não é a ideia de que vivemos numa sociedade onde há um certo consenso a respeito de certos princípios, de certas formas de liberdade, de autonomia e de organização social e confrontamos o poder com elas. E o poder procura se justificar a partir desses princípios, muitas vezes distorcendo-os.

A ideia do cinismo era insistir que esse modelo de crítica é completamente falho, numa situação na qual a inversão dos princípios é dada pelos próprios princípios. E o que está vinculando



*certos processos de crítica
e interpretação são ineficazes
dentro de uma situação na qual o
desvelamento já é operado pelo poder*

os sujeitos não é a adesão a tais princípios, mas sim um campo de afetos. Há uma dinâmica de afetos que o poder é capaz de mobilizar e ela é o elemento central desse processo. Não é o que o poder fala, nem como ele justifica, mas o que ele faz sentir. Então, eu achava que devia existir uma guinada, por isso que, depois desse livro sobre o cinismo, escrevi *O circuito dos afetos*. Os dois têm relação um com o outro. O primeiro era uma maneira de fazer uma crítica a um princípio de crítica que entende que o esclarecimento de consensos normativos é o elemento fundamental para o avanço dos processos de racionalização social. Havia figuras muito claras dentro do debate político e filosófico. No Brasil, tinha uma espécie de predominância de certo pensamento habermasiano, que creio ser um exemplo interessante dentro desse horizonte. Já em *O circuito dos afetos*, meu propósito era insistir que a crítica deve se orientar pela compreensão da economia libidinal que fundamenta nossa vida social, o que pede a compreensão de como os circuitos dos afetos são constituídos e como eles podem ser desconstituídos.

PERCURSO Voltando à questão sobre a política atual colocar o corpo e o sexo no centro do poder, teria alguma aproximação com isso que você está falando agora? Você poderia dar um exemplo de como isso circula socialmente?

SAFATLE Pois é, teria a ver com o fato de como sexo e corpo aparecem no centro do poder. A política contemporânea compreende que uma questão fundamental, vinculada ao processo de emancipação social, vai se dar pelas vias do corpo e do poder. As estruturas do poder compreendem



*existe uma dimensão do sexual
que não se organiza, que não
se submete por completo
às formas da identidade*

isso muito bem, e elas precisam desativar esse processo. Mas não podem desativar recalçando, como aconteceu anteriormente, quando se tirava o corpo e o sexo do poder. Esse dispositivo não é mais funcional. De um lado, podemos partir da compreensão de que corpo e o sexo são questões eminentemente individuais, ou, de outro, partir da ideia foucaultiana, que considero boa, que diz que o poder é de fato a questão fundamental, e, então, nos perguntar sobre como a fala do poder sobre sexo e corpo se constituiu. Ela começou como uma fala médica que, rapidamente, se transformou numa fala política. Todos nós aceitamos tacitamente, não só aqui, que falar sobre o corpo e sobre o sexo é uma questão política decisiva. Só que a questão interessante é a forma como somos incitados a falar. Qual é o nosso modelo de fala? Hoje, mesmo no momento em que estamos, de um processo de crítica aos limites, à biopolítica imposta pelo poder, dizemos: eu quero falar sobre o meu corpo, quero um lugar para o meu corpo, quero que ele tenha visibilidade, assim como quero que minha sexualidade seja visível.

Há uma dimensão compreensível desse processo, mas também uma dimensão problemática: qual é a gramática da resistência? É a afirmação do que me é próprio – o meu corpo – que eu quero que seja visível. O corpo aparece como o quê? Como algo que é meu. Mas, há de se perguntar que tipo de corpo é esse que pode se submeter a esse modo de relação, que dissolve por completo uma experiência, que seria a experiência fundamental, de que aquilo que é próprio do corpo não é completamente meu. Não é como, por exemplo, um objeto que compreí e que é meu. Se há alguma coisa que produz uma transformação é reconhecer

isso. Reconhecer que, em certa dimensão, nós não somos os agentes do processo, somos agidos por ele. E não agidos no sentido de alguém que perdeu completamente sua capacidade de emancipação e que agora está submetido a um regime de dominação. Até porque há certas formas de heteronomia que não são, necessariamente, formas de dominação. Temos dificuldade de compreender que, muitas vezes, a liberdade é uma heteronomia sem servidão, é uma heteronomia sem dominação. A relação ao corpo e ao sexo é muito vinculada a isso.

Uma das questões mais interessantes do pensamento laciano é exatamente esta. É um pensamento que compreende essa natureza despossuidora do que acontece no interior do sexual. O que significa que existe uma dimensão do sexual que não se organiza, que não se submete por completo às formas da identidade. Os discursos críticos atuais regrediram 50 anos nesse ponto, pois começaram a acreditar que a visibilidade de identidades vulneráveis seria o elemento decisivo dentro de um processo de constituição do poder. Eu diria que isso é completamente equivocado porque o problema nunca foi esse. As sociedades capitalistas não têm nenhum problema em reconhecer as diversidades, isso já se demonstrou muito claramente, desde que essas diversidades falem a mesma língua. Desde que elas se conjuguem, mais ou menos, num mesmo tipo de gramática. Então, as situações nas quais a experiência de opressão leva sujeitos a se confrontarem com o poder utilizando a mesma gramática que o poder utiliza para oprimi-los, só pode chegar a um impasse. Nada mais que isso.

PERCURSO Em *O circuito dos afetos*, você diz que, para haver uma mudança sócio-política estrutural, seria necessária a formação de um novo corpo político em que sujeito e desamparo sejam indissociáveis. O desamparo seria então o afeto político central para a sustentação das transformações sociais. Mas Freud nos lembra de que poucos suportam o desamparo. Além disso, em *O mal-estar na civilização*, ele destaca a ação disruptiva da

pulsão de morte na cultura. Levando em conta esses fatores, como pensar a afirmação social do desamparo sem cair num niilismo distópico?

SAFATLE É bom falar sobre isso com psicanalistas porque essa questão foi levantada, para Lacan, na “Proposição de 9 de outubro de 1967”, antes da fundação da Escola. É exatamente o mesmo problema. O horizonte é muito interessante, pois ele está para fundar uma Escola, que é um laço social. Ao invés de falar sobre como a Escola deve funcionar, ele começa a falar sobre como se liquida a transferência. O que é óbvio, porque a transferência é um dos conceitos políticos mais fortes da psicanálise, ele vem da política, das discussões da psicologia social sobre sugestão e influência... ele vem das discussões de Le Bon, de Gabriel Tarde sobre a imitação. Freud era muito consciente disso, basta ver a primeira parte da “Psicologia das Massas”, que é uma discussão sobre identificação. Mas, sabemos muito bem como essas discussões estão profundamente vinculadas ao problema da transferência na clínica, então, não é nem um pouco difícil fazer essas passagens.

Sendo assim, é compreensível por que Lacan vai discutir o problema da transferência. E o faz a partir de dois dispositivos fundamentais. Primeiro, uma transferência é um processo no qual um saber se des-supõe. Ou seja, a ideia da queda do sujeito suposto saber. E o que é esse saber que se des-supõe? Se admitimos que, dentro do processo analítico, o que engaja o sujeito na análise é um querer saber sobre o seu próprio desejo, e esse querer saber não precisa nem estar baseado na crença de que o analista saberia, posso simplesmente me basear na crença de que há um discurso que descreve o que é da causa do meu desejo. Mesmo que o analista seja meio néscio, posso apostar na psicanálise como discurso, na clínica como discurso, posso apostar no saber enquanto tal. Há um saber sobre isso. Porque esse saber não é só um saber sobre aquilo que não sei, ele é também um saber que vai poder esclarecer como eu me constituí. O saber não é só um dispositivo descritivo, é um dispositivo constituinte, ele constitui o sujeito. Ao entrar numa análise, tudo



a transferência é um dos conceitos políticos mais fortes da psicanálise, ele vem da política, das discussões da psicologia social sobre sugestão e influência

se passa como se o sujeito se engajasse de novo nesse processo originário e se perguntasse: como eu fui constituído? Então, é claro, esse processo só pode redundar numa destituição, não numa constituição. E esse é o segundo dispositivo, quer dizer, essa queda produz um des-ser do analista e produz uma destituição subjetiva do analisando, acho que esse é o termo fundamental, e o resultado dela só pode ser o desamparo.

PERCURSO Mas percebemos na clínica o trabalho árduo para se aproximar desse lugar de desamparo e quão difícil é sua sustentação. Você se refere a ele como ontológico, mesmo na psicanálise é uma questão ontológica.

SAFATLE Acho que não é por outra razão que Lacan insistia que o psicanalista tem horror de seu ato, porque é difícil não só para o analisando, é difícil também para o analista. É um processo que exige uma mudança de posição dos dois lados. Se admitirmos que só há resistência do analista, então a questão interessante é até que ponto essa experiência do des-ser é, na verdade, adiada, evitada, custe o que custar. É muito interessante a oposição aos psicanalistas nos textos do Lacan, porque é sempre a pior possível. Ele fala que a psicanálise vai acabar, que o analista desconhece o que faz, não lê o que se esperava que lesse.

PERCURSO Nesse sentido, Lacan chegou a afirmar [entrevista em Roma, 1974] que estava convencido de que a religião triunfaria sobre a psicanálise.

SAFATLE É esse tipo de coisa. Ou seja, me parece que são proposições de alguém que percebe o risco interno do processo.



*esse gozo, que emerge
do interior do processo transferencial,
destitui o sujeito que não
pode mais ser autor*

PERCURSO De não sustentar esse lugar.

SAFATLE Exatamente, de não sustentar esse lugar.

PERCURSO Sobre o fim de análise, existe uma diferença de posicionamento entre a escola inglesa e a lacaniana. Para a escola inglesa o fim de análise se daria com uma identificação ao analista. Já para a escola lacaniana, a ideia seria dissolver as identificações e o suposto saber. Podemos pensar que, na identificação com o analista, no final de análise não se atingiria o desamparo?

SAFATLE No fim de análise, para a escola lacaniana, ocorreria uma desidentificação, é verdade, só que essa desidentificação não produziria um vazio, porque ela é condição da emergência de alguma coisa que atuava no analista e que agora é extraído dele, que é a ideia do objeto *a*. Ou seja, não é que você se identifica com o vazio da posição de um analista, que agora aparece como desejo puro. A maneira como eu leio é mais ou menos a seguinte: o que sustenta um processo transferencial, que faz com que ele não seja um simples processo depressivo – porque senão parece que estamos descrevendo um caminhar inexorável em direção à posição depressiva – é o fato de que o que move a transferência é a emergência de um gozo do qual o sujeito nada poderia saber. Por exemplo, vocês se lembram daquele caso do Ernst Kris¹?

PERCURSO Dos miolos frescos?

SAFATLE Acho um caso extremamente exemplar, muito profícuo, para entender esses dispositivos. Temos uma situação em que o analisando descobriu uma forma nova de gozo, da qual ele não pode

nada saber, porque a sua estrutura de oralidade é tal que tudo aquilo que ele faz se imbrica, completamente, no que o outro faz. Por isso ele não pode mais ser autor, não pode mais ser sujeito, não pode ser nada, porque as divisões não estão mais dadas. Emergiu um tipo de objeto oral que tem uma força de conexão extremamente forte. O que faz o analista? Ele faz o papel de quem vai dizer: desse gozo você pode se livrar, você não precisa se confrontar com ele. Porque, olha só, você está dizendo que plagiou, mas não tem plágio nenhum. Está aqui, está evidente. É claro que a única coisa que o paciente pode fazer é reagir a isso, mas ele reage de uma maneira impotente, imaginária, falando: não, mas o que eu quero é comer miolos frescos. O que você poderia pensar? O paciente está num processo transferencial, o analista é colocado na posição de sujeito suposto saber e fala: não, eu sei como a coisa funciona, fica tranquilo, desse gozo que te desampara você não precisa nada saber, você pode voltar às suas funções naturais, pode voltar a ser acadêmico, escrever os seus artigos, não tem problema nenhum. Mas, a questão fundamental do que o paciente está dizendo é que ele não quer mais voltar, ou, algo nele não quer mais voltar... É um exemplo muito bonito, porque é uma inibição da escrita, da autoria, daquilo que o sujeito tem de mais singular. É como se ele falasse assim: não, eu preciso encontrar outra linguagem porque essa divisão do que é meu e do que é do outro já não funciona mais, a linguagem deve agora funcionar em outro regime. Vocês percebem? Esse gozo, que emerge do interior do processo transferencial, destitui o sujeito que não pode mais ser autor. E por que isso não é uma queda numa posição depressiva? Porque esse gozo já é a promessa, e, de certa forma, a potencialidade de uma outra forma de linguagem. E essa outra linguagem problematiza uma série de coisas, porque uma análise que se baseia na identificação ao analista garante ao analisando a reinserção no vínculo social, que se fragilizou. Agora, uma análise que simplesmente destitui o sujeito e o faz se confrontar com um objeto que tem o seu próprio circuito não lhe garante mais esse lugar, o que cria um problema: para onde você vai?

¹ Caso comentado por Lacan no texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PERCURSO Mas existe a possibilidade de o analisando inventar isso...

SAFATLE Essa é uma das possibilidades, verdade, ele pode inventar, ele pode se quebrar, pode fugir, correr para outro tipo de situação, ele tem algumas possibilidades.

PERCURSO Você tem feito uma crítica à política do multiculturalismo que, de certa forma, defende a indiferença às diferenças. Recentemente, em seu último livro *Só mais um esforço*, você propõe a democracia direta, a mudança radical na forma de gestão dos aparelhos produtivos e a restrição ao direito à propriedade privada. Como você tem pensado essas questões?

SAFATLE O multiculturalismo desconhece diferenças, ele é um sistema de gestão de identidades, o que é outra coisa. A verdadeira diferença é uma diferença interna, nunca a externa, nunca é a diferença do que separa um do outro. A diferença é o reconhecimento de que há algo em mim que difere continuamente, ou seja, é o reconhecimento de que o contato com a diferença é fóbico. Por que ele é tão fóbico? Não é porque ele tem que suportar a diferença do outro, é porque ele faz emergir, faz ressoar, aquilo que ainda não encontrou lugar em mim. E isso nos faz lembrar que, como sujeitos, temos uma plasticidade que nos é constitutiva. E que estamos dentro de um jogo de força em contínua reconfiguração. Esse é o problema e isso inexistente no multiculturalismo. É a maneira que o capitalismo encontrou para transformar a experiência da diferença numa gestão ampliada das identidades. Por isso a questão fundamental do multiculturalismo é a tolerância. A tolerância está longe de ser uma categoria política realmente com força transformadora, porque ela é uma categoria de gestão. A questão é como faço para colocar num mesmo espaço aqueles que são diferentes?

PERCURSO Sem conflitos...

SAFATLE Com o mínimo de conflitos possível. A questão política interessante seria como fazer para desconstituir esse espaço e fazer com que os sujeitos entrem num processo de velocidades

infinitas de transformação subjetiva. Ou seja, que eles não tenham mais um território.

PERCURSO Que possa haver deslocamentos de identidades.

SAFATLE Exatamente, que eles não tenham mais uma territorialidade. Ao contrário, eles estão dentro de um processo no qual absorvem continuamente aquilo que parece vir de uma causalidade externa. Isso seria outro tipo de dinâmica. Por isso falo de uma política de indiferença. Indiferença não no sentido de estar indiferente ao outro, mas no sentido de criar zonas de indeterminação. Percebam que o multiculturalismo é, antes de mais nada, uma política de reforço da força biopolítica e disciplinar do Estado.

PERCURSO E de controle.

SAFATLE E de controle, claro, porque o Estado prevê, de certa maneira, quais são os lugares possíveis, e quando não prevê, de uma forma ou de outra, ele integra mais um. Então, nesse sentido, se é uma política de Estado, todas essas experiências de diferenças terão que se orientar a partir da estrutura do ordenamento jurídico do Estado, e a política se transforma, então, numa espécie de ajuste desse ordenamento jurídico, nada mais do que isso. Esse é o risco dessas demandas.

Outra coisa, completamente diferente, é uma política de deposição do Estado ou pelo menos de desinstitucionalização da força biopolítica do Estado, onde este deixa de ser um agente regulador que enuncia as possibilidades da sociedade e vira simplesmente um agente de implicação genérica. Ele reconhece todos, sem que isso se transforme em elemento de ordenamento jurídico. Ou seja,



*Falo de uma política de indiferença,
não no sentido de estar indiferente
ao outro, mas no sentido
de criar zonas de indeterminação*



*essa é a estratégia
clássica do biopoder:
passar a nossa sujeição
por direito*

em última instância, ele deixa de falar, por exemplo, quais são as pessoas que podem se casar, se são pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, e ele simplesmente para de legislar sobre o casamento. Ele para de definir a organização das relações afetivas, o que não é uma questão própria à vida estatal, resolvendo as questões de ordem econômica de outra maneira.

PERCURSO Seria o Estado não entrar no âmbito privado.

SAFATLE Pois é, mas eu nem chamaria de privado nesse caso, porque nunca vai ser privado. A forma de estabelecimento das relações não é privada, ela é a discussão mais pública possível, porque se você mesmo falar que quer que se respeite a maneira como seus circuitos de afeto constituem relações, você já saiu do ambiente privado.

PERCURSO Você já está publicando...

SAFATLE Exatamente, você está pedindo uma certa implicação que, diga-se de passagem, é genérica, e essa é a questão interessante, você não quer só que a sua comunidade aceite, mas que em toda e qualquer situação isso seja reconhecido.

PERCURSO Mas aí não esbarramos num outro problema? Porque os legisladores defendem que isso é para garantir direitos, por exemplo, união estável entre três, poliamor, se estiver registrada num cartório, garante aposentadoria, pensão para os filhos... garante direitos.

SAFATLE Pois é, essa é a estratégia clássica do biopoder: passar a nossa sujeição por direito. É fato que existem questões econômicas nas relações interpessoais, só que, a despeito de legislar sobre

elas, o Estado legisla também sobre as formas afetivas. Não há nenhuma dificuldade lógica em admitir que o Estado regule as relações econômicas e libere completamente as relações biopolíticas. Uma coisa é você declarar, por exemplo, somos em cinco e temos uma união; outra coisa é o Estado definir quais são as uniões reconhecidas. Percebem? A própria função do Estado muda. Nunca fui daqueles que um dia imaginou algum tipo de decomposição final do Estado. É meu hegelianismo, mas acredito que as sociedades precisam de uma estrutura institucional de implicação genérica, quer seja o Estado ou não. O que não dá é retirar o Estado e voltar à comunidade, com todo o peso brutal e restritivo que ela tem. É muito engraçado como a filosofia política contemporânea entrou um pouco na recuperação da comunidade, esquecendo que a comunidade pode ser uma das coisas mais brutais que se possa imaginar. Eu diria que o caminho é para frente e não para trás.

Sendo assim, se o Estado tem essa função, uma coisa é um ordenamento jurídico que regula as formas, a plasticidade da vida social, outra coisa é um Estado que se desinstitucionaliza, ou seja, que atrofia e não amplia o direito. Essa ideia de que nós teremos uma vida mais plena se tivermos a garantia jurídica da nossa realização, isso é um equívoco brutal. Na verdade, é possível uma vida para além do direito, sem atrofiá-lo. Isso significa fazer com que o Estado regule aqueles processos que paralisam radicalmente a possibilidade de a vida encontrar a imanência das suas formas. Um desses processos, por exemplo, é o mercado ou as próprias estruturas institucionais do poder. O que o Estado deveria fazer? Impedir esses atores de gerenciar a vida. Essa pode ser sua função. Nesse sentido, ultimamente andei insistindo muito nesses modelos de não fortalecimento institucional, mas em uma decomposição institucional em um primeiro nível e em um fortalecimento em segundo nível. Você decompõe no primeiro, e garante no segundo. Garante que o campo aberto continue aberto. Porque sabemos quem fecha e quem controla o campo. Então, a função é um pouco essa, permitir que o campo



*a economia produz sujeitos
porque ela faz os sujeitos
internalizarem um modo
de trabalho, um modo de gozo*

aberto continue aberto para que a vida, na imanença das suas formas, possa desenvolver sua plasticidade, plasticidade que lhe é constitutiva.

PERCURSO E a democracia direta que você tem defendido? Como você se posiciona em relação à crítica que se faz às esquerdas no Brasil?

SAFATLE Não há nenhuma experiência política definitiva daqui para frente, que não seja de uma decomposição institucional. Há várias maneiras de se decompor instituições, e uma delas é por apodrecimento. Isso acontece quando elas não realizam aquilo que prometem, o que vai criando uma falta de aderência que mina radicalmente qualquer tipo de sustentação institucional. Vemos, então, emergir uma demanda anti-institucional no interior da vida social, que pode vir como uma demanda de transformação ou de restauração. É o que estamos vendo hoje no Brasil. O que é uma demanda de restauração? Você tem 43% da população que sonha com o golpe militar.

Todo processo de transformação, e essa é uma ideia muito interessante de Marx, é acompanhado por um sujeito reativo. Marx escreve isso no *18 Brumário*, quando fala da revolução de 1848. Ele se pergunta como se perde uma revolução e explica que é por conta de um sujeito reativo, o lumpemproletariado, que, no fundo, quer uma forma de restauração. Percebemos isso nos processos em que temos uma força que puxa para a frente, e outra que puxa para trás que já estava lá.

Acho que 2013 foi, de fato, um ano importante para se entender como é que chegamos a esse ponto. Agora, dito isso, por que não havia uma força que pudesse puxar para frente? A política, em especial a política brasileira, se transformou em debate sobre gestão de processos econômicos, que, diga-se de passagem, não são sequer vistos como efetivamente transformáveis. Você tem uma espécie de acordo, mais ou menos tácito, sobre o que significa gerir a economia, com algumas diferenças aqui e ali, que às vezes fazem diferença, claro, sobretudo para as massas mais desfavorecidas, mas no fundo é mais ou menos o mesmo procedimento com seu padrão de gestão.

Isso aconteceu claramente no Brasil. Com isso desaparece a possibilidade de uma reinstauração de uma ordem econômica, o que não é só um problema ligado à circulação de riqueza.

A economia produz sujeitos – essa é uma ideia muito interessante de Marx – porque ela faz os sujeitos internalizarem um modo de trabalho, um modo de gozo, que é o modo de poupança, de consumo, de acumulação, um modo de uso de si próprio, das suas habilidades. Ela é uma pedagogia, no sentido mais forte do termo, que faz com que você se constitua como sujeito, na sua dimensão mais decisiva, que é a da sua ação, da sua agência social, como produtor. No caso, como produtor de valor. Nesse sentido, não mudar a ordem econômica é fazer com que a política se transforme simplesmente numa questão meramente administrativa.

Só que as pessoas sofrem, e sofrem pela forma como se dá a constituição de suas subjetividades. Foi Adorno quem disse que nas neuroses existe um contorno de verdade. A ideia freudiana de que a produção da subjetividade é um sistema de cicatrizes tem um contorno de verdade. As pessoas sofrem por estarem nessa ordem, não é simplesmente o sofrimento por um fracasso individual: eu queria ser pai e não deu muito certo ou não sei lidar com o amor... Há uma dimensão fundamental de recusa da ordem social no sofrimento psíquico, e é importante entender isso. Existem os conflitos sociais e os conflitos psíquicos. E quando os conflitos sociais não conseguem se agenciar aos sujeitos políticos, esses conflitos psíquicos continuam presentes, operando. Não é à toa que, por exemplo, com o advento de um modo de gestão social como o neoliberalismo, no final dos anos



Há uma enorme proliferação de categorias entre o DSM-1 e o DSM-5. Não há nenhuma área da ciência que descobriu tantas categorias novas num prazo tão curto de tempo

1970, aconteceu, praticamente na mesma época, uma modificação brutal na gestão do sofrimento psíquico. E o que foi que aconteceu? O advento do DSM-3, que é a maior modificação da estrutura de catalogação e descrição do que é uma doença mental em todo o século xx. Aconteceu, então, o desaparecimento das neuroses, da esquizofrenia como categoria decisiva, um processo que vai terminar, inclusive, com o desaparecimento de todas as outras psicoses, como, por exemplo, a paranoia agora com o DSM-5 e um grande aumento do que é da ordem do cancerígeno. Há uma enorme proliferação de categorias entre o DSM-1 e o DSM-5.

Não há nenhuma área da ciência que descobriu tantas categorias novas num prazo tão curto de tempo. O que é isso, a não ser outra forma de gestão social naquilo que a sociedade tem de mais sensível, que são as suas formas de sofrer? Quer dizer, a inscrição das suas formas de sofrimento em patologias. Quando se fala em economia, não se está falando simplesmente em como organizar o processo produtivo, mas também, em última instância, em como constituir sujeitos. Se a política abandona isso, ela abandona o que lhe é fundamental, que é a possibilidade de que nós, ao menos, possamos sofrer de outra forma, que não sejamos condenados a sofrer dessa maneira ou que não tenhamos nosso sofrimento espoliado por certas formas de patologia. Essa discussão desapareceu por completo, principalmente entre nós, fazendo com que ela se transformasse, em última instância, em um tipo de discussão em que, por um lado, você não tem nenhuma tematização do que é a ordem econômica e do que significa modificá-la e, por outro, a possibilidade de reinstaurar a ordem política, que sempre foi o elemento constitutivo.

Você percebe, não foi um movimento da esquerda radical, quer dizer, os liberais tentaram reinstaurar a ordem política, os sociais democratas tentaram restaurar a ordem política.

E o que isso significa? Significa uma compreensão de que, no nosso caso, temos um caráter farsesco da democracia, que agora deixa muito claro como é possível governar sem democracia. Falamos de um país que sabe muito bem o que quer, o que é uma farsa, porque no caso de 1964, tivemos uma das pouquíssimas ditaduras do mundo que conservou um partido de oposição e um congresso aberto. Ou seja, foi fechado pontualmente, mas tinha lá o partido de oposição, tinha o congresso e tinha eleição. Isso em momento algum colocou de fato um problema, no sentido forte do termo, para a gestão de uma ditadura.

Eu insistiria muito nesse aspecto, porque ele demonstra uma questão fundamental que consiste em como fazer sujeitos emergirem dentro do processo político. Isso não foi pensado. Democracia direta era uma das possibilidades no interior desse debate, que deveria estar muito mais em aberto. Porque criticar a democracia, hoje, parece um convite ao totalitarismo, e isso é completamente absurdo. Você pode muito bem criticar uma configuração da ideia de democracia, dizendo que ela não realiza aquilo que ela promete, e que o nosso horizonte final não é a democracia liberal representativa. Isso não significa, nem um pouco, totalitarismo. Dizer que quando se levantou essa questão no passado se levou ao totalitarismo é uma completa falácia. Do ponto de vista histórico, chega a ser mesmo um disparate você imaginar que as experiências totalitárias nasceram de uma demanda de uma democracia mais direta, que isso existia no nazismo e no fascismo. Se tomarmos o caso do comunismo, é muito claro que a partir do momento em que a estrutura de conselhos foi abandonada, todo o processo ruiu, ela foi abandonada muito rapidamente. A partir daquele momento já era outra coisa, estava longe daquilo que tinha sido prometido. Um pouco de honestidade histórica, nesse caso, valeria de alguma coisa.

PERCURSO Você vislumbra algum modelo atualmente? A Islândia seria uma possibilidade?

SAFATLE Eu estive na Islândia. Olha que coisa interessante, já que estou conversando com psicanalistas: quando Lacan resolveu repensar completamente o fundamento da experiência analítica, ele não se perguntou se havia algum modelo que pudesse funcionar. Ele sempre falava: estou só, completamente só, o que não significa estar sozinho. Significa, simplesmente, que tem horas em que você tem que perceber que talvez você vá fundar só; mas, depois, você percebe que essa questão vai ressoar em vários outros níveis. É uma possibilidade de constituição ocorre. Hoje estamos um pouco nesse limiar. É claro que existem certas experiências, aqui e ali, que são interessantes do ponto de vista da democracia direta, mas entendo também que a questão é o que fazer com um país de 200 milhões de pessoas. O Brasil não tem uma população de 320 mil pessoas, não é uma ilha perdida no meio do nada.

Eu diria que talvez nos reste um ato de fundação daqui para frente. E vou terminar, insistindo que a política mundial depara, hoje, com um esgotamento das possibilidades da democracia liberal. Ela não é capaz de limitar experiências totalitárias que acabam por entrar dentro dela. As pessoas ficaram assustadas com o Trump, mas isso entrou no processo e o processo não consegue pará-lo. Lembrem que os nazistas, para subir ao poder, não precisaram suspender a constituição da República de Weimar, que era democrática. Eles utilizaram o artigo 41 sobre o estado de exceção, o que mostra que a democracia não impede as experiências totalitárias. Estamos vendo isso por um lado e, de outro, uma degradação de um certo nível de acordos mínimos. Desse modo, eu apostaria que não há como não se confrontar com a necessidade de a democracia passar para uma segunda fase. É uma questão de tempo, e não sei quanto tempo isso pode demorar. Tivemos uma primeira experiência democrática que faliu, vamos precisar de uma segunda.

Bruno Esposito
 Laís Lima
 Alessandra Balaban
 Roosevelt Cassorla

Suicídios

Realização Camila Junqueira, Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Thiago Majolo e Vera Zimmermann

Alessandra Balaban é psicóloga e mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP. É psicóloga do CRIA, onde atua desde o início da instituição.

Bruno Esposito é psicanalista, psicólogo do CRIA-UNIFESP e especialista em Saúde Mental e Saúde Coletiva pelo Departamento de Medicina Preventiva e Social da UNICAMP.

Laís Lima é psicóloga (PUC-SP), psicanalista e especialista em Psicologia da Saúde (UNIFESP) e em Psicanálise e Linguagem (PUC-SP). Aprimoramento em entrevistas iniciais (UNIFESP).

Roosevelt Cassorla é membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Campinas. É professor titular da UNICAMP.

O suicídio nos levanta muitas questões irrespondíveis. Quem comete o ato deixa de fazer questões; quem fica tampouco poderá respondê-las. Mesmo que encontremos muitos indícios e motivações, mesmo que possamos fabular a história de quem prefere voluntariamente não mais viver, ainda assim o enigma da morte se interpõe de modo insuperável. Somado a isso, o estigma que os suicidas carregam na nossa cultura – estigma este que se desdobra para os amigos e, principalmente, parentes – perpetua um grande silêncio. Ainda, temos medo de que ao falar sobre o suicídio o incentivemos.

Mas, de fato, é uma questão humana, e carente de palavras. Há muitos que, ponderando sobre a existência, ou na dificuldade de ponderar sobre ela, decidem que viver não vale a pena. Albert Camus, em seu livro *O mito de Sísifo*, diz que o suicídio é a única questão filosófica verdadeira, pois há de se estar vivo para filosofar, há de se escolher que a vida vale a pena para tratar de seus mistérios.

A partir de sua visão existencialista, o escritor argelino duvidava da razão pura e dos sentidos da vida. Acreditava que uma ideia levada até o fim, ou um sentido da vida levado até seu extremo, era o mesmo que a morte, uma vez que a vida nada mais era que um absurdo ao qual nos dedicamos. Dizia que, a partir do momento em que começamos a pensar, estamos atormentados. E o tormento insuperável nos abre a escolha pela vida atormentada e consciente, ou a decisão pela morte.

Ultimamente, o suicídio tem se mostrado mais abertamente nas mídias. O jogo virtual *Baleia Azul*, que levou centenas de jovens a tirarem a vida, a série *13 Reasons Why*, sobre a jovem suicida que deixa cartas de vingança àqueles que a machucaram, o suicídio de dois ícones do pop-rock, Chris Cornell e Chester Bennington, entre outras notícias

125

PERCURSO 59 : p. 125-130 : dezembro 2017

nos chamam atenção ao tema. Desde 2014, como um esforço conjunto de diferentes associações, foi instituído o “setembro amarelo” como um mês dedicado à conscientização e prevenção do suicídio, propagando o slogan: “falar é a melhor solução”.

Se fizermos recortes sociais, poderemos identificar traços comuns de maior incidência no número de suicídios entre jovens de quinze a vinte e nove anos, ou da população negra, ou de mulheres que fogem às normas de beleza, ou transexuais, e certamente outros grupos que se encontram mais vulneráveis no estabelecimento e manutenção de laços sociais. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 32 pessoas se suicidam por dia no Brasil; contudo, estimam que 9 entre 10 poderiam ser evitados se as pessoas tivessem procurado ajuda. Nos consultórios, ouvimos pessoas com graves e prolongadas depressões ou graus variados de melancolia aventarem a possibilidade de tirarem a vida.

No campo da psicanálise, Serge Viderman, em *Construção do Espaço Analítico, ao analisar a regra fundamental do tratamento, nos lembra de que ao pedirmos ao analisante que fale tudo o que vem à mente também estamos dizendo que ele não faça nada: que a palavra dê lugar à ação.*

Bruno Esposito, Laís Lima e Alessandra Balaban
Tentativa de quê?

Falamos a partir de uma experiência clínico-institucional com adolescentes e seus familiares, que são, muitas vezes, encaminhados após uma tentativa de suicídio. Recebemos pais e jovens em estado de urgência, criando-nos um impasse constante. No caso de esta urgência ser aceita, passamos a tomar medidas como a intervenção medicamentosa, internação domiciliar ou hospitalar e a realização de diagnósticos precipitados. Por outro lado, uma postura analítica demasiadamente passiva e não responsiva pode lançar pacientes e familiares em um perigoso vazio, colocando em risco a vida desses adolescentes.

Tomaremos aqui a adolescência como um trabalho intenso do psiquismo. Este período da vida, para Freud¹, irrompe “como se escavasse um



*o adolescente busca
uma nova língua, um modo
novo de dizer de si*

A psicanálise, em diferentes correntes, compreende o suicídio como passagem ao ato. Diferente da fantasia suicida, que está inserida na rede simbólica do paciente, o suicídio pode ser compreendido como uma ruptura com o simbólico. Em que medida a insistência em falar sobre o suicídio não implica uma patologização desse ato, relegando seu status ao de falha do simbólico? Será possível pensar o suicídio como escolha e sem condená-lo? Como desejo de morte, ou de pôr fim à vida ou a algum sofrimento ou alguma dor?

Sabemos que os fatores são sobredeterminados, múltiplos, estruturais ou conjunturais e deveras enigmáticos, e que os recursos de manutenção à vida, sejam religiosos, médicos ou de apoio social são fundamentais. Assim, abrimos essa seção para pensar e falar sobre o tema, e para que possamos criar um espaço de escuta e debate sobre o suicídio.

túnel numa montanha” (p. 195) – ao entrar nesse túnel perfurado de ambos os lados, torna-se necessário sair, renascer de outro jeito. Entra-se como um, mas nunca é possível sair do mesmo modo. O adolescente busca uma nova língua, um modo novo de dizer de si; ocorre que as autenticidades que ele encontra para essa nova língua tendem, em nossa atualidade, a qualificar qualquer manifestação como sinal de uma doença.

A crise do adolescente não se encerra nele mesmo. À medida que os adolescentes fazem a travessia, os pais podem ou não se reenviar para a própria história desejante, para sua conjugalidade, sexualidade e sua própria adolescência, trazendo aí mais uma delicada passagem.



nesta lógica imediatista, há uma tentativa de suprir a falta, sem positivá-la como aquilo que promove o desejo

Aquilo que Erikson² denominou de “mora-tória do adolescente” – momento de suspensão temporal para a satisfação futura – é o insuportável na contemporaneidade. Vigora a crença de que é possível e necessária a satisfação de todas as solicitações desses jovens. Solicitações que são substancializadas: inúmeros pedidos como piercings, tatuagens, celulares e roupas são atendidos imediatamente, sem questionamento, anulando assim a metonímia intrínseca ao desejo (raramente há uma pergunta a respeito do porquê e do para quê o jovem afirma querer esses objetos). Não há uma relativização da palavra – a palavra não é escutada como metáfora – e assim a expressão “vontade de morrer” é tomada ao pé da letra e não, por exemplo, como uma tentativa de se saber o lugar que se ocupa no desejo do outro.

Nesta lógica imediatista, há uma tentativa incessante de suprir a falta, sem conseguir positivá-la como aquilo que promove o desejo, o crescimento e a capacidade de se virar na vida (“meu filho vai ter tudo que não tive, não quero que passe pelo que passei”). Do lado do adolescente, a rapidez em conhecer, o fluxo acelerado das informações e a intolerância com aquilo que escapa incitam-no a uma “desinscrição do impossível”³, mantendo o engodo imaginário de que tudo se pode. Quando o limite se impõe, a reação dos jovens é explosiva, impulsiva e compulsiva.

- 1 S. Freud. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. 7, p. 129-251.
- 2 E. Erikson. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
- 3 J. Lebrun. *Um mundo sem limite*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2004, p. 77.
- 4 G. Zalsman et al. Maternal versus adolescent reports of suicidal behaviors: a nationwide survey in Israel. *European Child and Adolescent Psychiatry*, v. 25, n. 12, p. 1349-1359, dez. 2016.

Outro aspecto, bastante perceptível em nossa clínica, diz respeito ao borramento da hierarquia familiar. Os pais aparecem como pares, como iguais, sentem-se premidos a exercer um papel de extrema tolerância, promovendo um ambiente marcado pela liberdade, compreensão, permissividade e intimidade excessiva. Esse extremo favorece o seu avesso: excesso de presença e de ausência se alternam em vários momentos. Ora os jovens são protegidos e investidos maciçamente, como único projeto de vida desses pais, ora são abandonados à própria sorte, “a vida ensinada”, dizem eles.

Esta dicotomia também fica evidente no que diz respeito à produção de um saber a respeito dos filhos: ou se sabe tudo (“meu filho é meu melhor amigo”) ou não se sabe nada (várias mutilações no corpo que sequer são percebidas). Uma pesquisa israelense recente contrapôs relatos de mães e adolescentes sobre a presença de comportamentos suicidas, evidenciando o desconhecimento contundente das mães sobre esses comportamentos. Os jovens relatam três vezes mais a presença desses atos em relação a suas mães⁴.

Encontramos pais que reconhecem a turbulência desse período apenas quando a suposta tentativa da morte bate em sua porta; a morte aparece como única solicitação que não pode ser atendida. A partir daí, delegam ao profissional que sancione e revele o que se passa com seu filho, numa espécie de despossessão de saber acerca deles. Isso vai ao encontro da crença social de que se é possível encontrar uma verdade universal a respeito do sofrimento psíquico e de que esse saber está fora da família, na internet, na medicina, na ciência. Há uma terceirização do saber, que é massificado o tempo todo. Nesse sentido, o sintoma que deveria ter a função de fazer singularidade e ser formação de compromisso passa a ser pertencimento grupal, formação de parceria.

Assim, encontramos uma banalização por parte dos adolescentes do risco que as tentativas de suicídio representam. Esses adolescentes passam a pertencer a grupos dos que se cortam, que ingerem medicamentos em excesso, que tentam se

matar. A tentativa de suicídio aparece como uma solução identificatória possível, uma possibilidade de parceria que é própria da adolescência.

A partir da constatação de que a questão identitária é fundamental na adolescência e se mostra especialmente problemática nesses pacientes, os dispositivos grupais foram se tornando uma das principais ferramentas de intervenção na nossa clínica. Desde a formalização do contrato de tratamento, a proposta grupal tem sido bem acolhida tanto por parte dos jovens como pelos pais – porque estes também participam de grupos de família. A estratégia de grupos tem se mostrado fundamental na aderência ao tratamento, diminuindo sensivelmente os casos de abandono.

Nos grupos, observamos que o discurso sobre o suicídio rapidamente se desdobra em outras temáticas, que podem fazer referência a assuntos mais complexos como conflitos familiares, termos de namoro, questionamentos sobre a existência, assim como assuntos aparentemente muito triviais como marcas de celular, cor de cabelo, piercings, roupas de marca, discussões sobre política e gostos musicais. Nessa fluidez discursiva, os adolescentes vão assumindo uns em relação aos outros diferentes posições: parceiro, conselheiro, autoridade, piadista, experiente ou aprendiz.

“Eu tenho certeza de que sou muito insegura, isto é da minha depressão”, diz Ana. “Como você pode ter tanta certeza assim se você é insegura?”, pontua Maria. “Tentei me matar tomando vários comprimidos, mas a minha mãe descobriu porque achou as cartelas em cima da mesa”, diz Maria em outro momento. “Se você quisesse se matar mesmo, você não deixaria pistas, você já percebeu que você quer bronca o tempo todo?”, questiona Laura. No movimento grupal, se restitui o valor metafórico da palavra quando, por exemplo, a morte ou a psicopatologia passam a ter

Roosevelt Cassorla

O aumento nas taxas de suicídio em adolescentes desafia nossa compreensão. O psicanalista pode



os grupos de família têm o valor de restituir aos pais seu lugar de autoridade e de estabelecimento de limites

outros sentidos e um dos aspectos primordiais da contundência dessas intervenções diz respeito ao fato de elas serem protagonizadas pelos próprios pacientes, ganhando lugar cada vez mais de pares e de autores do próprio saber (o saber não está mais só com os pais ou os médicos).

A posição dos adolescentes em relação aos pais também vai sendo modificada. De plenos, parceiros e amigos, como bem ilustra a frase de Carlos (“amor é só de pai e mãe”), as figuras parentais passam a ser questionadas, adquirindo um novo estatuto. Aparecem suas falhas, seus impasses, seus outros desejos... E Carlos passa a fazer amigos e namorar. Os grupos de família, por sua vez, têm o valor de restituir aos pais seu lugar de autoridade, do estabelecimento de limites, da importância de frustrar, de assumir a impossibilidade de ser tudo para o filho. Não é raro percebermos como, com o tempo, esses pais se recolocam no mundo de outra forma, voltando a trabalhar, interrogando sua vida conjugal, etc.

No contexto da adolescência, a evolução favorável de muitos desses casos nos faz questionar: a tentativa é de quê? Trata-se realmente de suicídio e do mortífero ou de tentativa de ato relacional, de parceria, de valorização da falta, da capacidade de suportar o sofrimento, de fazer furo no saber absoluto? Manter a vivacidade desses questionamentos nos parece o combustível necessário a essa clínica, para que a adolescência possa ser vivida como uma crise que produza múltiplas saídas e significações.

efetuar hipóteses sobre fatores sociais, se consciente dos riscos de reducionismo e ideologização.



*o suicida, qualquer que seja sua idade,
deseja escapar de um sofrimento
vivenciado como insuportável*

É comum considerar nossa sociedade como “narcísica”, no sentido que se bloqueia a consideração pela alteridade. O outro é usado apenas para preencher desejos, necessidades e fantasias. Dessa forma ele é desumanizado. Todos corremos o risco de acreditar que “felicidade” é possuir poder, bens materiais, prestígio ou “ser esperto”. Perdem-se as verdadeiras relações afetivas. Quem não se adapta a esse modelo se sentirá excluído. Não nos cabe, neste espaço, discutir fatores subjacentes a esse modelo, mas o psicanalista não pode deixar de considerar que esses fatores dificultarão o desenvolvimento inicial dos seres humanos, impedindo que vivam na realidade triangular. As defesas narcísicas, maníacas e psicopáticas se tornam “normais” ou se transformam em sintomas psicóticos, melancólicos e comportamentos perversos ou limítrofes. Lembrando que essas configurações coexistem, dentro de cada um de nós. O adolescente é mais vulnerável a essas situações, como veremos adiante.

O suicida, qualquer que seja sua idade, deseja escapar de um sofrimento vivenciado como insuportável. Sua mente não tem capacidade de digerir, simbolizar e elaborar experiências emocionais aterrorizadoras. Ou devido à intensidade e qualidade dos estímulos, internos e externos, ou/e porque sua mente tem dificuldades para transformá-los em pensamento simbólico.

A mente se defende das situações traumáticas utilizando variados mecanismos, que incluem cisões, descargas, transformações em alucinações, recusas etc. Essas defesas podem ser insuficientes e se torna impossível viver com as ameaças de fragmentação e de aniquilamento. O suicida deseja livrar-se desse terror. Ele não quer propriamente morrer, já que a morte é algo desconhecido. Encontramo-nos, portanto, frente a uma

aparente contradição: o suicida deseja eliminar o sofrimento e, para tal, se arrisca em direção ao desconhecido aterrorizante. Seria esse terror desconhecido melhor que o terror vivenciado?

Antropólogos culturais e estudiosos das crenças e religiões confirmam os dados encontrados na clínica psicanalítica. Frente ao desconhecido – da morte e do morrer – o ser humano cria fantasias e crenças que descrevem uma vida pós-morte, idealizada, sem sofrimentos ou frustrações. Um “outro mundo” onde ele será acolhido e compreendido. A fantasia de retorno ao seio ou útero materno (a “mãe-terra”) pode emergir no material clínico.

Nas religiões, poderá ser premiado o indivíduo “bom” ou que morreu como herói (eventualmente matando os “inféis”). O Inferno é o oposto desse Paraíso, mas não costuma ser considerado pelo suicida, já que seu Inferno pessoal está ocorrendo aqui mesmo, na Terra.

As considerações acima nos mostram que o paciente suicida não quer morrer. Ele quer “morrer” e viver, ao mesmo tempo, e o resultado será determinado por inúmeras variáveis internas e externas. Entre estas a possibilidade de o paciente ser acolhido, compreendido e ajudado.

Retomemos à ideia de trauma. Um modelo adequado (e terrível) é a tortura. O objetivo do torturador (que pode ser um carrasco, um agente do governo, um marido ou esposa, um pai, um grupo) é destruir a humanidade do torturado, transformando-o em “nada”. Um bebê se torna “nada” se não é visto ou se é maltratado. As prisões e os campos de concentração fazem o mesmo. A violência social, do dia a dia, leva ao mesmo resultado.

Um paciente em que sua parte psicótica ameaça tomar todo o self vive o sentimento terrível de deixar de existir. Incapaz até de alucinar em forma suficiente – o que daria algum sentido, mesmo que delirante, a seu sofrimento – verá o suicídio como a única saída.

O paciente melancólico, aquele que introjetou um objeto ambivalente assassino, ainda que condenado à morte por seus supostos crimes,

também está em busca do objeto idealizado. Por vezes encontramos, em suas fantasias, o reencontro com pessoas mortas, no outro mundo.

O paciente limítrofe, que necessita da fusão com o outro para sentir-se existente, vivencia uma situação traumática quando o objeto se revela discriminado do self. A presença de uma parte não psicótica faz com que as configurações suicidas sejam menos intensas que no psicótico. Nesses pacientes se torna marcante uma característica que também existe nos demais: o pedido de ajuda. Ele pode ser desesperado e/ou desajeitado. Trata-se de uma solicitação que se faz ao objeto para que ele não abandone, para que se retome a situação fusional. Projeta-se culpa e chantagem. O objeto, se tiver características psicopáticas, poderá aproveitar-se da carência do indivíduo, constituindo-se relações sadomasoquistas.

O adolescente normal, e mais ainda aquele perturbado, retoma as relações simbióticas da infância, tendo que reelaborar as situações edípicas. Por isso o jovem é mais vulnerável a abandonos e intrusões, justamente em um momento de sua vida em que esses fatos estão ocorrendo – o luto pelos pais da infância, pelo corpo infantil etc., somados à intensidade das fantasias sexuais e agressivas. A capacidade ou incapacidade de elaborar situações traumáticas dependerá de como vivenciou as experiências precoces, somado às características do ambiente. Sociedades narcísicas serão inadequadas e mais traumáticas. O bullying não é só dos colegas – é da própria sociedade que não dá condições dignas para seu desenvolvimento.

Existe o suicídio racional. Por exemplo, quando não mais se justifica o sofrimento por

uma doença que não tem cura. O suicídio assistido faz parte desta categoria.

Ainda que as classificações acima possam ter certa utilidade, o psicanalista deve utilizá-las apenas como modelos. Durante o processo analítico diferentes configurações predominarão, a cada momento, e o profissional deverá intuir os fatores para sua manifestação assim como para aquilo que está escondido e/ou não podendo ser simbolizado.

O profissional de saúde, mais ainda o psicanalista, se identifica com seu paciente, ao mesmo tempo que toma distância do que está vivenciando, para poder transformá-lo em pensamento. Desespero e desesperança associados a sofrimento insuportável não simbolizado verbalmente acionam os sentimentos do analista, estimulando-o a investigar possíveis fantasias suicidas. O paciente que percebe que seu analista pode defrontar-se com a morte e as fantasias suicidas se sente acolhido. Encontra um(a) companheiro(a) que não tem medo dos terrores infernais. (Ou melhor, tem menos medo que o paciente). Quando o analista percebe que não dá conta dos fatos, qualquer que seja o motivo, deve utilizar a retaguarda de um colega de profissão e/ou de equipe multiprofissional. E, posteriormente, trabalhar as consequências dessa busca.

Uma ampliação das ideias colocadas nestes Comentários poderá ser encontrada em:

Cassorla R. M. S. (2017). *Suicídio: fatores inconscientes e aspectos socio-culturais*. Uma introdução. São Paulo: Blucher.

Cassorla R. M. S. (2000). Reflexões sobre teoria e técnica psicanalítica com pacientes potencialmente suicidas. Parte 1. *Alter: Jornal de Estudos Psicodinâmicos* (Brasília) 19, p. 169-186; Parte 2. *Idem*: 19, p. 367-386.

O caso da mulher resignada à sua triste sina

Daniel Delouya

Comentado por:

Ana Maria Trapé Trinca e Alejandro Luis Viviani

Daniel Delouya é psicanalista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, presidente da Federação Brasileira de Psicanálise e autor de artigos e livros de psicanálise, como *Depressão, estação psique* (Escuta, 2002) e *Torções da razão freudiana* (Unimarco, 2005).

Ana Maria Trapé Trinca é psicóloga. Mestre e doutora em Psicologia pela USP. Psicanalista Membro Associado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. Professora Assistente Doutora do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da PUC-SP. Coordenadora do núcleo “Clínica Psicanalítica de Crianças: atendimento individual e em grupo”. Autora de várias publicações, especialmente do livro *A intervenção terapêutica breve e a pré-cirurgia infantil* (Vetor). Tem consultório em São Paulo, exercendo atividades de atendimento e supervisão em psicanálise.

Alejandro Luis Viviani é psicanalista. Desenvolve atividades clínicas e teóricas. Coordena grupos de estudo sobre teoria freudiana e laciana e realiza seminários clínicos.

1 Nota do editor Na versão original não revisada, estava grafado “segunda ela”, o que mereceu algumas observações por parte de Alejandro Viviani – um dos comentadores, como pode ser visto adiante.

Em Debate Clínico, a revista Percurso convida três psicanalistas de correntes teóricas e instituições diferentes, um deles como apresentador e dois como comentaristas. Solicitamos que o material e os comentários se atenham o mais possível à clínica, de modo que dela se depreenda a teoria e não o contrário. Cada convidado só conhece os outros dois participantes no final do processo. Com isso, visamos diminuir os fatores paratransferenciais que poderiam inibir a livre e descompromissada manifestação de opinião. Nosso objetivo é superar as divisões em nosso campo, proporcionar movimentos integrativos e estimular a reflexão sobre convergências e divergências na prática clínica.

Vejo essa paciente há vários anos. Quando iniciou o trabalho comigo, ela já havia perdido as esperanças de engravidar e de se tornar mãe. Precisava, segundo ela¹, retomar a terapia (pois já havia feito outra análise) pela aflição constante que a acometia junto a sentimentos de desmoronamento, associados às circunstâncias da vida familiar. Nos primeiros anos de análise, predominava o tormento devido às ambiguidades nas abordagens do ex-marido. Ela fora atraída pelas promessas dele de restituir o aconchego do lar, do casal, mas logo percebia que ele fracassava em assumir o convívio próximo, e sexual, com ela. Aos poucos desprende-se desse apego, dele nela, e, talvez, dela nele. Os relacionamentos com homens continuam ocorrendo esporadicamente, e por períodos curtos. Um interesse e uma certa excitação dão logo lugar a uma sensibilidade e desconfiança quanto ao futuro da relação. Mas suas frequentes aflições se devem

131

PERCURSO 59 : p. 131-142 : dezembro 2017

ao insucesso de seus esforços em cuidar de sua família de origem; em reparar o desleixo de sua irmã e de seu irmão para com a própria vida e a de seus próprios filhos, os sobrinhos da paciente. Os familiares contam com ela, com sua disponibilidade e praticidade, prestando-lhes ajuda afetiva e material, mas não levam em conta as necessidades dela. Sua entrega e fidelidade permeiam também as suas amizades das quais, porém, não deixa de tirar proveito. Não obstante, a exploração de sua boa vontade acaba atingindo a saturação. Já que não é, propriamente, a ingenuidade, crédula e infantil, que rege o seu desapontamento com os outros (ex-marido, amantes, parentes, amigas e colegas do trabalho), fica certa indagação quanto à ausência de queixas dessas situações. Ela as vivia como uma sina à qual tem de se submeter e que só lhe resta lamentar o infortúnio. A paciente não media esforços, afetivos e econômicos, em melhorar as condições de vida de seus sobrinhos que se encontravam, muitas vezes, em situações dramáticas. Porém, essas situações transferiam-na, por outro lado, para um terreno de avassaladora solidão, de desespero e de temor do colapso.

O ambiente de casa de sua própria infância foi bastante turbulento. A lembrança de uma significativa ligação com o pai – uma especial atenção a ela, filha primogênita – foi perturbada pela inconstância da relação entre os pais. A briga do casal levava a mãe a se ausentar de casa por alguns períodos, deixando os filhos desavisados sobre seu paradeiro e a hora de seu retorno. O pai permaneceu em casa mesmo formando outra família em paralelo, enquanto a mãe, frágil em seu desespero, tornara a filha cúmplice da vigilância das traições do pai e de seus ganhos econômicos. Aos poucos a filha rompe com o pai, que continua, para a aflição de todos, morando em casa. Muito jovem, ainda nos anos de colégio, ela começou a trabalhar para se tornar independente. Ela encontrou consolo e atenção junto aos avós paternos (sobretudo a avó, que faleceu um pouco antes da procura da análise comigo). O pai adoece no início de sua vida adulta. Ao visitá-lo no hospital, ele promete esclarecer-lhe ‘as coisas’ com



já nesse estágio, com vinte e poucos anos, ela se mostra ágil nos arranjos práticos do enterro, das pendências do pai, do espólio, da divisão dos bens com os meios-irmãos, etc. É neste pequeno quadro que enxergo o desenho que imprimia em mim ao longo dos anos

a esperança de restabelecerem sua relação. Mas logo, após poucos dias, acaba falecendo. Já nesse estágio, com vinte e poucos anos, ela se mostra ágil nos arranjos práticos do enterro, das pendências do pai, do espólio, da divisão dos bens com os meios-irmãos, etc.

É neste pequeno quadro que enxergo o desenho que imprimia em mim ao longo dos anos. Ela me punha a par desse trânsito em silêncio num cenário tumultuado, tentando manejá-lo, evitando a queixa e o confronto com as personagens em jogo, o que se refletia no trabalho analítico. Recentemente, sua mãe adoece e, em função de seus cuidados, a paciente a convida a morar com ela. Uma situação que gera um desconforto, um incômodo que ela não previa. Para minha surpresa a paciente se queixa, um dia, para o seu avô (paterno), sobre sua mãe. Ela fica impactada, inconformada, com o rechaço dele, criticando-a de que ela não poderia sentir assim para com a própria mãe. Passo a relatar uma sessão de duas semanas após esse episódio. Noto de fato uma mudança, e crescente, em seu modo de reagir ao seu meio.

Atrasada para seu horário, ela chega ofegante, contém o suspiro da pressa de sua chegada, faz uma breve pausa, para logo se reportar a dois sonhos (da noite da sessão anterior) que



*à medida que vou acompanhando
a sua descrição, imagens
surgem em mim, em torno
das quais acabo perguntando,
com certo prazer, detalhes sobre
a máquina de costura,
surpreendendo-me com
os “meus conhecimentos”
nessa área*

ela qualifica de “estranhos”. No primeiro, uma capa de aço (palavra que eu tive dificuldade em entender) que cobre a fileira dos dentes (os seus?) da frente racha em vários pontos e os dentes irrompem, agressiva e lentamente, através dela. No segundo, um papel com a mesma cor de aço encobre as paredes do seu quarto, deixando descobertas as extremidades, ora em cima, antes de alcançar o teto, ora embaixo, antes de alcançar o chão, ora entre as paredes. Já a máquina de costura, que acabou de ‘herdar’ da mãe, é inteiramente coberta por esse mesmo papel de aço (em seu gabinete, e até seus pés e pedal). ‘É isso’ conclui o relato dos sonhos. Na sequência, algo inédito; ela se queixa de forma explícita ‘estou cansada de cuidar das coisas, não posso, não tenho mais condições’, enquanto eu passo a identificar, nas cenas de seus sonhos, algo que transcende os recentes acontecimentos (pequenas reformas na casa da mãe que a paciente comanda para fins de aluguel). O corpo cresce, penso e lhe digo, irrompe pelas vestes como nas crianças quando as roupas ficam pequenas... ela fica um instante em silêncio e logo associa: “é por isso as partes descobertas das paredes...”. Esses são os indícios, no sonho, de algo que se pode designar como ‘crescimento psíquico’, representado pelo corpo que expande e rompe

os invólucros que o contêm. O peso do qual se queixa, lhe digo, não é só e apenas das coisas das quais ela se encarrega, mas ela toma tal conhecimento (o aperto do invólucro; exigências de si que atribui, pela projeção, a outros) pela própria agressividade dessa sua expansão. Digo também algo sobre a boca e os dentes, por onde, na vida, ‘começa’ o corpo.

Nesse momento, lembrei outro sonho de dez dias atrás: nele, um bebê desliza do colo para o chão e, numa segunda cena, a paciente está numa situação erótica com um jovem homem quando a mãe a chama batendo em sua porta. Naquela ocasião, eu interpretei a busca de espaço de brincar (o deslizamento do bebê para o chão) como um desprendimento. Entretanto, o espaço de brincar de adulta (seu desejo, e sexual, junto a um homem) não era resguardado devido à interferência, nela mesma, das carências femininas da mãe.

A paciente, porém, se volta para a máquina de costura que recebeu da mãe e que identifica no sonho: a máquina tem um pedal, ao modo antigo, e tem, também, a opção elétrica lateral. Mas logo discorre sobre a máquina de costura de sua avó paterna, sobre a qual prevê, junto a outros objetos, uma batalha entre as primas quando o avô viesse a falecer. Ela me descreve, animada, a máquina de costura de sua avó, com interesse não admitido de se tornar herdeira desta. À medida que vou acompanhando a sua descrição, imagens surgem em mim, em torno das quais acabo perguntando, com certo prazer, detalhes sobre a máquina de costura, surpreendendo-me com os “meus conhecimentos” nessa área. Nessa conversa verifico que sabe costurar (sabe usar a máquina, mas sem o pedal), e que pretende tecer ‘roupinhas’ para os pequenos sobrinhos (o bebê e sua irmã com pouco mais de um ano de vida). Logo percebo como acabo mergulhado, em meus pensamentos, em cenas próprias da máquina de costura da casa de minha infância, o mundo feminino em torno desta – tecidos, medidas e experimentações – e seus corpos. A figura central, minha mãe ‘de então’, logo me confronta, com certo susto, com a mãe ‘de agora’, a sua velhice e a morte ‘que nos espera’.



Enquanto atravesso essa cadeia penosa de cenas e pensamentos, vejo com certa clareza a condensação de temas do temor da paciente relativo a seus desejos frente à doença de sua mãe e o risco de vida que esta corre. O deslocamento de seu direito de herança feminina junto à mãe, para o da disputa entre as primas em volta da herança da avó..., a máquina *inteiramente* coberta pelo mesmo papel de aço enquanto a mãe está viva, como se o desejo de 'preparar seus próprios vestidos enquanto mulher' devesse ser adiado... (o sonho evocado de sessão anterior – a interferência da mãe no envolvimento da paciente com um jovem – fala de 'outra doença' da mãe, carências femininas, que adia, no terreno das identificações, a maturação do desejo da paciente). Esses pensamentos me ocuparam enquanto noto que o tempo da sessão se esgotou.

134

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Não vejo necessidade de prolongar o relato. Entretanto, gostaria de colocar em relevo três pontos que despontaram ultimamente na maneira em que a paciente se apresenta, bastante mudada, provocando em mim vivências da ordem do *imprevisto*:

Uma amizade com um vizinho nesse período começa a obter certo colorido. Eles saem para conversar e beber. No dia seguinte ela acorda com certos mal-estares. Conversões sobre as quais toma consciência, o que lhe traz logo alívio e permite-lhe prosseguir com os seus dias. Ela acrescenta que a sexualidade foi sempre algo que a deixava afobada e desesperada, mas agora se sente diferente... Ela se sente, me diz, com mais tempo – intervalo – para lidar com isso.

Ana Maria Trapé Trinca

Aceitar fazer comentários sobre um material clínico praticamente às cegas é sempre um enorme desafio. Não sabemos quase nada sobre a paciente. Não sabemos nada sobre o/a analista. Temos em mãos um relato resumido de impressões colhidas ao longo de anos de atendimento, assim como fragmentos de sonhos, que resultaram

uma amizade com um vizinho nesse período começa a obter certo colorido. Eles saem para conversar e beber. No dia seguinte ela acorda com certos mal-estares. Conversões sobre as quais toma consciência, o que lhe traz logo alívio e permite-lhe prosseguir com os seus dias

No planejamento de suas férias com colegas, ela se recusa a assumir o papel da única mulher que faz tudo (única que dirige, cozinha, etc.).

Ela se queixa, se indigna, de modo nunca visto por mim, manifestando uma postura mais firme em relação aos abusos de seus próximos...

Para concluir, queria me deter rapidamente sobre a palavra acima, *o imprevisto*: se escrevi sobre ela é por esses imprevistos que, como relatos psicológicos, podem parecer banais. Os imprevistos, vividos como tais pelo analista, se situam, em cada análise, na cadeia dos vários 'golpes', de *après-coups*, dos confrontos com o tempo, cerne da vida psíquica. Porém, aqui, me refiro àqueles momentos em que essas surpresas nos fazem 'cheirar' algo dos fins de uma análise.

significativos para o profissional, que ele oferece para leitura e possíveis interpretações. É tarefa curiosa, pois não temos a presença viva do analista, que permitiria ao ouvinte, numa exposição oral, captar nuances de sua expressão e de sua fala, ao transmitir em viva voz sua experiência emocional. Não há, também, a oportunidade de



Inferimos que as condições familiares de sua vida precoce não lhe ofereceram segurança básica para a constituição de uma organização mental estabilizadora. O ambiente familiar, conturbado, fez a paciente sofrer

considerar pontos que, ainda a serem esclarecidos, ajudariam a construir pensamentos clínicos organizadores. Ficamos restritos, pois, àquilo que é delineado pelo texto configurado. No caso, temos, por felicidade, um relato redigido com sensibilidade, cuja leitura nos insere numa rica experiência emocional vivida pela dupla. Com este material, temos de nos haver.

Mas o que, neste texto, ressalta? Quais são os pontos significativos das dificuldades emocionais que impuseram à paciente ir em busca de ajuda? Se pouco sabemos de sua vida, as informações escassas são expressivas. Inferimos que as condições familiares de sua vida precoce não lhe ofereceram segurança básica para a constituição de uma organização mental estabilizadora. O ambiente familiar, conturbado, fez a paciente sofrer. Seus pais não se entendiam, sua mãe não suportava os embates e ia embora, desaparecia. Ela, criança, não tinha como avaliar a situação. Quem tinha razão? A mãe? O pai? Em quem acreditar ou confiar? Naqueles primórdios, uma menina podia se aventurar a amar incondicionalmente pai ou mãe? Como lidar com os desejos edípicos, se a mãe era uma rival tão frágil? A instabilidade emocional presente fez-se constante, porque as figuras básicas de identificação se mostraram inconstantes.

No vir a ser mulher, a paciente abdicou em parte de se identificar com a mãe, mulher frágil, desorganizada e instável. O fato de a paciente ter perdido a esperança de ser mãe é altamente sugestivo disso. Por outro lado, quanto ela poderia ter se sentido responsável pelos desentendimentos familiares? A cada vez que a mãe desaparecia, não haveria uma satisfação profundamente oculta, reveladora no íntimo de poder enfim realizar os sonhos edípicos? Quanto a juvenzinha deve ter odiado a mãe pelos sofrimentos que lhe causava... e quanto ansiava pelo seu retorno...

Tanta coisa se passava na mente da criança, frente às experiências emocionais disruptivas, constantes e conflitantes. Que condições internas a garotinha possuía para dar conta de tantos conflitos? Qual a força de vida que a sustentava? Quem a amparava em momentos de tristeza, de desesperança e de sentimentos profundos de perda da mãe, quando esta desaparecia? Depois, necessitou também abdicar do amor paterno, com quem tinha “significativa ligação...”, pois sucumbe às propostas maternas de retorno afetivo. Voltou-se então à mãe, contra o pai. Nesse jogo de perdas afetivas, não pôde sustentar seu relacionamento adulto, que havia constituído idealmente (idealizava que o marido lhe desse o lar e a família que não havia tido). Pelas dificuldades com as figuras significativas, tornou-se uma mulher submetida ao relacionamento instável, necessitada de amor, de sustentação emocional e financeira, à procura da família ideal.

Mas a vida continua e exige ações. E a sua ação foi assumir o papel de cuidadora e “mãe” de sua família original. Ocupou-se em cuidar, reparar e proteger os familiares, transferindo a esse grupo os cuidados que não teve. Por meio dessa atenção, tentava projetivamente cuidar de si mesma, colocando-se no lugar dos necessitados. Era, porém, uma atenção de mão única, pois não sentia o retorno afetivo, que almejava, como retribuição. Vivia em estado de angústia constante, e seus sentimentos de desmoronamento eram indicativos da falta de sustentação interna e da instabilidade de bons objetos internos. Tudo de que necessitava

era ser amada a fim de se sentir existente para os objetos de amor. Na frieza e no distanciamento destes, os sentimentos com tonalidade depressiva predominavam. Não conseguia se apresentar em inteireza e vivacidade por não se acreditar merecedora de reconhecimento afetivo. Tentava manter-se existente por meio de boas ações.

Ao trazer sua mãe para casa, quando esta adoeceu, teve que lidar com ambivalências de ordem afetiva: por um lado, o desejo adulto de cuidar da mãe da atualidade, e, também, o contrário, que eram os ressentimentos antigos, os desencantos das lembranças indeléveis não suficientemente elaboradas. Emoções antigas afloraram e interpuseram-se na relação direta com a mãe atual. Evocando situações antigas, a mãe atual foi transvestida na mãe de outrora. O desencanto e a aflição desencadeados por esse reencontro levaram a paciente a buscar refúgio na figura do avô paterno, com quem esperava compartilhar a angústia. Queria dele a confirmação de que sua mãe era matematicamente inadequada, tal como a via quando pequena, e que teria razão em considerá-la assim. A posição do avô foi um choque de realidade, já que ele se colocou como balizador de sua condição de mulher adulta, que deveria assumir seu lugar como tal, abandonando a perspectiva infantil de lidar com aquela mãe, efetivamente frágil e necessitada de cuidados. Não obteve do avô, firme representante da figura paterna, o respaldo e o apoio aos ataques contra a mãe, já que, como lei, ele se apresentou no papel de organizador e repressor dos impulsos infantis aflorados.

Seria o caso, agora, de tentar retomar a figura paterna, falando sobre o pai verdadeiro, o pai que morreu de fato antes de poder dar à paciente explicações relativas ao que se passara no passado. Supostamente, o falecimento prematuro desse pai tornou impossível à paciente ter outra versão a respeito das tragédias familiares que moldaram suas experiências emocionais. Manteve-se, assim, num vazio de conhecimento, permanecendo o não dito, que prima em propor fantasias de toda ordem. A morte do pai veio eliminar a expectativa

»»

*há uma proposta,
por parte do analista,
de conduzir aos sonhos, levando
em conta experiências que
aparentemente foram de grande
impacto emocional. De certo modo,
durante o tempo de análise,
a paciente esteve recebendo,
captando e elaborando novos
contornos de si mesma*

da possível retomada dos vínculos afetuosos, bem como impedir, enfim, a paciente de perdoar o pai. Nada disso pôde se concretizar. Novamente o pai se mostrou inconfiável, não cumpriu o prometido. Morreu.

Curiosamente, o analista teve a atenção despertada pelas mudanças observadas na paciente logo após o evento com o avô, e convida a penetrar nos meandros dos sonhos relatados por ela duas semanas após. Há uma proposta, por parte do analista, de conduzir aos sonhos, levando em conta experiências que aparentemente foram de grande impacto emocional. De certo modo, durante o tempo de análise, a paciente esteve recebendo, captando e elaborando novos contornos de si mesma; nos últimos tempos, esses contornos foram se delineando mais claramente. Ela apresentou dois sonhos, que se mostraram significativos. Lendo-os, percebemos sua riqueza simbólica, e podemos compreender o impacto que a descrição desses sonhos causou no analista. Buscando um entendimento da psicodinâmica da paciente com os dados de que dispomos, é possível focalizar, a partir da ordem cronológica, o sonho lembrado pelo analista, que lhe fora relatado dez dias antes, poucos dias depois do impacto que a paciente teve frente ao posicionamento de seu avô.



*descobrir o que significa
agressividade em todas as
suas nuances, discriminando-a
da destrutividade e da violência,
é uma tarefa que lhe exige muita
perspicácia. Quando não há esse
aprendizado, tudo pode ser
confundido e reprimido pelo temor
de prevalência do que
é mais danoso*

O sonho contém duas cenas. Primeiramente, refere-se à situação de um bebê que desliza do colo para o chão. Retomando, agora, nosso comentário sobre a reação da paciente frente à “bronca” de seu avô, algo estava se configurando em sua mente, no sentido de ir em busca da apropriação de si mesma de modo mais efetivo. A resposta do avô pode tê-la conduzido a dar mais um passo nessa direção. O bebê que desliza do colo para o chão representa claramente o movimento de quem sente ter força suficiente para se arriscar a experiências de enfrentamento autônomo do mundo, sem estar sustentado pelo colo alheio. A expressão de um crescimento, portanto. A segunda cena desse sonho, como se fosse o segundo capítulo de uma série, mostra a paciente em situação erótica com um homem jovem, quando é interrompida pela mãe que bate à porta. Ela, de modo adulto, não pôde se apropriar de seus desejos, pois a mãe/mulher que a habita se interpôs e interrompeu seus anseios de liberdade e realização feminina. Se o bebê quer liberdade e crescimento, há impedimentos que dizem não poder ir tão rápido assim. Um desses impedimentos diz respeito à mãe edipicamente ciumenta; outro, à mãe hostil e rejeitadora da feminilidade da filha. De novo, tem papel relevante a combinação dos

fatos infantis para dar a tônica dos impedimentos ao crescimento mental.

Retomamos, então, o sonho atual, em que “uma capa de aço [...] que cobre a fileira dos dentes (os seus?) da frente racha em vários pontos e os dentes irrompem, agressiva e lentamente, através dela”. Passa-se do símbolo do bebê aos dentes agressivos, que têm que estar envoltos numa capa de aço. A agressividade latente torna-se patente. Impedidos de realizarem ações vitais, têm que se manter contidos em sistemas extremamente rígidos, de modo a não exercer o que, por direito, lhes é atribuído: morder, rasgar e moer, permitindo a digestão e a deglutição de elementos estruturalmente complexos. Por meio de ações aparentemente agressivas, o ser humano lida com a sobrevivência. Mas também aprende como deve usar os recursos. Descobrir o que significa agressividade em todas as suas nuances, discriminando-a da destrutividade e da violência, é uma tarefa que lhe exige muita perspicácia. Quando não há esse aprendizado, tudo pode ser confundido e reprimido pelo temor de prevalência do que é mais danoso. A capa de aço que racha traz a esperança de a paciente poder se arriscar a conhecer e a lidar com sua agressividade. O sonho da máquina de costura vem complementar e clarificar esse movimento interno de libertação, bem expresso pelo analista. As paredes cobertas de papel semelhante ao aço, que apresentam falhas, dão continuidade à compreensão dos movimentos internos de expansão e de abandono de sistemas mentais rígidos, relacionados ao passado infantil. O prazer com que o analista interagiu, ao se introduzir em conhecimentos relativos às máquinas de costura e ao deixar-se levar por imagens que o conduziram a lembranças da infância ligadas a essa atividade, transformou-se num momento favorável da contratransferência, sugestivo de uma aproximação da paciente a objetos internos tanto masculinos como femininos, agora mais consistentes e realistas. A máquina de costura do sonho, completamente recoberta com papel de aço, é substituída por uma máquina de costura viva e dinâmica, nas imagens compartilhadas entre



analista e paciente. O que estava morto e paralisado se vivifica, mostrando a riqueza dos movimentos internos da paciente e seu caminhar para a superação dos objetos danificados, rejeitadores e hostis, que poluíam sua vida interior. A “morte que nos espera” representa, pois, tanto a morte real e inevitável que todos enfrentam, quanto significa a “morte” necessária, ou a superação, dos objetos deteriorados e estragados, que poluem, como “mortos-vivos”, nossa vida interior.

Alejandro L. Viviani

Agradeço o convite para esta atividade que propõe abrir e manter um espaço de diálogo que se suporta a partir das diferenças de linhas, leituras e estilos. Sabemos das dificuldades de abordagem que criam as limitações em um texto produto de discursos sobrepostos, espaço, tempo, distorções e a exclusão de um sujeito que fala e escuta. Dentro dessas adversidades, tanto para os apresentadores como para os comentaristas, tentarei levantar algumas linhas para serem investigadas, colocar algumas hipóteses e conjecturas.

Como exemplo de uma das dificuldades temos na terceira linha do texto um *lapsus calami*, erro de escrita, “segunda ela”, que não podemos considerar um erro de digitação pois a letra “a” e a letra “o” estão bem distantes uma da outra. Da mesma forma, na situação analítica nunca consideramos um *lapsus linguae* um erro da fala senão uma expressão do inconsciente com a qual o analisante terá que trabalhar. Assinalado isto, sobre o *lapsus* nada podemos dizer pois não há alguém que diga algo sobre ele.

Neste exercício de leitura vou só apontar a modalidade de abordagem do discurso do relator: começa na modalidade escópica (“Vejo”, “enxergo”, “vejo com”, “não vejo necessidade”, “imprevisto”) e finaliza em uma forma olfativa (“cheirar”).

“Quando iniciou o trabalho comigo ela já havia perdido as esperanças de engravidar e de se tornar mãe. Precisava, segunda ela, retomar a terapia (pois já

considero tão importante saber por que alguém interrompe uma análise como também saber por que não retorna com o/a analista anterior e qual era a temática que estava sendo tratada no momento da interrupção

havia feito outra análise) pela aflição constante que a acometia junto a sentimentos de desmoronamento, associados às circunstâncias da vida familiar.”

Considero tão importante saber por que alguém interrompe uma análise como também saber por que não retorna com o/a analista anterior e qual era a temática que estava sendo tratada no momento da interrupção. Nessa mudança de analista está presente a ideia de uma separação e quiçá uma perda.

“Havia perdido as esperanças de engravidar.”

Perda. Não sabemos se essa frase é uma conclusão sobre alguma destas alternativas: é impossível realizar o desejo de ser mãe / não deseja ser mãe / não deseja um filho / perdeu as esperanças de fazer “um pai” / perdeu as esperanças na eficácia do “Nome do Pai”, pois é este que introduz o desejo inclusive de ter um filho. Haveria outros enunciados possíveis. Pelo não dito seriam linhas pendentes a serem aprofundadas.

“Aflição (sentimento de dor, angústia, sofrimento) constante que a acometia (surge, irrompe, de forma agressiva) junto a sentimentos de desmoronamento (cair, desabar), associados às circunstâncias da vida familiar. Nos primeiros anos de análise,



a desconfiança em relação
ao(s) homem(ns) se apoia na incerteza
que produzia a posição da mãe.
Isso nos permite conjecturar
que o(s) homem(ns) está(estão)
para ela numa posição relacionada
à posição materna

predominava o tormento (sofrimento, angústia)
devido às ambiguidades nas abordagens do ex-marido
(separação?).”

Se entendemos a queixa como uma expressão
de dor, de sofrimento, essa mulher, sem dúvida,
se queixa desde o começo da análise.

“Ela fora atraída pelas promessas dele de restituir o
aconchego do lar, do casal.”

Nesse ponto não sabemos se a restituição que
quer é em relação ao que teve com o ex-marido ou
em relação ao lar da infância ou ao casal parental.

“Aos poucos desprende-se desse apego, dele nela, e,
talvez, dela nele.”

A palavra “talvez” indica que não há certeza
do desprendimento dela, da separação.

Esta frase: “desconfiança quanto ao futuro da
relação” junto a esta outra: “levava a mãe a se
ausentar... deixando os filhos desavisados sobre seu
paradeiro e a hora de seu retorno.” nos permite
pressupor, retroativamente, que a desconfiança
em relação ao(s) homem(ns) se apoia na incerteza
que produzia a posição da mãe. Isso nos permite
conjecturar que o(s) homem(ns) está(estão) para
ela numa posição relacionada à posição materna.

“suas frequentes aflições (sofrimentos) se devem
ao insucesso (fracasso) de seus esforços em cuidar”,
“em reparar o desleixo (falta de cuidado)”, “con-
tam com ela”, “não levam em conta as necessidades
dela (quais?)”, “Sua entrega e fidelidade permeiam
também as suas amizades das quais, porém, não
deixa de tirar proveito.” (não deixa de tirar proveito
das amizades ou da sua entrega e fidelidade, ou
da entrega, fidelidade e amizade?). “Ela as vivia
como uma sina (fatalidade, destino) à qual tem de
se submeter e que só lhe resta lamentar (queixar) o
infortúnio”. “Porém, essas situações transferiam-na,
por outro lado, para um terreno de avassaladora
solidão, de desespero e de temor do colapso (des-
moronamento).”

Desses recortes podemos levantar uma hipó-
tese: o sintoma dessa mulher, do qual se queixa
desde o começo, é cuidar, faz do cuidado uma
entrega na qual fracassa, não deixa de tentar, in-
siste em preencher a falta de cuidados, cuidando
e fracassando, mas tirando proveito desta cena à
qual é impelida por uma sina. Esta sina, de onde
surge? Quem lhe impõe esse destino ao qual ela
se submete? Lembremos que Freud já dizia no
caso Dora que o sintoma é dedicado a alguém,
que ele traz um benefício primário, isto é, alguma
satisfação, e corresponde a uma fantasia.

“uma significativa (?) ligação com o pai – uma
especial atenção (que tipo de atenção?) a ela, filha
primogênita – foi perturbada pela inconstância da
relação entre os pais. A briga do casal levava a mãe
a se ausentar” (abandono, separação?)

“enquanto a mãe, frágil em seu desespero, tornara a
filha cúmplice na vigilância das traições do pai e de
seus ganhos econômicos.” “Aos poucos a filha rompe
com o pai [...] Ela encontrou consolo (aliviar a afli-
ção) e atenção junto aos avós paternos [...] O pai
adoece no início de sua vida adulta. Ao visitá-lo no
hospital ele promete esclarecer-lhe ‘as coisas’ com a
esperança de restabelecerem sua relação.” “sua mãe
adoece e, em função de seus cuidados, a paciente a
convida a morar com ela. Uma situação que gera
um desconforto, um incômodo que ela não previa.
Para minha surpresa a paciente se queixa, um dia,

para o seu avô (paterno), sobre sua mãe. Ela fica impactada, inconformada, com o rechaço dele, criticando-a de que ela não poderia sentir assim para com a própria mãe.”

Nesses fragmentos encontramos o pai com quem a analisante tinha uma ligação significativa perturbada pela relação dos pais. Seria interessante aprofundar esses enunciados. A mãe se ausenta, vai e volta, a torna sua “*cúmplice na vigilância*” das traições (ela também foi traída?), vigilância da sexualidade do pai e dos ganhos econômicos. Quem está vigilante está em estado de alerta, de cuidado. Não sabemos o que é que ela diz sobre esta situação mas a mãe lhe atribui esse lugar e ela o aceita. Quiçá essa cena pode ser o indício de que sua “*sina*” seja atribuída à mãe. Não sabemos por que, será por aliança com a mãe que rompe com o pai? O pai aparece aqui como um homem sexuado e produtivo a quem ela vigia: como filha? Como mulher? O pai morre e “*as coisas*” nunca se esclareceram. A análise é um bom lugar para se reconciliar com o pai, reposicionar-se em relação aos significantes da sua função.

Continuando com a hipótese anterior: o incômodo, o desconforto que ela não previa é que aquela a quem ela atribui “*a sina*”, “*cuidar*”, tenha que ser cuidada por ela. Reatualiza a queixa e recorre ao avô paterno. É interessante que na procura de alívio ela se encaminha para a linhagem paterna. E encontra o “*rechaço*”; na tentativa de liberar-se dessa “*sina*”, fracassa. Da linhagem materna não sabemos nada. Tampouco sabemos o nome dela.

O desespero é uma identificação com a mãe? E o sexo e os ganhos econômicos são identificações com o pai?

Entre hipótese e conjecturas (de uma histeria) estamos até aqui na versão imaginária do sintoma, metáfora que expressa alguns traços para avançar na construção da fantasia inconsciente.

Como disse, há uma relação entre sintoma e fantasia inconsciente. A fantasia inconsciente tem algumas características: define a posição do sujeito, implica uma organização libidinal, uma fixação pulsional e realiza um desejo dentro de



*o Outro é um lugar,
lugar de todos os significantes
menos um que daria conta de todo
o sistema, esse lugar é ocupado
originalmente pela “mãe”,
de onde virão os significantes
que permitirão constituir,
no psiquismo da criança,
esse outro lugar
que é o inconsciente*

uma fórmula. Nessa formulação o sujeito tenta recuperar uma posição de objeto e um gozo. Ambos irrecuperáveis, perdidos em relação a um outro que dava corpo ao Outro. O conceito de Outro gera um pouco de confusão. O Outro é um lugar, lugar de todos os significantes menos um que daria conta de todo o sistema, esse lugar é ocupado originalmente pela “mãe”, de onde virão os significantes que permitirão constituir, no psiquismo da criança, esse outro lugar que é o inconsciente. Portanto dizer que o inconsciente é o discurso do Outro quer dizer que o Outro é o inconsciente onde o sujeito se constitui e emite seu discurso. Na fantasia o sujeito atribui ao outro uma demanda e um desejo para responder. Do discurso familiar surge um romance que o sujeito cria para si. O preço de ser objeto o exila como sujeito. Esta formulação, da qual o sujeito nada sabe, está em conflito com a defesa que se opõe à sua realização. Desse conflito surge uma formação substitutiva que é o sintoma, condensação ou metáfora que, à medida que responde às duas exigências, vai comportar sofrimento e prazer. Em “*Batem numa criança*”, Freud deixa claro tanto os componentes da fantasia inconsciente como a impossibilidade de interpretá-la, mas sublinha a necessidade de construí-la. A fantasia inconsciente faz parte do



*como já disse,
ela se queixa desde o começo
e o tempo todo. O que não
fica claro é como essa posição
apontada pelo analista se refletia
no trabalho analítico.
Se essa leitura do analista
permitisse situar uma posição
transferencial seria
muito importante*

saber inconsciente, saber que o sujeito não sabe mas que a análise permite desocultar, revelar pelos traços encontrados no interdito dos lapsos, chistes, sonhos, sintomas, enfim na associação livre. Como sabemos a teoria psicanalítica é uma teoria da clínica.

Esse cuidar, do qual a analisante “*não deixa de tirar proveito*”, expressa um gozo do sintoma.

Dizemos que essa mulher cuida, fracassa, tira proveito em um movimento repetitivo onde o que repete é o fracasso de cuidar. Isso nos indica a diferença entre o que quer repetir e o que repete. O que quer repetir não sabemos, pois seria necessário seguir as linhas que nos permitissem construir essa fantasia, onde se enunciaria o que quer repetir.

“*Ela as vivia como uma sina (fatalidade, destino) à qual tem de se submeter e que só lhe resta lamentar (queixar) o infortúnio*”. “*Porém, essas situações transferiam-na, por outro lado, para um terreno de avassaladora solidão, de desespero e de temor do colapso (desmoronamento)*.” A submissão e o sacrifício a essa “*sina*” lhe permitem um lugar onde ela se define e é reconhecida pelos outros, lugar de infelicidade apesar do gozo que tira dele. Por

que isso a desloca para a solidão, o desespero e o temor do colapso?

Nessa trama se apresenta a angústia como a expressão mais real dessa formulação imaginária. Continuar com esse sintoma a levaria a anular-se subjetivamente, perder-se na ilusão de reencontrar um gozo impossível, angústia como sinal de perigo, desespero, desmoronamento subjetivo. Curar-se do sintoma, sair da “*sina*” de submissão ao outro implica separação e perda em relação à “*sina*”, atualização da angústia de castração, desmoronamento da cena e a consequente solidão com seu desejo. Aparente e falsa aporia.

Essa fantasia inconsciente, da qual nada sabemos, está presente desde o começo da análise amarrada ao sintoma. O trabalho associativo é o que nos permite avançar nessa linha.

“*evitando a queixa e o confronto com as personagens em jogo, o que se refletia no trabalho analítico*.”

Como já disse, ela se queixa desde o começo e o tempo todo. O que não fica claro é como essa posição apontada pelo analista se refletia no trabalho analítico. Se essa leitura do analista permitisse situar uma posição transferencial seria muito importante, pois aí poder-se-ia estabelecer o diagnóstico.

“*se reporta a dois sonhos (da noite da sessão anterior)*”, do que falava nessa sessão?. No primeiro sonho: *capa de aço* (qual a dificuldade de entender?, o analista perguntou?)

“*que cobre a fileira dos dentes (os seus?)*” (quem pergunta?), [...] “*agressiva*”. Presença da pulsão oral e agressiva. No segundo: “*um papel com a mesma cor de aço encobre as paredes do seu quarto, deixando descobertas as extremidades*”... “*a máquina de costura, que acabou de herdar da mãe, é inteiramente coberta por esse mesmo papel de aço*”. É diferente “*um papel... cor de aço*” de “*mesmo papel de aço*”. O que ela poderia associar com essa diferença?

A analisante faz uma associação: “*estou cansada de cuidar das coisas, não posso, não tenho mais condições*”. Essa “*queixa*” pode supor-se ligada à herança materna, ou seja, o desespero, o cuidar, “*a*

sina”, e ao “*papel de parede*” (que enfeita ou protege ou cuida a parede? mas não é suficiente) ou ao “*papel*” no sentido de representação de uma personagem?

Nas associações do analista não fica clara a relação com acontecimentos anteriores como também o que ele designa como ‘*crescimento psíquico*’.

Quando o analista intervém e ela associa: “*é por isso as partes descobertas das paredes...*” é uma confirmação ou é uma resposta transferencial sintomática na linha do cuidar?

O analista lembra outro sonho: “*nele, um bebê desliza do colo para o chão*”. Esse bebê a representa com a mãe, ela mãe com o bebê que desejaria ter, o que representa? Quais foram as associações da analisante?

O analista continua associando até com as carências (quais?) femininas da mãe.

“*A paciente, porém, se volta para a máquina de costura*”: por que o analista escreve “*porém*”? A palavra “*porém*” indica uma oposição ou restrição ao que o analista disse antes. Ela faz outra associação onde aparece o antigo e a opção moderna, a batalha entre mulheres e outra herança, diferente à da mãe, a da avó paterna da qual só sabemos que com ela encontrou “*consolo e atenção*” e que faleceu. Campo propício para tomar essas linhas e continuar o trabalho associativo, também, com o resto dos elementos do sonho.

“*Nessa conversa verifico que sabe costurar (sabe usar a máquina, mas sem o pedal), e que pretende tecer ‘roupinhas’*”.

“*conversa*” – Que conversa?

Ela sabe: sabe costurar de forma moderna e também sabe tecer.

“*e que pretende tecer ‘roupinhas’ para os pequenos sobrinhos (o bebê e sua irmã com um pouco mais de um ano de vida)*.” Ela introduz algo diferente: o tecer. Tecer para os pequenos, o bebê e sua irmã. Por que importa tanto para ela o bebê e sua irmã?

Na descrição da máquina da avó, o analista “mergulhado” em seus pensamentos deixa de escutar o que ela diz sobre o investimento libidinal nas crianças e na vida. O analista se perde em seu prazer e em seu temor a respeito da velhice e da morte. O passar do tempo e “*o tempo da sessão se esgotou*”.

Freud formula que o sonho se utiliza do duplo sentido das palavras, o analisante tem que associar com cada parte do sonho, o analista tem que mostrar só o que lhe é mostrado. Lacan, seguindo a Freud, reafirma que o sintoma fala na sessão, Isso fala, o sonho situa o problema do enigma do desejo, o mesmo onde o sintoma funciona como máscara. Isso fala no inconsciente, no Outro, lugar da palavra. O analista escuta (atenção flutuante, neutralidade) o Isso que fala “livremente”, um discurso. Um emissor e um receptor que devolve a mensagem. Quando o analista é tomado por pensamentos sobre si mesmo, nesse momento, ele sai do discurso analítico.

Dentro do “*imprevisto*” encontramos as “*conversões*”: de que se trata?

“*Ela se queixa, se indigna, de modo nunca visto por mim, manifestando uma postura mais firme em relação aos abusos de seus próximos*”. Se queixa do abuso dos outros e também se queixa do proveito que ela tira? Deixou de tirar proveito?

Não sabemos que significa “*cheirar algo dos fins de uma análise*”. O que é que o analista entende por fins de uma análise?

A trama começou a ser tecida, algumas linhas lançadas para continuar a trama e posteriormente poder cortar e costurar, fios e cadeias significantes. Estamos no começo de uma análise, no caminho que vai do sintoma do qual o analisante tem que se curar ao sintoma, Nome do Pai, do qual ninguém tem que se curar. Costurando o corpo, a pulsão e o desejo à lei é possível articular a letra do gozo.



Educação para a vida

Susan Markuszower

Resenha de Luciana Saddi, *Educação para a morte*, São Paulo, Patuá, 2017, 132 p.

O terceiro livro de ficção da psicanalista e escritora Luciana Saddi convida o leitor a um mergulho na intimidade de uma menina, de uma adolescente e de uma mulher adulta. Não importa muito saber se as personagens nas várias histórias são uma só ou a mesma. O que vale realçar é a intimidade compartilhada com o leitor.

O título do livro, *Educação para a morte*, surpreende, parece quase um paradoxo. Será que devemos educar para a morte? A morte não é sempre um acontecimento trágico e por esse motivo preferível ocultar das crianças? Nós, adultos, acreditamos muitas vezes que as crianças não são capazes de entender a morte. O desaparecimento para sempre de um ente querido pode ser considerado doloroso demais para a criança.

Geralmente os adultos, como descrito no livro por Saddi, a mãe da protagonista, encontram na omissão do real acontecimento, uma grande aliada para a tendência a criar imaginariamente um mundo desprovido de crueldades e impotências. Certos educadores julgam que apenas eles têm capacidade de compreender e absorver a dura realidade a respeito da finitude da existência e que a criança não seria capaz de suportá-la.

Susan Markuszower é psicanalista, membro do departamento de Psicanálise.

Nesse sentido é interessante lembrar o que Freud afirma a respeito das falhas na educação dos jovens no que diz respeito à agressividade. No artigo *Mal-estar na Civilização* (1929), numa nota de rodapé diz o seguinte: “Ao encaminhar os jovens para a vida com essa falsa orientação psicológica, a educação se comporta como se se devesse equipar pessoas que partem para uma expedição polar com trajes de verão e mapas dos lagos italianos” (p. 158).

Saddi faz o leitor presenciar situações em que não só a censura da agressividade, mas também o ocultamento das verdades supostamente cruéis da existência geram na criança desconfiança em relação ao mundo adulto e solidão.

Ao mergulhar na vivência infantil, a autora não deixa espaço para criarmos ilusão de que a criança habita um mundo angelical. Sua criança é vingativa, mentirosa, interesseira, manipuladora, se deixa corromper para aceitar certas coisas em troca de outras e sabe a respeito da morte.

Também a culpa não lhe é estranha. A respeito da intensidade desse afeto vivenciada pela menina, a autora afirma: “[...] e a culpa veio, instalou-se perniciosamente, grudou nas minhas células, tomou conta do meu fígado, corroeu meu cérebro e questionou aquele ato de justiça, me acusando de vingança e ladronagem” (p. 19).

No meio do embate duro do cotidiano com os pais e as intrigas com a irmã, a menina declara seu amor incondicional para com certos animais. O cachorro e o cavalo se destacam como seus preferidos.

A respeito desse amor diz:

Ainda ouço minha mãe reclamar do meu amor incondicional pelo Trigger ao reivindicar dez por cento de todo aquele sentimento para ela. O amor é sem explicação – amo o cavalo, mas não amo você. O cavalo amo porque amo e você nem amo, mas é obrigação te amar (p. 31).

Além de seu amor incondicional dedicado ao cavalo, também Sandra, sua cachorrinha, é objeto de uma paixão intensa. Ao ser esmagada por um carro, na ausência da menina, os pais preferem

amenizar este cruel fim da amada, e a informam que a cachorrinha tinha fugido. Quando a menina finalmente descobre a verdade a respeito do ocorrido, diz o seguinte:

Ela, que tanto me amara, voltaria, voltaria cansada da folia da rua, mas voltaria. Não fazia sentido, não era do feitio da cadela esquecer o grande amor de sua vida em favor de vadiar eternamente. Sandra jamais fugiria eternamente. Eu jamais fugiria dela e da verdade (p. 41).

A criança se identifica com o animal e sem a menor hesitação acredita na semelhança dos afetos compartilhados pelos seres vivos. A autora descreve com muita sensibilidade como a convivência e o amor por um animal pode preencher as lacunas deixadas pelas relações afetivas familiares e servir como proteção a mais para a expedição polar da vida.

Também a sexualidade e suas particularidades entram logo no circuito vivencial da menina. No capítulo “A boca de línguas”, a autora descreve a sensação de intenso horror da menina perante a revelação dos detalhes do beijo amoroso dos adultos.

Da mesma forma que na infância a morte e a sexualidade ocupam um espaço nas preocupações da menina, na vida adulta essas mesmas questões continuam marcando o curso da vida. Como jovem adulta é confrontada com a morte; a morte da irmã gêmea, a morte do marido. Os mortos e os vivos se misturam nos seus sonhos e fantasias: “De vez em quando pensava nos mortos como se estivessem vivos em outra dimensão, imaginava

sentar na mesa dos ilustres falecidos e com eles aprender tudo que aprenderam antes e depois do fatídico dia” (p. 50).

No capítulo “Saudade bruta e traiçoeira”, relata o espanto que sente ao acordar da transa com o marido morto enquanto dorme com o segundo.

Ora a comemoração de um ano da morte do marido ora o seu aniversário sem a presença do aniversariante são celebrações que brindam a vida onde os pratos e bebidas favoritos daquele que não está mais são servidos. E onde sua presença é celebrada apesar de sua ausência.

Mas há momentos de grande dor: “Há poucos dias te perdi para sempre. O nunca-mais me esmaga” (p. 66). “Morreu e não volta, morreu e acabou para sempre, morreu e morreu. Os beijos morreram, a forma de lambar seus seios ou de apertar sua bunda também” (p. 65).

A última parte do livro é dedicada a diálogos. Diálogos entre homens e mulheres que se encontram seja num restaurante seja num bate-papo virtual.

São conversas que remetem a antigas paixões perdidas, traídas ou recuperadas e a busca eterna de um novo encanto sensual. Nesses encontros o prazer pela comida e bebida acompanha a busca dos outros prazeres da vida.

A leitura do livro de Luciana Saddi é uma expedição, sim, às vezes até polar, através das várias fases da vida de uma mulher. Mas são relatos que, afinal, celebram a vida, o amor, o tesão, a amizade, o diálogo e a boa comida.

Subjetivação na primeira infância

instalação da pulsão, transmissão simbólica e o sofrimento de sua inibição

Adriana Barbosa Pereira

Resenha de Silvana Rabello e Marina Bialer, *Laço mãe-bebê: intervenções e cuidados*, São Paulo, Primavera, 2017, 309 p.

Discute-se ainda nos dias de hoje, se caberia ao psicanalista ocupar-se de um bebê ou dos laços primordiais em construção. Ou, ainda, se ao realizar uma intervenção nesse campo, se trataria de uma intervenção psicanalítica, já que a prática clínica se dará inevitavelmente fora do setting habitual (p. 5).

Assim Silvana Rabello¹ abre o prefácio do livro, organizado com Marina Bialer, sensível à importância de fundamentar a clínica contemporânea da primeira infância, as especificidades éticas e técnicas no cuidado da relação de transmissão psíquica entre o bebê e sua mãe, mas não só com sua mãe. Trata-se também do laço com outras subjetividades capazes de sustentar um

¹ Silvana faleceu alguns dias antes do lançamento previsto para esse livro. Alimentou seus projetos, especialmente os ligados à clínica com bebês, crianças e jovens até seus últimos dias.

Adriana Barbosa Pereira é psicanalista, psicóloga, mestre e doutora pelo IPUSP, professora de psicanálise e supervisora clínica e institucional no curso de Psicologia da PUC-SP, professora do curso de extensão “Sujeitos da psicanálise” e do curso de especialização “Teoria Psicanalítica”; é docente do “Projeto Rede Sampa: saúde mental da criança e adolescente”, parceria do Ministério da Saúde e da Secretária da Saúde de São Paulo, 2012-2016; foi pesquisadora auxiliar da Pesquisa Multicêntrica de Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil (2001-2007), é especialista em Tratamento e escolarização de crianças com TGD, pelo Lugar de Vida, fez aprimoramento em Psicologia em Hospital pediátrico no Instituto da Criança-USP; é membro do Grupo de Arte e psicanálise do EBEP-SP.

lugar afetivo e simbólico, de operar as funções desejante, identificatória e normativa para uma criança. Em certa medida, o livro traz os eixos centrais do curso “Primeira infância e risco psíquico” planejado no Projeto de formação de profissionais do SUS, REDE SAMPA: saúde mental da infância e adolescência, coordenado nesse eixo, por Silvana.

A abertura diz das dificuldades que a *cura pelas palavras* encontra diante do *infans*, aquele que ainda não fala, e refaz a pergunta: o que é a psicanálise com bebês? Como ela se posiciona diante dos riscos do furor de cura e de pesquisa, aqueles mesmos apontados por Freud em “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”? Responder é complexo e muito longe de um consenso entre os psicanalistas. Trata-se de um mal-estar, que demanda cuidado, de um sofrimento que pede por alívio, e de um sintoma que exige tratamento, mas também de uma inibição silenciosa que muitas vezes não pede nada. A clínica com bebês inova a técnica, exige revisões teóricas no interior do campo psicanalítico e convoca o debate com outros campos do saber. Diante desses desafios, pode-se confundir, de um lado, a importância de sustentar os eixos centrais da psicanálise: a singularidade da subjetividade e da clínica psicanalítica, o reconhecimento do inconsciente e da pulsão, e os impasses humanos diante da sexualidade e da morte, o que inclui, com bebês, assumir o desejo de uma transmissão; e, de outro, o apego à pureza teórica que evita a mudança da técnica e o encontro com as políticas de saúde, como prevenção de uma contaminação discursiva e dos embates de poder entre as disciplinas em saúde.

As intervenções na infância vêm gerando controvérsias teóricas e nos marcos legais de proteção à criança e nas diretrizes em saúde mental. Para contextualizar o livro com um debate nacional recente, vale mencionar que *Laço mãe-bebê* foi publicado antes do polêmico adendo à lei 13438, do artigo 14, do Estatuto da Criança e do Adolescente, de abril 2017, que aponta como

obrigatória a aplicação de protocolos ou outros instrumentos de avaliação de detecção de risco para o desenvolvimento psíquico, em consultas pediátricas de acompanhamento nos primeiros dezoito meses de vida. Não é o caso aqui de aprofundarmos as potenciais vantagens e riscos implicados no novo item da lei, mas vale dizer que a coletânea alimenta esse debate.

O livro mostra a diversidade de experiências e saberes gerados no Brasil e na França, a partir de sinais de sofrimento psíquico do bebê e de sua família e as intervenções possíveis em contextos de vulnerabilidade psíquica e/ou social para a subjetivação. A maioria das experiências francesas situa-se no contexto psiquiátrico de abordagem transcultural, com forte influência da psicanálise, sociologia e antropologia, enquanto as brasileiras estão circunscritas nos contextos da pediatria, puericultura e psicologia do desenvolvimento, nos quais a psicanálise tem penetrado e dos quais sofre influências.

Uma das polêmicas da clínica com bebês está na aparente contradição entre os primórdios da constituição no bebê e a lógica do *-a posteriori* (*Nachträglichkeit*) da psicanálise. Se a subjetivação é um efeito de sentido, uma formação de compromisso, no depois do acontecimento ou trauma constitutivo, a partir de uma escolha inconsciente do sintoma, como atuar produzindo subjetivação e prevenindo os riscos de sua inibição? Como a singularidade em jogo na constituição subjetiva se sustenta diante de objetivos de prevenção? Para iniciar um esboço de resposta, podemos dizer que partir do momento no qual a constituição subjetiva deixou de ser uma preocupação apenas metapsicológica ou psicopatológica, derivada da clínica de adultos, a lógica da resignificação *a posteriori* não tem apenas escopo intrapsíquico. Ela ganha também uma dimensão intersubjetiva e transgeracional ligada à transmissão psíquica entre o outro, o bebê e seu grupo social. A clínica da primeira infância tenta reinstalar as transmissões subjetivantes vulneráveis ou inibidas. A resignificação *a posteriori* dos elementos constitutivos e dos traumáticos se dá de modo transgeracional,

entre pais e filhos, entre um grupo social e aquele que acabou de nascer. A intervenção não é feita apenas para o futuro, mas na atualidade da fragilidade de uma transmissão, de uma fragilidade na filiação. A noção de *reviramento*, proposta por Lacan em *Complexos Familiares*, descreve a cena do cuidado materno com seu bebê, onde a mãe se vê como o bebê que era, e também se vê como sua mãe cuidando de seu bebê, tal como foi cuidada. Inversões e reversões temporais arcaicas resgatam os saberes inconscientes da cena de cuidado primordial que sustentam ou inibem os cuidados atuais. O nascimento de um bebê ressignifica o passado, atualiza as inibições de sentido de outro tempo e evidencia as paralisias de traumatismos recentes e impeditivos de cuidados e transmissões. A maioria das experiências narradas na coletânea indica que a criação de contextos clínicos para a instalação de transmissões pulsionais, identificatórias e simbólicas não anula a singularidade das posições subjetivas em constituição.

Fundamentação

A primeira parte do livro esclarece os principais eixos técnico, ético e teórico da clínica com bebês que teve origem em situações problemáticas, orgânicas ou psíquicas, na gestação ou depois do nascimento, envolvendo os pais, a criança ou ambos, tais como antecedentes psiquiátricos, síndromes ou problemas na gestação. No início, as intervenções eram secundárias à desordem e/ou sofrimento já instalados, nascidas na complexidade do encontro entre diversas práticas em saúde. Atualmente, a clínica com bebês tem nova envergadura e passa a compor as diretrizes de saúde mental e na garantia de direitos da primeira infância, na lógica de prevenção e promoção à saúde, não apenas como saúde especializada, mas também na atenção básica.

Lêda Bernadino abre o livro com “Pontos polêmicos em clínica psicanalítica com bebês e crianças pequenas” fazendo uma distinção entre o que denomina prevenção e predição. Trata-se

de uma posição ética que separa: 1. reconhecer e intervir diante da inibição da constituição do psiquismo e de seu decorrente sofrimento psíquico, 2. predições psicopatologizantes. Essas últimas são sustentadas por relações de causalidade unívocas – do tipo: se não olha por mais de um minuto é autista – e atuam como fantasias e profecias autorrealizadoras de psicopatologias, com sérios riscos de sustentar posições higienistas. A autora se baseia na psiquiatria perinatal da França e na *Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco Psíquico Desenvolvimento Infantil – IRDI*, de âmbito nacional, organizada por Cristina Kupfer, como prevenção em saúde mental, a partir da psicanálise. Bernardino propõe o não fechamento de diagnóstico psicopatológico na infância, pois a constituição psíquica ainda está em processo, sendo possível apenas o reconhecimento de sinais de risco de inibição.

Sobre prevenção e protocolos de risco psíquico, há sempre um potencial uso reducionista e preditivo, até mesmo entre aqueles fundados na contramão da psicopatologização e da medicalização, o que exige uma especial atenção à formação dos profissionais de saúde e educação que trabalham com bebês. Por outro lado, recuar diante do possível mau uso de um saber pode significar evitar a convocação para formalizar e transmitir o olhar psicanalítico diante do sofrimento na primeira infância. Ainda é fundamental dizer que o protocolo não é o único modo de formalizar e cuidar do sofrimento em jogo na constituição da parentalidade e do bebê. As experiências descritas nessa coletânea são exemplos da pluralidade legítima, da singularidade e da riqueza dos fazeres desse campo.

Julieta Jerusalinsky reafirma a posição de Bernardino sobre o diagnóstico em seu texto “Clínica com bebês – intervenção nos primórdios da constituição”, apontando a diferença entre sintomas constitutivos da subjetividade e a estrutura não decidida na infância, como posição ética na saúde mental da infância. Segundo a psicanalista, o não reconhecimento do sofrimento psíquico na primeira infância sustenta-se na hipótese de que

o desenvolvimento não está articulado à constituição psíquica e acontecerá de modo espontâneo. Ao contrário, trata-se de um tempo primoroso de “abertura para inscrições na qual a estrutura neuroatômica prima pela plasticidade neuronal (Kandel, apud Nash, 1997), e a estrutura psíquica, pela extrema permeabilidade a inscrições significantes” (p. 52). Por isso a importância de intervir cedo, o que não significa intervir para evitar algo, mas reconhecer que algo *não vai bem* antes de esperar uma confirmação diagnóstica, em uma conduta expectante. Assim é possível “não condenar um bebê à irredutível fixação de um funcionamento sintomático, privando-o de ofertas constituintes...” (p. 53).

O psiquiatra de crianças francês Michel Dugnat, em seu texto “Alguns elementos culturais em matéria de prevenção no período perinatal”, aponta para o curto-circuito entre as demandas de prevenção originadas no campo jurídico, social e político que invadem a saúde, podendo produzir doença onde há sofrimento social, como é o caso da delinquência. O autor dá relevância aos elementos culturais nos atos técnicos em saúde mental, que tentam assegurar não apenas a saúde como fato biológico, mas também a produção de sentido para o mal-estar, o sofrimento e o sintoma, em posições menos normativas e mais atualizadas com as mudanças da família contemporânea. O cuidado das crianças está inserido em um sistema de valores não apenas de responsabilidade da família. Coeducação, pluriparentalidade, desenodamento entre a sexualidade e a procriação, aliança formal, inscrições de pertencimento, parentalidade coletiva e individual são noções ricas de que o autor lança mão para dar conta das novas configurações da parentalidade.

Ângela Vorcaro trabalha na filigrana metapsicológica da diferença entre instinto e pulsão, contrapondo a posição do psicobiologista Trevarthen e a de Lacan. Trevarthen propõe uma pulsão intersubjetiva, parecendo confundir instinto e pulsão. A autora sublinha “a importância dos reflexos na constituição do sujeito, em contraposição à ideia de ‘pulsões da intersubjetividade

existente e ativa no recém-nascido' (Trevartlen)" (p. 46). Trata-se de *supor* que a pulsão vai se constituir a partir das primeiríssimas relações com o outro que transforma o grito do bebê em apelo instalando o circuito pulsional. "Servir-se de um termo tão caro à psicanálise como é a pulsão torna-o restritivo, quando se perde sua especificidade ao utilizá-lo para qualificar condições prévias do neonato, antes de seu encontro com o Outro. Por sua vez, o termo 'reflexo' talvez seja o melhor aplicado para a condição ativa do bebê, como organismo suscetível a tornar-se Eu" (p. 47), "a manifestação do neonato é uma via de descarga que convoca o laço social" (p. 48). Responderemos aos reflexos do bebê como manifestação de um sujeito, produzindo uma antecipação do que ainda está por vir.

A psiquiatra francesa Marie Rose Moro trabalha a partir de uma abordagem transcultural, tomando como desafio a *cultura da parentalidade*, descrita tanto em sua dimensão coletiva, em seus aspectos históricos, jurídicos, sociais e culturais, quanto em sua dimensão íntima, singular, marcada por elementos inconscientes e conscientes com que cada um exercerá essa função. Estudos antropológicos e sociológicos mostram a necessidade de nos abstermos de todo julgamento sobre a melhor maneira de ser pai ou de ser mãe. A intervenção na parentalidade está em permitir que as capacidades dos pais surjam. Sem incluir os elementos místicos, fantasmáticos e culturais há uma universalidade vazia ocupando os dispositivos de promoção e prevenção em saúde mental. O imigrante convoca a um descentramento do nosso olhar a fim de co-construir experiências de apoio, e não de intrusão. Traumas de desenraizamento podem estar na base da experiência de solidão, e dificultar o trabalho de humanização do bebê. Os centros de Proteção Maternal Infantil (PMI), na França, propõem construir um lugar para a criança na família, identificando os traumas migratórios, os fantasmas que invadem o quarto da criança e não foram convidados para o batismo. Este trabalho da psiquiatria transcultural está muito distante da psicopatologização e

medicalização da psiquiatria biológica. Moro nos descreve o acompanhamento da gravidez de uma mulher imigrante e como os atos simbólicos de sua tradição cultural contribuíram para reconstruir o laço de filiação e introduzir o bebê em sua cadeia geracional. A autora formula uma abertura para alteridade e para as diferenças culturais em saúde que demarca uma posição ética: "O bem-tratar é um processo de acompanhamento e de cuidados a co-construir com os pais e a partir de seus próprios ingredientes" (p. 86).

Mira Wajntal descreve dados epidemiológicos em saúde mental na primeira infância para apontar a necessidade de identificação precoce do sofrimento psíquico, através de uma substituição da exclusividade da observação do bebê pela observação mãe-bebê, utilizando-se, entre várias referências, da pesquisa do IRDI, já mencionada por Bernardino. A autora formula que "criar uma política de intervenção precoce é reconhecer sinais de risco para o desenvolvimento antes que um processo mórbido tenha se instalado, e não fazer diagnóstico no primeiro ano de vida" (p. 140), tal como Bernadino e Jerusalinsky. Porém, incorre em uma contradição perigosa, central para o nosso debate, com a seguinte formulação: "criar uma política de diagnóstico e intervenção em saúde mental para a primeira infância na atenção básica passa a ser um novo desafio" (p. 138). O *objetivo diagnóstico* reaparece como uma batalha por políticas públicas já na primeira infância. A contradição aponta para a invasão do *furor funrandis* e da lógica psicopatologizante mesmo em pesquisadores avisados.

Dispositivos de intervenção mãe-bebê

O texto de Marie-Christine Laznik está distante de um debate na filigrana da metapsicologia, que ela já empreendeu em outros textos sobre constituição psíquica e autismo. A psicanalista franco-brasileira mostra-se cada vez mais ocupada com o registro de sua clínica, seja em vídeo, seja em texto, com a transmissão da técnica e estilo

clínico. O trabalho é feito pela interpretação das angústias expressas pela tessitura fina das transmissões simbólicas e afetivas que não podem nem se romper, nem exceder à dose necessária para a manutenção do laço constitutivo para a subjetivação da criança e da mãe, também recém-nascida enquanto tal. A descrição é minuciosa, uma espécie de transcrição de um filme e generosa, pois nos convida a passear pelas curvas da clínica. É como se estivéssemos assistindo às sessões entre Laznik, a mãe e o bebê, com a vantagem de que a transposição da cena vivida para o texto minimiza o excesso de exposição da criança e da mãe. O texto no lugar da filmagem também diminui a impregnação da reprodução da cena real e o risco de se tomar um estilo clínico como modelo. Laznik lembra-se de uma cena como analisante de Lacan e resgata o uso do psicodrama nos processos transferenciais entre analista e analisante. Lacan lhe disse: “Então, minha criança, quando é que eu vou te rever?” (p. 157). Laznik reconhece: “ele fala como a minha mãe” (p. 157). A lembrança diz de uma transmissão do analista e da análise fundante do estilo clínico de Laznik que faz interpretações em ato, articulando elementos não verbais e sensoriais, a visão, a voz, olfato e o tato à linguagem verbal.

Daniela Teperman resgata a criatividade e atualidade do dispositivo *Maison Verte*, proposto por Françoise Dolto, na França, em 1979, como um lugar de trocas, socialização e subjetivação entre pais e bebês, espaço entre a família e o coletivo. O dispositivo oferece contextos para a subjetivação da criança pequena e de seus pais, através do compartilhamento de suas experiências, minimizando os riscos de solidão e enclausuramento familiar. Os profissionais não se colocam como especialista da família atendendo às demandas e angústias e oferecendo um modelo a seguir. A quase homofonia acidental entre *Verte* (verde) e *ouverte* (aberta) foi encarnada pela *Maison Verte* para manter sua abertura e elasticidade técnica muito atenta aos riscos das instituições totais, que marcam história dos tratamentos psíquicos. Apesar das repercussões positivas do projeto, seus

fundadores se recusaram a fazer de *Maison Verte* uma instituição fundada em repetições ou um modelo ideal a ser replicado pelo governo francês. Essa posição protegia-a da infiltração das diretrizes pedagógica e psicopatologizante e mostra-se avisada sobre os riscos das intervenções em massa, colocando mais lenha no debate sobre psicanálise e políticas em saúde mental. Porém, como subverter uma lógica senão se aproximando dos opositores mais incrédulos da psicanálise? Nenhuma novidade para a psicanálise que nasce na racionalidade da medicina e aponta os limites do seu poder.

Quadros de psicopatologia materna e o laço mãe-bebê

Marina Bialer contribui descrevendo a loucura constitutiva da mãe e sua relação com os processos de espelhamento, propostos por Lacan e Winnicott, traçando pontos em comum na teorização dos psicanalistas, mais conhecidos por suas oposições, por vezes caricatas. Uma convergência no reconhecimento da importância do outro e do ambiente para a constituição do eu. As divergências entre o francês e o inglês também são apresentadas. A psicanalista descreve fragmentos clínicos da análise que conduziu com gestantes a partir de uma posição ética esclarecedora: “não é a psicopatologia materna em si que define a capacidade de alguém maternar seu bebê [...] é importante evitar reducionismos de tipologias parentais à origem de laços maléficos” (p. 204). Ideia que permite sustentar a hospitalização em instituições psiquiátricas de mães em situações psicopatológicas junto com seu bebê e seus familiares. Seu texto está em complementariedade com os que seguem.

O psicanalista e ex-psiquiatra Alain Vanier alimenta nosso debate sobre prevenção em saúde mental e psicanálise e aponta como a preditibilidade deve ser manejada com cuidado, quando se trata de responder às angústias médicas sobre o prognóstico, do benefício ou malefício, do contato

de bebês com mães em interações psiquiátricas. Quem vai dizer o que não está de acordo com o ideal do desenvolvimento da criança? As contribuições de Dolto e Winnicott apoiam uma escuta singular e não normativa para cada caso, atenta à necessidade da alternância presença e ausência da mãe. Se é verdade que a criança de uma mãe psicótica ou neurótica é o primeiro psicanalista de sua mãe, segundo Dolto, ela também deve descansar dessa função, quando a instituição é também um ambiente de continência simbólica para mãe e para a criança. Vemos a importância da corresponsabilidade do cuidado das crianças para além da família, tal como destacado por Dugnat.

Brigitte Hahusseau em continuidade narra uma rica experiência em hospitalização psiquiátrica em unidade mãe-bebê, criada na França em 2007, a fim de responder ao aumento de crises psiquiátricas em gestantes ou no pós-parto. Clínica de alta complexidade, com mulheres e bebês em vulnerabilidade psíquica e social, o que inclui a articulação da garantia de direitos e do sofrimento psíquico e a singularidade de cada caso. Trata-se de um cuidado de *ser/estar com* no cotidiano das mães e de seus bebês, trabalhando em um duplo nível: “o nível das interações comportamentais articulado ao nível das interações fantasmáticas” (p. 235). A hospitalização pode oferecer um enquadramento atemporal para se viver o presente e tentar reestabelecer as conexões libidinais com os bebês, em uma suplência de cuidado restauradora, pois o destino da nova ligação mãe-bebê não está determinado pelo histórico psiquiátrico da mãe, tal como Bialer também propõe. Aos pais e avós é dado espaço para reconhecer suas posições no cuidado do bebê e da mãe e seu lugar na cadeia geracional. Trabalho intenso e sensível cujo objetivo é minimizar os traumatismos precoces, através do que Ciccone chamou de reanimação psíquica do bebê: um “compartilhamento emocional e afetivo [...] baseado na implicação do cuidador, isso é, no ajustamento que permite compartilhamento suficiente e rítmico da experiência do bebê” (p. 246).

Obstáculos ao exercício da maternidade e questões sociais

A intervenção com mães e bebês em situação de cárcere, coordenada por Isabel Kahn, relatada no capítulo “Tornar-se mãe num presídio: a criação de um espaço potencial” dá corpo ao artigo da Constituição Federal de 1988, que garante o direito da mulher que se encontra em privação de liberdade de ficar com seu filho no período de aleitamento materno. É um compromisso do Estado oferecer contextos facilitadores para o estabelecimento dos laços primordiais entre mães e bebês. Assim esse trabalho é um exemplo do que propôs Dugnat sobre a corresponsabilidade do cuidado na infância. O modo como a lei ressoa revela o tratamento do imaginário pejorativo em torno das mulheres *bandidas* destoante do mito da mãe boa, terna e sensível. Era um consenso entre os profissionais do presídio as vantagens da amamentação no seio e o contato dos bebês com suas mães, apesar de suas supostas deficiências morais. Por outro lado, o efeito da inevitável separação entre mães e bebês, após esse período, parecia ser mais hiatrogênico do que benéfico, o que não se mostrou verdadeiro no acompanhamento das detentas. Uma diretriz para o trabalho foi o reconhecimento da perda, da separação e da falta como constitutivas da subjetivação, desde que houvesse lugar para elaboração desses lutos, para a construção da memória que se deu através do *Livro do bebê* e do resgate da rede afetiva e familiar de pertencimento do bebê, para além da mãe.

Finalizando o livro, Catherine Vanier descreve as bases clínicas de uma pesquisa a ser conduzida no Centro de Medicina, Psicanálise e Sociedade da Universidade Paris Diderot – Paris 7, que tenta demarcar os problemas psiquiátricos e psicológicos que podem estar associados à prematuridade sem seqüela orgânica. Não raro, apesar da sobrevivência de bebês prematuros, seu desenvolvimento ser acompanhado de distúrbios orgânicos e psíquicos. Essas situações de crise no nascimento levam a turbulências no laço do bebê

com seus cuidadores. As intervenções necessárias para a sobrevivência do bebê podem interromper as ligações afetivas construídas pelos pais, já que há o risco real de morte do filho. Bebê e mãe são *prematuros*, estão cheios de angústias. Há culpabilidade do lado da mãe que está assolada por desejos inconscientes ou conscientes de morte, o que nos exige desmistificar a maternidade, “a maternidade não é um conto de fadas” (p. 296). Mães em situações difíceis não devem ser amansadas e caladas diante de sua dor. O texto é recheado de vinhetas clínicas com bebês prematuros que mostram como eles, família e equipe encontram destinos para minimizar os efeitos dessa condição de nascimento.

O *Laço mãe-bebê* formaliza os eixos principais da clínica da primeira infância e marca uma

posição ética ao dar relevância à escuta e intervenção nos tempos iniciais da subjetivação, sem derivar disso um conjunto de sinais psicopatológicos fechado. A coletânea tem pluralidade teórica e técnica e soma as forças das práticas que seguem na contramão das ações psicopatologizantes e medicalizantes de crianças da psiquiatria biológica e da indústria de psicotrópicos. O material pode nutrir o debate e a construção de eixos de intervenção em saúde mental na primeira infância com influência da teoria psicanalítica.

O trabalho formaliza a sensibilidade clínica de Silvana Rabello, que dedicou grande parte de sua vida à escuta do sofrimento dos pequenos. Silvana nos deixou essa bela herança simbólica, uma referência fundamental na área, co-construída e apoiada por Marina Bialer.

Sobre nossa fundação

Thiago P. Majolo

Resenha de Noemi Moritz Kon, Cristina Curi Abud, Maria Lúcia da Silva (orgs.), *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*, São Paulo, Perspectiva, 2017, 304 p.

152

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Desde sua criação, a psicanálise vem se configurando como um campo capaz de questionar os saberes instituídos e ampliar a escuta do sofrimento humano. Essa mesma lógica, de colocar questões àquilo que foi consolidado, é o que vem fazer o livro *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*.

O racismo contra negros, particularmente no Brasil, tem se articulado silenciosamente no nosso modo de pensar, falar e agir, e mesmo que o encontremos onde quer que estejamos, nas esferas imaginárias, simbólicas ou reais, existem poucos lugares de fala, palavras abertas e uma escuta viva e ativa para tratar do tema. Para a psicanálise brasileira a perpetuação desse não dito revela seu comprometimento histórico com o silêncio, o que esta publicação vem combater, buscando referenciais diversos para refletir sobre o tema. O livro deixa claro desde seu título: mesmo que a psicanálise tenha muito a contribuir sobre o tema – e contribui nos artigos da publicação –, ela tem mais a escutar e, escutando, ampliar sua teoria, sua prática clínica e sua face política. O conjunto dos artigos surge de diferentes campos do conhecimento, articulado por antropólogos, historiadores, escritores, fotógrafos, cineastas, jornalistas, psicólogos, militantes e, também, psicanalistas.

A reunião dessas diversas perspectivas do pensar vem contribuir para que possamos interrogar o instituído, transformá-lo e, como consequência, caminhar na construção de uma psicanálise brasileira, aderente ao seu contexto e às suas marcas e renovada no seu saber e na sua prática.

Posto isso, o livro me parece, desde seu recente nascimento, uma referência essencial na formação de psicanalistas no Brasil. O que o racismo contra negros diz de nós, da história de nossa nação, da história de nossos sujeitos? O que seria o racismo à brasileira, esse modo particular de recusar, excluir, violentar, deixar invisível e, portanto, inviabilizar projetos de vida e formas de existência da maior parte de nossa população? Com uma erudição pulsante como o vermelho estampado na capa, os autores vão buscar algumas dessas respostas no decorrer dos quatro capítulos: “Negritude em Cena”, “Cor e Inconsciente”, “Desdobramentos” e “Vivências do Racismo à Brasileira: cenas do cotidiano”.

Ao abrir o primeiro artigo, encontramos uma frase de uma simplicidade penetrante do antropólogo Kabengele Munanga, em “As ambiguidades do racismo à brasileira”. “O racismo é um fenômeno presente em diversas sociedades contemporâneas, latente na cultura, nas instituições e no cotidiano das relações entre seres humanos. No entanto, há pessoas que não o enxergam ou preferem não vê-lo” (p. 33). Essa abordagem panorâmica da primeira frase recai sobre a segunda sentença de modo devastador, trazendo à tona duas formas de encarar (ou não encarar) o racismo: sua negação consciente e sua recusa inconsciente: de um lado, preferir não ver e, do outro, tampouco enxergar.

Pois é essa a essência do racismo à brasileira: uma violência da qual não se fala. Apresenta-se em manifestações de ódio que tendemos a esconder atrás do mito da democracia racial, acabamos por apagá-las nas análises socioeconômicas sobre a condição dos negros e as diluímos na cultura dos ditos populares e provérbios da língua, naturalizando-as nos hábitos individuais e nos costumes coletivos. Não enxergamos o racismo e, quando o

enxergamos, preferimos disfarçar, sob a ameaça de desmoronamento de um certo imaginário nacional. Mas, afinal, que imaginário seria esse?

O artigo “A violência nossa de cada dia: o racismo à brasileira”, da psicanalista Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi, lembra-nos de que aquilo que elegemos como “estrangeiro” nos ajuda a “reforçar a reunião entre os pares” (p. 60). Ao definirmos um outro, exótico a nós, não pertencente, estamos afinal buscando definir nossos próprios contornos, escolher aquilo que acreditamos caber dentro de nós e aquilo que projetamos para fora por não sermos capazes de acolher e admitir como nosso. São os “estrangeiros” que promovem uma sobrecarga de investimento identitário à nossa própria imagem, individual e coletiva. Imagem essa sempre idealizada. Para isso, empreendemos numa luta contra tudo o que acreditamos ser uma espécie de inimigo, potencialmente destruidor da imagem e dos contornos que criamos para nos definir.

Pensemos então no Brasil, invadido à época da colonização por levas de portugueses. Uma característica desses primeiros colonos era que se tratavam, em grande parte, de exilados, perseguidos, fracassados ou não tão bem acomodados em Portugal. Algo desta primeira leva de colonos resiste no nosso imaginário coletivo. Suas figuras não representam um ideal, um mito de nascimento, uma ideologia, como no caso norte-americano, por exemplo. Não à toa, tendemos a ridicularizar ainda os portugueses, negando-lhes uma existência complexa ao identificá-los com o traço jocoso do homem cartesiano, muitas vezes pouco dotados de capacidades intelectuais.

Em diversos momentos do livro encontramos a ideia do branco europeu como ideal a viver em nossa mentalidade brasileira. Esse seria um dos muitos fatores que operam para sustentar o racismo. A busca por esse ideal repudiaria

o negro, o índio e todo o “estrangeiro”, ou todo aquele inquietante que nos habita e que tentamos projetar para fora. Mas se esse ideal não nos parece assim tão idealizado (ao menos na figura dos portugueses colonizadores); qual seria o corpo imaginário, o tecido coletivo, da história da nossa nação? E qual o lugar do negro nesse corpo? Resulta daí uma forma nacional não realizada, espécie de (não) existência que se define pelo não ser: nem eu, muito menos o outro.

Temos “preconceito de ter preconceito” (p. 91), como sentenciar a antropóloga Lília Moritz Schwarcz, no artigo “Raça, cor e linguagem”. Podemos pensar que ter preconceito de ter preconceito se articula pela não conciliação com nossa história de escravidão e do racismo ainda vigente, ao mesmo tempo que mobiliza um ideal que nos habita, o de que já deveríamos todos nos encontrar harmoniosos com a ideia da democracia racial. Reconhecer-se preconceituoso é estar apartado da construção de um mito nacional, um outro tipo de exclusão que estigmatiza indivíduos e coletivo, e encerra o debate. O racismo não pode ser pensado, e o imaginário nacional não pode vir animado por construções históricas ainda a serem feitas. O que nos resta é um mito, algo inanimado, uma espécie de tragédia levada a cabo, perpetuada e naturalizada.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*¹, diz que somos desterrados em nossa própria terra, que os colonizadores que aqui chegaram estavam mais ocupados com a sobrevivência e, mais tarde, com a exploração. Nossas terras serviam aos sonhos europeus; não se criou um conhecimento da fauna, da flora, das culturas, tampouco um planejamento a longo prazo, um ideal civilizatório. Nunca nos conciliamos com a terra que habitamos. E assim seguimos, sobrevivendo e nos apropriando de mitos exógenos.

Essa não conciliação com as histórias que nos formam, com nossas identificações, com os objetos de amor e ódio e seus sedimentos constituintes, não apenas nos impede de reconhecer nossos conflitos – deixando-os apartados da consciência –, como também nos incute certa paranoia

1 S.B. de Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Thiago P. Majolo é psicanalista e mestre em História Social pela USP, aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro da comissão de Debates da Revista *Percurso*.

típica de quem sabe, e não quer saber, vivendo sempre vigiando as sombras que tenta ignorar. Esse medo nos fez comprar o discurso científico que tentava (e tenta) apagar as sombras, as nuances. Desse modo teríamos a ilusão de que, clareando (ou branqueando) tudo e todos, estaríamos a salvo dos medos que nos perseguem paranoicamente.

Segundo Schwarcz, no artigo mencionado, desde que a ciência ganhou o estatuto de verdade no mundo, e com ela o projeto cientificista acerca das raças, naturalizou-se uma busca por um igualitarismo universalizante entre os homens, um modelo que exclui feições, culturas e cosmovisões diferentes das do branco europeu. Terras como o Brasil receberam o rótulo de enigma exótico do Novo Mundo, habitado por seres incivilizados e em fase inferior de desenvolvimento.

Esse corpo nacional mal-ajambrado e frágil tende a projetar tudo o que não quer reconhecer dentro de si nos seus “estrangeiros”, um depósito daquilo com o qual não nos conciliamos. O escritor Luiz Silva Cuti, no seu artigo “Quem tem medo da palavra negro”, denuncia essa hipocrisia, ou esse desmentido, sobre a história brasileira e seu legado atual, dizendo que a eleição de depósitos de nosso ódio, somada à negação dessa mesma violência, gera paranoia e, conseqüentemente, mais violência. Ele escreve: “Quem discrimina há de ficar desconfiado de que vingança está a caminho, mesmo que a água do lago esteja parada” (p. 201). Na cidade de São Paulo de meados do século XIX, uma das grandes queixas de moradores à polícia era a de terem avistado negros amolando facas de “um modo suspeito”.

Por outro lado, Cuti escreve também: “o branco daqui está doentamente identificado, pois só se identifica consigo” (p. 211), apontando que enquanto o nosso ideal de nação parece cangaço, mal acomodado nessas terras, há em curso entre nossos viventes um outro projeto de construção da própria imagem e de idealização; um pacto secreto de sobrevivência que criou e recria dia a dia uma realidade na qual ser branco, por aqui, é unicamente o que permite acesso à

cultura e pertencimento às instituições de poder. Como escreve a psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, no artigo “Cor e Inconsciente”, “o branco encarna todas as virtudes, a manifestação da razão, do espírito e das ideias: a cultura, a civilização, a própria *humanidade*” (p. 124). Essa autora então se pergunta como seria possível alguém se tornar sujeito tendo como ideal o corpo alheio, no caso, o corpo branco. Ou seja, como viver no outro, de corpo emprestado? Essa pergunta também se apresenta em outros artigos do livro, como no “Buscando Baobás na aridez do asfalto: instaurando origens”, da psicanalista Miriam Chnaiderman, ou no texto “O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social”, da psicanalista Tânia Corghi Veríssimo. Se o corpo branco ocupa o lugar de ideal, como vir a ser sujeito sendo negro? Como formar um Eu num corpo de outrem?

Encontramos aí uma menos valia do corpo negro, uma atribuição de valor recalçada sobre a negritude. E, em paralelo, a evidente recusa do corpo negro no laço social e no tecido coletivo que tecemos. Recusa essa que se manifesta novamente na hipocrisia de deslegitimar os conflitos, dá-los por vencidos e superados sob o mito da democracia racial, ou sob signos violentos e, ainda assim, naturalizados, como nomear um restaurante de *Senzala*, como aponta Veríssimo.

Há também, de fato, um recalque da *brandidão*, e de tudo aquilo que se naturalizou como *a humanidade*. A psicanálise é, nesse sentido, testemunha e promotora desse fenômeno. Ninguém diz “recebi um analisante branco”. Já um analisante negro, por exemplo, recebe esse estigma que o define e reduz a um único traço superexposto, como define o psicólogo José Moura Gonçalves Filho, em “Dominação racista: o passado presente”. Se, por um lado, não dizemos “analisante branco” porque o branco seria o “natural”, por outro, ao dizer “analisante negro” é como se já soubéssemos tudo daquela pessoa. Nossa linguagem diz muito de um racismo articulado no e pelo silêncio.

Haveria ainda muito a se dizer das questões que o livro coloca à psicanálise e à sociedade. Mas,

em se falando de reconciliação com a história, cabe aqui mencionar uma passagem da história tão peculiar e nada harmoniosa deste livro, contada na abertura pela psicanalista Noemi Moritz Kon, organizadora da publicação juntamente com Maria Lúcia da Silva e Cristiane Curi Abud. A primeira faísca, que engendrou todo um movimento de debate, foi um ato de preconceito, uma fala proferida em uma turma do curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma, do Instituto Sedes Sapientiae. Na época, a fala foi sublinhada por Maria Lúcia da Silva, aluna do curso e há muito militante do movimento negro, como uma frase racista. Vale dizer que Maria Lúcia era a única aluna negra daquela e da maioria das turmas do Instituto Sedes Sapientiae. Desse acontecimento falo por experiência: eu era parte dessa turma. Assim como não me lembro do momento exato em que a frase foi proferida, também não me dera conta do racismo, igualmente naturalizado em mim. Lembro, como conta Kon em seu texto, da mobilização, do decorrer do curso, para se falar, discutir e refletir abertamente o tema, forçando a teoria psicanalítica a trabalhar.

Mais tarde, por sugestão da própria Maria Lúcia, e com o empenho importante e fecundo de uma comissão organizadora, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae promoveu, em 2012, um evento homônimo ao evento desse ano, que deu ensejo a esta publicação. O fato de uma denúncia de racismo ser ouvida, ou seja, não recusada e tampouco aplacada, e posteriormente transformada em tantas vozes opostas à discriminação racial, é digno de nota. Esse trajeto árduo do silêncio à palavra, passando pelo pensamento, está belamente expresso por Maria Lúcia da Silva, em seu artigo “Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros”, “foi percorrendo, sem pressa, o caminho que vai do coração à razão” (p. 74).

Assim, também tocado no coração e conduzido à razão, volto ao início, para buscar construir uma reflexão após a leitura de uma publicação tão fundamental. Logo no prefácio, a jornalista Rosane Borges cita uma frase do psicanalista

Christian Dunker, que diz que a psicanálise no Brasil surge junto com as primeiras grandes narrativas sobre o país, e que, portanto, ela não seria uma solução, mas nosso sintoma. Tendo a discordar da afirmação. Primeiro, porque há tantas outras narrativas sobre nós além daquelas de pensadores a que ele se refere, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e outros. São narrativas de pessoas e grupos cujas histórias não foram formalizadas ainda, que se mantêm principalmente nas tradições orais ou em escritos marginais. São as narrativas de grupos excluídos, como parte significativa de negros e indígenas, por exemplo. Elas também constituem nosso corpo imaginário, carregadas nas tradições orais e manifestadas às margens das instituições oficiais.

Em segundo lugar, porque mesmo compreendendo o sentido de “sintoma” especulado por Dunker sobre o lugar da psicanálise em nosso imaginário – um compromisso entre as pulsões e as defesas, apresentado no pensar sobre si –, não creio que a psicanálise haveria de ser uma solução, mas, antes, uma interrogação. E interrogar diante de um silêncio instituído abre caminho para uma espécie de contrainvestimento consciente a esse nosso imaginário coletivo que nega e recusa o conflito, um aporte de atos e palavras para que possamos nos desidentificar daquilo que age à revelia do nosso pensamento ou a favor dos nossos medos históricos, que sustentam um corpo social perverso.

A psicanalista francesa Elisabeth Roudinesco diz reiteradamente que o Brasil é o país do futuro da psicanálise. Mas há de se cansar de ser sempre o país do futuro, esse ser que nunca é efetivamente, a terra prometida, o enigma exótico, o Novo Mundo... Somos o que somos e o que fomos, e precisamos urgentemente lidar com essa história e esse passado ainda presente, sem ilusão, sem nos eludir, sem protelar. Esse livro faz isso. Ao caminhar nessa direção, estaremos longe de comprar a ideia de uma sociedade monolítica, ao contrário, mais perto de reconhecermos nossa história para dela fazermos uma herança possível.

Talvez possamos criar pontos de vista singulares, inclusivos, participativos e diversos. A psicanálise, nos consultórios e porta afora, pode contribuir muito para que os sujeitos e o coletivo consigam alcançar uma perspectiva própria e brasileira na sua prática e na sua teoria. Ou como melhor dito

por Maria Lúcia da Silva: “É preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades” (p. 87).

Entre sexualidades e sexualismos

Janaina Namba

Resenha de Patrícia Porchat, *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*, Curitiba, Juruá, 2014. 171 p.

O livro *Psicanálise e transexualismo* é introduzido por Porchat, a partir de uma pergunta difícil de ser respondida, a saber, “qual noção de homem e de mulher” (p. 15) com a qual trabalha-se na clínica. Independentemente se com pacientes homossexuais ou heterossexuais, Porchat ressalta que, “antes de ser homossexual, trata-se de um homem ou uma mulher” (p. 15). Se essa questão já é problemática dentro do campo conceitual e teórico da tradição filosófica; no âmbito da psicologia, tornou-se ainda mais complicada uma vez que a clínica (seja ela psicanalítica ou não) nos apresenta empiricamente uma verdadeira desconstrução dos aspectos femininos, masculinos e, em especial na psicanálise, uma verdadeira desconstrução da sexualidade humana.

Para Monzani, Freud, além de ter realizado um recuo temporal, ao designar a existência de uma sexualidade infantil, promoveu um verdadeiro “estilhaçamento da sexualidade”¹ (p. 31). Isso porque o criador da psicanálise desvinculou a genitalidade e a instintividade daquilo que

era sexual. Provocara, assim, um verdadeiro alargamento e ultrapassagem do conceito clássico, ao promover “uma reconstrução inédita da semântica da sexualidade”².

Psicanálise e transexualismo é fruto de uma tese de doutorado que traz desde o início muitos questionamentos teóricos e clínicos. Ainda que a autora diga na introdução que tenha buscado não apenas na psicanálise mas na interdisciplinaridade um jeito de acompanhar o pensamento de Judith Butler, quem acompanha Porchat é Butler. Pode-se dizer que a autora coloca a filósofa para dialogar com outros autores na problemática que envolve a construção e a desconstrução do conceito de gênero, para poder chegar àquilo que lhe interessa efetivamente, a saber, ao humano.

A decisão de Porchat de investigar a noção de gênero se deve não somente à sua busca de “ferramentas” que possam auxiliá-la na clínica psicanalítica diante das homossexualidades e heterossexualidades, mas também pelo fato de “gênero” ser uma maneira de apresentar como se constroem as relações quanto aos “aspectos sociais, históricos, culturais e psicológicos, e, nesse sentido (também) ser um instrumento (teórico) para a análise das sexualidades e das identidades” (p. 17). Assim a autora pretende, ao definir gênero como um agrupamento de todos esses aspectos, associado à feminilidade e à masculinidade, tanto se contrapor ao que normalmente é chamado de “sexo” quanto “compreender as ideias da filósofa americana Judith Butler” (p. 17).

Logo no primeiro capítulo (“Inventando “Gênero””), apresenta a ideia de construção do conceito de gênero por meio de duas vertentes principais. Por um lado, aborda essa construção de um ponto de vista histórico-social. Essa vertente mostra um caminho evolutivo do conceito, desde a primeira oposição entre sexos, possibilitada somente a partir do século XIX (p. 24). Como bem diz Porchat, “Foucault tem um papel referencial quando se fala de construção social” (p. 30) não diretamente na formulação do conceito de gênero, mas no que diz respeito à sexualidade e à homossexualidade. Além disso, no que diz

1 L. R. Monzani. *Freud, o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

2 *Ibidem*.

Janaina Namba é professora do Departamento de Filosofia e Metodologia da Ciência da Universidade Federal de São Carlos (DFMC-UFSCar); psicanalista.

respeito à sexualidade, como se sabe, Foucault não vê a psicanálise com bons olhos. Segundo o filósofo francês, “somos, sobretudo, a única civilização onde empregados recebem retribuição para ouvir as pessoas fazerem confidências sobre seu sexo: como se o desejo de falar e o interesse que se espera sobre esse assunto tivessem seus limites de escuta amplamente ultrapassados, colocando-se seus ouvidos para alugar”³. A inserção do filósofo nesse momento do texto já anuncia uma relação problemática entre psicanálise e a discussão sobre gênero.

Ainda que o conceito de “identidade de gênero” tenha sido forjado pelo psiquiatra americano Robert Stoller na década de 1960, Porchat identifica que Freud, embora não usasse esse termo, já se ocupava de questões relativas ao assunto, “num momento em que ainda não havia sido proposta a separação entre sexo e gênero, por exemplo em “A dissolução do complexo de Édipo (1924)”, “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos (1925)”, ou ainda nos textos sobre a feminilidade dos anos 1931-1932. Para Freud o desenvolvimento psíquico sexual não é um processo simples, nem natural, de modo que um menino pode transformar-se ou não num homem masculino, ou seja, há vários fatores que concorrem para que uma identidade de gênero seja, por assim dizer, *adquirida* (p. 32). Isso apontaria para um encontro entre a teoria freudiana e as ideias butlerianas acerca do gênero, isto é, daquilo que é feminino ou masculino, uma vez que em ambos se observa a possibilidade de existência de uma incoerência entre “sexo, gênero, desejo e prática sexual”. Contudo, em Freud ainda permanecem “mesclas do feminino com o masculino”; em outras palavras, mesmo mesclada, há uma dicotomia construída sobre um dimorfismo sexual que Butler tenta eliminar, pois os “gêneros são naturalmente, não inteligíveis” (p. 35).

Antes de nos apresentar o que vem a ser um gênero não inteligível para Butler, Porchat mostra as origens do conceito de gênero e o que vem a ser uma identidade de gênero em Stoller. Para o psiquiatra, identidade de gênero é nuclear e

posteriormente fundamental. Concebida como “um sentimento psíquico de ser homem ou de ser mulher, (bem como) uma convicção construída em acordo com a atitude dos pais e da sociedade, para a qual contribuem uma força biológica oriunda da vida fetal e o desenvolvimento do ego corporal a partir de sensações genitais” (p. 40). Apesar de Stoller comentar que a identidade de gênero pode ser decorrente de todos os fatores enumerados acima, ele diz que “a estruturação do gênero é pensada como anteriormente e independentemente do conflito edípico” (p. 40-41). Na concepção da autora, Stoller, ao se referir ao desenvolvimento de uma identidade nuclear para uma identidade fundamental, na qual gradualmente emergem a feminilidade e a masculinidade, faz uma “combinação entre teorias behavioristas com a psicanálise”, pois combina conceitos como o de complexo de Édipo e ego, com as diferentes respostas e mecanismos de castigo e recompensa, de acordo com as experiências obtidas nos diferentes estágios de maturação neurológica (p. 42-43).

Butler se opõe à concepção de identidade nuclear de gênero de Stoller, pois para a filósofa há uma “crença no gênero como substância”. E não apenas Stoller, mas outros estudiosos de gênero estariam envolvidos por certo “essencialismo” quanto à atribuição de uma “feminilidade primária” decorrente de processos de identificação com a mãe. Isso levaria apenas a um “deslocamento do campo biológico/reprodutivo para o psicológico/social” (p. 49). Para Butler, as concepções de identidade de gênero, mesmo as das feministas, são coerentes e “em última instância de uma coerência heterossexual”. Essa coerência serviria então para manter a oposição entre homens e mulheres, um antagonismo que sustenta uma luta social. Mas, nas palavras da filósofa, “o feminismo carece de uma forma de falar sobre os gêneros não coerentes, os gêneros não inteligíveis” (p. 55).

Judith Butler é estudiosa da teoria *queer* (que pode ser traduzido por bizarro ou ambíguo e é reivindicado para designar e reunir todos

os comportamentos diferentes da heterossexualidade normativa) e, como vimos, considera ultrapassadas as categorias de oposição binária (mulher/homem; homo/heterossexual), uma vez que são essencialistas. “Trata-se (assim) de ultrapassar o gênero, embaralhando, desordenando e perturbando as categorias de sexo e sexualidade”⁴. Dessa maneira, Butler propõe o “gênero como um ato performativo”, capaz de apontar para uma “transformação social”, no que diz respeito aos gêneros e às relações de poder envolvidas. Para Porchat, podemos melhor acompanhar a filósofa “na sua tentativa de estabelecer uma noção de sujeito” que não seja, *a priori*, determinada por um binarismo de gêneros envolvido por noções de patologia ou normalidade. Assim, os gêneros não inteligíveis são o verdadeiro paradigma de gênero. Desse modo, a autora considera muito claro o objetivo de Butler no uso do conceito de gênero, a saber, “dar conta do ‘abjeto’”, que, em outras palavras, significa dar carta de cidadania “àquilo que foi expelido do corpo, destacado como excremento e tornado literalmente ‘Outro’”. Significa um verdadeiro processo de inclusão de tudo aquilo que foge à normalidade vigente no âmbito da sexualidade. Butler, ao atuar nos campos teórico e prático, toma, portanto, uma verdadeira posição política, pois acha que “deixar ao indivíduo, o confronto inevitável com a sociedade e seus preconceitos, suas limitações de ordem ideológica e política é furtar-se a uma responsabilidade social” (p. 78).

Assim como critica o essencialismo em que incorre a teoria freudiana, Butler também questiona as noções de diferença sexual e de simbólico em Lacan: “‘ter’, ou ‘ser’ um falo”, “o lado homem e o lado mulher”, mesmo que esses últimos não designem nenhuma relação anatômica (p. 79). De

acordo com Porchat, “há algo no corpo que não se coloca enquanto simbólico, nem anatômico. Nem todo corpo é uma construção simbólica. Nem tudo é construção”. O que explicaria a posição de Butler de que “a sexualidade falha, excede normas reguladoras, há uma dimensão do corpo que não pode ser representada”. E, como decorrência disso, as identidades de gênero *nunca* seriam inteiramente coerentes (p. 101).

Além disso, a autora dedica o quarto e último capítulo (“Críticas de Butler a Lacan e a Lévi-Strauss”) para mostrar como as ideias de Butler se contrapõem à definição lacaniana de *Simbólico*, feita em 1953, que “junto com o imaginário, o real e a noção (levistraussiana) de parentesco, compõem um sistema estrutural que tornaria possível a análise do complexo de Édipo”⁵. Isso porque a concepção de simbólico carrega em si uma vinculação com a regulação do desejo do complexo de Édipo. E, para Butler, “qualquer pretensão de estabelecer regras que ‘regulam o desejo’ de maneira inalterável e eterna tem pouco uso para uma teoria que busca compreender as condições em que a transformação de gênero é possível”⁶ (p. 137).

No terceiro capítulo (“Judith Butler: Sujeito e Abjeto”), a autora nos apresenta dois casos, cujo papel principal é esclarecer o modo como Butler toma o abjeto como paradigma. São “dois exemplos de gêneros não inteligíveis”, o primeiro de uma hermafrodita, Herculine Barbin, do século XIX, que vive num convento como menina até seus 20 anos, quando confessa suas inclinações e práticas eróticas dirigidas às meninas. Após a confissão, é conduzido socialmente a se portar como homem e a se afastar das meninas com quem vivia, o que o leva ao suicídio. Na interpretação de Butler, trata-se de “uma ambivalência insolúvel produzida pelo discurso jurídico sobre o sexo unívoco” (p. 105).

Já o segundo exemplo vem a ser o caso Joan/John (1966), em que um menino, David, passou por várias cirurgias para tornar-se uma menina, uma vez que teve seu pênis danificado após uma cirurgia de fimose. David foi orientado e tratado

3 M. Foucault. *Histoire de la sexualité I*. Paris: Gallimard, 1976, p. 14.

4 J. Butler *apud* N. C. Mathieu. “Sexo e Gênero”, in H. Hirata; F. Laborie; H. Le Doaré; D. Senotier (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 228.

5 Citação feita pela autora. E. Roudinesco; M. Plon, “Simbólico”, in *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 714.

6 J. Butler. *Undoing Gender*. New York and London: Routledge, 2004, p. 44.

pela equipe do dr. John Money para se tornar Brenda. Na época, esse caso seria “uma evidência concludente” de que o gênero poderia ser construído, mas Brenda não se comportou exatamente como o esperado, até que aos 14 anos passou a viver como um menino, convencendo outra equipe médica a lhe reimplantar um pênis aos 15, o que viria a lhe proporcionar um certo prazer: “Não ejaculava, mas urinava em pê” (p. 105).

Esses dois exemplos, citados pela autora, são extraídos da obra de Butler para ilustrar como a filósofa tenta compreender as estruturas nas quais tanto David (que podemos dizer que foi um transexual compulsório) quanto Herculine (que abrigava anatomicamente os dois sexos) “desenvolvem um discurso acerca de si próprios, buscando referências num quadro de inteligibilidade pelo qual sua humanidade é questionada ou afirmada” (p. 107). Ao tentar acolher o abjeto, o excluído, Butler questiona noções contemporâneas de realidade, que no fundo são normas discursivas instituídas socialmente, e sua sugestão é “poder manter-se

como ‘não inteligível’, na medida em que não se está de acordo com as normas sociais estabelecidas” (p. 107).

Além desses exemplos, Porchat traz, nesse terceiro capítulo, um rico debate entre a psicanálise (de Catherine Millot e de Shepherdson) e a “transexualidade” (apresentada por Bento), que em suas palavras teve, “como em Butler, função de dar voz ao abjeto, evidenciar o mal-estar causado por determinados pressupostos acerca do gênero, do corpo e da própria organização social, sendo que alguns desses pressupostos encontram-se na própria teoria psicanalítica” (p. 158). Se o início do livro traz o questionamento sobre a noção de homem e de mulher, seu encerramento é marcado por uma verdadeira desconstrução da necessidade dessas noções como normalmente são colocadas. Ao percorrer a obra de Butler, Porchat nos mostra que a existência de uma ordem binária é uma imposição “entrelaçada a um discurso de inteligibilidade social” e, portanto, a “transexualidade (se apresenta) como uma possibilidade de existência legítima” (p. 156).

O encontro necessário

Ana Marli Schor

Resenha de Marie Christine Laznik, *A hora e a vez do bebê*, org. Erika Parlato-Oliveira, 1.ed., São Paulo, Instituto Langage, 2013, 239 p.

A hora e a vez do bebê se compõe de vários textos sobre a questão do autismo infantil publicados por M.C. Laznik entre 2006 e 2013. Neste livro se evidencia sua clara preocupação com a detecção precoce de sinais que falam a favor do possível desenvolvimento dessa condição ainda em bebês desde muito cedo. Nessa reflexão, a autora se utiliza de filmagens familiares realizadas por pais como material de observação da interação mãe-bebê, num dos casos um bebê de um mês e meio de vida.

Embora movimentos estereotipados, assim como automutilações, eventualmente ocorram durante o segundo ano de vida, nos primeiros meses é o não olhar do bebê na direção da mãe que sinaliza uma hipótese sobre o autismo, diz Laznik, psicanalista de formação lacaniana.

Em “Godente ma non troppo...”, 2006, p. 16, primeiro texto dessa compilação, intitulado originalmente como “L’enfant entre désir et jouissance”, Laznik parte da questão do “[...] lugar do gozo na constituição do sujeito, desde os primeiros momentos de sua vida, em seu laço com o que vai construir um Outro para ele”. Segundo essa

concepção, o bebê passaria por três etapas importantes no movimento de se constituir como fonte do gozo materno, e a autora ilustra esse processo através da observação atenta de um bebê de cinco meses com sua mamãe: inicialmente, o bebê está com seus punhos na boca, sua mãe sorridente leva sua mão para seu pezinho, então faz cócegas na barriga do bebê que ri alegremente. Ela continua conversando amorosamente, enquanto aproxima o pezinho do bebê de sua boca beijando-o várias vezes e ele mostra toda sua satisfação! Em seguida, esse bebê oferece seu pezinho para sua mãe beijá-lo enquanto ela fala (em *manhês*), “Que gostoso! Que gostoso!”

Cabe aqui uma nota sobre o que vem a ser essa prosódia, o “manhês”, e para isso a autora se vale de estudos de linguística que o definem como: “O dialeto de todas as mães do mundo, quando elas falam com seus bebês, no qual a voz é mais aguda e a entonação exagerada” (Dupoux e Mehler). A essas características, se acrescentam o afeto e prazer maternos na constituição de uma comunicação com seu bebê.

Num novo movimento, o bebê coloca a mão na boca da sua mamãe e ela diz “A gente comeria um bebê assim! Hum! Hum!”. Então vemos um bebê sorridente, radiante mesmo, oferecendo ativamente seu pé para sua mãe beijá-lo. Agora ele se constitui como fonte do seu prazer!

Essa mãe consegue sair desse jogo erótico (antes que toda essa excitação queime, diz Laznik, numa referência a Lacan) e se volta para seu bebê numa nova posição, dizendo com entusiasmo: “Parabéns! Como ele é forte!”, “Como segura bem os seus pés!” Ele está mesmo orgulhoso por ter percebido que é fonte do prazer de sua mamãe. Ela, por sua vez, realizou a passagem da cena oral-erótica para uma dimensão narcísica fálica em que admira seu filho. Aqui sua mãe pôde impulsioná-lo a se exibir para o prazer dela. “Godente ma non troppo”. O gozo não deve ser demais!

É exatamente aí que falha o autista: ele não alcança essa posição ativa. Ele *não* dirige o olhar para sua mamãe nem pode se colocar como aquele que busca por seu olhar e nem se oferecer como

Ana Marli Schor é psicanalista formada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Tem resenhas e artigos publicados em diversos órgãos de imprensa na área psicanalítica.

fonte de prazer. Não foi objeto de um investimento libidinal narcísico, que lhe daria a apreensão de poder se constituir como agente – causa da satisfação materna.

Diferentemente da tendência de certa psicanálise, Laznik, através de um olhar para pesquisas mais modernas, considera que essa falta de contato se daria mais em função de um excesso de sensibilidade que esses bebês trariam ao nascer do que a um déficit de empatia. Também não atribui à mãe a responsabilidade por essa falta, embora não descarte, é claro, sua constituição psíquica, sua história, seus fantasmas, etc. como componentes dessa interação. Afirma que é porque esses bebês possivelmente futuros autistas, em função de sua hipersensibilidade para perceber pequenas alterações afetivas em suas mães como ansiedade, preocupações etc., vivenciadas como extremamente intensas, não teriam outra possibilidade de defesa senão cortar o contato. Essa retirada é o recurso possível diante de uma experiência vivida como invasão intolerável e sem mediação dos afetos, à medida que não há o reconhecimento de que se trata de alguma coisa que se dá no outro (semelhante).

Ao longo dos textos, Laznik mostra de modo vivo e linguagem clara todo seu esforço no sentido de não perder o contato quando em interação com esses bebês, assim como apresenta para essas mães modos de estimulação dos seus pequenos por meio do brincar, de lhes dar voz, através do uso da prosódia que faz a mãe conversar com seu bebê.

Na busca de uma compreensão maior do autismo precoce, a autora toma em consideração fatores diversos, como, por exemplo, uma específica sensibilidade genética desses bebês (genoma: aquilo que recebemos dos nossos pais) associada ao modo particular como esses genes vão se manifestar no comportamento. Essa tradução no comportamento não depende só do gene, ela está ligada ao sistema neural, ao orgânico e ao meio ambiente, levando em conta os fatores familiares. Em sua abordagem, propõe o caminho de volta, considerando que o meio ambiente por sua vez vá exercer

sua influência no organismo (por meio inclusive da experiência terapêutica) e, conseqüentemente, no gene.

Através da generosa descrição do que ocorre naquelas filmagens, “vemos” um vivo trabalho de prevenção, assim como de apoio a essas mães que sofrem ao experimentar a recusa por contato dos seus bebês, paralelamente à busca da sua participação ativa no processo terapêutico conjunto. Laznik se vale das reflexões de Françoise Dolto (pediatra e psicanalista francesa pioneira na abertura do campo psicanalítico ao trabalho com os chamados “inadaptados precoces”), que considera o bebê desde o início como uma pessoa. Pessoa que se comunica através de olhares, gestos, choro, e para a qual tudo é linguagem. Isto é: uma interação ocorre desde o princípio entre mãe/ cuidador(a) e o bebê.

Laznik baseia seu trabalho de intervenção precoce e prevenção com essas crianças inicialmente fechadas ou com risco de se fechar em seu próprio mundo, considerando que, como já constatado, haveria uma maior plasticidade cerebral no primeiro ano de vida, momento que ofereceria uma chance maior para se obter resposta a um trabalho de estimulação no sentido de despertar o interesse desses bebês para o contato humano.

Bebês com risco de autismo não estariam fazendo uso de uma parte do cérebro encarregada de interpretar a voz humana, o rosto humano. A ciência médica nos ensina que, quando um órgão não é usado, ele deixa de exercer sua função e se atrofia (Primeira Lei de Lamarck). Aqui há uma ausência total de estimulação enviada para essa zona cerebral, daí ser necessário um trabalho de reanimação para que esse bebê venha a se instalar na comunicação.

Ao longo dos textos do livro, Laznik, em sua determinação e seriedade como pesquisadora e analista, retoma casos apresentados anteriormente sob novos ângulos de reflexão, abrindo assim novos e importantes caminhos para a compreensão do autismo.

Em “Devaneios neurocientíficos de uma psicanalista” (2013), dá a ver, de modo mais explícito, sua

abertura às novas abordagens, utilizando mesmo recursos das neurociências. Aqui se vale de autores como Adam Smith, homônimo do filósofo e teórico da ciência econômica do séc. XVIII, trazendo sua reflexão sobre o desequilíbrio da empatia no autismo, contribuição bastante importante no pensamento de nossa autora sobre o tema.

O Adam Smith dos dias atuais traz a hipótese da existência de duas modalidades independentes e muito diferentes de empatia: uma seria de origem cognitiva e permitiria que se fizesse uma ideia eventualmente traduzível em linguagem acerca do que se passa no outro, nosso semelhante, e de prever o que ele vai fazer. Os sujeitos dotados de bom nível de empatia cognitiva podem representar o estado psíquico de seus semelhantes.

Já a empatia emocional seria percebida de forma puramente qualitativa e, quando não se apresenta junto à cognitiva, modulando seus efeitos incendiários por assim dizer, o bebê experimentaria uma invasão pelos afetos que não é capaz de julgar serem provenientes do outro. É como se o excesso de empatia emocional, sem a contrapartida da empatia cognitiva, fosse mais incapacitante do que a total ausência de empatia. Pode-se pensar, por exemplo, que no caso dos perversos e borderlines se encontraria uma grande parcela de empatia cognitiva separada de toda empatia emocional.

Na visão de A. Smith, a presença da empatia emocional concomitante à cognitiva constituiria o arranjo desejável no qual é possível representar o estado emocional do outro, e a ele responder, de maneira adequada.

Embora mães psicóticas ou deprimidas, incapazes de produzir uma paraexcitação para seus pequenos bebês, possam levá-los a se fechar à sua face e à sua voz e assim conduzir a graves transtornos, não se encontrou correlação entre tais patologias maternas e o aparecimento do autismo nas suas crianças.

Laznik, em outro momento, se vale da linguística, mas de modo distinto do que dizia Jakobson, para quem o balbúcio do bebê era constituído

de sons sem significado e o qual considerava que só com a aquisição da linguagem haveria um diálogo com sentido. Nossa autora, por sua vez, recorre a estudos mais recentes nos quais se revela que a mãe se dirige ao seu bebê dialogicamente, atribuindo-lhe turnos de fala, ou seja, um espaço temporal durante o qual o bebê pode se manifestar. Faz referência a Silvia Ferreira (psicolinguísta), autora que afirma que, desde o início, a mãe coloca seu pequeno na categoria de interlocutor e considera os sinais produzidos por ele como atos de fala, aos quais ela vai dar uma tradução, falando em seu lugar.

No último dos textos do livro, “Empatia emocional e autismo” (2013), Laznik retoma, mais em detalhe, os conceitos de empatia cognitiva e empatia emocional. Considera mais uma vez que bebês futuros autistas seriam portadores de fatores de hiperdiscriminação visual e acústica. Apresenta então uma situação na qual a terapeuta, que até então brincava com um bebê, se dirige à mãe num tom de voz de conversa mais grave – conversa entre adultos – não percebido no momento por ela, e imediatamente observa o bebê se fechar ao contato desviando seu olhar. Avalia que esse bebê deva ter captado sua preocupação com o perigo de uma evolução autística, que a ocupou pouco antes de se dirigir à mãe. Bebês comuns, nesses casos, vão buscar novamente o adulto que brincava com eles e escapou. Através do seu balbúcio, “Oh! Oh!” conseguem fazer com que os adultos interrompam a conversação, o que felizmente ocorreu no caso apresentado.

Numa nova referência a Françoise Dolto, Laznik nos conta como essa psicanalista, muitas vezes, colocava palavras onde só havia experiência bruta. É isso que certas mães são capazes de fazer.

Há ainda uma grande ênfase na qualidade da interação mãe-bebê para a construção de uma empatia emocional primária capaz de gerar nele a vontade de se comunicar. É fundamental que haja verdade no desejo materno de contato com seu bebê, desejo de despertá-lo, por assim dizer, manifestando enfaticamente sua surpresa e satisfação genuína no encontro.

O conceito de “Falar Verdadeiro” para Dolto consiste em não mentir para a criança, à medida que ela sempre tem a intuição de sua história. Se a verdade lhe é dita, essa verdade a constrói. Também tem a intuição da verdade do afeto e envolvimento de suas mães nessas conversas tão particulares, lembra Laznik.

Nessa amostra do seu percurso como psicanalista e pensadora, Laznik revela com enorme vivacidade esse encontro ou a busca por esse encontro, seja alimentando esses bebês com significados e afetos, seja oferecendo apoio para essas mães, ao acolher sua dor, seu sentimento de desamparo e não confirmação por parte dos seus bebês.

É muito estimulante poder testemunhar como uma psicanalista se movimenta em busca de subsídios em outros saberes – seja na linguística, na medicina e nas neurociências – com a preocupação e o interesse de uma maior compreensão e possibilidade de ajuda efetiva a quem disso depende para seu ingresso no mundo das relações humanas. M.C. Laznik, sem preconceitos, reúne uma sólida formação no campo psicanalítico, que se revela ao longo de todos os textos apresentados, com outros recursos fora da psicanálise no sentido estrito, com a mente aberta e toda sua sensibilidade de maneira exemplar.

Psicanálise: versos sobre vertentes

Tânia Corghi Veríssimo

Resenha de Maria Laurinda Ribeiro de Souza, *Vertentes da Psicanálise. O hospital. A violência. A clínica. A escrita*, São Paulo, Pearson, 2017, 357 p. (coleção Clínica Psicanalítica, dir. Flávio Carvalho Ferraz).

Lhe mando o meu retrato que mais gosto, mas exijo troca.
Gosto mais porque marca no meu rosto os caminhos do sofrimento, você repare, cara vincada, não de rugas ainda, mas de caminhos, de ruas, praças, como uma cidade.
Às vezes, quando espio esse retrato, eu me perdo e até me vem um vago assomo de chorar. De dó. Porque ele denuncia todo sofrimento dum homem feliz.
Mario de Andrade, 1944 – Carta a Newton Freitas

Faço do trecho acima as primeiras palavras desta resenha pela sua condição de conectar as marcas do sofrimento corporal à formação de caminhos, lugares e história. Esta carta pode ser interpretada de diferentes modos, no entanto, um de seus méritos seria o destaque dado ao tema do reconhecimento dos vincos da dor para além do corpo. Sua poesia ilumina estes vincos que, uma vez espiados com a mesma atenção dada aos contornos de carros retratos, revela seu potencial de figurabilidade, sua eloquência simbólica. Também trago este trecho aqui por sua consonância à postura de Maria Laurinda Ribeiro de Souza, autora que, após

1 *Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. Coleção Clínica Psicanalítica.

2 Alusão ao trecho da música “Nos Bailes da vida” (1981), composta por Milton Nascimento e Fernando Brant.

Tânia Corghi Veríssimo é psicanalista; aspirante a membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro da Rede de Atendimento Psicanalítico, psicóloga, mestranda pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

escrever sobre a *Violência* (2005)¹, sem demora já havia idealizado um novo projeto de escrita sobre a amizade, algo que para ela, juntamente com a solidariedade, seriam “[...] contrapontos à violência, ao desamparo e à apatia” (p. 13). Ribeiro de Souza também é uma iluminadora de vincos de sofrimento na busca por caminhos, lugares e história. Diante da dor, pensa nos antídotos. Mostra-se atenta aos contrapontos da pulsionalidade, perscrutadora de caminhos de inventividade, comprometida desde longa data com a aposta no sujeito e com a construção de enlaces eróticos justamente nos lugares onde a falência das palavras e os emudecimentos pelos excessos produziram efeitos nefastos.

Vertentes da Psicanálise. O hospital. A violência. A clínica. A escrita (2017) só vem reforçar esta postura. Constitui-se como um compilado da construção de um ofício que teve início e registro desde a década de 1970/1980 até os anos mais recentes. As 357 páginas escritas, divididas em 19 capítulos, revelam a trajetória de uma psicanalista com *alma repleta de chão*², cujas experiências, felizmente, verteram-se em matéria-prima para a psicanálise e para os psicanalistas em diferentes tempos de formação. Um livro diverso de título extenso formado por uma coletânea de artigos produzidos em um percurso clínico-institucional vasto, múltiplo e de grande envergadura. Nas palavras preliminares da obra, a autora esboça o desejo de criação de uma única palavra, um neologismo que abarcasse os atravessamentos explícitos entre os campos abordados – o hospital, a violência, a clínica e a escrita – mas a leitura da sequência dos capítulos e destes temas dispensa a necessidade de neologismos e mostra a inegável imbricação entre todos eles. A clínica, por sua vez, como dito nos primeiros parágrafos, não é um item à parte do título. Ao contrário, revela-se um pano de fundo basal, chão comum e robusto que perpassa qualquer um destes contextos, revelando a abrangência do raciocínio utilizado em cada situação de análise para muito além da especificidade dos assuntos que focaliza.

Os primeiros cinco capítulos da obra lançam luz sobre o contexto hospitalar propriamente

dito, analisando-o em sua complexidade de atravessamentos históricos e políticos. *O Hospital: um espaço terapêutico?*, o primeiro capítulo, indaga em seu título a função fundamental do hospital, apontando para a possibilidade de este ambiente faltar em seu propósito, bem como para a ausência de garantias do cumprimento deste princípio terapêutico que, se olharmos para a história, nem sempre esteve estabelecido como tal. Interessante pensar na abertura do livro com um título indagativo, pois esta postura se mantém ao longo dos próximos capítulos, sempre colocando à prova a instituição e seu funcionamento. Para escrevê-lo a autora fundamentou-se em algumas das ideias de Foucault, autor que marcou o pensamento crítico institucional em torno de questões que permanecem atuais, focalizando reflexões sobre a vigilância, o controle sobre condições de tratamento e o poder político disciplinar imposto aos corpos³, e, assim, tomou a definição do hospital como espaço terapêutico em uma perspectiva histórica, como espaço de práticas e concepções de sujeitos construídas, logo passíveis de transformações.

Na prática disciplinar, o indivíduo seria este composto de características a serem avaliadas, este que poderia ser objetivado, primado do controle. A instituição, por sua vez, também teria seu espaço físico submetido a regulamentações que determinariam os lugares que cada um deveria ocupar em uma lógica totalitária, segregacionista, de fixidez e rigidez em relação a espaços de poder. Mas, como lembra a autora, embora haja “uma grande atração pelo instituído, difícil de se movimentar” (p. 87), também é verdade que “[...] todo instituído tem suas lacunas [...] alguns impasses nesse discurso hegemônico” (p. 27) e será “no palco desses impasses que surge a possibilidade [...]” (p. 108) de uma abordagem pela psicanálise, como forma diferente de olhar para a doença, ou seja, através de uma prática para a qual não haverá normas, mas singularidades e grande potencial de rediscussão dos lugares de poder e de modos de funcionamento. A psicanálise possibilitou novas compreensões e assim se estabeleceu na prática institucional, conforme bem retratado pela obra.

Os impasses, aqui, são tomados como vetores de potência transformadora. Foi frente a eles que a psicanalista reconheceu as condições de possibilidade para a efetivação de uma experiência que teve início em 1982 como uma primeira tentativa de elaboração de um projeto de atendimento psicológico aos hospitais da Secretaria da Higiene e Saúde da cidade de São Paulo. Este projeto, que ficou conhecido como “proposta de humanização dos hospitais”, foi retratado em seu passo a passo na realização de diagnósticos institucionais para a elaboração de um plano de intervenção, sem poupar o leitor das dificuldades encontradas neste processo de implantação. Dentre elas, as questões políticas que acompanhavam o país – efeitos da transição de uma política ditatorial para a democracia – e a consequente instabilidade do contrato estabelecido com a prefeitura, as deficiências de recursos para atendimentos em saúde mental, a pouca receptividade dos profissionais para que os psicólogos integrassem de fato a equipe hospitalar e obtivessem um lugar próprio de atuação, ou seja, as resistências inerentes ao trabalho interdisciplinar e ao lugar do profissional “psi” na construção deste novo caminho.

No bojo desta experiência, um relicário clínico. Na desafiadora implementação do novo ante o questionamento de um *status quo*, tomamos contato com uma direção de trabalho pautada deliberadamente na transgressão, em seu sentido criativo e subversivo. A escuta atenta coleciona pérolas clínicas como a fala de um médico que se diz apto a trabalhar com um paciente em coma, mas não sabe como falar com ele quando acordado. No trabalho com uma criança na UTI, inicialmente entubada e imobilizada com risco de morrer, a aposta nos efeitos da narrativa com a equipe e com a família, através do enfrentamento das dificuldades em torno da não comunicação e a construção de um processo alternativo que estabeleceu novas vias de falar. O sentar ao lado do leito, colocar uma cadeira ao lado do paciente como gesto aparentemente desprezioso, mas tão eloquente quando diz sobre a possibilidade de se ter uma companhia cuidadora permanente em

um contexto de dificuldades que sugere presenças passageiras. O desafio de falar para uma mãe que o melhor seria contar ao seu filho internado sobre a morte do seu pai no acidente sofrido por ambos. A constatação do efeito milagroso da palavra quando recupera o lugar de sujeito de um menino que há dias acordado só pode dormir depois de escutar a psicanalista numa permissão para descansar e confiar. Enfim, trabalhos valiosos que corroboram a força da intervenção psicanalítica sem deixar de surpreender; relembram que falar é transgredir, que a palavra por si só é subversiva, produtora de efeitos potentes, e que narrar é resistir, conforme nos diz Guimarães Rosa⁴.

“Ocupar-se das palavras que não podem ser ditas, facilitar a possibilidade de sua circulação, reconhecer que a verdade dita é menos angustiante que seu ocultamento e suportar o tempo de espera e presença para que ela possa advir” (p. 55), esta seria uma demanda usualmente feita ao profissional dentro da instituição, segundo a autora. Seu propósito se encontra com a ética do trabalho psicanalítico como premissa que transcende o âmbito hospitalar propriamente dito, afirmando-se como posição política que perpassa a obra numa escuta voltada para temas frequentemente alvejados pela banalização e pelo silenciamento. Não à toa, nos capítulos vindouros privilegia-se a abordagem da violência, este fenômeno revelador de excessos que de tão desconcertantes e desorganizadores são levados sob os tapetes, para trás dos véus e das lentes da naturalização como tentativa de diluir o terror que provocam.

Ribeiro de Souza observa os riscos do silêncio, considerando que, no momento em que este deixa de ser um recuo tático ao confronto e passa a ser arreio imobilizador do corpo, deve ser entendido como uma forma de manifestação da violência. Neste sentido, a violência estaria conectada a um discurso que instala reiteradas vezes um apelo “ao

esvaziamento de um lugar de sujeito que possa se implicar na realidade em que vive” (p. 128), assim como configura um cenário produtor de apatia e esforços do sujeito para cindir a própria percepção. Tudo isso atrelado à falta de um lugar fundamental de reconhecimento, que a cultura pode ou não oferecer. Sem reconhecimento, à mercê de um discurso narcísico em detrimento da alteridade, estaria montado um prato cheio para a violência.

O reconhecimento será analisado no livro como questão determinante, entendendo que será pela sua falta que a violência encontrará lugar e força de manifestação. Podemos dizer que, para a autora, o propósito de tratar efetivamente a violência, ou seja, de criar “mecanismos possíveis para sua derivação e sua gestão” (p. 155), impõe a necessidade de repetidas aplicações do verbo reconhecer e uma menor insistência no uso dos verbos atenuar, silenciar, negar.

A obra traz uma reflexão sobre os efeitos desastrosos e sintomáticos da falta de reconhecimento da alteridade no laço social, destacando a vingança, a invisibilidade ligada à angústia de não existência, a ausência de lei e os consequentes embates corpo a corpo, as autoafirmações a qualquer custo, as desigualdades, as exclusões, o desaparecimento da ética e do senso público com o fracasso da palavra e esvaziamento de vínculos, culminando no desamparo como sofrimento crucial.

Preche de questões em torno deste sofrimento, o livro também abre uma discussão em torno de um cenário social marcado pela falta de mediação e pelo excesso do agir. Respalhado pelas palavras de Marc Augé, aponta para os não lugares contemporâneos, ou seja, para lugares despersonalizados, desumanizados, coletividades de “ninguéns” em vicissitudes que, dada a falta de alternativas, acabam por oferecer a servidão masoquista ao agressor como tentativa desesperada de laço, cuidado e amor. O que será destes corpos dados ao desamparo? Quais seriam suas veredas diante de tantas faltas? A partir de fundamentações consistentes, novamente o leitor é conduzido para a aposta na construção de veredas de

3 M. Foucault, *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980: “O desenvolvimento da tecnologia e o controle sobre os homens serão as grandes invenções do século XVII”.

4 G. Rosa, em *Um certo vaqueiro Mariano*. “[...] Também as histórias não se desprendem, apenas do narrador, sim o performam: narrar é resistir”.

solidariedade e enlances eróticos: “Continuemos em guerra contra os abusos de poder e a fascinação pelo terror em nossa vida cotidiana, a fim de que o canibalismo ceda sua força ao exercício da solidariedade” (p. 206).

Interessante acompanhar como este desafio de trilhar novas veredas desenrola um caminho marcado por indagações endereçadas inclusive à psicanálise, em suas transformações ao longo do tempo e na vastidão de sua clínica. Nesta trilha, a afirmação de sua potência – desde sua origem até os tempos de hoje – se dá não pela uniformidade do setting, mas pela irreduzibilidade de pilares fundamentais, como a existência do inconsciente, a transferência e a possibilidade de cura pela palavra. Com isto, fica posta a possibilidade de a psicanálise acontecer em qualquer lugar.

A obra, ao brindar o leitor, tanto com experiências clínicas que denotam a especificidade e a delicadeza do trabalho com crianças quanto com os efeitos transformadores do trabalho do sonho e do sonhar em transferência, evidencia um fio condutor: da aridez da violência e do congelamento pelo emudecimento rumo aos lugares possíveis. O sonho e a experiência do sonhar serão pensados como potencialidade representacional e regressiva, ou seja, caminhos abertos à exploração da clínica winnicottiana na abordagem da esperança como ingrediente presente nos recônditos da caixa de Pandora.

“Na caixa de Pandora, ainda resta a esperança?”, questiona Ribeiro de Souza, no título dado ao capítulo dezesseis (p. 295). Neste capítulo tão sensível, tomamos contato com alguns vetores. Dentre eles: a importância da continência de elementos adversos do sujeito, com os barulhos provenientes da dualidade pulsional tão inescapável e insolúvel, com o grande labor a ser feito na consolidação do direito à vida e à morte dignas em nossa sociedade e com a construção de narrativas que possam dar suporte às angústias do viver, quando se anuncia uma tendência à sideração pela violência e pela morte. A leitura leva a pensar que ainda há muito a se fazer. “Está lançado um desafio” (p. 313), provoca a autora.

Mas, entende-se que tais considerações só podem ganhar contornos de desafio dada a capacidade de encarar os fundos e as bagunças da caixa de Pandora. O livro demonstra que seria justamente o revirar desta caixa, acompanhado por momentos de angústia e hesitação, que viabilizariam a esperança pela criação de novos caminhos. A psicanalista retoma Foucault (1991): “o crime expressa o ‘desumano’, o insensato, aquilo em que a consciência de todos não consegue reconhecer-se, aquilo que não está baseado nela, portanto aquilo que não tem o direito de existir” (p. 304), demonstrando que é preciso coragem e sensibilidade para reconhecer a realidade da tragédia de duas crianças assassinas pelos pais de maneira cruel. Estamos no fundo do poço? No fundo da caixa de Pandora? Seria este caso e tantos outros cravados no seio da nossa cultura que levam Ribeiro de Souza a desenvolver que “Poder reconhecer, em todos nós, a existência interior da maldade, desse sinistro inquietante, é uma maneira de exorcizar o seu horror e responsabilizar-se por seus efeitos” (p. 305) e, assim, apelar para a necessidade de as situações de horror serem nomeadas – por si e pelo outro – pelo que são. Afinal, qual seria a possibilidade de curar uma ferida sem o reconhecimento da existência de seus pedaços mais purulentos?

O leitor que percorrer as páginas desta vasta obra e tomar contato com a postura adotada pela autora ao longo de todo o trabalho poderá dizer que a escolha por sua finalização com dois últimos capítulos dedicados ao tema da escrita não poderia se revelar mais oportuna. Em outras palavras, se observarmos a posição marcada no transcorrer de suas experiências clínicas, numa tentativa intensa de construir caminhos de simbolização para situações traumáticas e destruidoras da palavra, a escrita surge como aposta privilegiada no êxito desta construção. É assim que será pensada e coroada neste livro.

Dentre tantas passagens e funções fundamentais atribuídas à escrita na clínica, tão bem elencadas e exploradas nestes dois últimos capítulos, merece destaque a correlação estabelecida

entre o processo de confecção da escrita e a ideia de cultivo:

É como cultivar um campo: há que se estudar o terreno, semear, garimpar, limpar, esperar, podar, cortar, cortar, cortar, recomeçar... É nessa luta com as palavras que se vai construindo um texto (p. 351).

Espaço de cultivo e de luta que pressupõe o contato delicado com um tempo de intranquilidade, angústia e enigmas para alçar a promissora transformação da folha em branco em produção. Produção esta que não tem o contorno de mero relato, à medida que envolve a complexidade da junção do caráter objetivo de registro de uma época da história da psicanálise, com a subjetividade de um escritor que ali se afirma a partir de um recorte singular, entremeado por encontros e reencontros consigo mesmo na tessitura de novas metáforas de expressão.

Na retomada de seu percurso como psicanalista e escritora, Ribeiro de Souza relembra não apenas os referenciais teóricos que revolucionaram o modo de pensar a psicanálise, em pleno regime ditatorial nos anos 1970, como também uma experiência chave vivenciada em um Centro Comunitário na periferia de São Paulo que veio ao encontro dessa escrita de situações clínicas. Pode-se dizer que este período fecundo compreendeu, portanto, duas rupturas: com a lógica manicomial das políticas de saúde mental, bem como com uma lógica da escrita, com um modo de escrever que obliterava a dimensão poética rechaçada por uma política oficial ancorada em uma maneira menos afetiva e mais empobrecida de transmitir a clínica.

Como contar histórias? Como compartilhar a clínica e dar espaço para a presença do sujeito, para algo da sensibilidade presente no cuidado e no encontro singular com o outro? O livro demonstra que contar a clínica é contar histórias, sem prescindir dos detalhes e de um lugar autoral que nasce com o gesto da escrita, este ato que fora definido por Kristeva *como um ato de amor*⁵. Deste ato da escrita, advirá um autor que se posicionará em primeira pessoa e assim oferecerá perspectivas de manejos mais livres na escrita da história e de gestos criativos imprevisíveis. Este trabalho tão voltado para interrogações acerca de “Como será o amanhã?”⁶ – da psicanálise? da vida em sociedade? – levantadas na obra em diferentes momentos escapa do sentido de predestinação empregado à canção e coloca na mão do sujeito o lápis para a confecção dos primeiros rabiscos, convocando-o a implicar-se em uma dimensão clínica e política inerente ao fazer psicanalítico.

Terminada a leitura deste livro, uma mensagem está posta: o ofício do psicanalista compreende mais do que o trabalho de análise, escrita, estudos teóricos e interlocuções entre pares. Fazer psicanálise é fazer política, namorar com a arte, flertar com a poesia e com a literatura para uma verdadeira criação de versos sobre suas tão diversificadas vertentes. Que o leitor aproveite o compartilhar das riquezas e belezas desta trajetória psicanalítica, acompanhando-a para além do testemunho de uma época da história da psicanálise e da nossa cultura, como um gesto precioso de generosidade.

5 J. Kristeva. *Sentido e contrassenso da revolta*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

6 Menção a um trecho da canção “O amanhã”, composta por João Sérgio em 1978 como samba enredo da G.R.E.S. União da Ilha do Governador.

Ferenczi: polissemia e clínica

Karla Patrícia Holanda Martins

Resenha de Teresa Pinheiro, *Ferenczi*, São Paulo: Casa do Psicólogo (Coleção clínica psicanalítica), 2016, 202p.

170

PERCURSO 59 : dezembro 2017

O reencontro de Teresa Pinheiro com a obra de Ferenczi, em 2016, ganha, com a publicação do seu livro *Ferenczi*, o caráter de uma fraterna amizade. Se em 1995, ao publicar *Do grito à palavra*¹, fruto de sua tese de doutorado defendida em 1987 (*La théorie du trauma: de l'introjéction à la cure*), a psicanalista nos introduz na apreciação das noções fundamentais de Sándor Ferenczi pelo seu estranhamento, no mais recente livro, Teresa Pinheiro hospeda Ferenczi e nos apresenta, com sua teoria e também com sua história, uma história que é também a história da psicanálise. Ferenczi aparece aqui sempre acompanhado: de sua família, de seus amores e amigos, de Freud, dos tensionamentos no Comitê Secreto, no seio da IPA e nos congressos oficiais e, ainda, junto aos seus contemporâneos igualmente analistas de primeira hora.

Através desta estratégia narrativa, a autora presentifica um esforço que foi também o do próprio Ferenczi: identificar na história da psicanálise as diferentes línguas, positivando a polissemia da comunidade analítica. Ferenczi escreve com e para seus companheiros, denotando em sua posição uma ética que apontará na direção de uma comunidade construída com base na partilha sincera de suas concretas experiências clínicas. O sentido

aristotélico² da *philia* triunfa, sublinhando a dimensão alteritária e o sentido da hospitalidade. Em consequência, na obra ferencziana haverá lugar para o Bem para além de uma referência à perfeição, ao absoluto da verdade e do sentido. Para seu banquete são convidadas figuras clínicas que até então eram apresentadas como despossuídas de um saber (os homossexuais, a mãe, as mulheres, os psicóticos). Retornam em seus textos finais conceitos que já pareceriam ultrapassados, a exemplo do trauma, da sedução e da catarse, e temas-tabus como a hipocrisia, o narcisismo dos analistas e suas resistências, suas análises e processos de formação no seio das instituições. A posição aí assumida faz lembrar uma das proposições do psicanalista J.-A. Miller, no seu livro *La pareja y el amor*: “fracasso no amor, êxito no saber”³.

Por mais de duas décadas, Pinheiro se pôs a caminhar lado a lado com a obra de Ferenczi no seu trabalho clínico, de pesquisa e ensino nas instituições de psicanálise e nas universidades brasileiras. Já foi dito que na Hungria não existe confusão de línguas entre a psicanálise e o magiar (língua dos afetos húngaros). A escrita de Teresa Pinheiro igualmente nos permite reaproximar a psicanálise de uma língua de origem em que os afetos (e estes não estão em oposição à linguagem) são novamente recolocados em um plano de importância fundamental para compreender os processos primários de simbolização e as matrizes identificatórias da constituição do eu.

O conceito de introjeção é mais uma vez afirmado em sua centralidade como palavra-chave de uma teoria da linguagem na obra ferencziana e de sua matriz intersubjetiva. Esta é a tese da segunda parte do livro. O que é introjetado diz respeito à função da linguagem, ao mundo das representações e dos sentidos. Isto significa afirmar que, nas relações com os objetos, o que deles se introjeta é o seu universo simbólico. Portanto, o aparelho que realiza o trabalho de apropriação dos sentidos é um aparelho de interpretação. A autora segue uma pista importante ao estabelecer uma relação entre esse conceito e o que mais tarde será postulado como traumatogênese.

Inicialmente, Ferenczi formulara tais ideias num contexto onde os traumas eram necessários e estruturantes, onde a identificação, produto do amor objetual, teria lugar a partir de uma constituição narcísica da subjetividade. Porém, antes da sistematização de sua teoria sobre a gênese do trauma, o problema do sentido de realidade fora posto em relevo. No ano de 1913, Ferenczi declara a precedência lógica do sentimento de onipotência na construção do sentido de realidade⁴ para mais tarde, em 1929, relacionar este sentimento às condições para a afirmação do desprazer, afirmação que traz como consequência a construção pela criança de uma representação de si na realidade⁵. Deste modo, o sentimento de onipotência da criança (um equivalente da sua crença na capacidade de criar a realidade) não se configura, inicialmente, como um obstáculo à sua relação com a realidade; ao contrário, é condição indispensável para que esta inclua a representação de si na sua representação do mundo em conexão com seus afetos. Esta especial representação organiza ainda o estabelecimento de uma ordem espaço-temporal, fundamental para a construção de matrizes simbólicas. Em síntese, para que a

realidade funcione não apenas como um princípio e adquira um valor é necessário que a criança acredite-se nela representada. O adulto terá aqui função fundamental nos destinos do processo de subjetivação da experiência traumática: introjeção, incorporação e clivagem.

De acordo com Pinheiro⁶, a relação do adulto com a criança é um tema recorrente na obra ferencziana, explicitado desde o breve texto *O sonho do bebê sábio*⁷ até o conjunto de textos sobre a traumatogênese, escritos entre 1928 e 1933. Considera necessário esclarecer que o adulto – efeito da história dos seus investimentos e de sua confrontação com a castração – é alguém capaz de produzir um saber-fazer com sua história que lhe permite relacionar-se com os membros de sua comunidade a partir de um aparato de linguagem. Todavia, o adulto não é a superação do devir infantil: “arranhe o adulto e você encontrará a criança”⁸.

Na terceira parte do livro, o contexto dos traumas em que à violência soma-se o aspecto surpresa é retomado, colocando em risco todo o processo identificatório do sujeito. No mito proposto por Ferenczi, participam três personagens – a criança que ternamente seduz; o adulto que infligiu a violência; e o adulto a quem a criança recorre para compreender a situação experimentada⁹. O adulto, marcado pela sexualidade genital, responde a partir da linguagem da paixão. Como afirma Teresa Pinheiro, a violência sexual é considerada neste texto como a violência mais extrema que uma criança pode sofrer. No entanto, não seria a violência em si que apareceria como traumático, mas a identificação da criança com o agressor. A criança buscaria o adulto na tentativa de produzir um sentido que possa ser afirmado, representado. O adulto, em vez de fazer a função de testemunho, produz um descrédito (*Verleugnung*). O descrédito do adulto corresponde à desautorização da criança.

Impedida de pensar sobre o que lhe aconteceu senão sob a forma de culpa e autorrecriminação, a criança passa a alucinar negativamente o agressor, e o que deveria sobrevir como revolta

1 T. Pinheiro, *Do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./Ed. UFRJ, 1995.

2 Aristóteles, *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

3 J.-A. Miller, *La pareja y el amor*. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 274.

4 S. Ferenczi, “Fé, incredulidade e convicção sob o ângulo da Psicologia Médica” (1913), in *Psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 27-38.

S. Ferenczi, “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios” (1913), in *Psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 39-53.

5 S. Ferenczi, “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte” (1929), in *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 47-52.

6 T. Pinheiro, *Ferenczi*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016.

7 S. Ferenczi, “O sonho do bebê sábio” (1923), in *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

8 S. Ferenczi, 1909 citado por T. Pinheiro, *Ferenczi*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016, p. 76.

9 S. Ferenczi, “Confusão de línguas entre adultos e crianças” (1933), in *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 97-106.

Karla Patrícia Holanda Martins é psicanalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ (2002), pós-doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP (2017), membro do Grupo de Trabalho da ANPEPP Psicanálise e Clínica Ampliada, autora do livro *Sertão e melancolia: espaços e fronteiras* (Appris, 2014).

adquire a forma de uma submissão. Sobrevém como consequência o choque, a cisão. Ferenczi, nas suas notas sobre o trauma, descrevera o choque como o equivalente à aniquilação do sentimento de si, “da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa do Si mesmo [Soi]” e, em consequência: “a perda de sua forma própria e a aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, à maneira de um saco de farinha”¹⁰.

Deste modo, Teresa Pinheiro segue enfatizando a função de mediador do adulto (“o adulto pode se tornar perigoso quando se furta à função de mediador”¹¹), atribuindo à presença sincera – sinônimo de sua capacidade de suportar a verdade da criança – o valor de retirar, tanto da criança quanto do adulto, o peso de uma verdade absoluta. Aqui também reside a importância da presença do adulto como testemunha na introjeção dos choques traumáticos. Nas palavras de Ferenczi: “Tem-se mesmo a impressão de que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda a sua compreensão, sua ternura e, o que é mais raro, uma total sinceridade”¹². Ao valorizar a polissemia da linguagem, a psicanalista coloca a conquista da ambivalência e dos jogos de linguagem como fator estruturante do trauma. Postula assim que, ao reduzir o que ouviu da criança a um enunciado unívoco (mentira absoluta – verdade absoluta), o adulto aí profere um descrédito unívoco. Pinheiro conclui: “A palavra que desacredita retira toda a ambivalência, não é portadora da ambiguidade e não é polissêmica”¹³. A sinceridade, ao contrário da versão totalizante, coloca em cena a parcialidade e equivale “à aceitação da polissemia e da impossibilidade do unívoco”¹⁴. Poderíamos acrescentar que, neste cenário, ambos experimentam a precariedade diante de um incerto porvir.

O fator surpresa e o descrédito são, portanto, dois elementos decisivos para configurar uma teoria do fator exógeno do trauma. Aqui, novamente, Ferenczi reafirma uma linhagem de pensamento já visitada em seu texto *Talassa: ensaio sobre a genitabilidade*¹⁵, ao declarar seu tributo a Lamarck. Nesse contexto, o conceito de *katastrófák* (catástrofe) é

retomado, representando, em parte, um diálogo com as ideias freudianas apresentadas em *Além do princípio do prazer*. *Thalassa*, saudado por Freud com entusiasmo, conseguiria reunir filogênese e sexualidade. Na leitura de Pinheiro, essa obra, além de ser capaz de fazer esta articulação representa uma sofisticação da noção de simbólico e a inclusão da negação como condição fundamental para a possibilidade simbólica. Aqui, reside uma virada conceitual do campo psicanalítico com extensas consequências para sua clínica: o símbolo é o representante da indeterminação do inconsciente. Reproduzo as felizes palavras de Teresa Pinheiro, dada a potência do que esta afirmação significa para o futuro da psicanálise: [o inconsciente] “capaz somente de produzir sintomas incômodos, gueto do recalcado nefasto, pois deixava esse ser humano cego e escravo de um si-mesmo desconhecido, ganha aqui um novo lugar: o de generoso artesão de uma palavra que só aparentemente consegue ser unívoca e com isso funciona como um dispositivo confortável diante da privação da onipotência e do sofrimento do desejo”¹⁶.

As consequências da alucinação negativa são a divisão subjetiva e a instância de auto-observação, efeitos que podem vir a constrianger as condições para indeterminação. Esta última posteriormente adquire um caráter superegoico e de idealização. De algum modo, a compreensão dos processos de idealização deste adulto forjado dentro de si traz impasses para a técnica ativa, até então aplicada. Ao agir de modo imperativo com o seu paciente, Ferenczi identifica que sua técnica acabará refém da transmutação de mediação em mandato superegoico. Com o fim da técnica ativa começa um novo momento da técnica, nomeada como relaxamento e neocatarse, construída no seio de uma clara formulação sobre o trauma de-estruturante.

Como dito anteriormente, Pinheiro confere a essa categoria de trauma o caráter de um mito. Sua escolha acerta um alvo importante ao colocar a cena montada por Ferenczi em uma discussão que articula tempo, linguagem e ética numa referência que não é a do drama neurótico

freudiano inaugural. A posição tomada por Ferenczi frente ao sofrimento dos pacientes que, em um momento preciso de suas vidas, encontraram o excesso do outro – violência, paixão ou loucura – abre um campo de possibilidades para a prática clínica de casos difíceis e muitas vezes considerados inalisáveis.

A partir deste momento, o livro de Teresa ganha outro contraponto, fruto dos anos de pesquisa com a melancolia e das reflexões construídas no exercício da clínica e dos quatorze anos de percurso no Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC), inserido no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica (IPUB/UFRJ). O trabalho de investigação ali desenvolvido com vários outros analistas vem abrindo caminhos para as hipóteses teórico-clínicas que nos ajudam a pensar a importância da obra de Ferenczi na atualidade, já anunciada em trabalhos anteriores.

A importância de Ferenczi é, mais uma vez, ressaltada pela dimensão ética de seu talento clínico com os “casos difíceis”, de ontem e de hoje, onde este foi capaz de localizar as questões narcísicas nos diferentes modos de ordenação psíquica, sabendo reconhecer nos seus fracassos os limites de sua própria análise e de seus pressupostos teóricos. Ao teorizar sobre as políticas institucionais e o lugar do analista, Ferenczi surpreendeu seus contemporâneos, levando às

últimas consequências a dimensão inédita do vínculo com o paciente, quando já insistia na importância da transferência negativa para a efetividade de uma análise. Ecos de sua insistência serão encontrados nas obras dos ditos pós-freudianos sobre a contratransferência e, ainda que de modo distinto destas últimas, reverberam no trabalho de Lacan em torno da repetição e da resistência do analista.

Pinheiro finaliza o livro ressaltando a atualidade das questões apresentadas, sobretudo no que se refere também ao lugar ocupado pelo corpo na clínica contemporânea, já apontado por Ferenczi no axioma “nos momentos em que o psíquico falha, o corpo começa a pensar”¹⁷. Nessa mesma linha, questionará as condições necessárias para a instauração dos processos primários de simbolização, descrevendo situações clínicas que podem ser identificadas nos sofrimentos narcísicos contemporâneos.

O livro de Teresa respeita a polissemia de Ferenczi, colocando partes cindidas da história da psicanálise para realizarem uma boa conversa. A clínica psicanalítica tem sempre a ganhar quando colocamos em jogo as palavras e os desafios clínicos que instigaram a formação e o exercício cotidiano dos analistas de primeira hora. Este livro é o testemunho de um movimento permanente da psicanálise, sempre reafirmada pela presença de mais de Um.

10 S. Ferenczi, “Reflexões sobre o trauma” (1934), in *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 109.

11 T. Pinheiro, *op. cit.*, p. 130.

12 S. Ferenczi, “Análise de crianças com adultos” (1931), in *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 79-80.

13 T. Pinheiro, *op. cit.*, p. 136.

14 T. Pinheiro, *op. cit.*, p. 128.

15 S. Ferenczi, “*Talassa*. Ensaio sobre a teoria da genitalidade” (1924), in *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 255-325.

16 T. Pinheiro, *op. cit.*, p. 89.

17 S. Ferenczi, *Diário clínico* (1932). São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 37.

Heranças invisíveis e visibilidade da clínica psicanalítica

Renato Tardivo

Resenha de Daniel Schor, *Heranças invisíveis do abandono afetivo* – um estudo psicanalítico sobre as dimensões da experiência traumática, São Paulo, Blucher, 2017, 216 p.

174

PERCURSO 59 : dezembro 2017

Vem de longe e promete não ter fim a guerra entre pais e filhos, a herança das culpas, a rejeição do sangue o sacrifício da inocência.
(José Saramago)

Em diálogo com autores que são, a um só tempo, fiéis às proposições do criador da psicanálise e originais em suas formulações, este livro de Daniel Schor apresenta, com erudição e sensibilidade, um complexo sistema que atravessa a clínica psicanalítica contemporânea. Mas, antes de comentar alguns aspectos do trabalho, vale destacar o prefácio, assinado por Luís Cláudio Figueiredo. Sem poupar elogios, um de nossos principais pensadores da psicanálise escreve: “Em consequência de um trabalho metódico de leitura e de articulação teórica (artes em que Daniel é exímio [...]), e, mais ainda, em virtude da atenção sustentada aos sofrimentos destes pacientes [...] o autor compõe uma montagem teórico-clínica complexa, engenhosa e sutil” (p. 10). E, após mais uma série de recomendações, Figueiredo conclui: “Espero que os leitores possam se beneficiar com este livro e, especialmente, que mestrandos e doutorandos em nossa área possam tomá-lo como referência e modelo, se seus propósitos de pesquisa forem o de fazer com que a investigação e a produção acadêmica enriqueçam a vida da clínica psicanalítica” (p. 11).

Não é pouco, nem por acaso. Trata-se, com efeito, de um trabalho no qual a tessitura entre teoria e clínica delineia um campo de atuação notadamente autoral e histórico. Freud, Ferenczi, Winnicott, Fairbairn, Green, Roussillon, entre outros, são trazidos à baila em íntima conexão com a experiência do autor: “Passei a localizar, no avesso de reações contratransferenciais em que me sentia por vezes muito seduzido, os apelos de pacientes assolados pelo pavor de se revelarem verdadeiramente incapazes de despertar em alguém um interesse genuíno por eles” (p. 16). No esteio de André Green e da chamada clínica do vazio, o trabalho irá se debruçar sobre os pacientes cujos desinvestimentos ao longo da dependência infantil implicaram marcas inconscientes profundas de modo que a criança busque a todo custo “revitalizar seu objeto criador” (p. 17).

Assim, o autor encampa a perspectiva de que os sonhos não são apenas realizações de desejos. Há uma urgência anterior, em torno da qual o princípio do prazer é posto fora de ação, que é a de dominar os estímulos – questão presente, a propósito, nos sonhos das neuroses traumáticas. São justamente essas situações que o trabalho de Daniel Schor se propõe a discutir, isto é, “os efeitos subjetivos de falhas essenciais e precoces nos processos de cuidado” (p. 30). Nessa medida, considerando que “o movimento de cura leva à patologia, e a patologia constitui, de sua parte, a prova mais incontestável da procura incessante do sujeito por uma ‘melhor solução’” (p. 33), o autor elenca as principais dimensões da experiência traumática – o caráter des-historicizante, o autoalienante e o autointoxicante –, dimensões que serão abordadas em minúcias nos capítulos subsequentes (reflexões teóricas e casos clínicos), esquematizando um contexto tão rigoroso quanto dinâmico, intenso e vivo.

O primeiro caso clínico, “Bernardo e a esperança de ‘se juntar’”, é o relato da análise de um garoto de treze anos que, ao mesmo tempo que trazia significativa bagagem cultural e circulava com pessoas bem mais velhas que ele, vivia dificuldades importantes em busca de moradas – na

escola, na família, na relação com a mãe distante. A dificuldade em habitar o espaço se refletiu na relação com o analista, que, com perspicácia, sustentou flexibilizações importantes no *setting*.

Em seguida, há um capítulo sobre o caráter des-historicizante do trauma. Retomando Freud, desde os *Estudos sobre a histeria*, originalmente publicados em 1893 em coautoria com Breuer, até *Construções em análise*, de 1937, o autor discute as reminiscências de que sofriam as histéricas à luz das últimas considerações de Freud acerca das previsões dos neuróticos de que “algo terrível” está prestes a acontecer, o que é sinal de que eles estão “em contato com um fragmento de lembrança reprimida” (p. 63, grifo do autor). As proposições finais de Freud acerca dessas questões, segundo Schor, indicariam “o sentido mais profundo das ‘reminiscências’ cujas manifestações testemunhava em 1893” (p. 63). A partir disso, buscam-se articulações com os demais autores, já mencionados como balizadores do trabalho, para abordar circunstâncias como as lembranças do não acontecido e a condição de ser coadjuvante da própria história no sujeito que, dilacerado pelo trauma, “terminou por deixar no meio do caminho as partes não vividas de sua história” (p. 76).

O segundo relato de caso, “João, o herói abandonado”, garoto que certa vez disse ao analista – “Sabe, acho que eu nunca fui um bebê” (p. 91) –, faz-nos pensar nos buracos psíquicos de que fala André Green, buracos que invadiriam a própria relação terapêutica, uma vez que a análise foi bruscamente interrompida pelos cuidadores do menino. Então, analista e paciente, apartados, permaneceriam “juntos em nosso abandono e impotência, à espera do que sabíamos que jamais viria” (p. 94). Segue-se a esse relato o capítulo teórico sobre o caráter autoalienante do trauma, cujo mote é o referencial metapsicológico do bebê sábio, de Ferenczi, que diz respeito a uma prematuração patológica e, mais ainda, a uma inversão

do jogo entre quem cuida e quem é cuidado. Ora, “a necessidade de socorrer os pais em seu sofrimento retira da criança a possibilidade de conquistar um lugar para existir” (p. 106). E é com o complexo da mãe morta, de André Green, que ele encaminha a questão, uma vez que, à ânsia de ressuscitar a mãe dentro de si, o luto da perda do seio torna-se impossível. O sujeito engolfa-se na saudade do que não viveu e as tentativas – inócuas, portanto – de recuperá-lo, que se prestariam a sanar as dúvidas catastróficas (o seio existiu? O bebê existiu?), o colocam ainda mais em contato com o sentimento de catástrofe iminente.

O último caso, “Ian, o sujinho sedutor”, é particularmente tocante. Sem perder o rigor clínico, o texto conjuga precisão e sensibilidade. Dos três relatos, é o que mais se assemelha a um texto literário. Ian lembra o herói trágico; seguir adiante, para ele, implicava um movimento radical de retorno. Não por acaso, “finalmente, num dos encontros, deu-se a tragédia anunciada: Ian caiu, batendo a cabeça num móvel e começando a chorar copiosamente” (p. 131). A dor – o analista perceberia após o susto inicial – não era física, mas psíquica: o cuidador não conseguira evitar a queda. Não é aleatório que, pouco depois disso, o menino, que fora adotado com cerca de um ano e meio de idade, tenha perguntado: “E se eu fui adotado antes de ser adotado? [...] E se a minha primeira mãe também me adotou?” (p. 131). Ou seja, ele acreditava trazer dentro de si um potencial arcaico para o abandono, caindo indefinidamente, como se portasse uma “sujeira infinita” (p. 132). Mas, por fim, é muito bonita a forma com que o analista maneja a situação, de modo que Ian, leitor perspicaz da própria história, pudesse pela primeira vez encontrar “o chão. Um chão humano. O nosso chão” (p. 132).

Na sequência o autor discute o efeito autointoxicante do trauma, amparado nas ideias do psicanalista escocês Ronald Fairbairn. Afirmar: “o sujeito não apenas introjeta a maldade oriunda da falha dos objetos primordiais. Mais do que isso, forja, por assim dizer, sua identidade a partir dela” (p. 145). E pouco mais à frente: “É inegável que,

Renato Tardivo é psicanalista e escritor. Mestre e doutor em Psicologia Social pela USP. Pós-doutorando em Psicologia da Saúde (Metodista/CAPES). Autor, entre outros, de *Porvir que vem antes de tudo – literatura e cinema em Lavoura arcaica*.

para o psiquismo, seja imensamente preferível ser mau, mas potente, do que fraco e desamparado” (p. 146). É assim que, segundo o autor, se constitui um paradoxo essencial que atravessa o caráter traumático da experiência – o bebê que percebe sua dependência em relação ao objeto é o mesmo que acredita tê-lo criado. Paralisam-se, portanto, as possibilidades de simbolização.

No último capítulo, Daniel Schor se debruça sobre as perspectivas clínicas com vistas a favorecer justamente as possibilidades de simbolização. Por meio de uma rigorosa articulação teórico-clínica, o autor discute noções como a sobrevivência do objeto, sua função simbolizante, o meio maleável (desenvolvido por Roussillon) e o trabalho do negativo e estrutura enquadrante (desenvolvidos por Green). Cumpre destacar a fina relação tecida pelo autor entre o meio maleável – “o que originalmente sustenta uma atividade representativa ainda incipiente, fugaz, da qual o sujeito não está ainda plenamente seguro” (p. 182) – e suas

decorrências para o estabelecimento dos processos de simbolização, o que será discutido à luz das concepções de André Green, tendo sempre em vista a prática clínica. Finalmente, no epílogo, o autor sintetiza as principais decorrências de suas análises, retomando aspectos dos casos clínicos previamente relatados.

Conquanto as articulações teóricas sejam realizadas com cautela, levando-se em conta também os limites entre as ideias apresentadas, finda a leitura, percebo que o meu exemplar está todo grifado, riscado, marcado. Movido pela urgência da sobrevivência (é de sobrevivência que se trata!), é como se o livro apresentasse “verdades” seguidas de “verdades”: tudo é relevante. Nessa medida, ampliando a perspectiva, este estudo sobre as dimensões da experiência traumática cumpre, em seu próprio movimento, com uma função de cuidado, porque resgata e inaugura as dimensões potentes da clínica psicanalítica. Um trabalho indispensável.

Colaboradores deste número

Adela Judith Stoppel de Gueller

rua Dr. Homem de Melo, 736
05007-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3865-2370 e 3864-8702
adela@gueller.com.br

Adriana Barbosa Pereira

rua General Vitorino Monteiro, 283
05053-060 São Paulo SP
dribp@terra.com.br

Alejandro Luis Viviani

rua Maranhão, 554, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-9472 e 9 9111-0745
alviviani@uol.com.br
alviviani@gmail.com

Alessandra Balaban

alameda Rio Claro, 217, ap. 122
01332-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 5573-9215 e 9 8923-4949
alessandra.balaban@gmail.com

Ana Claudia Patitucci

rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
anapatitucci@hotmail.com

Ana Helena de Staal

165, rue d'Alésia ap. 54
75014 Paris
Tel.: +33 0 6 62 97 57 67
anahdestaal@icloud.com

Ana Maria Trapé Trinca

rua João Moura, 627, cj. 61
0512-911 São Paulo SP
Tel.: (11) 3085-9176 e 3082.7030
amtrinca@uol.com.br

Ana Marli Schor

rua das Begônias 199
05676-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3031-7351
marlischor@gmail.com

Bela M. Sister

rua Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-6443
belasister@terra.com.br

Bruno Esposito

rua Cardoso de Almeida, 788, cj. 24
05013-001 São Paulo SP
Tel.: ne (11) 9 9263-9376
brunoespo@gmail.com

Célia Klouri

rua Caçapava, 49, cj. 125
01408-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 99125-6163
celiaklouri@yahoo.com.br

Cristiane Curi Abud

alameda Joaquim Eugênio de Lima, 881,
cj. 1105
01403-001 São Paulo SP
criscabud@uol.com.br

Cristina Parada Franch

rua João Moura, 647/103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.4386
crisfranch@uol.com.br

Daniel Delouya

rua Capote Valente, 43, cj. 104
05409-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3063-0018
danieldelouya@gmail.com

Danielle Melanie Breyton

rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
danibreyton@gmail.com

Débora Tajer

General Juan Lavalle 2353
Buenos Aires
Tel.: 4952-5481
debora.tajer@gmail.com

Deborah Joan de Cardoso

rua Inácio Pereira da Rocha, 142, cj. 305
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032-1385
deborah@santacruz.g12.br

Fábio Belo

rua Quintiliano Silva, 401, ap. 102
30350-040 Belo Horizonte MG
Tel.: (31) 9 9951-6855
fabiobelo76@gmail.com

Fatima Regina Flório Cesar
de Alencastro Graça

rua Carlos Sattelmayer 23, Esplanada 11,
12242-450 São José dos Campos, SP
Tel.: (12) 3923-3694 e 9 8179-2852
fatacesar@gmail.com

Heloísa Moura Bedê

rua Aimorés, 189/601
30140-070. Belo Horizonte MG
Tel.: (31) 9 9966-5057
heloisa.bede@gmail.com

Izabel de Madureira Marques

rua Fidalga, 260
05432-000 São Paulo-SP
Tel.: (11) 3034-0065 e 9 9569-0806
izabelmm@uol.com.br

Janaina Namba

rua Alagoas, 336, ap. 21
01232-000 São Paulo SP.
Tel: (11) 9 9604-0116
jnambapimenta@gmail.com

Karla Patrícia Holanda Martins

avenida da Universidade, 2762
60.020-180 Fortaleza CE
Tel.: (85) 9 8898-9678
kphm@uol.com.br

Laís de Lima

rua Dr. Diogo de Faria, 984
04037-003. São Paulo SP
Tel.: (11) 5573-9215
limalais@hotmail.com

Lilian Quintão

rua Delfina 65
01238-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3812-9165
lilianquintao@terra.com.br

Luiza Sigulem

rua Original, 172, ap. 131
05435-050 São Paulo SP
luiza.sigulem@gmail.com

Marina Bialer

rua João Ramalho, 257, cj. 24
05008-001 São Paulo SP
tel 11-982797951.
mbialer@hotmail.com

Nelson E. da Silva Jr.

alameda Iraé, 620, cj. 16
04075-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 5051-5311
ncoelho@usp.br

Renato Mezan

rua Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.4851
rmezan@uol.com.br

Renato Tardivo

rua André Ampère, 153, cj. 63.
04562-080 São Paulo SP
(11) 9 9687-5222
rctardivo@uol.com.br

Roosevelt Cassorla

avenida Francisco Glicério 2331/24
13015-031 Campinas SP
Tel.: (19) 3234-8414
roocassorla@gmail.com

Silvio Hotimsky

rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Susan Markuszower

rua Luis Anhaia 59
05433-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062-5224
susanmark@uol.com.br

Tânia Corghi Veríssimo

rua Marselhesa, 341
04020-060 São Paulo SP
Tel: (11) 9 9408-1518 e 5081-2057
tan.verissimo@gmail.com

Thiago Majolo

rua Itapeva, 202, cj 54
01332-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9969-4828
tmajolo@gmail.com

Vinícius Moreira Lima

rua Eng. Paulo Fernandes, 39/602
30730-180 Belo Horizonte MG
Tel.: (31) 9 8446-7018
vmlima6@gmail.com

Vladimir Saflate

avenida Prof. Luciano Gualberto, 315
FELCH-USP
Departamento de Filosofia, sl. 1007
05508-000 São Paulo SP
vsafatle@yahoo.com

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos deverão ser entregues em nove cópias impressas, pessoalmente ou por correio (não é necessário ser via Sedex), à Secretaria do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, aos cuidados de Cláudia Dametta, Rua Ministro Godoy, 1484, CEP 05015-900, São Paulo SP, Brasil. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

1.1 Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

• PÁGINA 1

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor.

• PÁGINA 2

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês. Nesta segunda página também devem figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços, e a data de envio do artigo para a revista.

Em todas as páginas devem constar o número da página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

1.2 Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

2. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sergio Telles – setelles@uol.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Pedro Mascarenhas – Pedro.mascarenhas@gmail.com

2.1 As resenhas enviadas para publicação, sempre originais e inéditas, deverão observar as seguintes especificações:

• PÁGINA 1

Deverá conter o título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade,

editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavo – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p.

Incluir também o número de caracteres e até seis palavras-chave da resenha (não é necessário apresentar resumo ou abstract).

Em todas as páginas devem constar o número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

Na última página deve constar o nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

2.2 As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

3. Todos os artigos serão analisados em detalhe pelo plenário do Conselho Editorial de Artigos, que poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres.

Todas as resenhas serão analisadas pelo Conselho Editorial de Resenhas.

Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

4. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

- **Destaques:** O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- **Intertítulos:** Colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- **Palavras estrangeiras e títulos de livros:** Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.
- **Títulos de artigos:** Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque.
- **Citações:** Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica (ver tópico 5 para mais detalhe sobre as notas). As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

5. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado a seguir:

- **Nome do autor:** Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.
- **Capítulos de livros:** Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico e página.
- **Artigos de revistas ou periódicos:** Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).
- **Textos citados mais de uma vez:** A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.
- **Referências bibliográficas:** Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Levisky D. (2007). *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Mezan R. (2002). *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Procedimentos finais:

6.1 Para artigos:

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Artigos, o artigo finalizado deve ser enviado, via e-mail, para o seguinte endereço virtual: artigos.percurso@gmail.com. O próprio Conselho Editorial se encarregará de enca-

minhar o arquivo definitivo do artigo para a Coordenação Editorial. Uma cópia impressa deve ser entregue/encaminhada pelo autor à Coordenação Editorial, aos cuidados de:

Renato Mezan
Rua Amália de Noronha, 198,
CEP 05410-010, São Paulo, SP.

Se o envio for via correio, pede-se que não seja Sedex, e sim correspondência simples.

6.2 Para resenhas:

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Resenhas, o texto finalizado deverá ser enviado, via email, para:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sergio Telles – setelles@uol.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Pedro Mascarenhas – pedro.mascarenhas@gmail.com,

que se encarregarão de encaminhar o arquivo definitivo da resenha para a Coordenação Editorial.

7. Uma vez publicado, cada autor receberá um exemplar do número em que o trabalho figura. Também receberá por e-mail o arquivo do seu texto no formato em que é apresentado na revista, e o arquivo da capa do número. Isto lhe permitirá imprimir separatas e a capa do respectivo número. Os trabalhos recusados não são devolvidos.

8. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista: <http://revista.percurso.uol.com.br>.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Tel.: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsicologo.net

Fortaleza

Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Tel.: (85) 3214-5488

Goiânia

Dimensão
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

Ribeirão Preto

Núcleo Tavola – Instituto de Formação e Pesquisa em Psicanálise, Psicologia e Ciências Humanas
R. Visconde de Abaeté, 210
Tel.: (16) 3623.5780
contato@nucleotavola.com.br

São Paulo

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Tel.: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigoh@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 loja 222
Tel.: (11) 3474-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073 loja 153
Conjunto Nacional
Tel.: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Tel.: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional

R. Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel.: (11) 3672.8345
pulsional@uol.com.br

Livraria Pulsional Sedes

Rua Ministro Godói, 1484 -
05015-900 São Paulo - SP
Tel.: (11) 2985-7080 / 9 7646-4050 l
pulsionalsedes@editoraescuta.com.br

Maura Book's

Vila Guilherme
R. José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 2909.1959 / 3865-1232
mbooks@uol.com.br

Salvador

Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Tel.: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
R. Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761

181

Onde encontrar *Percurso*



A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Impresso em São Bernardo do Campo SP, em março de 2018,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae